

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Serviço de Autuação de Proposições
e Matérias Legislativas
OFN nº 28 de 2014
Em 07, 08, 2014



2014 2P
A Comissão Mista de Planos,
Orçamentos Públicos e
Fiscalização
71.8.2014

Ref.: PRESI
Ofício nº 2014/ 173

Belém (PA), 12 6 JUN. 2014

Ao
Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
DD. Presidente do Congresso Nacional
BRASÍLIA (DF)

Assunto: Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) - Exercício de 2013

Senhor Presidente,


Em cumprimento ao parágrafo 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27/09/1989, encaminhamos a Vossa Excelência, para efeito de fiscalização e controle, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), alusivo ao exercício de 2013, onde se encontram, entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente auditados.

Em caso de eventuais esclarecimentos, indicamos o empregado Jorge Paredes, Coordenador de Integração de Políticas, com lotação na Gerência de Gestão de Programas Governamentais (GPROG), para contato através do telefone (91) 4008-3826 ou correio eletrônico jorge.paredes@bancoamazonia.com.br.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


VALMIR PEDRO ROSSI
Presidente


ODUVAL LOBATO NETO
Gerente GPROG

Senado Federal
Protocolo Legislativo
OFN nº 28, 2014
Fls. 01



Governo da República Federativa do Brasil

Ministério da
Integração Nacional

Ministério
da Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

 **BANCO DA AMAZÔNIA**

FNO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO NORTE
(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)

PROCESSO DE CONTAS
ORDINÁRIAS
EXERCÍCIO DE 2013

Belém - Pará
2014



ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS

**PROCESSO DE CONTAS ORDINÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO)
EXERCÍCIO DE 2013**

ÓRGÃO/ENTIDADE : FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO)

PEÇAS EXIGIDAS

	Localização(fls)
I. Rol de Responsáveis	03 a 37
II. Relatório de Gestão do FNO	38 a 69
• Anexo I – cópia do Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FNO- Exercício 2013	70 a 118
III. Informações Contábeis	119
• Balanço Patrimonial previsto na Lei n. 7.827/89	120
• Demonstração do Resultado do Exercício prevista na Lei n. 7.827/89	121
• Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido prevista na Lei n. 7.827/89	122
• Demonstração dos Fluxos de Caixa prevista na Lei n. 7.827/89	123
• Notas Explicativas que acompanham as Demonstrações Contábeis	124 a 132
IV. Declaração de apresentação de bens e rendas	133 a 134
V. Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas	135
• Parecer de Conselho de Administração sobre as contas	136
VI. Documentos de auditoria	137 a 150

Belém (PA), 18 de junho de 2014

Assinatura/carimbo do responsável

2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

- VII. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente**
- VIII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente**
- IX. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente**

SITUAÇÃO

- 1 () A Prestação de Contas está constituída de todas as peças e conteúdos exigidos na DN/TCU 132/2013, estando em condições de ser encaminhada ao TCU.
- 2 () Ausente(s) na Prestação de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela DN/TCU 132/2013, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver:

Local/Data

Assinatura/carimbo do responsável

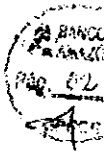
3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

- X. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente**

Local/Data

Assinatura/carimbo do responsável





Abertura de processo nº 001/2014

Assunto:
PROCESSO DE CONTAS ORDINÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO) - EXERCÍCIO DE 2013

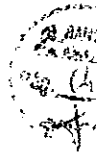
Interessado:
BANCO DA AMAZÔNIA S.A.



AMC
02

I - ROL DE RESPONSÁVEIS

União Fed
0001
05
Arquivo Legi



ROLRES
 SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
 L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 28/03/2014
 ORGAO : 53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE PAGINA : 001
 UG : 537002 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE REF. : 2013
 GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
 AGENTE : 003.232.251-87 - CARLOS PEDROSA JUNIOR
 E-MAIL : DICOR@BANCOAMAZONIA.COM.BR
 ENDERECO : AV. CARDEAL DA SILVA JOAO PESSOA
 MUNICIPIO : 3849 - SALVADOR UF: BA CEP: 40226-900
 CARGO : DIRETOR
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 24/Jul/2012 CA 2012/030 01/Jan/2013 A 31/Dez/2013
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 24/Jul/2012

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
 AGENTE : 042.526.322-34 - EDSON MASHAAKI MINORI
 E-MAIL : EDSON.MINORI@BANCOAMAZONIA.COM.BR
 ENDERECO : AV. PRESIDENTE VARGAS N. 800 UF: PA CEP: 66017-000
 MUNICIPIO : 427 - BELEM
 CARGO : GERENTE EXECUTIVO
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 24/Jul/2012 CA 2012/030 01/Jan/2013 A 31/Dez/2013
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTAO
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
 AGENTE : 070.633.261-04 - JOAO JULIO DA SILVA
 E-MAIL : JOAO.SILVA@BANCOAMAZONIA.COM.BR
 ENDERECO : AV. PRESIDENTE VARGAS N° 800. BELÉM (PA)
 MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000
 CARGO : SUPERVISOR
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 23/Mar/2011 xxxxx 01/Jan/2013 A 31/Dez/2013
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

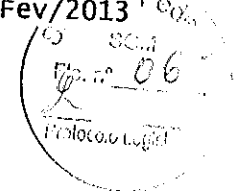
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
 AGENTE : 328.219.722-53 - VALDECIR DA SILVA CAMPOS
 E-MAIL : VALDECIR.CAMPOS@BANCOAMAZONIA.COM.BR
 ENDERECO : AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 800 3ºANDAR UF: PA CEP: 66017-000
 MUNICIPIO : 427 - BELEM
 CARGO : ANALISTA
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 31/Dez/2011 CI GECON2011 01/Jan/2013 A 31/Dez/2013
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 31/Dez/2011

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP P/CONTROLE OP CRE, AVAIS, GAR E DIREITOS
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
 AGENTE : 209.582.426-15 - EDUARDO JOSE LIMA CUNHA
 E-MAIL : EDUARDO.CUNHA@BANCOAMAZONIA.COM.BR
 ENDERECO : AV PRESIDENTE VARGAS N° 800 - BELÉM - PARÁ UF: PA CEP: 66017-000
 MUNICIPIO : 427 - BELEM
 CARGO : DIRETOR BANCO DA AMAZONIA S.A

=====CONTINUA...=====

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
 L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 28/03/2014
 ORGAO : 53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE PAGINA : 002
 UG : 537002 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE REF. : 2013
 GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL
 CONTINUACAO...
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 04/Ago/2008 RES2008/41 07/Fev/2013 RCA 07FEV 01/Jan/2013 A 06/Fev/2013



Handwritten initials and a stamp in the top right corner.

PUBLICACAO DESIGNACAO 04/Ago/2008 ROLRES PUBLICACAO EXONERACAO 17/Fev/2013

SEQ: 001 - AGENTE : 056.429.732-15 - RAIMUNDA CARMEM PEREIRA DA SILVA TIPO: SUBSTITUTO
E-MAIL : CARMEM.SILVA@BANCOAMAZONIA.COM.BR
ENDERECO : AV PRESIDENTE VARGAS N. 800.
MUNICIIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66000-000
CARGO : GERENTE EXECUTIVO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
31/out/2011 RESOLUCAO 01/Jan/2013 A 31/Dez/2013
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
31/out/2011

SEQ: 001 - AGENTE : 266.552.500-30 - NILVO REINOLDO FRIES TIPO: TITULAR
E-MAIL : DIARE@BANCOAMAZONIA.COM.BR
ENDERECO : RUA URUGUAI, 185, 9º ANDAR UF: RS CEP: 90010-140
MUNICIIPIO : 8801 - PORTO ALEGRE
CARGO : DIRETOR BANCO DA AMAZONIA S.A
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
07/Fev/2013 RCA 07FEV13 07/Fev/2013 A 31/Dez/2013
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
18/Fev/2013

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIGENTE MAXIMO DE BANCO OPERADOR
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 279.712.951-20 - ABIDIAS JOSE DE SOUSA JUNIOR
E-MAIL : ABIDIAS.JUNIOR@BANCOAMAZONIA.COM.BR
ENDERECO : AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 800 - CENTRO - BELÉM-PARÁ UF: PA CEP: 66017-000
MUNICIIPIO : 427 - BELEM
CARGO : PRESIDENTE DO BANCO DA AMAZONIA S.A
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
12/Abr/2007 DECRETO PRES 07/Fev/2013 DECRETO 01/Jan/2013 A 06/Fev/2013
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
13/Abr/2007 08/Fev/2013

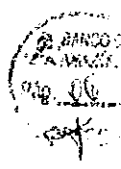
SEQ: 001 - AGENTE : 276.266.790-91 - VALMIR PEDRO ROSSI TIPO: TITULAR
E-MAIL : PRESI@BANCOAMAZONIA.COM.BR
ENDERECO : AV. PRESIDENTE VARGAS, 800-CENTRO UF: PA CEP: 66017-000
MUNICIIPIO : 427 - BELEM
CARGO : PRESIDENTE BANCO DA AMAZONIA S.A
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
07/Fev/2013 DECRETO 07/Fev/2013 A 31/Dez/2013
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
08/Fev/2013

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 039.842.812-34 - MARIA DE BELEM SILVA COTTA

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA CONTINUA...
L.40009.AN ROL DE RESPONSVEIS EMISSAO: 28/03/2014
ORGAO : 53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE PAGINA : 003
UG : 537002 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE REF. : 2013
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL
CONTINUACAO...
E-MAIL : MARIADBELEM@BANCOAMAZONIA.COM.BR
ENDERECO : AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 800 - 3ºANDAR - CENTRO - BELÉM /PARÁ UF: PA CEP: 66017-000
MUNICIIPIO : 427 - BELEM
CARGO : CONTADOR RESPONSÁVEL BANCO DA AMAZONIA S.A.
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
19/Mar/2003 RES.2003/002 01/Jan/2013 A 31/Dez/2013
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
19/Mar/2003

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX ORGAO OU ENTIDADE SUPERV OU GESTORA

Handwritten stamp: 'Protocolo Legislativo' with a date and signature.



ROLRES

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 010.778.878-09 - FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

E-MAIL : FERNANDO.BEZERRA@INTEGRACAO.GOV.BR

ENDERECO : RUA 01 N.08

MUNICIPIO : 2521 - PETROLINA

UF: PE CEP: 56300-000

CARGO : MINISTRO DE ESTADO DO MI

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO
01/Jan/2011	DECRETO	01/Out/2013	DECRETO

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2013 A 30/Set/2013

PUBLICACAO	DESIGNACAO	PUBLICACAO	EXONERACAO
01/Jan/2011		02/Out/2013	

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 203.948.453-15 - FRANCISCO JOSE COELHO TEIXEIRA

E-MAIL : FERNANDO.TEIXEIRA@INTEGRACAO.GOV.BR

ENDERECO : ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO E

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

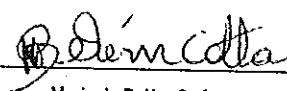
UF: DF CEP: 70000-000

CARGO : MINISTRO DE ESTADO DO MI

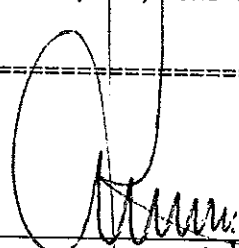
DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO
01/Out/2013	DECRETO		

PERIODO(S) GESTAO
01/Out/2013 A 31/Dez/2013

PUBLICACAO	DESIGNACAO	PUBLICACAO	EXONERACAO
02/Out/2013			



 Maria de Belém S. Coffa
 2151 - Gerente GECON
 ENCARREGADO DO SETOR





 DIRIGENTE Roberto de Lima
 José da Contabilidade e Risco
 Diretor de CONTABILIDADE
 DICOR

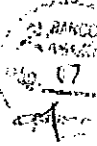


ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
AGENTE:	ABÍDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR	CPF:	279.712.951-20
ENDEREÇO:	Avenida Presidente Vargas nº 800, Centro – 14º andar		
MUNICÍPIO:	BELÉM	CEP:	66017-901
		UF:	PA
		TELEFONE:	(0XX91) 4008-3340
		FAX:	(0xx91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO:	PRESIDENTE DO BANCO DA AMAZÔNIA		
	Endereço eletrônico: presi@bancoamazonia.com.br		
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data 12.04.2007	Ato/nº/ano Decreto Presidencial	Data 08.02.2013	Ato/nº/ano Decreto Presidencial publicado no D.O.U dia 08.02.2013
		PERÍODO GESTÃO:	Data início 01.01.2013
			À data fim 07.02.2013



 Cláudio Augusto de S. Neto
 Consultor Especial
 Matr. 5246-9



 Luiz Augusto de S. Neto
 Dirigente da Unidade
 Matr. 5246-9

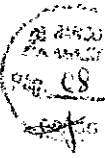


ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
AGENTE:	VALMIR PEDRO ROSSI	CPF:	276.266.790-91
ENDEREÇO:	Avenida Presidente Vargas nº 800, Centro – 14º andar		
MUNICÍPIO:	BELÉM	CEP:	66017-901
		UF:	PA
		TELEFONE:	(0XX91) 4008-3340
		FAX:	(0xx91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO:	PRESIDENTE DO BANCO DA AMAZÔNIA		
	Endereço eletrônico: presi@bancoamazonia.com.br		
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/ano
08.02.2013	Decreto Presidencial		
		PERÍODO GESTÃO:	
		Data início	A data fim
		08.02.2013	31.12.2013


 Luiz Roberto de A. Neto
 Dirigente da Unidade
 Nº de Matr. 52445-9


 Luiz Roberto de A. Neto
 Dirigente da Unidade
 Nº de Matr. 52445-9

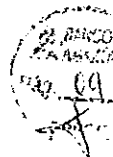


ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A		CPF:	209.582.426-15
AGENTE: EDUARDO JOSÉ LIMA CUNHA			
ENDEREÇO: Avenida Presidente Vargas nº 800, Centro – 14º andar			
MUNICÍPIO: BELÉM	CEP: 66017-901	UF: PA	TELEFONE: (0XX91) 4008-3535
CARGO OU FUNÇÃO: DIRETOR		FAX:	(0xx91) 3223-5175
DESIGNAÇÃO: DOCUMENTO: Endereço eletrônico: diare@bancoamazonia.com.br			
DOCUMENTO: Ato/nº/ano	EXONERAÇÃO: Data	DOCUMENTO: Ato/nº/ano	PERÍODO GESTÃO: Data início
29.07.2010. Reunião CONSAD	07.02.2013	Reunião CONSAD	01.01.2013
			A data fim
			06.02.2013


Eduardo José Lima Cunha
Encarregado do Setor
UF: Espetador
Mat. 5901


Eduardo José Lima Cunha
Diretor da Unidade
Secretaria Executiva
Mat. 5901

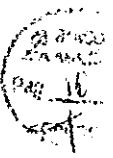


ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A	
AGENTE:	NILVO REINOLDO FRIES		CPF: 266.552.500-30
ENDEREÇO:	Avenida Presidente Vargas nº 800, Centro -- 14º andar		
MUNICÍPIO:	BELEM	CEP: 66017-901	UF: PA
		TELEFONE: (0XX91) 4008-3535	FAX: (0xx91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO:	DIRETOR		
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	PERIODO GESTAO:
Data 07.02.2013.	Ato/nº/ano Reunião CONSAD	Data	Data inicio 07.02.2013
			A data fim 31.12.2013
Endereço eletrônico: diare@bancoamazonia.com.br			



 Encarregado do Setor
 Computar Especial
 Mat. 5246-9

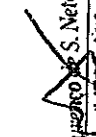

 Dirigente da Unidade
 Secretário Executivo
 Mat. 5246-9

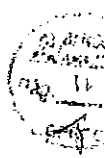
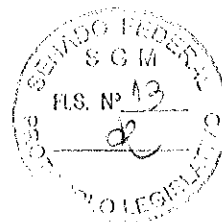


ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A	
AGENTE:	GILVANDRO NEGRÃO SILVA		CPF: 116.713.192-49
ENDEREÇO: Avenida Magalhães Barata, 231. Edifício Torre de Saveme, apto 1902, bairro do Nazaré.			
MUNICÍPIO:	BELEM	CEP: 66040-170	UF: PA
		TELEFONE: (0XX91) 4008-3461	FAX: (0xx91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO: DIRETOR.		Endereço eletrônico: dicom@bancoamazonia.com.br	
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	PERÍODO GESTÃO:
Data 29.07.2010.	Ato/nº/ano Reunião CONSAD	Data 07.02.2013	Data início 01.01.2013
		Reunião CONSAD	A data fim 06.02.2013


 Luiz Roberto de S. Neto
 Dirigente Administrativo
 Mat. 5246-9


 Luiz Roberto de S. Neto
 Dirigente Administrativo
 Mat. 5246-9





ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.							
AGENTE:	ANTONIO CARLOS DE LIMA BORGES					CPF:	064.153.422-15		
ENDEREÇO:	Travessa Rui Barbosa, nº 770, apto. 803, Reduto.								
MUNICÍPIO:	BELEM	CEP:	66053-260	UF:	PA	TELEFONE	(0XX91) 4008-3421	FAX:	(0xx91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO:		DIRETOR.							
		Endereço eletrônico: dineg@bancoamazonia.com.br							
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
Data 29.07.2010.	Ato/nº/ano Reunião CONSAD	Data	Ato/nº/ano	Data início 01.01.2013	A data fim 31.12.2013				


Associação de Consultores Especializados
 Encarregado do Setor
 Consultor Especial
 Matr. 539.1


 Luiz Leifungo de A. Neto
 Dirigente da Empresa
 Matr. 5255-5




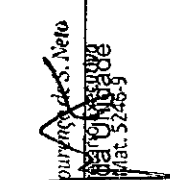
ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

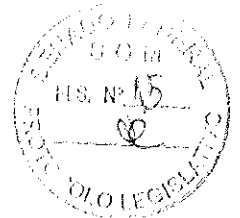
UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.							
AGENTE:	CARLOS PEDROSA JÚNIOR					CPF	003.232.251-87		
ENDEREÇO:	AV. Serzedelo Corrêa, 681, Edifício Privilege Residence, apartamento 1601 - Batista Campos								
MUNICÍPIO:	BELEM	CEP:	66.033-770	UF:	PA	TELEFONE	(0XX91) 4008-3526	FAX:	(0xx91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO:	DIRETOR.								
Endereço eletrônico: dicor@bancoamazonia.com.br									
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERIODO GESTAO:					
Data 27.09.2011	Ato/nº/ano Reunião CONSAD	Data	Ato/nº/ano	Data início 01.01.2013	A data fim 31.12.2013				



Encarregado do Setor
 Carlos Pedrosa Júnior
 Consultor Especial
 Mat. 5901



Dirigente
 Luiz Spury de S. Neto
 Mat. 52483

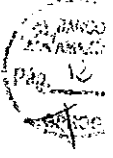
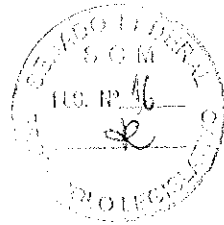


ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A	
AGENTE:	ANTONIO CARLOS DE LIMA BORGES	CPF	064.153.422-15
ENDEREÇO:	Travessa Rui Barbosa, nº 770, apto. 803, Reduto.		
MUNICÍPIO:	BELÉM	CEP:	66053-260
		UF:	PA
		TELEFONE	(0XX91) 4008-3421
		FAX:	(0xx91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO:	DIRETOR.	Endereço eletrônico: dineg@bancoamazonia.com.br	
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/ano
29.07.2010.	Reunião CONSAD		
		PERÍODO GESTÃO:	
		Data início	À data fim
		01.01.2013	31.12.2013


 Encarregado do Setor
 Consultor Especial
 Matr. 5265-9


 Diretor de Unidade
 Matr. 5265-9





ANEXO III – ROL DE RESPONSABILIDADES

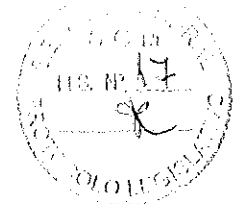
UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A							
AGENTE:	WILSON EVARISTO					CPF:	079.915.502-06		
ENDEREÇO:	Avenida Magalhães Batata, n.º 110 Ed Palazzo Verona, apto 1.701								
MUNICÍPIO:	BELÉM	CEP:	66040-901	UF:	PA	TELEFONE	(0XX91) 4008-3148	FAX:	(0xx91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO:	DIRETOR.			Endereço eletrônico: direc@bancoamazonia.com.br					
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
Data 22.10.2011.	Ato/nº/ano Reunião CONSAD	Data	Ato/nº/ano	Data início 01.01.2013	A data fim 31.12.2013				


Engenheiro do Setor
 Consultor Especial
 Matr. 5951


Dirigente da Instituição
 Secretário Executivo
 Matr. 5245-9





ANEXO III – ROL DE RESPONSABILÍVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A							
AGENTE:	MARIA DE BELÉM SILVA COTTA					CPF	039.842.812-34		
ENDEREÇO:	Trav. Angustura, 1402 – Ed. Guarapari Apto 1301 – Pedreira								
MUNICÍPIO:	BELEM	CEP:	66080-180	UF:	PA	TELEFONE	(0XX91) 4008-3445	FAX:	(0xx91) 4008-3402
CARGO OU FUNÇÃO:	TÉCNICO BANCÁRIO-15; GERÊNCIA DE CONTADORIA; CONTADORA DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTAO:					
Data 19.03.2003	Ato/nº/ano Resolução da Diretoria 2003/002	Data	Ato/nº/ano	Data início 01.01.2013	A data fim 31.12.2013				


Encarregado do Setor
 Carlos A. M. Gomes
 Consultor Especial
 Matr. 5361



Dirgeir da Silva
 Secretário Executivo
 Matr. 5246-9

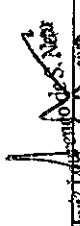


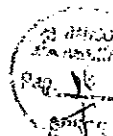
ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A. GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
AGENTE:	LUIZ FERNANDO PIRES AUGUSTO – PRESIDENTE DO COLEGIADO					CPF:	688.045.557-34	
ENDEREÇO:	SQSW 302 - Bloco F, Apto 112, Setor Sudoeste							
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70673-206	UF:	DF	TELEFONE:	(0XX61) 2020-4486	
CARGO OU FUNÇÃO:	PRESIDENTE DO CONSELHO, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA						FAX:	(0xx61) 2020-4486
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:				
Data 13.04.2012	Ato/nº/ano AGO de 2012	Data 12.03.2013	Ato/nº/ano AGO de 2013	Data início 01.01.2013	A data fim 11.03.2013			
Endereço eletrônico: luiz.augusto@planejamento.gov.br								



 Encarregado de Setor
 Gabriel de M. M. Costa
 Consultor Especial
 Matr. 5901



 Diretor de Administração
 Sociedade
 Matr. 5246-9

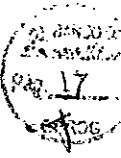
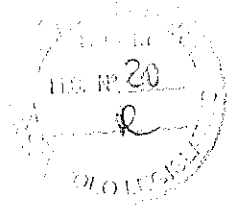


ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
AGENTE:	JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – PRESIDENTE DO COLEGIADO		CPF: 364.347.521-72
ENDEREÇO:	SQS 307, bloco D, apartamento 605		
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP: 70673-206	UF: DF
		TELEFONE (0XX61) 3412-2315	FAX: (0xx61) 3412-2315
CARGO OU FUNÇÃO:	PRESIDENTE DO CONSELHO, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA		
	Endereço eletrônico: joao.rabelo-junior@fazenda.gov.br		
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/ano
12.04.2013	AGO de 2013		
		PERÍODO GESTAO:	
		Data início	A data fim
		12.03.2013	31.12.2013



 Encarregado do Setor
 Consultor Especial
 Mat. 5245-9



 Diretor de Administração
 Secretário Executivo
 Mat. 5245-9

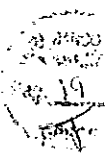
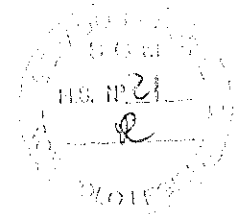


ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
AGENTE:	VALMIR PEDRO ROSSI		CPF: 276.266.790-91
ENDEREÇO:	Avenida Presidente Vargas nº 800, Centro – 14º andar		
MUNICÍPIO:	BELEM	CEP: 66017-901	UF: PA
CARGO OU FUNÇÃO:	MEMBRO NATO DO CONSELHO – PRESIDENTE DO BANCO DA AMAZÔNIA – POSSE EM 24.04.2007.		TELEFONE (0XX91) 4008-3340 FAX: (0xx91) 3223-5175
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data 08.02.2013	Ato/nº/ano Decreto Presidencial	Data	Ato/nº/ano
		PERÍODO GESTAO:	Data início 08.02.2013
			A data fim 31.12.2013
Endereço eletrônico: presi@bancoamazonia.com.br			


Encarregado do Setor
 Carlos A. M. Corrêa
 Consultor Especial
 Matr. 5311


Dirigente da Empresa
 Luiz Mauro de S. Neto
 Mat. 5246-9





ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

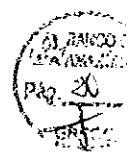
UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
AGENTE:	FABRÍCIO DA SOLLER				CPF:	912.223.979-00
ENDEREÇO:	CCSW 02 lote 1 aptº 308					
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70680-250	UF:	DF	TELEFONE (0XX61) 3412-2800
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA					FAX: (0xx61) 3412-1784
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:		
Data 13.04.2012	Ato/nº/ano AGO de 2012	Data 12.04.2013	Ato/nº/ano AGO 2013	Data início 01.01.2012	À data fim 11.03.2013	
Endereço eletrônico: fabricio.soller@pgfn.gov.br						

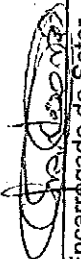

 Luiz Henrique de S. Neto
 Dirigente da Unidade

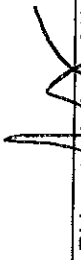

 Luiz Henrique de S. Neto
 Dirigente da Unidade
 Mat. 520046



ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
AGENTE:	AUGUSTO AKIRA CHIBA		CPF
ENDEREÇO:	SQSW 306 bloco F ap 204 – Setor Sudoeste		
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70673-436
		UF:	DF
		TELEFONE	(0XX61) 3412-3806
		FAX:	(0xx61) 3412-3806
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA		
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/ano
12.04.2013	AGO de 2013	05.07.2013	05.07.2013
		Carta renúncia	À data fim
			05.07.2013
		Endereço eletrônico: augusto.chiba@fazenda.gov.br	


Encarregado do Setor
 Carlos A. M. Corrêa
 Consultor Especial
 Matr. 5240-9


Dirigente de Unidade
 Luiz Lourenço de
 Secretário Executivo
 Matr. 5240-9



ANEXO III – ROL DE RESPONSABILIDADES

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO							
AGENTE:	PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA						CPF	411.137.051-91	
ENDEREÇO:	SQN 311 Bloco E Apto 110								
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70757-050	UF:	DF	TELEFONE	(0XX61) 3412-3820	FAX:	(0xx61) 3412-3820
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA							Endereço eletrônico: paulo.campolina@fazenda.gov.br	
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/ano	Data início	A data fim				
30.08.2013	Reunião CONSAD	27.09.2013	Carta renúncia	30.08.2013	27.09.2013				

Paulo de Tarso Cancela
 Encarregado do Setor
 Rua 15, 14, Cordeiro
 Consultor Especial
 Matr. 5902

Paulo de Tarso Cancela
 Dirigente
 Diretor Administrativo
 Matr. 5746-9





ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

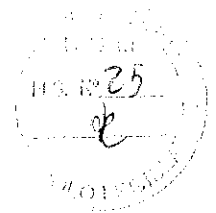
UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO							
AGENTE:	ELIOMAR WESLEY AYRES DA FONSECA RIOS						CPF	259.288.051-87	
ENDEREÇO:	SEPN, 516, lote 8, bloco D, 1º andar								
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70.770.524	UF:	DF	TELEFONE	(0XX61) 2020-2480	FAX:	(0xx61) 2020-2480
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO, INDICADO PELO MINISTRO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO							Endereço eletrônico: eliomar.rios@planejamento.gov.br	
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTAO:					
Data 13.04.2012 e 12.04.2013	Ato/nº/ano AGO de 2012 e AGO de 2013	Data 31.10.2013	Ato/nº/ano Carta Renúncia	Data inicio 01.01.2013	A data fim 31.10.2013				


Engenheiro de Setor
 Engenheiro de Setor
 Consultor Especial
 Matr. 5245-9


Dirigente de Planejamento
 Secretário Executivo
 Matr. 5245-9





ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO FISCAL							
AGENTE:	MARCELO SARAIVA CAVALCANTI						CPF:	666.510.421-49	
ENDEREÇO:	Condomínio RK, Conjunto Antares, Quadra "L", casa 10								
MUNICÍPIO:	SOBRADINHO	CEP:	73252-200	UF:	DF	TELEFONE:	(0XX61) 3412-1406	FAX:	(0xx61) 3412-1406
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	marcelo.cavalcanti@fazenda.gov.br								
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO TITULAR, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA – REPRESENTANTE DO TESOUREIRO NACIONAL.								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTAO:					
Data 13.04.2012 e 12.04.2013	Ato/nº/ano AGO de 2012 e AGO de 2013	Data	Ato/nº/ano	Data início 01.01.2013	A data fim 31.12.2013				


Encarregado do Setor
 Carlos M. Guerra
 Consultor Especial
 Mat. 3246-9



Diniz de Sá
 Secretário Executivo
 Mat. 3246-9

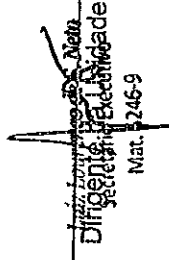
27/04/2013
 PAG. 28
 07/13

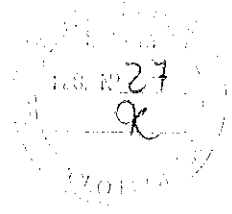
26
 26

ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2012	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: CONSELHO FISCAL			
AGENTE:	FERNANDO NASCIMENTO BARBOSA	CPF:	505.305.001-59
ENDEREÇO:	SQN 411, Bl. "B", Apt° 202, Asa Norte		
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70866-020
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	fernando.barbosa@fazenda.gov.br		
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO TITULAR, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA, ELEITO PARA COMPLEMENTAR O MANDATO DA Sra. CLAUDIA DA COSTA MARTINELLI WEHBE		
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data	Ato/n°/ano	Data	Ato/n°/ano
13.04.2012 e	AGO de 2012 e		
12.04.2013	AGO de 2013		
		PERÍODO GESTÃO:	
		Data início	A data fim
		01.01.2013	31.12.2013



Encarregado do Setor
 Carlos A.M. Cordeiro
 Consultor Especial
 Mat. 5901



Dirigente de Unidade
 Mat. 5246-9

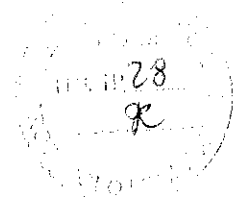


ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO FISCAL	
AGENTE:	PENHA MARIA BARROSO AGUIAR		CPF: 203.467.513-49
ENDEREÇO:	Rua Tereza Hinko nº 50, aptº 1.403		
MUNICÍPIO:	FORTALEZA	CEP: 60176-440	UF: CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	pmaquiari12@yahoo.com.br		
TELEFONE:	(0XX85) 3263-7085	FAX:	(0xx85) 3263-7085
CARGO OU FUNÇÃO: CONSELHEIRA TITULAR, REPRESENTANTE DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS.			
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data 13.04.2012 e 12.04.2013	Ato/nº/ano AGO de 2012 e AGO de 2013	Data	Ato/nº/ano
		01.01.2013	A data fim 31.12.2013

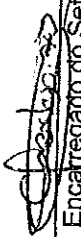

Encarregado do Setor
 Consultor Especial
 Matr. 33071



Dir. Geral
 Diretor Geral
 Matr. 6246-9

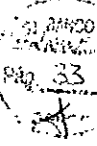


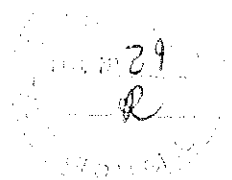
ANEXO III – ROL DE RESPONSABILÍVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: CONSELHO FISCAL			
AGENTE:	MÁRCIA PAIM ROMERA	CPF:	861.658.521-49
ENDEREÇO:	SQN 304, Bloco "G", Apto 204		
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70736-070
UF:	DF	TELEFONE:	(0XX61) 3412-3900
FAX:			
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	marcia.romera@fazenda.gov.br		
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRA SUPLENTE, INDICADA PELO MINISTRO DA FAZENDA – REPRESENTANTE DO TESOUREIRO NACIONAL.		
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/ano
13.04.2012 e	AGO de 2012 e	12.01.2013	31.12.2013
12.04.2013	AGO de 2013		


Encarregado do Setor
 Consultor Especial
 Matr. 5302


Dirigente da Unidade
 Matr. 5246-9

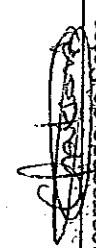
31 ANEXO
 33


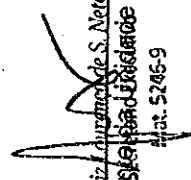
29


ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A. GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013

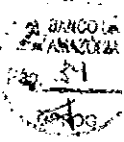
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO FISCAL			
AGENTE:	RICARDO MOURA DE ARAÚJO FARIA				CPF: 369.027.051-00
ENDEREÇO:	Esplanada dos Ministérios, Bloco P, sala 304				
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP: 70048-900	UF: DF	TELEFONE (0XX61) 3412-2355	FAX:
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	ricardo.pena@fazenda.gov.br				
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO SUPLENTE, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA.				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:	
Data 13.04.2012	Ato/nº/ano AGO de 2012	Data 12.04.2013	Ato/nº/ano AGO de 2013	Data início 01.01.2013	A data fim 12.04.2013


 Ricardo Moura de Araújo Faria
 Diretor de Gestão do Setor
 (Metr. 5245-9)


 Luiz Lourenço de S. Neto
 Diretor de Gestão do Setor
 (Metr. 5245-9)

35
 35

30
 30



Governo da República Federativa do Brasil

Ministério da
Integração Nacional

Ministério
da Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



UNIDADE JURISDICIONADA

FNO

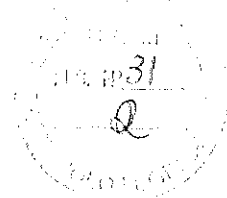
*FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO NORTE*

(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)

*RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2013*

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como processo de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria-TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno - Portaria CGU nº 133, de 18/01/2013.

**Belém - Pará
2014**



DIRETORIA EXECUTIVA

VALMIR PEDRO ROSSI

Presidente

ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES

Diretor de Infraestrutura do Negócio

NILVO REINOLDO FRIES

Diretor de Análise e Reestruturação

JOSÉ ROBERTO DE LIMA

Diretor de Controle e Risco

WILSON EVARISTO


Diretor Comercial e de Distribuição


ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

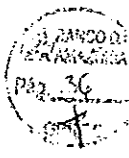
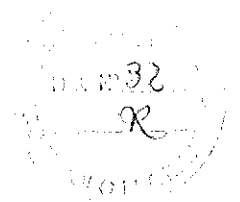
UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO FISCAL			
AGENTE:	PAULO MENDES DE OLIVEIRA				CPF
					951.818.145-49
ENDEREÇO:	SQN 402, Bloco B, Asa Norte, ap. 207				
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70834-020	UF:	DF
				TELEFONE	(0XX61) 2025-5000
				FAX:	
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	paulo.mendes.oliveira@pgfn.gov.br				
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO SUPLENTE, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA.				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/ano	Data início	A data fim
12.04.2013	AGO de 2013			12.04.2013	31.12.2013


Carlos Roberto
 Coordenador do Setor
 Consultor Especial
 Mat. 5901


Paulo Mendes de Oliveira
 Secretário de Administração
 Mat. 9746-9





ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO FISCAL			
AGENTE:	MARCO AURÉLIO BARROSO AGUIAR				CPF
					203.285.753-72
ENDEREÇO:	Avenida Antonio Justa nº 2.880, apto 500, Bairro Meireles				
MUNICÍPIO:	FORTALEZA	CEP:	60165-090	JF: CE	TELEFONE (0xx85) 3265-3407
					FAX: (0xx85)
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	aguiar.marco62@gmail.com				
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO SUPLENTE, REPRESENTANTE DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS.				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:	
Data 13.04.2012 e 12.04.2013	Ato/nº/ano AGO de 2012 e AGO de 2013	Data	Ato/nº/ano	Data início 01.01.2013	A data fim 31.12.2013

Marco Aurélio Barroso Aguiar
Encarregado do Setor
 Consultor Especial
 Matr. 5901

Marco Aurélio Barroso Aguiar
Dirigente da Unidade
 Secretário Executivo
 Matr. 5246-9

4.650.000,00	4.719.204.804,00					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
6	percentual					101,5%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume financeiro do Programa representou 101,5% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.						

Fonte: Banco da Amazônia S/A

g) Programa: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incendios (0229) / MMA

QUADRO 8 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0229		Denominação: Programa de financiamento de projetos de regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Promover o atendimento às atividades rurais voltadas para regularização de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas.						
Objetivos Específicos: Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.						
Gerente: 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
46.900.000,00	148.455.120,43					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
7	percentual					316,6%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume financeiro do Programa representou 316,6% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o incentivo aos projetos voltados para a recuperação de áreas degradadas, contribuindo para o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis.						

Fonte: Banco da Amazônia S/A

h) Programa: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incendios (0231) / MMA

QUADRO 9 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0231	Denominação: Programa de Fomento às atividades agrícolas sustentáveis

BANCA
46

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- CGU – Controladoria Geral da União**
- CNAE – Classificao Nacional de Atividades Econmicas**
- CONDEL – Conselho Deliberativo**
- FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**
- LOA – Lei Orçamentária Anual**
- MI – Ministério da Integrao Nacional**
- PPA – Plano Plurianual**
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**
- SIORG – Sistema de Informaes Organizacionais do Governo Federal**
- SIAFI – Sistema de Integrado de Administrao Financeira do Governo Federal**
- SUDAM – Superintndcia do Desenvolvimento da Amazônia**
- TCU – Tribunal de Contas da União**
- UJ – Unidade Jurisdicionada**

34
a

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	3
LISTA DE QUADROS	5
LISTA DE TABELAS.....	6
APRESENTAÇÃO	7
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO (Item 1 e Subitens 1.1, 1.2 e 1.3 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)	8
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	8
1.2 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UJ DEFINIDAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM LEIS INFRACONSTITUCIONAIS E EM NORMAS REGIMENTAIS	8
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA UJ	9
2 PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS (Item 2 e Subitens 2.1, 2.2 e 2.3 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)	9
2.1 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UJ	9
2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS PELA UJ	10
2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS GERADOS PELA GESTÃO	12
2.3.1 Execução Física das ações realizadas pela UJ	19
2.3.2 Indicadores Institucionais	26
3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO (Item 3 e Subitens 3.1 e 3.2 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)	30
3.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA ORGÂNICA DE CONTROLE NO ÂMBITO DA UJ	30
3.2 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ADMINISTRATIVO DA UJ	30
4 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS (Item 9 e Subitens 9.1 e 9.2 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)	32
4.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU	32
4.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício	32
4.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES FEITAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UJ SE VINCULA	37
5 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS (Item 11 e Subitens 11.2 e 11.3 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)	46
5.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEGALMENTE PREVISTAS	46
5.2 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE	46
6 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO (Item 12 e Subitem 12.1 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)	46
6.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES	46
6.1.1 Plano de Providências Permanente do FNO determinado no Acórdão nº 1352/2011 – TCU	46
PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO	62

BANCO
LAVAGEM
42. 11
-T-

N.º do Quadro	Título do Quadro	Página
Quadro 1	Atendimento das Diretrizes e Prioridades do FNO – Exercício de 2013	16/8
Quadro 2	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Código PPA 0411	19
Quadro 3	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0618	19/20
Quadro 4	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0618	20
Quadro 5	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0747	20/1
Quadro 6	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0786	21
Quadro 7	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0790	21/2
Quadro 8	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0229	22
Quadro 9	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0231	22/3
Quadro 10	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0837	23/4
Quadro 11	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0567	24
Quadro 12	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0289	24/5
Quadro 13	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0737	25
Quadro 14	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0738	25/6
Quadro 15	Índice de Consecução de Metas do FNO por Segmento e Programa – Exercício de 2013	27
Quadro 16	Resultado da Programação Orçamentária do FNO – Exercício de 2012	28
Quadro 17	Impactos do FNO na massa salarial agregada	29
Quadro 18	Impacto do FNO no crescimento do estoque de emprego para anos-base agregados (Nº de empregados/empresa)	30
Quadro 19	Estrutura de controles internos administrativos da UJ	30/2
Quadro 20	Tratamento das deliberações do Acórdão nº 832/2010-1ª Cam.-TCU no Exercício de 2013	32/4
Quadro 21	Tratamento das deliberações dos Acórdãos nº 175/2002-Plenário e nº 2169/2005-Plenário-TCU no Exercício de 2013	34
Quadro 22	Tratamento das deliberações do Acórdão nº 287/2007-Plenário-TCU no Exercício de 2013	35
Quadro 23	Tratamento das deliberações do Acórdão nº 1352/2011-Plenário-TCU no Exercício de 2013	35/6
Quadro 24	Tratamento das deliberações do Acórdão nº 2247/2012-TCU no Exercício de 2013	36/7
Quadro 25	Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a	37/8

35
OR

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO (Item 1 e Subitens 1.1, 1.2 e 1.3 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Integração Nacional - MI		Código SIORG: 042670
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte		
Denominação abreviada: FNO		
Código SIORG:	Código LOA: 53901	Código SIAFI: 537002
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Fundo Especial de Natureza Financeira (art. 71, § 2º do Decreto nº 93.872, de 23.12.1996)		
Principal Atividade: ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS		Código CNAE: 6499-9/99
Telefones/Fax de contato:	(91) 4038-3888	Fax (91) 4008-3406
E-mail:		
Página na Internet: http://www.bancoamazonia.com.br		
Endereço Postal: Av. Presidente Vargas, n.º 800, Centro. - CEP 66.017-000 - Belém (PA)		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação da Unidade Jurisdicionada		
Criação: A Constituição Federal de 1988-art. 159, inciso I, alínea "c".		
Normas relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Lei nº 7.827, de 27.09.1989		
Lei nº 9.126, de 10.11.1995		
Lei nº 9.808, de 20.7.1999		
Lei nº 10.177, de 12.1.2001		
Lei nº 11.524, de 24.9.2007		
Lei nº 11.775, de 17.9.2008		
Lei nº 11.945, de 4.6.2009		
Lei nº 12.716, de 21.09.2012		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
537002	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
00001	Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
537002		00001

1.2 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UJ DEFINIDAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM LEIS INFRACONSTITUCIONAIS E EM NORMAS REGIMENTAIS

Definidas na Constituição Federal
A Constituição Federal de 1988 em seu art. 159, inciso I, alínea "c", destinou 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e imposto sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
Definidas em Leis Infraconstitucionais e em Normas Regimentais
A Lei nº 7.827, de 27.09.1989, regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988, criando os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das referidas Regiões, destinando ao FNO 0,6% dos recursos previstos para os Fundos Constitucionais de Financiamento.
A Lei nº 9.126, de 10.11.1995 (Publicada no DOU de 13.11.95) - Dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, e com recursos das Operações Oficiais de

Crédito, altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.
 Lei nº 9.808, de 20.7.99 (Publicada no DOU de 21.7.99) - Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.
 Lei nº 10.177, de 12.1.2001 (Publicada no DOU de 15.1.2001 e Retificada em 16.1.2001) - Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.
 Lei nº 11.524, de 24.9.2007 (Publicada no DOU de 25.9.2007) - Dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nos 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006, 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, 10.696, de 2 de julho de 2003, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.427, de 27 de maio de 1992, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
 Lei nº 11.775, de 17.9.2008 (Publicada no DOU de 18.9.2008) - Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nos 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei no 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei no 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.
 Lei nº 11.945, de 4.6.2009 (Publicada no DOU de 5.6.2009) - Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.
 Lei nº 12.716, de 21.09.2012 (Publicada no DOU de 24.09.2012) - Altera as Leis nos 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 9.469, de 10 de julho de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.029, de 12 de abril de 1990, 10.954, de 29 de setembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; e dá outras providências.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA UJ

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
537002	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
537002	00001

2 PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS (Item 2 e Subitens 2.1, 2.2 e 2.3 da Parte A-Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)

2.1 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UJ

O FNO foi criado pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu através do artigo 159, inciso I, alínea "c", regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, a obrigação de a União destinar 3% do produto da arrecadação do *Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)* e *Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)* para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional.

Os recursos do FNO, provenientes de 0,6% da parcela de 3% da arrecadação do IR e IPI, são administrados pelo Banco da Amazônia, que os aplica em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às orientações estratégicas do Governo Federal

contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia, como o Plano Plurianual (PPA) - o “Plano Mais Brasil”; o Plano Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; e às políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura, além das políticas e prioridades dos estados da Região Norte.

A área de atuação do FNO é a Região Norte, formada por sete Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e 450 municípios, abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km². A população atual da Região Norte é de 15,9 milhões de habitantes, com densidade demográfica de 4,12 hab/km² e renda per capita de R\$ 16,92 mil. O Produto Interno Bruto (PIB) regional é da ordem de R\$ 163,2 bilhões, equivalente a 5% do PIB brasileiro, que se encontra na ordem de R\$ 3.239,4 bilhões (v. Tabela 1).

Tabela 1 Área, N° de Municípios, População, Densidade Demográfica e PIB dos Estados da Região Norte

Estado	Extensão territorial (km ²)	N.º de Municípios	População (Hab.)	Densidade Demográfica	PIB (R\$ Milhões)	Renda Per Capita (R\$ Mil)
Acre	152.581,40	22	732.793	4,80	7.386	10,69
Amapá	142.814,60	16	668.689	4,68	7.404	11,82
Amazonas	1.570.745,70	62	3.480.937	2,22	49.614	14,62
Pará	1.247.689,50	144	7.588.078	6,08	58.402	7,86
Rondônia	237.576,20	52	1.560.501	6,57	20.236	13,46
Roraima	224.299,00	15	451.227	2,01	5.593	13,27
Tocantins	277.620,90	139	1.383.453	4,98	14.571	11,28
Região Norte	3.853.327,30	450	15.865.678	4,12	163.206	16,92

Fonte: IBGE - Censo 2010 / IBGE / PIB - base 2009

Desde o início da operacionalização dos recursos do FNO pelo Banco da Amazônia, foram financiados cerca de 543 mil projetos, sendo injetados recursos superiores a R\$ 22 bilhões na economia regional, que estimularam prioritariamente empreendimentos de menor tamanho.

2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS PELA UJ

Os financiamentos concedidos com os recursos do FNO têm contribuído para a geração de importantes resultados socioeconômicos em benefício da população amazônica, bem como ao meio ambiente, através do apoio à inserção de padrões tecnológicos que ajustam

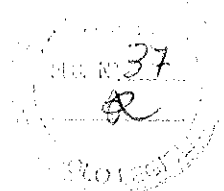
e/ou contribuem em prol da modernização dos sistemas produtivos das unidades agropecuárias, agroindustriais, industriais e outras.

Entre os benefícios socioeconômicos gerados pela ação creditícia do FNO destacam-se: a criação de novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra, o incremento no Valor Bruto da Produção (VBP) regional, a redução do êxodo rural e da pobreza, a inclusão social, a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, o aumento do PIB da Região e da massa salarial e a ampliação da arrecadação tributária.

As diretrizes estratégicas do FNO estão voltadas, portanto, para a concessão de financiamentos prioritários aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos empreendedores), com ênfase para a agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizam matérias-primas e mão-de-obra locais e que produzam alimentos básicos para consumo da população e projetos com sustentabilidade socioambiental.

São beneficiários dos recursos do FNO:

- Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive remanescentes de quilombos e indígenas, enquadrados nas categorias e condições definidas no capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR-10), mediante Declaração de Aptidão ao Programa, contemplando também, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada: pescadores artesanais, extrativistas que se dediquem à exploração extrativista vegetal ecologicamente sustentável, silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e promovam o manejo sustentável daqueles ambientes, e aqüicultores;
- Agricultores familiares enquadrados no PRONAF, produtores rurais e empreendedores afetados pelas enchentes na Região Norte;
- Populações tradicionais da Amazônia (povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, entre outros povos da floresta) não contempladas pelo PRONAF;
- Pessoas físicas e jurídicas, inclusive Sociedades de Propósito Específico (SPE), que se caracterizem como produtores rurais;
- Pessoas jurídicas de direito privado, inclusive empresas individuais, associações e cooperativas, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no País a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas residentes e domiciliadas no País;



Quadro 1 Atendimento às Diretrizes e Prioridades do FNO
Exercício de 2013

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado (R\$ mil (A))		Realizado (B)		Indicador ¹		Avaliação ²	Justificativa (necessária avaliação menor que)
		Nº Op	Valor (R\$ mil)	Nº Op	Valor (R\$ mil)	$\frac{B}{A} \times 100$	Valor %		
1. Diretrizes a) Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3o. da Lei nº 7.827/89, atualizada pela Lei Complementar nº 125 de 2008. b) Promover o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo, na área de abrangência do FNO (Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional. c) Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais. d) Utilizar os recursos do FNO em sintonia com as Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Norte, evidenciando-se os Planos Safra, Brasil Mãe e Brasil Sem Miséria. e) Elevar a qualificação da mão-de-obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local. f) Discriminar a lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNC). g) Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade. h) Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). i) Estimular a competitividade regional em setores e atividades prioritárias. j) Apoiar Arranjos Produtivos Locais (APLs) previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO. k) Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais.	Financiamentos para todos os empreendimentos e setores produtivos privados da Região Norte Financiamentos para os municípios aplicados pela PNDR como de baixa renda, estragados de média renda e dinâmicos de menor renda Contribuição do FNO para o incremento do salário e criação de novas oportunidades de trabalho Financiamentos para agricultura familiar, turismo, cultura, micro e pequena empresa, microcrédito produtivo orientado e pesca e aquicultura Quantidade de pessoas qualificadas para operacionalização do Pronaf Financiamentos para indústria Financiamentos para florestamento, reflorestamento e manejo florestal sustentável em áreas de uso alternativo do solo e áreas de reserva legal (FNO-Biodiversidade) Financiamentos para projetos/empreendimentos localizados em áreas de ZEEs Financiamentos para projetos de inovação tecnológica Financiamentos para projetos/empreendimentos localizados no âmbito dos APLs Financiamentos para o agronegócio regional (agropecuária, pecuária e agroindústria)	Não há metas para incremento do salário Criação de 562.460 novos postos de trabalho Não há meta financeira para este item. 283,35 129,89 Não há meta financeira para este item. Não há meta financeira para este item. Não há meta financeira para este item 374,68	44.277 41.009 - - 38.244 - 291 76 - - 1.807	4.650,00 2.902,84 - - 1.755,67 - 283,35 129,89 - - 374,68	- - - - - - - - - - - - -	101,5% 107,9% - - 95,4% - 204,4% 114,3% - - 293,3%	V V - V IV - V V - - - V	- - A aplicação do FNO contribuiu para incrementar bilhões na massa salarial. A aplicação do FNO contribuiu para incrementar 708.187 novos postos de trabalho (meta sup. 25,9%) - Foram capacitados 103 empregados para operacionalização das linhas de financiamento no que tangue à concessão do crédito e qualificação de processos. - - Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos nos projetos/empreendimentos localizados nos ZEEs concluídos pelo estado, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações. Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos nos projetos/empreendimentos de inovação porém, não há ferramentas que possam medir aplicações. Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos nos projetos/empreendimentos no âmbito do Pronaf, não há ferramentas que possam medir aplicações. - - - - -	

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado (R\$ mi (A))	Realizado (B)		Indicador $\frac{B}{A} \times 100,2$ Valor %	Avaliação	Justificativa (necessária para avaliação menor que iii)
			Nº Op.	Valor (R\$ mi)			
1) Apoiar a racionalização da produção de bens	Financiamentos para projetos/empreendimentos em apoio à racionalização da produção de bens	Não há meta financeira para este item	-	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO nos projetos/empreendimentos em apoio à racionalização da produção de bens, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.
m) Apoiar empreendimentos que priorizam o uso sustentável dos recursos naturais, bem como aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais.	Financiamentos para florestamento, reflorestamento e manejo florestal sustentável em áreas de uso alternativo do solo e áreas de reserva legal (FNO-Biodiversidade)	129,89	76	148,46	114,3%	V	
n) Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, bem como, empreendedores individuais.	Financiamentos para os agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, e empreendedores individuais ¹⁴	1.395,00	43.792	1.944,24	139,4%	V	
2. Prioridades Setoriais	Financiamentos para indústria	283,35	291	579,18	204,4%	V	
a) Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica.	Financiamentos para projetos de logística e infraestrutura de transporte	Não há meta financeira para este item.	77	549,12	-	-	Ver Anexo A - Quadro 31.
b) Projetos de logística e infraestrutura de transportes para incrementar as transações econômicas e comerciais em caráter intraregional	Financiamentos para pesca e aquicultura	105,13	58	29,79	28,3%	I	Alta inadimplência do setor, pouca qualificação das demandas e ausência de documentos exigidos pelo MPA.
c) Projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização.	Financiamentos com recursos do FNO-Pronaf Mig: Alimentos e FNO-Pronaf Floresta	1.342,79	11.818	419,71	-	-	
d) Projetos do turismo, agricultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares.	Financiamentos para agricultura familiar, pesca e aquicultura e agropecuária	1.342,79	39.153	1.640,26	122,2%	V	
e) Projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional.	Financiamentos para dos projetos do PAC	Não há meta financeira para este item.	1	147,20	-	-	
f) Projetos de infraestrutura econômica, com ênfase nos segmentos de energia (principalmente renovável), transporte (em especial ao hidroviário e ligado ao turismo), armazenamento, comunicação, abastecimento e tratamento de água e esgotamento sanitário.	Financiamentos para os projetos de PAC	Não há meta financeira para este item	1	147,20	-	-	Pouca demanda do setor.
g) Projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das investidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).	Financiamentos para os empreendimentos turísticos sustentáveis na região, incluindo os empreendimentos aderidos à Copa do Mundo 2014.	275,94	188	584,80	211,9%	V	Provavelmente devido às taxas definidas pela Resolução do CMN nº 4.181, de 07/01/2013, com vigência para 2013, de 3,53% a.a. no 1º semestre e de 4,12% a.a. no 2º semestre, com bonus de 15% para as parcelas pagas no prazo, sendo menores que a taxa definida pelo artigo 1º, inciso IV, da Lei nº 10.177/2001, de 4% a.a.
h) Projetos de apoio à cadeia do turismo regional em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização, no âmbito das ações antes preparadas para a Copa do Mundo de Futebol de 2014.	Financiamentos para projetos culturais	43,83	48	17,13	39,1%	I	
i) Projetos de apoio e revalorização da cultura regional e de empreendimentos criativos.	Financiamentos para projetos de florestamento e reflorestamento em áreas de reserva legal	Não há meta financeira para este item.	0	0,00	-	-	
j) Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais.							

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado R\$ mi (A)	Realizado (B)		Indicador ¹		Avaliação	Justificativa (necessária para avaliação menor que III)
			Nº Op.	Valor (R\$ mi)	$\frac{B}{A} \times 100,2$	Valor %		
k) Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação.	Financiamento de projetos para inovação tecnológica	Não há meta financeira para este item	0	0,00	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO em projetos/iniciativas de inovação, tecnologia e inovação, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.
l) Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional.	Financiamento de projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional	Não há meta financeira para este item.	0	0,00	-	-	-	Idem.
m) Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alternativas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos.	Financiamentos para projetos de produção agrícola em áreas de reserva legal	Não há meta financeira para este item	0	0,00	-	-	-	Proveimento devido às bases definidas pela Resolução do CMN nº 4.161, de 07/01/2013, com vigência para 2013, de 3,53% a.a. no 1º semestre e de 4,12% a.a. no 2º semestre, com bônus de 15% para as parcelas pagas no prazo, serem menores que a taxa definida pelo artigo 1º, inciso IV, da Lei nº 10.177/2001, de 4% a.a.
n) Projetos de resíduos e resíduos.	Financiamentos para projetos de resíduos e resíduos	Não há meta financeira para este item.	4	0,90	-	-	-	Ver Anexo A - Quadro 32.
o) Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira.	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte	1.201,56	11.494	1.027,41	-	-	III	-
		1.395,00	2.679	1.517,73	-	-	-	V
p) Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço.	Financiamentos para as atividades de comércio e serviço	1.201,58	11.494	1.027,41	-	-	III	-
		571,92	7.305	738,66	-	-	-	V
3. Prioridades Espaciais	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte	2.902,84	41.009	3.132,65	-	-	V	-
a) Projetos nos municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte.	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte							
b) Projetos nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio (incluindo os municípios do Estado do Maranhão, assistidos pelo FNE), da Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado do Tocantins) e do Xingu.	Financiamentos para os municípios integrantes das mesorregiões diferenciadas do Região Norte pela PNDP							
c) Projetos nos municípios classificados pela tipologia da PNDP como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.	Financiamentos para os municípios classificados pela tipologia da PNDP como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.							

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO para 2013 / Sistema SIG-Controper

- (1) Meta Atingida
- (2) Valor dos Financiamentos Realizados dividido pelo Valor dos Financiamentos Programados, vezes 100.
- (3) I) Até 50% = meta não atingida; II) a partir de 50% até 80% = meta parcialmente atingida; III) a partir de 80% até 99% = meta satisfatoriamente atingida; IV) 100% = meta atingida; e V) acima de 100% = meta superada.
- (4) A meta corresponde ao mínimo de 30% do orçamento do FNO para 2013, de R\$ 4,65 bilhões, para os beneficiários de micro e pequeno porte.

2.3.1 Execução Física das ações realizadas pela UJ

a) Programa: 2012 - Agricultura Familiar – Pronaf (0411) / MDA

QUADRO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0411		Denominação: Programa Agricultura Familiar – Pronaf				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar						
Objetivos Específicos: Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.						
Gerente: 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
500.000.000,00	653.598.011,00					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	percentual					130,7%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
No exercício de 2013, a meta financeira do Programa atingiu 130,7%. Esse número demonstra o esforço da Instituição na priorização do crédito de fomento aos segmentos produtivos de menor porte, sobretudo à pequena produção de base familiar.						
Fonte: Banco da Amazônia S/A						

b) Programa: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização/MAPA (0618) / MAPA

QUADRO 3 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0618		Denominação: Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural e Produtores Rurais – Bancos Públicos				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.						
Objetivos Específicos: Concessão de crédito ao médio produtor rural (Iniciativa 1).						
Gerente: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
168.838.000,00	406.352.866,00					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	percentual					240,7%

Fórmula de Cálculo do Índice
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$
Análise do Resultado Alcançado
O volume de contratações do Programa atingiu 240,7%. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica.
Fonte: Banco da Amazônia S/A

c) Programa: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização/MAPA (0618) / MAPA

QUADRO 4 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0618		Denominação: Programa Concessão de crédito aos produtores rurais – Bancos Públicos.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.						
Objetivos Específicos: Concessão de crédito aos produtores rurais – Bancos Públicos.						
Gerente: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)			Responsável:			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
711.907.000,00	956.301.960,00					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	percentual				134,3%	
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 134,3%. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica.						
Fonte: Banco da Amazônia S/A						

d) Programa: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização/MAPA (0747) / MAPA

QUADRO 5 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0747		Denominação: Programa Concessão de crédito às Cooperativas e Associações – Bancos Públicos			
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos					
Objetivo Geral: Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.					
Objetivos Específicos: Concessão de crédito às Cooperativas e Associações – Bancos Públicos.					
Gerente: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)			Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
4.254.000,00	20.121.345,00				

nos municípios prioritários da Operação Arco Verde.						
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.						
Objetivos Específicos: Promover o atendimento às atividades agropecuárias sustentáveis nos municípios constantes da Operação Arco Verde.						
Gerente: 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
48.900.000,00	41.712.889,36					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
8	percentual					85,3%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume financeiro do Programa representou 85,3% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o incentivo aos projetos voltados para a recuperação de áreas degradadas, contribuindo para o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis dos municípios da Operação Arco Verde.						
Fonte: Banco da Amazônia S/A						

i) Programa: 2047 - Micro e Pequenas Empresas (0837) / MDIC

QUADRO 10 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0837		Denominação: Programa de concessão de crédito às micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APL's e a empreendedores individuais.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Disponibilização de linhas de crédito para micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APL's e a empreendedores individuais.						
Objetivos Específicos: Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encandeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração e de emprego e renda.						
Gerente: 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
405.200.000,00	669.563.416,50					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
9	percentual					165,3%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume financeiro do Programa representou o alcance de 165,3% da meta estabelecida para o exercício de						

2013. Os resultados alcançados contribuíram para a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito para micro e pequenas empresas, elevando a disponibilização de novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra na Região.

Fonte: Banco da Amazônia S/A

j) Programa: 2052 – Pesca e Aquicultura (0567) / MAPA

QUADRO 11 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0567		Denominação: Programa de Concessão de Crédito aos Pescadores e Aquicultores.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Promover o atendimento creditício aos pescadores e aquicultores.						
Objetivos Específicos: Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplorados e inexplorados.						
Gerente: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
11.000.000,00	29.789.888,00					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
10	percentual					270,9%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume financeiro do Programa representou o alcance de 270,9% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o atendimento creditício aos pescadores e aquicultores regionais, com o fim de aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável.						

Fonte: Banco da Amazônia S/A

k) Programa: 2071 – Trabalho, Emprego e Renda (0291) / MTE

QUADRO 12 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0289		Denominação: Programa de Concessão de Crédito aos Micronegócios/ Microempresários.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda.						
Objetivos Específicos: Concessão de financiamento às instituições de microcrédito operadoras em 2º piso e/ou operações de 1º piso buscando atender diretamente os micronegócios, assessorando também aos microempreendedores populares.						
Gerente: 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
11.600.000,00	62.835.982,58					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no	Índice atingido no
		Data	Índice	Índice final		

11	percentual	inicial	exercício	exercício
Fórmula de Cálculo do Índice				541,7%
(Dotação final / dotação inicial)x100%				
Análise do Resultado Alcançado				
O volume financeiro do Programa representou o alcance de 541,7% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados fortaleceram a política de microcrédito produtivo orientado, com a promoção da universalização do acesso a essa modalidade de crédito.				
Fonte: Banco da Amazônia S/A				

l) Programa: 2076 – Turismo (0737) / MTUR

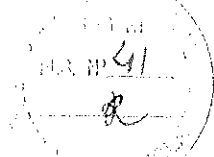
QUADRO 13 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0737		Denominação: Programa de Concessão de Crédito ao Setor de Turismo.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Promoção de investimentos privados e financiamento no setor de turismo.						
Objetivos Específicos: Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.						
Gerente: 54000 Ministério do Turismo (MTUR)			Responsável:			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
133.000.000,00	626.928.304,68					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
12	percentual				471,4%	
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Dotação final / dotação inicial)x100%						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume financeiro do Programa representou o alcance de 471,4% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados fortaleceram a política voltada para o setor de turismo, promovendo a sustentabilidade e a qualidade para o aumento da competitividade.						
Fonte: Banco da Amazônia S/A						

m) Programa: 2076 – Turismo (0738) / MTUR

QUADRO 14 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0738		Denominação: Programa de Concessão de Crédito ao Setor de Turismo.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.						
Objetivos Específicos: Disponibilização de linhas de crédito para empreendimentos turísticos situados nas cidades-sedes da Copa do Mundo FIFA de Futebol e seus entornos.						
Gerente: 54000-Ministério do Turismo (MTUR)			Responsável:			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
186.000.000,00	51.569.710,79					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	percentual				27,7%	



Fórmula de Cálculo do Índice
(Dotação final / dotação inicial)x100%
Análise do Resultado Alcançado
O volume financeiro do Programa representou o alcance de 27,7% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a Região Norte dispor de uma única cidade-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol.
Fonte: Banco da Amazônia S/A

2.3.2 Indicadores Institucionais

O Banco da Amazônia utiliza indicadores para mensuração dos resultados alcançados pela gestão no exercício.

Os atuais indicadores foram resultantes de estudos desenvolvidos e conduzidos pelos técnicos da Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE, vinculada à Universidade Federal de Viçosa, e que permitiram ampliar a análise de impactos na aplicação de recursos do FNO na Região Norte, evidenciando a eficácia e efetividade do Fundo como instrumento de redução das desigualdades intrarregionais, na forma preconizada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

As novas metodologias passaram a permitir o aprimoramento da qualidade da análise dos indicadores de desempenho do FNO, através de metodologias aperfeiçoadas, compreendendo o *propensity score*, matriz de insumo-produto, modelo aplicado de equilíbrio geral e pesquisas de campo.

Necessário destacar que o modelo aplicado de equilíbrio geral, desenvolvido pelos técnicos da FUNARBE, passou a ser utilizado pelo Banco da Amazônia de forma pioneira entre todas as instituições de fomento, permitindo uma análise mais precisa e pontual dos efeitos proporcionados pelo Fundo no desenvolvimento regional.

Os indicadores para mensuração dos resultados disponíveis são os seguintes:

a. ÍNDICE DE CONSECUÇÃO DE METAS

a.1. Nome: Índice de consecução de metas

a.2. Descrição do indicador: Esse índice tem por base a comparação direta entre os valores programados, ou estabelecidos na fase do planejamento, e os efetivamente executados, com o resultado apresentado em resultado percentual.

a.3. Fórmula de cálculo: Operação matemática envolvendo a divisão dos valores efetivados no período pelos das metas estabelecidas na fase de planejamento.

a.4. Utilidade: Visualização rápida e direta dos resultados alcançados, em forma percentual.

a.5. Mensurabilidade: O grau de alcance da meta definida na fase de planejamento.

a.6. Resultados alcançados:

Os financiamentos concedidos com recursos do FNO no exercício de 2013 procuraram observar os parâmetros constantes no Plano de Aplicação dos Recursos definido para o período. O total dos financiamentos contratados em 2013 alcançou o valor total de R\$ 4,72 bilhões, superando em 1,5% a meta estabelecida para o exercício, que foi de R\$ 4,65 bilhões.

As atividades que se destacaram nas contratações do FNO foi a agropecuária, a agroindústria e o turismo, que superaram as metas previstas para 2013 em 311,0%, 211,9% e 193,7%,

respectivamente. Além disso, considerando os Programas de Financiamento, o FNO-Biodiversidade e o FNO-Amazônia Sustentável superaram em 14,3% e 9,0% as metas. (v. Quadro 15).

**Quadro 15: Índice de Consecução de Metas do FNO por Programa e Atividade
Exercício de 2013**

Programas	Atividades	Previsão (R\$ Milhões)	Realizado (R\$ Milhões)	Índice de Consec. (%)
Total Programas		4.650,00	4.719,21	101,5
Total FNO-Pronaf		930,00	612,80	65,9
FNO-Pronaf	Grupo A	465,00	79,05	17,0
	Grupo B			
	Grupo A/C			
	Grupo C			
	Grupo D			
	Grupo E			
	Agroindústria	465,00	533,75	114,8
	Floresta			
	Pesca e Aquicultura			
	Mulher Jovem			
Total FNO-Amazônia Sustentável		3.177,14	3.463,65	109,0
FNO-Amazônia Sustentável	Empreendimentos Rurais	412,79	986,66	239,0
	Agropecuária	307,66	956,87	311,0
	Pesca e Aquicultura	105,13	29,79	28,3
	Empreendimentos Não Rurais	2.764,35	2.476,99	89,6
	Agroindústria	67,02	142,04	211,9
	Indústria	283,35	501,28	176,9
	Turismo	275,94	534,46	193,7
	Cultura	43,83	5,51	12,6
	Infraestrutura	668,98	26,01	3,9
	Exportação	30,23	0,00	0,0
	Comércio e Serviço	1.395,00	1.267,69	90,9
Total FNO-Micro e Pequena Empresa		400,97	389,90	97,2
	Indústria	-	77,90	-
	Turismo	-	50,34	-
	Cultura	-	11,61	-
	Comércio e Serviços	-	250,04	-
FNO-Biodiversidade	Floresta	129,89	148,46	114,3
FNO-EI	Empreendedor Individual	12,00	7,33	61,1
FNO-Emergencial	Emergencial Total	107,30	97,08	90,5
	Pronaf Emergencial	-	40,80	-
	Rural Emergencial	-	7,23	-
	Não Rural Emergencial	-	49,05	-

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2013 / Sistema SIG-Controper

b. COMPARATIVO DO RESULTADO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- b.1. Nome: Comparativo do Resultado da Programação Orçamentária
- b.2. Descrição do indicador: Esse índice tem por base o comparativo dos valores contábeis, considerando os valores previstos e os efetivamente realizados, para fins de verificação do desempenho.
- b.3. Fórmula de cálculo: Comparativo entre o montante da disponibilidade para aplicações no período e os recursos disponíveis na fase de operacionalização das metas.
- b.4. Utilidade: Visualização rápida e direta dos resultados apresentados
- b.5. Mensurabilidade: O grau de alcance da meta definida na fase de planejamento

- d.3. Fórmula de cálculo: O modelo de equilíbrio geral analisa os dados de todos os anos-base, de forma agregada, realizando uma comparação preliminar, por meio de análise descritiva, entre as empresas beneficiadas e não beneficiadas na alocação de recursos.
- d.4. Utilidade: Visualização rápida e direta dos resultados apresentados e da interdependência da economia.
- d.5. Mensurabilidade: O grau de alcance da meta definida na fase de planejamento
- d.6. Resultados alcançados:

As empresas financiadas pelo FNO possuem poder de geração de empregos maior que o das empresas não financiadas. Em todos os anos-base observados, nas empresas não financiadas percebe-se que à medida que o tempo passa essas empresas tendem a aumentar o seu número de empregados em escala exponencial (efeito escala). Nas empresas beneficiadas com crédito o processo de geração de emprego ocorre mais rapidamente que nas empresas não contempladas com recursos do Fundo (v. Quadro 18)

Quadro 18 Impacto do FNO no crescimento do estoque de emprego agregado no (N.º de Empregados/Empresa)

Tipo de empresa	Média da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Empresa (Pós-FNO)					
	1 ano	2 anos	4 anos	6 anos	8 anos	9 anos
Média Financiadas	4,87	8,22	14,61	11,33	18,41	12,52
Média Não Financiadas	1,55	2,56	4,09	6,04	8,96	10,53
Impacto no Crescimento do Estoque de Emprego						
Sem controle	3,31**	5,66*	10,52***	5,29	9,46	1,99
<i>Propensity Scores (Estratificação)</i>	2,54	4,42*	6,97	1,57	6,01	-2,06
<i>Propensity Scores (Kernel)</i>	2,04	3,67	5,43	0,63	3,89	-5,58

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5
 ***Significativo a 1%; **significativo a 5%; *significativo a 10%

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO (Item 3 e Subitens 3.1 e 3.2 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)

3.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA ORGÂNICA DE CONTROLE NO ÂMBITO DA UJ

- Ver informações no Quadro 19, abaixo

3.2 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ADMINISTRATIVO DA UJ

- Ver informações no Quadro 19, abaixo.

QUADRO 19 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	

Aspectos do sistema de controle interno						Avaliação				
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.										X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.										X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.								X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.										X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.										X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.										X
Avaliação de Risco										
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.						1	2	3	4	5
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.										X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.										X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.										X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.										X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.										X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.						X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.										X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.										X
Procedimentos de Controle										
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.						1	2	3	4	5
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.										X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.										X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.										X
Informação e Comunicação										
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.						1	2	3	4	5
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.										X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.									X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.									X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.										X
Monitoramento										
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.						1	2	3	4	5
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.									X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.										X
Análise Crítica:										
A análise e avaliação dos quesitos considerou os aspectos de controles internos constantes no Relatório de Avaliação de Controles Internos (RACI) e Relatório de Risco Operacional (RRO), do segundo semestre/2013, elaborados pela Gerência de Conformidade e aprovados pelo Conselho de Administração do Banco da Amazônia, nos quais constam os indicadores utilizados pela Instituição para monitorar a efetividade dos controles internos implementados.										
Também se considerou na análise e avaliação o Relatório Descrição dos Aspectos Relevantes de Controles Internos										

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
(ARCI), do segundo semestre/2013, elaborado pela Gerência de Conformidade para atendimento à Circular CMN 3.467/09.	
LEGENDA	
Níveis de Avaliação:	
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.	
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.	
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.	
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.	
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

4 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS (Item 9 e Subitens 9.1 e 9.2 da Parte A-Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)

4.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

4.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro 20 Tratamento das deliberações do Acórdão nº 832/2010-1ª Cam.-TCU no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Banco do Amazônia S.A.					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	019.551/2008-7	832/2010-1ª Cam	1.5	DE	Ofício 289/2010-TCU-SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Banco da Amazônia S.A					
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5. Determinar ao Banco da Amazônia S/A, instituição financeira federal de caráter regional, agente financeiro e operacional do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, a serem observadas na gestão de recursos do Fundo, nos termos do art. 18 da Lei Nº 8.443/92 que:</p> <p>1.5.1. Adote ações, inclusive buscando parcerias estratégicas com outros órgãos ou entidades da Administração Pública, como, por exemplo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, ou, ainda, com entidades paraestatais, como é o caso do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, com a finalidade de mitigar os fatores que dificultam a contratação de financiamentos com recursos do FNO na mesorregião do Alto Solimões/AM e na Faixa de Fronteira, em especial no município de Tabatinga/AM, visando à redução das disparidades intra-regionais de renda, nos termos do art. 3º, inc. IX, da Lei nº 7.827/89;</p> <p>1.5.2. Implemente ações administrativas eficazes, se necessário em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, com vistas a observar a aplicação de 10% (dez por cento) dos recursos do FNO para financiamento a assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pela autarquia em questão, bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, instituído pela Lei Complementar 93/98, em cumprimento ao disposto no art. 7º da Lei nº 9.126/95;</p> <p>1.5.3. Intensifique as ações visando incrementar a aplicação de recursos do Fundo nos Estados menos desenvolvidos da Região Norte (Acre, Amapá, Rondônia e Roraima), com vistas a apoiar a criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda, nos termos do disposto no art. 3º, inc. IX, da Lei nº 7.827/89;</p> <p>1.5.4. Proceda à pronta prestação das informações solicitadas pelos servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, apresentando todos os documentos e informações requeridas, sob pena de responsabilização dos</p>					

agentes envolvidos, conforme previsão contida no art. 26, § 1º, da Lei nº 10.180/01 e diante da missão do controle interno em apoiar o controle externo, nos termos do art. 74, inc. IV, da Constituição Federal, c/c o art. 50, inc. II, da Lei nº 8.443/92;

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Gerência de Gestão de Programas Governamentais - GPROG	

Síntese da providência adotada:

Item 1.5.1/1.5.3: O Banco da Amazônia vem desenvolvendo ações para disseminação do crédito em todos os municípios da Amazônia Legal. Em 2013, o Plano de Aplicação dos Recursos envolveu reuniões de caráter político-institucional em todos os estados da Região, contando com a participação do Presidente do Banco da Amazônia, dos Governadores dos Estados, de parlamentares, dos Presidentes das Federações da Agricultura, Indústria e Comércio e empresários diretamente envolvidos com o processo de desenvolvimento da Região. Esta etapa ocorreu entre os meses de março e abril, ocasião em que os participantes assumiram o compromisso de bem utilizar os recursos públicos a serem disponibilizados pelo Banco para o desenvolvimento sustentável da Região.

Destaque-se, também, o convênio de Cooperação Técnica firmado pelo Banco da Amazônia e pelo SEBRAE, para a busca da melhoria da qualidade e ampliação de acesso ao crédito e aos serviços financeiros de micro e pequenas empresas localizadas na região da Amazônia Legal, através de capacitações e treinamentos a projetistas e credenciados do SEBRAE e Seminários de Acesso ao Crédito direcionado às Micro e Pequenas Empresas, com palestras ministradas pelos parceiros e Rodada de Negócios. A parceria entre o Banco da Amazônia e o SEBRAE busca qualificar a demanda por investimentos e capital de giro e, por conseguinte, incrementar o volume de recursos destinados às Micro e Pequenas Empresas de diversas atividades econômicas, oportunizando a auto-sustentabilidade e a geração de emprego e renda em toda a Região.

Merece destaque, ainda, a ação denominada "FNO-Itinerante", feita em parceria com o Ministério da Integração Nacional, além dos Governos Estaduais e Municipais, tem por objetivo a disseminação dos recursos do FNO aos 450 municípios da Região Norte, principalmente os de Baixa e Média Renda pela tipologia da PNDR, prioritariamente para atender os segmentos produtivos de menor porte (micro e pequenas empresas e mini e pequenos produtores rurais). Nessa ação, ocorrem reuniões específicas de disseminação do FNO, por segmento, de acordo com ações/estratégias e perfil de cada município dos estados da Região Norte. Nos 4 anos de experiência com o FNO-Itinerante (2010 a 2013), foram organizados e coordenados pelo Banco da Amazônia, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, a realização de 43 seminários de disseminação do FNO. No exercício de 2013, esses eventos ocorreram em 5 estados da Região Norte, contemplando 14 municípios, a saber: Boa Vista do Ramos (AM), Parintins (AM), Santa Izabel do Rio Negro (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), São Sebastião de Uatumã (AM), Uruará (AM), Amapá (AP), Calçoene (AP), Aurora do Pará (PA), Igarapé-Açu (PA), Pacaraima (RR), Iracema (RR), São João da Baliza (RR), e São Félix do Tocantins (TO). Como resultado dessa ação em 2013, ao final do exercício, houve a contratação de 53 operações de crédito, no total de R\$ 0,37 milhão, além da prospecção de 60 negócios, em quase R\$ 1,98 milhões, ocorrendo a participação de 591 pessoas, principalmente micro e pequenos empreendedores; representantes de cooperativas, associações e sindicatos de produtores locais; mini e pequenos empreendedores rurais e pequenos agricultores familiares

Item 1.5.2: A parceria entre o INCRA e o Banco da Amazônia já existe, entretanto, o Banco depende da emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, emitida pelo INCRA, para que os assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária possam ser atendidos pelo Pronaf. Atualmente, o INCRA, em nível nacional, não está tendo capacidade operacional para emitir as DAP's, motivo pelo qual o Banco fica impossibilitado de atender a legislação no tocante à aplicação de 10% dos recursos do FNO para os assentados da Reforma Agrária. Diante dessa situação, que afeta outras instituições financeiras, como o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, há uma proposta de alteração da legislação vigente de forma que o texto dê abertura para que os 10% do Fundo Constitucional sejam destinados à Agricultura Familiar, apenas enfatizando que a preferência na aplicação desse percentual será para o Pronaf A.

Item 1.5.4: O Banco da Amazônia sempre procurou atender com presteza a todas as diligências de campo do TCU, colocando-se à disposição para prestar todos os esclarecimentos e fornecer qualquer documentação necessária, solicitada pelos servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Síntese dos resultados obtidos

Dentro da competência e alcance das medidas adotadas pelo Banco da Amazônia houve a estrita observância às deliberações emanadas e exaradas em acórdãos do TCU. Máxime, contudo, destacar o envolvimento de outros atores institucionais, com papel relevante nas questões abordadas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A plena visualização dos condicionantes deve, necessariamente, perpassar pela infraestrutura regional e a ação dos demais atores institucionais. Assim, positivamente, há de ser ressaltado o esforço do Banco da Amazônia em procurar bem atender e difundir a importância e valia das linhas de financiamento oferecidas pelo FNO aos empreendedores regionais, buscando, sempre, estimular a participação e cooperação de instituições estruturalmente desenvolvidas para o estímulo da economia regional. Nada obstante ao papel desempenhado por esta Instituição Financeira, problemas outros

44
R

atuam de forma obstativa ao alcance pleno dos resultados pretendidos, levando à busca de outros caminhos para ultrapassá-los, como bem destacado anteriormente na síntese da providência adotada em relação ao item 1.5.4.

Quadro 21 Tratamento das deliberações dos Acórdãos nº 175/2002-Plenário e nº 2169/2005-Plenário-TCU no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Banco do Amazônia S.A.					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	007.857/1999-3	175/2002-Plenário	8.6	DE	D.O.U. de 20.05.2002
		2169/2005-Plenário	9.6		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Banco da Amazônia S.A					
Descrição da Deliberação:					
8.6. Determinar ao BASA que inclua item específico em seu Relatório de Gestão, anualmente enviado como parte integrante da Prestação de Contas do FNO, tratando do acompanhamento físico-financeiro do empreendimento objeto da Cédula de Crédito Industrial nº FMI-ME-027990360-0, em especial informando do cumprimento da legislação ambiental no tocante à expedição das licenças exigidas					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gerência de Gestão de Programas Governamentais - GPROG					
Síntese da providência adotada:					
<p>O empreendimento, de responsabilidade da empresa SALTUR – Saldanha Soluções e Turismo Ltda, tal como idealizado não foi realizado. O empreendimento não obteve mais adições em suas beneficiarias, continua funcionando com baixa taxa de ocupação. Os empregados são contratados conforme a demanda do hotel;</p> <p>Em visita ao empreendimento, constatou-se:</p> <p>a) A empresa reduziu a quantidade de ações judiciais trabalhistas, saiu de um período de insolvência, liquidou dívidas com vários fornecedores, negociou junto à Caixa Econômica Federal o FGTS dos empregados e vem dando manutenção às instalações do empreendimento. Até o presente, a empresa vem pagando normalmente os acordos trabalhistas, e as dívidas fiscais deverão ser regularizadas quando do término dos pagamentos junto à Justiça do Trabalho;</p> <p>b) Segundo o empresário, o público alvo do Hotel seria o mercado Europeu e Americano, entretanto, no momento, a grande parte de sua clientela é do mercado Regional (Acre e Rondônia) e sul-americano (Bolívia).</p> <p>c) Devido à cheia dos rios Madeira e Mamoré, a ocupação hoteleira nos meses de fevereiro, março e abril foi sensivelmente afetada. Em consequência, a receita não se mostra suficiente para a manutenção do empreendimento, sobretudo em sua parte construída com madeira.</p> <p>d) A empresa em termos de resultado operacional apresentou melhoras em 2010, mas considerando o montante da dívida no Banco e no Fisco, sua capacidade de pagamento fica muito limitada.</p> <p>Em função de execução judicial da dívida, os dirigentes da empresa se negam a prestar informações básicas ao Banco para que seja apresentado um relatório com a profundidade que o caso requer.</p> <p>Quanto ao cumprimento da legislação ambiental no tocante à expedição das licenças exigidas, vale destacar que ainda não há concessão de licença de operação, que foi solicitada várias vezes pelo Banco da Amazônia, desde julho de 2000, quando do início das atividades do empreendimento. A não concessão, segundo justificativa apresentada pelo empreendimento, continua sendo a existência de óbices apresentados pelo IBAMA-SEDAM, responsável pela concessão do documento.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Dentro da competência e alcance das medidas adotadas pelo Banco da Amazônia houve a estrita observância às deliberações emanadas e exaradas em acórdãos do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A determinação do TCU vem sendo plenamente observada por parte do Banco da Amazônia, mediante uso de mecanismos de verificação e acompanhamento, sobretudo no que pertine à licença de operação do referido projeto.					

Quadro 22 Tratamento das deliberações do Acórdão nº 287/2007-Plenário-TCU no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa: Banco do Amazônia S.A.					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	025.819/2006-5	287/2007-Plenário	9.2.1	DE	D.O.U. de 09.03.2007
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação: Banco da Amazônia S.A.					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional – STN que, na qualidade de órgão central de Contabilidade da União, conforme Lei nº 10.180/2001, e por força do disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000, observe os dispositivos reiteradamente constantes das Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO, inclusive da Lei nº 11.439/2006 (LDO 2007), que dispõem sobre a obrigatoriedade de publicação de informações referentes à aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO;</p> <p>9.2. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por força do disposto no art. 18, inciso VI, da Lei nº 10.180/2001, e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, por conta do disposto no art. 24, inciso X, da mesma lei, que incluam na Prestação de Contas Anual do Presidente da República;</p> <p>9.2.1. as informações a que se refere o art. 49, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, de forma a evidenciar, detalhadamente, para cada uma das respectivas agências de fomento, dentre outras informações, os valores concedidos e os valores aplicados por região, por setor de atividade e por tipo de fonte de financiamento do orçamento fiscal e seguridade social, acompanhados dos saldos anteriores e atuais, encargos apropriados, valores devidos e recebidos e inadimplência;</p> <p>9.2.2. a avaliação circunstanciada do impacto fiscal das atividades executadas no exercício pelas agências financeiras oficiais de fomento, em especial o risco para o Tesouro Nacional de tais operações, conforme determina o próprio art. 49, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamenta, ao Banco do Brasil S.A., ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., ao Banco da Amazônia S.A., à Caixa Econômica Federal, à Financiadora de Estudos e Projetos, ao Diretor do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministro de Estado da Transparência e do Controle, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para conhecimento.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação: Gerência de Gestão de Programas Governamentais - GPROG					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
O Banco da Amazônia atendeu com presteza a todas as determinações do TCU, e, anualmente, vem aprimorando as informações nos relatórios de acompanhamento das atividades do FNO, e colocando-se à disposição para prestar todos os esclarecimentos e fornecer qualquer documentação necessária, solicitada pelos servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.					
Síntese dos resultados obtidos					
Dentro da competência e alcance das medidas adotadas pelo Banco da Amazônia houve a estrita observância às deliberações emanadas e exaradas em acórdãos do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A determinação do TCU vem sendo plenamente observada por parte do Banco da Amazônia, sem a identificação de fatos obstativos para tanto.					

Quadro 23 Tratamento das deliberações do Acórdão nº 1352/2011-Plenário-TCU no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: Banco do Amazônia S.A.					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	003.765/2010-5	1352/2011-Plenário		DE	D.O.U. de 01.06.2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Banco da Amazônia S.A					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional – STN que, na qualidade de órgão central de Contabilidade da União, conforme Lei nº 10.180/2001, e por força do disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000, observe os dispositivos reiteradamente constantes das Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO, inclusive da Lei nº 11.439/2006 (LDO 2007), que dispõem sobre a obrigatoriedade de publicação de informações referentes à aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO;</p> <p>9.2. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por força do disposto no art. 18, inciso VI, da Lei nº 10.180/2001, e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, por conta do disposto no art. 24, inciso X, da mesma lei, que incluam na Prestação de Contas Anual do Presidente da República;</p> <p>9.2.1. as informações a que se refere o art. 49, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, de forma a evidenciar, detalhadamente, para cada uma das respectivas agências de fomento, dentre outras informações, os valores concedidos e os valores aplicados por região, por setor de atividade e por tipo de fonte de financiamento do orçamento fiscal e seguridade social, acompanhados dos saldos anteriores e atuais, encargos apropriados, valores devidos e recebidos e inadimplência;</p> <p>9.2.2. a avaliação circunstanciada do impacto fiscal das atividades executadas no exercício pelas agências financeiras oficiais de fomento, em especial o risco para o Tesouro Nacional de tais operações, conforme determina o próprio art. 49, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Banco do Brasil S.A., ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., ao Banco da Amazônia S.A., à Caixa Econômica Federal, à Financiadora de Estudos e Projetos, ao Diretor do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministro de Estado da Transparência e do Controle, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para conhecimento.</p>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação: Gerência de Gestão de Programas Governamentais - GPROG					Código SIORG
Síntese da providência adotada: O Banco da Amazônia atendeu com presteza a todas as determinações do TCU, e, anualmente, vem aprimorando as informações nos relatórios de acompanhamento das atividades do FNO, e colocando-se à disposição para prestar todos os esclarecimentos e fornecer qualquer documentação necessária, solicitada pelos servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.					
Síntese dos resultados obtidos Dentro da competência e alcance das medidas adotadas pelo Banco da Amazônia houve a estrita observância às deliberações emanadas e exaradas em acórdãos do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor A determinação do TCU vem sendo plenamente observada por parte do Banco da Amazônia, sem a identificação de fatos obstativos para tanto.					

Quadro 24 Tratamento das deliberações do Acórdão nº 2247/2012 no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa Banco da Amazônia S.A.					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

57

01	042.049/2012-1	2247/2012	9.11	DE	Ofício 0363/2013-TCU/SECEX-RR
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Banco da Amazônia S.A.					
Descrição da Deliberação					
9.11. determinar ao Banco da Amazônia S.A. que: informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, todas as ações judiciais por ele promovidas (e o estágio atual de cada uma delas) com o intuito de recuperar os créditos inadimplidos pela empresa Frangonorte, à conta do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gerência Jurídica Corporativa- GEJUC					
Síntese da Providência Adotada					
Em atendimento a determinação acima o Banco da Amazônia por meio do Ofício GEJUC nº 2013/08, de 08.05.2013, assim se manifestou: <i>Em atendimento ao Ofício 0363/2013-TCU/SECEX-RR, de 15/04/2013, referente ao Processo TC-042.049/2012-1, segue em anexo, cópia das informações solicitadas sobre a Frangonorte Indústria e Comércio Ltda, anexando o Trâmite Processual do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Processo nº 0000855-63.1997.814.0301 – 9ª Vara Civil de Belém.</i>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Determinação atendida					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nada a comentar.					

4.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES FEITAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UJ SE VINCULA

Quadro 25 Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula – RA 201307791 – Item 1.2.1.1

Unidade Jurisdicional			
Denominação Completa			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201307791	1.2.1.1	Ofício nº 34.708/2013/CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Envidar esforços junto ao MI no sentido de identificar as causas da não aplicação do limite mínimo definido para o Grupo A do PRONAF, objetivando adequar o limite de aplicação, tendo em vista que historicamente este limite não tem sido atingido.</p> <p>Recomendação 2: Envidar esforços junto ao MI buscando identificar as causas para o baixo desempenho dos seguimentos Pesca e Aquicultura, Agroindústria, Exportação, Infraestrutura e Empreendedor individual, objetivando o alinhamento das metas programadas a resultados exequíveis.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gerência de Suporte a Projetos Corporativos - GPROG			

46

Síntese da Providência Adotada

O Banco encaminhou à CGU, por meio do Ofício SEAUD-CATRI nº 2013/58, de 18.12.2013, acompanhado do Ofício DIREX-PRESI nº 2013/379, mesma data, o Plano de Providências Permanente, com as seguintes informações:

Recomendação 1: O Banco da Amazônia articulou com o Ministério da Integração Nacional (MI), através do Ofício-GPROG nº 2013/40, de 29/10/2013 (cópia anexa), tendo resultado em uma reunião em Brasília na sede do MI, ocorrida no dia 26/11/2013 com a participação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para discutir e aprofundar um conjunto de ações a serem desenvolvidas em atendimento às recomendações da CGU, relativas à gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), exercício de 2012.

Quanto à recomendação, coube ao Banco da Amazônia elaborar documento com justificativa técnica e apresentação de série histórica sobre o desempenho do Banco nas contratações do Pronaf Grupo A com recursos do FNO, para subsidiar o MI na articulação com a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), visando à busca de solução conjunta para esse problema recorrente. A apresentação desse documento ao MI possibilitaria a elaboração de uma Nota Técnica propondo Resolução ao Conselho Monetário Nacional (CMN) de inclusão, para efeitos de cumprimento do percentual de 10% de aplicação mínima com recursos dos Fundos Constitucionais junto aos pronafianos do Grupo A, de outras operações contratadas junto aos agricultores familiares de outros grupos. Outra proposta levantada foi de aplicar o percentual de 10% para o Pronaf Grupo A somente sobre os ingressos do FNO decorrentes de repasses via Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e não sobre todas as parcelas, incluindo os retornos decorrentes de sobras de exercícios anteriores, como ocorre atualmente. Essa proposta ficou de ser aprofundada para posterior apresentação na forma de uma proposição.

Prazo de Atendimento: 31/12/2014.

Recomendação 2: O Banco da Amazônia buscará articulação com o MI e outros órgãos afins para avaliar desempenhos obtidos na aplicação dos recursos do FNO nos segmentos da pesca e aquicultura, agroindústria, exportação, infraestrutura e empreendedor individual, com o propósito de alinhar as metas programadas e obtenção de resultados exequíveis para esses segmentos. Atualmente, o Banco da Amazônia considera as prospecções de aplicação dos recursos do FNO em conformidade com as expectativas dos estados, no âmbito de seus Planos Plurianuais (PPA's), porém, para o exercício de 2014, o Banco da Amazônia reavaliou e reprogramou suas metas de aplicação do FNO para todos os segmentos do setor produtivo da Região Norte, de forma a adequá-las e torná-las mais próximas da realidade.

Prazo de Atendimento: 31/12/2014.

Atualizações/Ocorrências:

Recomendação 1: O INCRA está remodelando o processo de concessão de crédito aos agricultores familiares assentados da reforma agrária, visando melhorar o processo de acesso ao crédito por parte dos beneficiários.

Outra frente do INCRA, a qual a autarquia convidou o Banco a participar, são as Salas da Cidadania, que se trata de um espaço eletrônico, onde são oferecidos diversos serviços aos agricultores familiares, dentre os quais destacamos as renegociações de dívidas, contando com a participação direta dos Bancos com as informações de operações a serem renegociadas. Esta proposta está sendo analisada pelo Banco.

O Banco da Amazônia vem atuando nas localidades onde há empresas de ATER/ATES que atenderam e foram selecionadas para as chamadas públicas do INCRA no que se refere elaboração de projetos e prestação de assistência técnica aos beneficiários da reforma agrária, mas ainda há problemas de demanda.

No ano de 2013 o Banco da Amazônia S.A. contratou na Agricultura Familiar na fonte FNO 653,60 milhões, dos quais 80,39 milhões foram concedidos ao abrigo das linhas PRONAF A e A/C. (Fonte: GEMAF)

Recomendação 2: O Banco da Amazônia buscou, nas reuniões realizadas nos estados para elaboração do planejamento da aplicação do FNO em 2014, alinhar/ajustar suas metas para os segmentos da pesca e aquicultura, agroindústria, exportação, infraestrutura e empreendedor individual, de modo a torná-las mais exequíveis.

Síntese dos Resultados Obtidos

Nada a declarar

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Nada a declarar

Quadro 26 Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula –
RA 201307791 – Item 1.2.1.2

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

BRUNO
AVAC
53
J

Banco da Amazônia S/A			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201307791	1.2.1.2	Ofício nº 34.708/2013/CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Dar continuidade as articulações com os Órgãos envolvidos no desenvolvimento regional e com os governos estaduais da Região Norte, com vistas ao fomento da aplicação de recursos do FNO nos Estados do Amapá e Roraima.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gerência de Suporte a Projetos Corporativos - GPROG			
Síntese da Providência Adotada			
<p>O Banco encaminhou à CGU, por meio do Ofício SEAUD-CATRI nº 2013/58, de 18.12.2013, acompanhado do Ofício DIREX-PRESI nº 2013/379, mesma data, o Plano de Providências Permanente, com as seguintes informações:</p> <p>O Banco da Amazônia articulou com o Ministério da Integração Nacional (MI), através do Ofício-GPROG nº 2013/40, de 29/10/2013 (cópia anexa), tendo resultado em uma reunião em Brasília na sede do MI, ocorrida no dia 26/11/2013 com a participação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para discutir e aprofundar um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo Banco da Amazônia em atendimento às recomendações da CGU, relativas à gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), exercício de 2012.</p> <p>Em relação à recomendação, o Banco da Amazônia continua desenvolvendo ações nos estados do Amapá e Roraima e intensificando as articulações com os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento regional e com os governos estaduais, visando melhorar o desempenho das aplicações do FNO nesses dois estados. Nesse sentido, o Banco já realizou reuniões com a Agência de Fomento do Amapá e de Roraima, visando estabelecer parcerias para viabilizar o repasse de recursos do FNO para aplicação nesses estados. Quanto ao Estado de Roraima, o Banco já manteve entendimentos com a Agência de Fomento local, que passa atualmente por reestruturação do quadro diretivo e estruturação organizacional.</p> <p>Registra-se também que a partir do início do próximo ano o Presidente do Banco da Amazônia pretende ir aos estados da Região divulgar o novo Plano de Aplicação de Recursos do FNO para 2014 e firmar acordo de cooperação para a operacionalização dos respectivos planos estaduais de aplicação de recursos financeiros.</p> <p>Prazo de Atendimento: 31/12/2014.</p> <p>Atualizações/Ocorrências:</p> <p>As ações de fomento realizadas pelo Banco da Amazônia nos estados da Região, a exemplo do FNO-Itinerante, ação desenvolvida em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI) e os governos estaduais e municipais, e dos seminários de divulgação de produtos e orientações para acesso ao crédito, realizados pelo SEBRAE, em conjunto com a execução do Programa "Supera Mais" do Banco da Amazônia, criado em 2013, que consiste em uma estratégia de alavancagem de resultados que possibilitem ao Banco atingir seus objetivos estratégicos, têm potencializado a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) nos estados do Amapá e Roraima, onde os resultados obtidos no exercício de 2013 apresentaram-se bastante satisfatórios. Em Roraima foi contratado com recursos do FNO R\$ 103,1 milhões, correspondente a 44,3% da meta estabelecida para 2013 e crescimento de 391,0% em relação ao resultado obtido em 2012, sendo o maior crescimento nas aplicações do Fundo entre todos os estados na Região. No Amapá também houve crescimento nas aplicações de 2013 em relação ao exercício anterior, da ordem de 3,6% (R\$ 91,5 milhões), representando 39,3% da meta prevista para o exercício. Contribuiu para esses resultados, o apoio financeiro do Banco com recursos do FNO a empreendimentos de grande porte nos estados do Amapá e Roraima, com efeito multiplicador de emprego e renda, a exemplo da construção de dois <i>shopping centers</i>, sendo um em Macapá/AP e outro em Boa Vista/RR.</p> <p>Além do mais, o Banco da Amazônia continua envidando esforços para cumprir o disposto no artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989 e artigo 2º da Portaria n.º 684/2002, que tratam sobre o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento pelos bancos administradores a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Em 2013, o Banco entrou em processo de negociação com instituições financeiras e agências de fomento na Região, dentre as quais a Agência de Fomento do Estado de Roraima (AFERR) e Agência de Fomento do Estado do Amapá (AFAP), obtendo resposta positiva dessas agências quanto à formalização da parceria, devendo ser concretizadas em 2014.</p>			

47
R

Síntese dos Resultados Obtidos
Nada a declarar
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Nada a declarar

**Quadro 27 Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula –
RA 201307791 – Item 1.2.1.3**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201307791	1.2.1.3	Ofício nº 34.708/2013/CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Providenciar a regularização da operação, com a comprovação financeira da operação, apensando ao processo todas as notas fiscais que comprovem a aplicação financeira dos recursos no empreendimento.</p> <p>Recomendação 2: Providenciar a revisão dos seus normativos relacionados ao crédito de fomento, com o objetivo de aprimorar os procedimentos relacionados à comprovação financeira da aplicação dos recursos do FNO, definindo claramente a data que deve ser considerada como início da internalização do projeto no Banco, bem como com vistas a garantir a efetiva utilização dos bens e serviços descritos nas notas fiscais apresentadas pelos clientes nos projetos financiados pelo Banco.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gerência de Acompanhamento de Crédito de Fomento - GEAFO			
Síntese da Providência Adotada			
<p>O Banco encaminhou à CGU, por meio do Ofício SEAUD-CATRI nº 2013/58, de 18.12.2013, acompanhado do Ofício DIREX-PRESI nº 2013/379, mesma data, o Plano de Providências Permanente, com as seguintes informações:</p> <p>Recomendação 1: Mediante o conhecimento do fato através da SA nº 201307791/18, de 21.08.2013, da Controladoria Geral da União, o Banco procedeu à imediata regularização do registro emitindo a Nota Técnica GEAFO-CPRUR 2013/43, de 29.08.2013. Foi considerada a data de 30.09.2011 quando a empresa deu entrada da proposta na Agência de Araguaína, conforme carimbo na capa do volume 1 do projeto. Procedida à competente revisão dos documentos, com base no dispositivo da NP 455, item 2.8.7, a Nota Fiscal nº 566084, no valor de R\$ 197.359,40, emissão de 30.08.2011, foi glosada sem proporcionar prejuízo ao desenvolvimento do projeto. Desse modo, o valor anteriormente considerado de R\$ 14.090.027,25 (116,66%), a representar um percentual reduzido para 115,09% (R\$ 13.892.662,85). A Nota Técnica e seus respectivos anexos foram remetidos à CGU através do Ofício GEAFO 75/2013, de 17.09.2013.</p> <p>Conforme orientado as notas fiscais estão juntadas ao processo e depois de digitalizadas os arquivos em CD foram remetidos à CGU, através do Ofício GEAFO nº 077/2013, de 04.10.2013.</p> <p>Recomendação 2: Para aprimorar o processo de acompanhamento de crédito do Banco, a Diretoria Executiva, em 16.10.2013 aprovou a transformação da Gerência de Acompanhamento de Crédito de Fomento, para Gerência de Acompanhamento de Crédito Comercial e de Fomento – GEAFO. A mudança desmembrou e acrescentou na estrutura da GEAFO as Coordenadorias COAFO – Coordenadoria de Acompanhamento de Crédito de Fomento; COACC – Coordenadoria de Acompanhamento de Crédito Comercial e CODAC – Coordenadoria de Diretrizes de Acompanhamento de Crédito. A nova estrutura já foi implantada e passa pelo processo natural de transição. A CODAC prioriza a revisão da NP 457 – Administração do Crédito Fiscalização do Crédito Rural, já em edição para publicação até 30.12.2013 e NP 455 – Administração do Crédito Desembolso e Reembolso, em revisão com prazo para até 15.01.2014.</p>			

Providências a serem Implementadas: Implantação da Nova estrutura da Gerência de Acompanhamento de Crédito de Fomento-GEAFO aprovada na forma de Decisão da Diretoria Executiva do Banco. Revisão e alteração das NP's 457 e 455 para contemplar a recomendação da CGU, obedecendo às exigências do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil e Resolução BACEN 4.174, de 29.12.2012.

Prazo de Atendimento: 15/01/2014.

NP 457 aprovada em fase de publicação prevista para até 30.12.2013. NP 455 em fase revisão com prazo para aprovação, até 15/01/2014.

Atualizações/Ocorrências:

A NP 457 está publicada no Sistema de Normativos – SISNOR do Banco.

A NP 455, também, publicada no Sistema de Normativos do Banco e no item 2.6.2, em consonância com o MCR 2.5, define a data (o momento) que deve ser considerada para comprovar financeiramente a aplicação dos recursos do financiamento no empreendimento, a saber: "No setor rural será lícita a liberação de parcelas do crédito para cobertura de gastos já realizados com recursos próprios do mutuário, sem que se configure recuperação de capital investido, quando preenchidas as seguintes condições cumulativas:

- a) que os itens pertinentes constituam despesas que integrem o orçamento considerado para a concessão do crédito;
- b) que os gastos tenham sido realizados após a apresentação da proposta ou, inexistindo esta, após a formalização do crédito:

I. Até 180 (cento e oitenta) dias antes da formalização do crédito, na liberação de parcelas referentes a fertilizantes, corretivos, defensivos agrícolas ou sementes fiscalizadas ou certificadas, destinados à lavoura financiada.

Síntese dos Resultados Obtidos

A recomendação foi concluída, com a normatização do assunto, pelo que solicitamos a sua baixa.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Aprimoramento das informações dos Normativos.

Quadro 28 Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula – RA 201307791 – Item 1.2.1.4

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201307791	1.2.1.4	Ofício nº 34.708/2013/CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Providenciar a readequação das planilhas de análises dos projetos financiados com recursos do FNO, com o objetivo de garantir a confiabilidade e a qualidade dos procedimentos de análise dos projetos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gerência de Análise de Projetos - GERAP			
Síntese da Providência Adotada			
O Banco encaminhou à CGU, por meio do Ofício SEAUD-CATRI nº 2013/58, de 18.12.2013, acompanhado do Ofício DIREX-PRESI nº 2013/379, mesma data, o Plano de Providências Permanente, com as seguintes informações: O Banco da Amazônia informa que o sistema de fomento está em fase de estabilização para entrada em operação em 2014. Ressaltamos que as planilhas utilizadas atualmente para as análises do Banco estão devidamente protegidas. Prazo para atendimento: até Dezembro/2014.			

48
R

Atualizações/Ocorrências:

O sistema de Fomento está sendo testado para decisão de implementação ou não pelo Banco. Com relação à planilha de análise foram travadas as células e inserido a análise de sensibilidade.

Síntese dos Resultados Obtidos

O travamento das cédulas permitiu uma maior segurança com relação aos dados e informações considerados nas análises.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Busca de maior segurança no processo de análise.

Quadro 29 Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula – RA 201307791 – Item 1.2.1.5

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201307791	1.2.1.5	Ofício nº 34.708/2013/CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Descrição da Recomendação			
RECOMENDAÇÃO 1: Providenciar a readequação do processo de planejamento das operações que são fiscalizadas pelo Banco, com o objetivo de garantir que o acompanhamento das operações possibilite a detecção tempestiva de possíveis irregularidades encontradas nos projetos, a fim de diminuir os riscos na concessão do crédito.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gerência de Acompanhamento de Crédito de Fomento – GEAF0			
Síntese da Providência Adotada			
<p>O Banco encaminhou à CGU, por meio do Ofício SEAUD-CATRI nº 2013/58, de 18.12.2013, acompanhado do Ofício DIREX-PRESI nº 2013/379, mesma data, o Plano de Providências Permanente, com as seguintes informações:</p> <p>Todos os financiamentos de Banco são vistoriados para comprovação da aplicação do crédito, por força das diretrizes definidas através da NP 455, item 2.4 – Desembolso das parcelas subsequentes à primeira fica condicionada à comprovação da correta aplicação da parcela anteriormente liberada e em conformidade com o cronograma físico-financeiro do projeto. Os laudos de vistoria contemplam itens específicos (irregularidades técnica e/ou financeira), cujas providências com vistas à regularização são definidas, determinadas e acompanhadas sob prazo de execução.</p> <p>Para o exercício de 2014 todo o processo de seleção destinado às vistorias das operações de crédito do Banco, sofrerá ampla revisão quando serão atendidas as orientações da CGU, bem como as determinações do Banco Central do Brasil – MCR 2.7 e Res BACEN 4.174, de 29/12/2012.</p> <p>Encontra-se em processo de revisão todas as Normas de Procedimentos (NP) que tratam da gestão do crédito. A NP 457 que disciplina a Administração do Crédito – Vistoria de Crédito Rural, contendo as recomendações da CGU, já foi aprovada e editada. Desenvolvem-se os procedimentos finais para a publicação nos normativos internos, em 30/12/2013.</p> <p>Prazo de Atendimento: 15/01/2014.</p>			

Atualizações/Ocorrências:
 A NP 457 que regulamenta as fiscalizações das operações do Banco foi publicada, em 20/11/2013. Ressalte-se que todos os créditos concedidos do Setor rural são vistoriados 100% em sua fase de implantação, seja pelo Banco ou por empresa de Assistência Técnica, acima das regras definidas no MCR 2.7, que permite a amostragem.

Síntese dos Resultados Obtidos
 Diante disso, entende-se que a demanda seja considerada como atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
 Nada a comentar.

Quadro 30 Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula – RA 201307791 – Item 1.2.1.6

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201307791	1.2.1.6	Ofício nº 34.708/2013/CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Aperfeiçoar o acompanhamento quantitativo e qualitativo das diretrizes e prioridades no atendimento dos recursos do FNO, definidas anualmente pelo CONDEL da SUDAM, com o objetivo de garantir que o fundo possa ser um efetivo instrumento de indução das políticas de desenvolvimento regional do Governo Federal na Amazônia.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gerência de Suporte a Projetos Corporativos - GPROG			
Síntese da Providência Adotada			
<p>O Banco encaminhou à CGU, por meio do Ofício SEAUD-CATRI nº 2013/58, de 18.12.2013, acompanhado do Ofício DIREX-PRESI nº 2013/379, mesma data, o Plano de Providências Permanente, com as seguintes informações: O Banco da Amazônia articulou com o Ministério da Integração Nacional (MI), através do Ofício-GPROG nº 2013/40, de 29/10/2013 (cópia anexa), tendo resultado em uma reunião em Brasília na sede do MI, ocorrida no dia 26/11/2013 com a participação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para discutir e aprofundar um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo Banco da Amazônia em atendimento às recomendações da CGU, relativas à gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), exercício de 2012. Foi recomendado ao Banco da Amazônia e SUDAM examinarem um conjunto de indicadores e definirem quais podem ser aplicados já no Relatório de 2013. Para 2014, o MI está agendando, em meados de junho/julho, uma reunião com o Banco da Amazônia e a SUDAM para esclarecer as diretrizes e prioridades mais factíveis de serem mensuradas, sem, contudo, perderem seu propósito.</p>			
Atualizações/Ocorrências:			
Em cumprimento a esta recomendação da CGU, o Banco da Amazônia, em articulação com a Superintendência de			

49
R

Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), elaborou um quadro contendo o indicador de "Meta Atingida" para avaliar o desempenho do Banco no cumprimento das diretrizes e prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o qual já foi incorporado ao Relatório de Atividades e Resultados Obtidos pelo Fundo no Exercício de 2013 (páginas 17 a 19, anexas). O quadro representa um avanço no acompanhamento quantitativo e qualitativo das diretrizes e prioridades no atendimento dos recursos do FNO, se comparado com o quadro apresentado no Relatório de 2012. Espera-se continuar avançando no aperfeiçoamento do indicador, uma vez que, para 2014, deverá ser agendada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), em meados de junho/julho, uma reunião com o Banco da Amazônia e a SUDAM com o propósito de esclarecer as diretrizes e prioridades que sejam factíveis de serem mensuradas.

Síntese dos Resultados Obtidos

Nada a declarar

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Nada a declarar

Quadro 31 Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula – RA 201307791 – Item 1.2.1.7

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201307791	1.2.1.7	Ofício nº 34.708/2013/CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Reavaliar os prazos normatizados e adotar rotinas de controle que assegurem maior celeridade nas análises das propostas de financiamento.</p> <p>Recomendação 2: Realizar, para a concessão do crédito, estudos fundamentados contendo informações acerca do potencial de desenvolvimento sócio-econômico gerado pelo empreendimento, inclusive sobre a criação de empregos diretos e indiretos.</p> <p>Recomendação 3: Adotar, por meio de normativos, a obrigatoriedade da apresentação de boletins de medição ou memória de cálculo, como forma de acompanhamento da execução das inversões realizadas.</p> <p>Recomendação 4: Realizar a análise quanto à viabilidade da Receita Operacional Bruta (ROB) prevista na estabilização do empreendimento, bem como pesquisas de preços de mercado visando validar os custos orçados pelos mutuários, incluindo-as nos dossiês das operações de crédito.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gerência de Acompanhamento de Crédito de Fomento – GEAFO Gerência de Análises de Projetos – GERAP			
Síntese da Providência Adotada			

O Banco encaminhou à CGU, por meio do Ofício SEAUD-CATRI nº 2013/58, de 18.12.2013, acompanhado do Ofício DIREX-PRESI nº 2013/379, mesma data, o Plano de Providências Permanente, com as seguintes informações:

Recomendação 1: Foi incluído no Manual de Organização-Norma de Estrutura, item "6.2", rotina com prazos/metapara o processo de análise. Ressalta-se, ainda, que foram implementados segmentação da Gerência de Análises de Projetos-GERAP, Vídeo Conferência mensal com os Coordenadores das Superintendências e Check list por segmento.
Prazo para atendimento: até Dezembro/2014.

Recomendação 2: A Gerência de Estratégia e Organização-GEREO, através da Coordenadoria de Estudos Macroeconômicos e Regionais, está realizando estudos setoriais para subsidiar a prospecção de negócios e as análises de mercado para o Banco. Esta ação complementa as consultas que são realizadas junto ao SETORISE/SERASA, Consultoria LCA e sites correlatos as atividades sob análise para concessão do crédito. GERAP
Prazo para atendimento: até Dezembro/2014.

Recomendação 3: Os procedimentos para liberação das parcelas de crédito do FNO estão normatizados na NP-455 – Administração do Crédito – Desembolso e Reembolso, itens 2.3 e 2.4. Esses procedimentos visam exatamente evitar que ocorram liberações, quando constatadas impropriedades.

Com a criação da Coordenadoria de Diretriz de Acompanhamento de Crédito-CODAC, na Gerência de Acompanhamento de Crédito de Fomento-GEAFO, a NP 455 Administração do Crédito-Desembolso e Reembolso, passa por processo de revisão, podendo ocorrer alteração/inserção, neste regulamento. A recomendação da CGU será introduzida nesta NP, inclusive será proposta sua inclusão no Instrumento Contratual utilizado pelo Banco.

O processo está em andamento. A previsão para que as alterações da NP 455 sejam submetidas à apreciação da DIREX é durante a 1ª quinzena do mês de janeiro/2014. E ocorrendo sua aprovação a recomendação será publicada em nosso normativo.

Prazo para atendimento: 15/01/2014.

Recomendação 4: Durante o estudo do pleito faz-se a análise de sensibilidade com redução de 5% da Receita Operacional Bruta apresentada no projeto, em complemento fazemos pesquisas para avaliar se a demanda constante do pleito está condizente com a realidade de mercado, ajustando a menor quando necessário. Ressalta-se ainda, que consideramos que a ROB somente é atingida no terceiro ano após a conclusão do projeto.

A partir de 19/07/2012, passou a constar na Norma de Procedimento-NP 451 – Análise de Projetos de Fomento, a exigência de análise comparativa, pelo Banco, dos custos das aquisições feitas com recursos vinculados ao financiamento com preços praticados no mercado.

Prazo para atendimento: até Dezembro/2014.

Atualizações/Ocorrências:

Recomendação 01: Em Novembro de 2013 foi reestruturada a Gerência de Análise de Projetos-GERAP passando a ser segmentada em três Coordenadorias assim como com novos prazos para as rotinas de análise, conforme o atual Manual de Organização – MOR.

Recomendação 02: A partir de 2013 periodicamente vem sendo divulgado na intranet do Banco o Painel de Indicadores Regionais com informações de vários setores da nossa economia.

Recomendação 3: Após revisão do regulamento da NP-455 – Administração do Crédito – Desembolso e Reembolso, foi aprovado pela Diretoria do Banco a recomendação sugerida da CGU, a saber: "2.8.35 Por ocasião das vistorias para comprovação física dos empreendimentos financiados, envolvendo construção civil, rodovias, Pequenas Centrais Hidrelétricas, etc., a mutuária deverá fornecer boletins de medição, ou mapas de medição das obras financiadas, devidamente assinadas por técnicos habilitados, para efeito de acompanhamento da execução do projeto, devendo essa condição constar do instrumento contratual".

Recomendação 4: Foi mantida a análise de sensibilidade já descrita acima e desconsiderado o Bônus de Adimplência

**Quadro 27 MEDIDAS CONSTANTES DO ACÓRDÃO N.º 1352/2011 - TCU PARA CUMPRIMENTO PELO BANCO DA AMAZÔNIA
6.ª REVISÃO – BASE: FEVEREIRO/2014**

Determinações do TCU	Ações em Desenvolvimento ou a Serem Desenvolvidas (Situação em Dezembro/2011)	Prazo para Cumprimento	Área(s) Envolvida(s)	Área Responsável	Situação em Fevereiro/2014
<p>1) Inclua nas prestações de contas apresentadas ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia análises que evidenciem a eficácia e efetividade do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte como instrumento de redução das desigualdades intrarregionais, na forma preconizada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, em especial, quanto a efeitos multiplicadores do investimento sobre a geração de empregos, renda e tributos nas microrregiões prioritárias mapeadas pela Política, tendo em vista o disposto no inciso V, art. 15, da Lei nº 7.827/89, e no inciso II, art. 6º, do Decreto nº 6.047/2007.</p>	<p>1. Ampliar a análise de impactos da aplicação de recursos do FNO na Região Norte, evidenciando a eficácia e efetividade do Fundo como instrumento de redução das desigualdades intrarregionais, na forma preconizada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a partir dos estudos ora em desenvolvimento pela Fundação Arthur Bernardes-FUNARBE, vinculada à Universidade Federal de Viçosa, consultoria externa contratada com essa finalidade.</p> <p>2. Incorporar na rotina de trabalho de elaboração da prestação de contas anual do FNO a avaliação dos impactos que evidenciem eficácia/efetividade do Fundo na forma recomendada.</p>	<p>Início: A partir do 1º semestre de 2012. Término: contínuo.</p> <p>Início: A partir do exercício de 2011. Término: contínuo.</p>	<p>GEREIO</p> <p>GEREIO</p>	<p>GPROG</p> <p>GPROG</p>	<p>1. Estudos concluídos no segundo semestre de 2012 pela Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), vinculada à Universidade Federal de Viçosa, permitiram ampliar a análise de impactos da aplicação de recursos do FNO na Região Norte, evidenciando a eficácia e efetividade do Fundo como instrumento de redução das desigualdades intrarregionais, na forma preconizada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Concluído.</p> <p>2. As novas técnicas de análise foram incorporadas na rotina do trabalho de elaboração do Processo de Contas Ordinárias anual do FNO, a partir do Relatório de Gestão do Fundo referente ao exercício de 2012, na forma recomendada. Concluído.</p>
<p>2) Realize mapeamento e acompanhamento sistemático das agências e superintendências com baixo desempenho na concessão de crédito com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte a mini, micro e pequenos produtores, de modo a direcionar esforços administrativos para melhoria do alcance das metas de montante de recursos a serem alocados a empreendimentos classificados nesses segmentos, tendo em vista o disposto no inciso III, art. 3º, da Lei nº 7.827/89.</p>	<p><u>GERPI</u></p> <p>1. Identificar junto às Unidades que apresentam baixo desempenho de execução os gargalos que estão impedindo o cumprimento da meta projetada, apresentando alternativas de solução para reversão do quadro.</p> <p>2. Acompanhar mensalmente a aplicação de recursos por município com direcionamento para aplicação principalmente nos municípios cuja tipologia seja Baixa Renda visando o desenvolvimento dos setores produtivos da Região.</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p>	<p>GERPE, GERPI e GEMAF</p> <p>GERPE, GERPI e GEMAF</p>	<p>GERPE, GERPI e GEMAF</p>	<p><u>GERPI</u></p> <p>1. O Banco aplicou no crédito de fomento em Apoio as Micro e Pequenas Empresas no primeiro semestre de 2013, valor total superior ao mesmo período de 2012. Houve de janeiro a junho/2013 a aplicação de R\$ 273.823.760,90 sendo que no mesmo período de 2012 foram aplicados R\$ 216.954.016,90, indicando assim um acréscimo de 26,21% nas aplicações (Fonte: SISARD, base: jun/2013). Atividade contínua. Item atendido.</p> <p>2. a) O Banco faz o acompanhamento semanal da aplicação de recursos por município com direcionamento para aplicação principalmente nos municípios cuja tipologia "Baixa Renda" e "Estagnada" visando o desenvolvimento dos setores produtivos destas regiões; e b) De janeiro/2013 a maio/2013 foram atendidos em 115 municípios de tipologia "Baixa Renda" e "Estagnada" um total de 943 operações no valor de R\$ 86 milhões, com recursos de FNO não rural para as micro e pequenas empresas e empreendedores individual. Atividade contínua. Item atendido.</p>

<p>3) Incremente as medidas de divulgação dos programas de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte para os possíveis tomadores de recursos classificados como de micro até médio portes, tendo em vista</p>					<p>GERPE Aplicação do FNO para mini, pequeno e pequeno-médio produtor: a) Acompanhamento semanal das contratações realizadas pelas Agências e Superintendências, classificando o volume de contratação por porte; b) Identificação das Agências e Superintendências com deficiência na aplicação do crédito no agronegócio e nos pequenos portes; c) Orientação permanente às Superintendências quanto à expansão do crédito ao agronegócio, priorizando os pequenos portes. Atividade contínua. d) Lançada metodologia de análise de limite de crédito para custo e aquisição de máquina isolada, o que irá dar maior segurança ao crédito e agilidade no processo de análise. Desta forma, não haverá mais necessidade de elaboração de projeto ou plano de negócio, o que irá atender aos anseios dos produtores de menores portes</p>
<p>GERPE 1. A partir do segundo semestre de 2011 as metas do segmento Pessoa Física foram distribuídas e acompanhadas por porte do tomador, separando os beneficiários do PRONAF. 2. Identificar junto às Unidades que apresentam baixo desempenho de execução os gargalos que estão impedindo o cumprimento da meta projetada, apresentando alternativas de solução para reversão do quadro. 3. Articulação junto às áreas internas do Banco afetas ao tema (GERAP/GEAFO) visando formatar ações integradas para maximização do crédito. 4. Articulação junto às federações de Agricultura e Pecuária dos Estados, visando a potencialização de negócios com os mini e pequenos produtores rurais. 5. Propor ao CONDEL da SUDAM que seja concedido um incentivo às ATER's para que estas elaborem e acompanhem projetos de mini produtores.</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: julho/2011 Término: contínuo</p>	<p>GEMAF 1. Acompanhamento mensal de recursos por município com direcionamento para aplicação do PRONAF principalmente nos municípios cuja tipologia seja Barxa Renda visando o desenvolvimento dos setores produtivos da Região. 2. Estimular as superintendências e agências a realizarem a programação da aplicação dos recursos na agricultura familiar em conjunto com os atores do PRONAF (planejamento de aplicação). 3. Fazer o acompanhamento mensal da carteira do PRONAF, por agência/superintendência, por linha/grupo, via SIG/CONTROPER 4. Desenvolver ações de articulação com os atores do PRONAF visando aumentar a demanda e a qualidade das propostas/projetos apresentados ao Banco (seminários de planejamento, etc.).</p>	<p>GERP/GERGC 1. Acompanhar as ações das Superintendências e Agências com órgãos de classe nos municípios de sua jurisdição e outras entidades afins para realização de encontros de divulgação dos produtos e serviços do Banco para</p>	<p>GICOM, GERGC, GERP, GERP e GEMAF</p>	<p>GERP/GERGC 1. As ações desenvolvidas pelas superintendências e também por suas jurisdicionadas são acompanhadas com a apresentação dos eventos em que houve a</p>
<p>GEMAF 1. Acompanhamento semanal por agência via SISARD. Atividade contínua. Item atendido. 2. Plano de ação para dinamizar o PRONAF aprovado pela DIREX, em 2012. Atividade contínua. Item atendido. 3. Acompanhamento mensal, toda vez que a base do SIG é liberada. Última base: jun/2013. Atividade contínua. Item atendido. 4. Plano de ação para dinamizar o PRONAF aprovado pela DIREX em 2012. As Superintendências estão articulando com atores em cada Estado para a realização das reuniões para construção do Relatório de Informações Técnicas do PRONAF (RIT). As capacitações foram realizadas em alguns estados. No momento estão suspensas aguardando que o novo sistema de fomento entre em produção, pois a capacitação deve ser voltada para esse novo sistema. Atividade contínua. Item atendido.</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p>	<p>GICOM</p>	<p>GERP/GERGC 1. As ações desenvolvidas pelas superintendências e também por suas jurisdicionadas são acompanhadas com a apresentação dos eventos em que houve a</p>	<p>GICOM</p>	<p>GERP/GERGC 1. As ações desenvolvidas pelas superintendências e também por suas jurisdicionadas são acompanhadas com a apresentação dos eventos em que houve a</p>

<p>o disposto no inciso XII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89.</p>	<p>atendimento as MPE's, Empreendedores Individuais e médias empresas.</p> <p>2. Expansão das ações que o Banco já possui através das parcerias com diversas entidades (rodadas de negócios e seminários de acesso a crédito).</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>		<p>participação do Banco como agente orientador e fomentador de crédito. Atividade contínua. Item atendido.</p> <p>2. No primeiro sem/2013, fruto do convenio com o SEBRAE, foram efetuados 48 seminários na região norte com a participação de cerca de 3.000 empreendedores. Com a Associação Comercial do Pará foram 04 Balcões de Negócios com 17 empresas atendidas. Atividade contínua. Item atendido.</p>
<p><u>GERPI</u></p> <p>1. Distribuição de cartilhas orientadoras às Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais e criação de novos folders de materiais promocionais (via GICOM)</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>		<p><u>GERPI</u></p> <p>1. O Banco mantém a distribuição de cartilhas orientadoras de acesso a crédito com recursos do FNO às MPE's e também sobre o atendimento a Empreendedores Individuais. Atividade contínua. Item atendido.</p>
<p><u>GERPE</u></p> <p>1. Elaboração de cartilhas do FNO Pessoa Física (mini e pequenos produtores), com linguagem simples e adequada para consumo do público alvo e uso institucional, ressaltando todo fluxo de acesso e obtenção do crédito.</p> <p>2. Desenvolver e realizar seminários 'FNO PARA TODOS' de um dia, visando disseminar as linhas de crédito e as condições de acesso, iniciando pelas unidades identificadas com baixo desempenho.</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>		<p><u>GERPE</u></p> <p>1. Distribuição de cartilhas e folders nas diversas palestras realizadas nos municípios informando sobre os produtos e serviços do Banco disponíveis aos mini e pequenos produtores. Atividade contínua. Item atendido.</p> <p>2. Observado cronograma dos seminários de disseminação do FNO para extensão dos benefícios do Fundo a todos os Municípios da Região. Atividade contínua. Item atendido.</p>
<p><u>GEMAF</u></p> <p>1. Elaboração de cartilhas do FNO (linhas/grupos do PRONAF e uma específica para o Grupo B), com linguagem simples e adequada para consumo do público alvo e uso institucional, ressaltando todo fluxo de acesso e obtenção do crédito.</p> <p>2. Propor a criação de álbum seriado sobre as linhas/grupos do PRONAF para uso dos técnicos nas reuniões com os agricultores familiares (em campo).</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>		<p><u>GEMAF</u></p> <p>1. Cartilhas e folders estão sendo distribuídos às Superintendências e agências. Atividade contínua. Item atendido.</p> <p>2. O Banco optou por não confeccionar os álbuns seriados. A divulgação junto aos agricultores familiares está sendo feita por meio de palestras com distribuição de folders. Também estão sendo distribuídos folders e cartilhas em eventos e nas agências. Concluído.</p>
<p><u>GICOM</u></p> <p>1. Potencializar ainda mais a comunicação, através da utilização de diversos meios de divulgação do FNO (rádio, TV, jornal, portais e mídias alternativas), principalmente os negócios relacionados com microfinanças, FNO-Empreendedor Individual, FNO-GIRO MPE, Amazônia Florescer e outras linhas de crédito do Banco.</p>	<p>Início: julho/2011 Término: contínuo</p>	<p>Início: julho/2011 Término: contínuo</p>		<p><u>GICOM</u></p> <p>1. A GICOM tem trabalhado na divulgação do FNO através do programa FNO Mais e tem desenvolvido também várias outras ações de comunicação utilizando jornal, revistas e material promocional versando sobre o referido produto. Espera-se com isso contribuir para a aplicação de 100% dos recursos previstos. Atividade contínua. Item atendido.</p>

<p>4) Incremente e aperfeiçoe as ações com vistas ao acompanhamento contínuo do comportamento da inadimplência, a fim de atuar de forma preventiva quando da sinalização de tendência de crescimento da inadimplência em determinado setor econômico, porte de desenvolvimento, tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e superintendência, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89.</p>	<p>4.1 PREVENÇÃO <u>GEMAF</u> 1. Capacitar técnicos interna e externamente sobre PRONAF (conceitos, linhas/grupos, planilha de análise, etc.), visando qualificar a entrada de projetos/proposta no Banco como forma de redução de inadimplência. 2. Desenvolver/normatizar ações (vistorias prévias, declaração de posse, etc.) como forma de redução da inadimplência na agricultura familiar. <u>GEAFO</u> 1. A GEAFO, com 40 (quarenta) empregados, criada em 17.09.2009, poderá atuar preventivamente, pois tem como atribuição principal: administrar, acompanhar e monitorar (fiscalizar) a evolução física dos empreendimentos. Além disso, periodicamente os projetos são visitados pela GEAFO e Agências, conforme regras estabelecidas nas NP-456-Administração de Crédito Acompanhamento e Fiscalização e NP-457-Administração de Crédito Fiscalização do Crédito Rural. A visita tem por objetivo obter informações que permitam adoção tempestiva para assegurar o retorno do capital emprestado pelo Banco. <u>GERAT</u> 1. No Banco da Amazônia, as ações para regularização das dívidas vencidas se iniciam a partir do dia seguinte ao vencimento. O sistema de controle de operações emite Avisos de Vencimento nos primeiro e sétimo dias úteis após o vencimento aos devedores, chamando-os ao pagamento. Devedores e coobrigados são inscritos no CIOB (Cadastro de Impedidos de operar com o Banco da Amazônia), CADIN, SPC e SERASA, de acordo com prazos estabelecidos em Normas Internas, que são pautadas em Leis e/ou dispositivos legais que regem o assunto. Paralelamente, procura-se verificar as causas da inadimplência, para que, na abordagem (carta de cobrança, telefone, e-mail, visita), já se tenha a oferecer possíveis soluções negociadas. O devedor também é alertado para as consequências do não pagamento da dívida. Os procedimentos de acompanhamento e cobrança estão disciplinados internamente na Norma de Procedimento (NP) 460 - Gestão da Inadimplência. Destaque para a atuação do acompanhamento de operações vencidas. As agências são responsáveis pelo acompanhamento integral dos clientes adimplentes e</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p>	<p>GEAFO, GERAT e GEMAF</p>	<p>GERAT</p>	<p><u>GEMAF</u> 1. Faz parte do Plano de ação para dinamizar o PRONAF. As capacitações foram realizadas em alguns estados. No momento estão suspensos aguardando que o novo sistema de fomento entre em produção, pois a capacitação deve ser voltada para esse novo sistema. Atividade contínua. Item atendido. 2. Vistoria prévia, gatilho da inadimplência, declaração de posse e outros já foram normatizados. Concluído. <u>GEAFO</u> 1. Sem alteração. Os aspectos de visita/fiscalização/comprovação são permanentes, e ocorreram melhorias nos controles junto às Agências e Superintendências. Atividade contínua. Item atendido. <u>GERAT</u> 1. Sem alteração. Atividade contínua. Item atendido.</p>
---	---	---	-----------------------------	--------------	---

<p>do FNO em seus planos anuais de atividades de auditoria, conforme Instruções Normativas CGU nº 07/06 e nº 01/07, em especial:</p> <p>10.1.1) Adoção de procedimentos de auditoria estruturados para aferição objetiva do desempenho operacional das unidades na gestão de recursos do Fundo;</p> <p>10.1.2) Estabelecimento de critérios de seleção amostral baseados em materialidade das operações e classificação de risco que reflitam a representatividade das aplicações de fomento no conjunto das operações da carteira das unidades auditadas;</p> <p>10.1.3) Detalhamento de metas quantitativas de horas a serem empregadas em fiscalizações de recursos do FNO;</p> <p>10.2) Adoção de indicadores de desempenho para as atividades de auditoria interna, relativos ao cumprimento dos objetivos e metas de fiscalização dos recursos do FNO, tendo em vista o disposto no caput do art. 70, da Constituição Federal;</p> <p>10.3) Alocação dos recursos humanos e implantação de sistemas informatizados necessários ao cumprimento das metas pelas operações de crédito do FNO estabelecidas nos planos anuais de atividades de auditoria interna, tendo em vista o disposto no caput do art. 70, da Constituição Federal;</p> <p>10.4) Implementação de metodologia de monitoramento da eficácia e efetividade das recomendações formuladas nas sínteses de auditoria, tendo em vista o disposto no caput do art. 70, da Constituição Federal.</p>	<p>b) Capacidade operacional das agências para orientar e atender o público-alvo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, especialmente no que diz respeito ao quantitativo e à capacitação dos recursos humanos; c</p> <p>c) Atuação das unidades responsáveis pela fiscalização de empreendimentos, com foco em projetos de infraestrutura econômica, inclusive com relação à avaliação dos projetos, custos e viabilidade.</p> <p>Tomando por base a IN-CGU nº 01/07, a Auditoria Interna programou para 2013, 120 missões para verificações "in loco" (16.232 horas úteis) na área organizacional e de negócios (Anexo I do PAINT). O FNO receberá ações da auditoria interna em três momentos distintos, num total de 6.404h:</p> <p>a) Auditoria nas demonstrações contábeis, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Auditoria Contábil e Tributária-CATRI, itens 5.1.1.1 e 5.1.2.6 do Anexo III, correspondendo a 96h;</p> <p>b) Grandes operações FNO - Direção Geral, item 3.1.8 do Anexo III, correspondendo a 320h, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Auditorias Operacional e de Negócios-CAONE; e</p> <p>c) Ação em missões na Rede de Distribuição, item 3.1.1 e 3.1.2.1 do Anexo III, correspondendo a 5.988h, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Auditorias Operacional e de Negócios-CAONE</p>	<p>quando o mesmo for formatado (em regra, 31/out a 20/nov do ano em curso), as medidas imediatas são tomadas e justificadas à CGU no RAINNT.</p>	<p>2. As missões buscarão</p> <p>a) A gestão contábil</p> <p>b) A eficiência da FNO pelo Banco (2014/005);</p> <p>c) A eficácia e a eficiência com base no relatório (2014/029);</p> <p>d) A eficiência da FNO-Promaf (missão As missões 2014/00 unidades da Direção Distribuição. O objeto etapas do processo cumpridas, e se os riscos são eficientes para a coleta de evidências de risco que com materialidade e criticidade. Atualmente, há 34 Secretária Executiva</p>
--	--	---	--

6) Prom recur: das 1 Gerêr Fome Const tendo da Le

<p>5) Implemente critérios e padrões para avaliação da eficiência, efetividade e eficácia da área de reestruturação de ativos, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89.</p>	<p>GERAT</p> <p>1. A GERAT realiza um comparativo do rol de devedores atuais com relatório anterior. Para os devedores que figuram nos relatórios, cujos valores envolvidos tenham grande impacto no resultado, a cobrança de ação é intensificada, concludando a agência e superintendência a unir esforços para viabilizar solução para os casos. Os clientes que tiveram risco agravado por conta de atraso são acompanhados a partir de informações das unidades e também através do Sistema SISPCLD, que mostra a flutuação do risco tanto em função do atraso quanto em função da regularização da anormalidade.</p> <p>2. Relatórios disponibilizados pela GESOP fornecem os índices de inadimplências das diversas carteiras de crédito do Banco. A partir da evolução negativa dos índices de inadimplência a unidade de reestruturação de ativos passa a adotar medidas para identificar os principais atores e orientar as unidades envolvidas a agirem proativamente visando estancar o processo degenerativo, interromper a elevação dos valores vencidos e, ao mesmo tempo, buscar adequar esses números a um patamar aceitável pelo mercado. A partir da entrada em produção do sistema CRI (<i>Credit Risk Intelligence</i>), prevista para até o final de dezembro/2011, o Banco passará a dispor de relatórios quinzenais ou semanais, quando então os indicadores de inadimplência poderão ser visualizados com menor defasagem permitindo ações tempestivas para regularização das operações vencidas.</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p>	<p>GERAT</p> <p>GERAT</p>	<p>GERAT</p> <p>1. Sem alteração. Atividade contínua. Item atendido.</p> <p>2. A GERAT é usuária do sistema CRI, o qual já se encontra em produção, sendo os relatórios disponibilizados analisados pelas diversas áreas usuárias, com vistas a aquilatar a sua utilidade efetiva para a gestão das operações ativas do Banco. No caso específico da GERAT, para visualização da inadimplência e a sua gestão</p>	<p>5) Implemente critérios e padrões para avaliação da eficiência, efetividade e eficácia da área de reestruturação de ativos, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89.</p>	<p>1. Anualmente, é definida a meta de recuperação de créditos compensados. Inclusive, o valor determinado entra no Orçamento da instituição. Todavia, toda a estrutura de reestruturação de ativos do Banco trabalha focando atingir 110% do valor que é fixado pela Diretoria da Casa. Ao final do exercício, os números alcançados são avaliados pela Diretoria responsável e pela Administração maior do Banco, impactando, inclusive, o conceito da Gerência responsável (GERAT) e dos empregados ali lotados. Quanto à renegociação de dívidas não compensadas, os efeitos das medidas tomadas pela GERAT fazem-se sentir pelo número de propostas internalizadas nas agências e decididas pelas diversas instâncias de decisão (Comitês das agências, das superintendências, da Matriz e Diretoria Executiva), e pelo montante de reversão de PCLD gerado.</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>	<p>GERAT</p>	<p>1. O Programa Recupera Mais, que vigorou durante o ano de 2012 foi substituído pelo Programa Supera Mais, o qual, como o próprio nome indica, é composto de metas mais ousadas e desafiadoras, mobilizando toda a estrutura de reestruturação de ativos a empreender ações concretas e objetivas para que, ao final do período, as metas estejam batidas e quicá superadas. As unidades com melhor desempenho serão ranqueadas e bonificadas.</p> <p>Executadas as ações elencadas no item 4 anterior, a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações de reestruturação de ativos podem ser verificadas comparando-se a quantidade de operações renegociadas administrativamente e seus efeitos (redução do índice de inadimplência, volume de créditos recuperados, e outros). O período considerado</p>
---	---	---	---	--	---	---	---	---------------------	--

53
8

<p>6) Promova a alocação de profissionais e dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas de fiscalização estabelecidas pela Gerência de Acompanhamento do Crédito de Fomento para as operações de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º da Lei nº 7.827/89.</p>	<p>2. Já os índices de inadimplência em si não podem ser analisados somente sob o aspecto de reestruturação de ativos. A gestão da inadimplência se inicia com o primeiro contato com o pretendo cliente. Depois, vêm as fases de cadastro, análise de risco, definição de limites de crédito, análise de projetos ou de necessidade de capital de giro, de visitas gerenciais, de verificação da correta aplicação dos recursos liberados, do acompanhamento do crédito/devedor, etc. Se bem feitos e combinados esses elementos, reduzem-se as vias da inadimplência e os seus indicadores mantêm-se sob estrito controle, ficando a área de reestruturação de ativos com as gestões dos casos de inadimplência.</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>	<p>GEAFO</p>	<p>GEAFO</p>	<p>Para efeito avaliativo foi às informações do exercício 2012 e do primeiro semestre de 2013. O volume de créditos recuperados no 1º semestre/2012, 2º semestre/2012 e 1º semestre/2013, referentes às operações com recursos do FNO, perfazem: Jun/2012.....R\$-20,44 milhões. Dez/2012.....R\$-22,69 milhões. Jun/2013.....R\$-51,92 milhões. crescimento de 128,82% em relação ao semestre anterior e de 20,37% comparativamente ao resultado obtido no ano de 2012. No 1º semestre/2013 foram efetuadas cerca de 460 renegociações da fonte FNO, nas diversas instâncias decisórias. Em 2013, até o mês de junho, o Banco, através da GERAT, publicou 7 (sete) circulares respaldadas por resoluções legais, com orientações de procedimentos para negociação de dívidas vencidas/vincendas de diversas fontes de recursos. Atividade contínua. Item atendido. 2. Sem alteração. Atividade contínua. Item atendido.</p>
<p>6) Promova a alocação de profissionais e dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas de fiscalização estabelecidas pela Gerência de Acompanhamento do Crédito de Fomento para as operações de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º da Lei nº 7.827/89.</p>	<p>1. Desde 2010 a GEAFO passou a fazer o acompanhamento mensal das fiscalizações e elaboração de relatórios semestrais, demonstrando o percentual de fiscalizações ocorridas comparado com o previsto. Para as unidades que apresentam baixo desempenho é cobrada justificativa. Os demonstrativos das fiscalizações foram separados em: a) Crédito Rural - Pronaf b) Crédito Rural (exceto Pronaf)</p>	<p>Início: concluso Atualização contínua</p>	<p>GEAFO</p>	<p>GEAFO</p>	<p>1. Em 2012 foram fiscalizadas 18.230 operações Rurais (inclusive Pronaf) e Não Rurais, assim distribuídas: -Programação Anual: 8.222 -Outras Fiscalizações (exceto Pronaf): 3.143 -Fiscalizações prestadas por Órgãos de Assistência Técnica credenciados: 4.928 -Outras Fiscalizações do Pronaf: 1.937. Atividade contínua. Item atendido.</p>

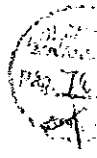
<p>7) Amplie e aperfeiçoe as ações para capacitação de empregados que desenvolvem análise de crédito nas agências, acompanhamento dos financiamentos e renegociação de dívidas, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º da Lei nº 7.827/89.</p>	<p>c) Crédito não Rural.</p> <p>2. Elaborada cartilha de procedimentos e recomendações e enviada para as agências.</p>	<p>Início: conclusão Atualização contínua</p>	<p>GERHU</p> <p>1. Com o objetivo de capacitar os empregados do Banco foi realizado o Curso de Qualidade do Crédito, com a participação de 1.084 empregados, dos quais 937 foram certificados. No primeiro semestre priorizamos os empregados que trabalham nas agências, assim alcançamos 79% da meta anual dos empregados das agências, neste 2º semestre concluiremos tanto o índice de empregados nas agências quanto na matriz, perfazendo um total de 1.310 empregados treinados, conforme abaixo:</p> <table border="1" data-bbox="598 1176 821 1646"> <thead> <tr> <th>Discriminação</th> <th>Total</th> <th>Agência</th> <th>Matriz</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Matriculados</td> <td>1.084</td> <td>1.038</td> <td>46</td> </tr> <tr> <td>Certificados</td> <td>937</td> <td>891</td> <td>46</td> </tr> <tr> <td>Matriculados 3ª turma</td> <td>556</td> <td>422</td> <td>134</td> </tr> <tr> <td>Meta</td> <td>1.310</td> <td>1.130</td> <td>180</td> </tr> <tr> <td>Percentual atingido</td> <td>-</td> <td>79%</td> <td>25%</td> </tr> </tbody> </table> <p>O curso será disponibilizado aos demais empregados do Banco. Além desse curso, foi ofertado o Curso de Cadastro, que dará suporte ao relacionamento cliente-empresa. Atualmente, 506 certificados já foram concedidos e continua disponível a todos os empregados do Banco.</p> <p>Foi realizado também o Curso de Utilização de GPS e Processamento de informações Geográficas para 29 empregados, com o objetivo de capacitar os técnicos para a utilização correta do aparelho como ferramenta nas vistorias/fiscalizações, evitando que o Banco venha a sofrer prejuízos em demandas judiciais em virtude do recebimento de garantias do Crédito (Hipotecas) passíveis de irregularidades e/ou localizadas em áreas ilegais ou de Preservação Ambiental.</p> <p>Foram realizadas Fiscalizações por Amostragem de Operação do PRONAF (por 25 empregados) assim como o Curso de Análise de Planilhas de PRONAF ofertado a 49 empregados. Com a realização desse curso o quantitativo de unidades treinadas voltou a ser de 100%. Além do Curso sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia- FDA, oportunizado a 22 empregados, foram disponibilizadas vídeos-aula sobre contabilidade geral e contabilidade bancária, realização de vídeos-conferência para discussão do assunto, com acesso a todos os</p>	Discriminação	Total	Agência	Matriz	Matriculados	1.084	1.038	46	Certificados	937	891	46	Matriculados 3ª turma	556	422	134	Meta	1.310	1.130	180	Percentual atingido	-	79%	25%	<p>GERHU</p> <p>GERAP, GERAT, GEMAF, GPROD e GERHU</p>	<p>2. Cartilha elaborada. Concluído.</p> <p>GERHU</p> <p>1. No período de janeiro de 2012 a junho de 2013 foram realizados treinamentos em serviço e capacitações operacionais dentre os quais destacamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de Capacitação no Sistema de Fomento-não Rural - a princípio foram treinados 07 disseminadores que, por sua vez, treinaram nas superintendências um representante de cada agência, totalizando em 133 participações. O Amazon Project foi, também, disponibilizado em formato de vídeoaula (DVD) para que todas as unidades possam disseminar aos projetistas locais. Em 2013 o curso do Amazon Project foi repetido para os analistas da GERAP; ▪ Curso de Agricultura Familiar e PRONAF - disponibilizado na metodologia à distância, com carga horária de 13 horas, promovendo a certificação de 625 empregados. ▪ Curso de Microcrédito Produtivo Orientado - disponibilizado na metodologia à distância, com carga horária de 40 horas, promovendo a certificação de 183 empregados. ▪ Continuidade do Curso de Qualidade do Crédito - realizado on line internamente pelo Banco, com 2.079 empregados treinados em todas as ofertas do curso, com carga horária de 66 horas. No ano de 2013 ainda será realizada mais uma turma no 2º semestre. <table border="1" data-bbox="1125 123 1284 548"> <thead> <tr> <th>Período</th> <th>Turnas</th> <th>Certificados</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2011</td> <td>03</td> <td>1475</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>02</td> <td>585</td> </tr> <tr> <td>1º sem/2013</td> <td>01</td> <td>19</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>06</td> <td>2079</td> </tr> </tbody> </table> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Risco de Crédito e Fraude - disponibilizado a 10 empregados da GECRE, visando oferecer uma ampla visão de mercado em análise de crédito e fraude, a fim de prover o crescimento da carteira de ativos com qualidade, segurança e agilidade através da identificação dos fatos geradores da PDD, elucidando os sinais de 	Período	Turnas	Certificados	2011	03	1475	2012	02	585	1º sem/2013	01	19	TOTAL	06	2079
Discriminação	Total	Agência	Matriz																																									
Matriculados	1.084	1.038	46																																									
Certificados	937	891	46																																									
Matriculados 3ª turma	556	422	134																																									
Meta	1.310	1.130	180																																									
Percentual atingido	-	79%	25%																																									
Período	Turnas	Certificados																																										
2011	03	1475																																										
2012	02	585																																										
1º sem/2013	01	19																																										
TOTAL	06	2079																																										

<p>do FNO em seus planos anuais de atividades de auditoria, conforme Instruções Normativas CGU nº 07/06 e nº 01/07, em especial:</p> <p>10.1.1) Adoção de procedimentos de auditoria estruturados para aferição objetiva do desempenho operacional das unidades na gestão de recursos do Fundo;</p> <p>10.1.2) Estabelecimento de critérios de seleção amostral baseados em materialidade das operações e classificação de risco que reflitam a representatividade das aplicações de fomento no conjunto das operações da carteira das unidades auditadas;</p> <p>10.1.3) Detalhamento de metas quantitativas de horas a serem empregadas em fiscalizações de recursos do FNO.</p> <p>10.2) Adoção de indicadores de desempenho para as atividades de auditoria interna, relativos ao cumprimento dos objetivos e metas de fiscalização dos recursos do FNO, tendo em vista o disposto no caput do art. 70, da Constituição Federal;</p> <p>10.3) Alocação dos recursos humanos e implementação de sistemas informatizados necessários ao cumprimento das metas de auditoria das unidades responsáveis pelas operações de crédito do FNO estabelecidas nos planos anuais de atividades de auditoria interna, tendo em vista o disposto no caput do art. 70, da Constituição Federal;</p> <p>10.4) Implementação de metodologia de monitoramento da eficácia e efetividade das recomendações formuladas nas sínteses de auditoria, tendo em vista o disposto no caput do art. 70, da Constituição Federal.</p>	<p>b) Capacidade operacional das agências para orientar e atender o público-alvo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, especialmente no que diz respeito ao quantitativo e à capacitação dos recursos humanos; e</p> <p>c) Atuação das unidades responsáveis pela fiscalização de empreendimentos, com foco em projetos de infraestrutura econômica, inclusive com relação à avaliação dos projetos, custos e viabilidade.</p> <p>Tomando por base a IN-CGU nº 01/07, a Auditoria Interna programou para 2013, 120 missões para verificações "in loco" (16.232 horas úteis) na área organizacional e de negócios (Anexo I do PAINT). O FNO receberá ações da auditoria interna em três momentos distintos, num total de 6.404h:</p> <p>a) Auditoria nas demonstrações contábeis, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Auditoria Contábil e Tributária-CATRI, itens 5.1.1.1 e 5.1.2.6 do Anexo III, correspondendo a 96h;</p> <p>b) Grandes operações FNO – Direção Geral, item 3.1.8 do Anexo III, correspondendo a 320h, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Auditorias Operacional e de Negócios-CAONE; e</p> <p>c) Ação em missões na Rede de Distribuição, item 3.1.1.1 e 3.1.2.1 do Anexo III, correspondendo a 5.988h, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Auditorias Operacional e de Negócios-CAONE</p>	<p>quando o mesmo for formatado (em regra, 31/out a 20/nov do ano em curso), as medidas imediatas são tomadas e justificadas à CGU no RAIN.T.</p>	<p>Auditoria Interna encaminhou à Controladoria Geral da União-CGU, tanto o PAINT/2014 quanto o RAIN.T/2013. Concluído</p>
<p>2. As missões buscarão avaliar:</p> <p>a) A gestão contábil (missão 2014/004);</p> <p>b) A eficiência da aplicação dos recursos do FNO pelo Banco da Amazônia S.A. (missão 2014/005);</p> <p>c) A eficácia e a eficiência das ações tomadas com base no relatório 2013/035 (missão 2014/029);</p> <p>d) A eficiência da aplicação dos recursos do FNO-Pronaf (missão 2014/030).</p> <p>As missões 2014/005, 029 e 030 abrangerão unidades da Direção Geral e da Rede de Distribuição. O objetivo é certificar que todas as etapas do processo de crédito estejam sendo cumpridas, e se os controles criados para mitigar os riscos são eficientes e eficazes. Na seleção para a coleta de evidências, será utilizada matriz de risco que compreenderá critérios de materialidade e criticidade.</p> <p>Atualmente, há 34 empregados alocados (1 Secretária Executiva, 4 Coordenadores titulares, Secretária e 28 auditores). A Supervisora não pertence ao</p>	<p>2. As missões buscarão avaliar:</p> <p>a) A gestão contábil (missão 2014/004);</p> <p>b) A eficiência da aplicação dos recursos do FNO pelo Banco da Amazônia S.A. (missão 2014/005);</p> <p>c) A eficácia e a eficiência das ações tomadas com base no relatório 2013/035 (missão 2014/029);</p> <p>d) A eficiência da aplicação dos recursos do FNO-Pronaf (missão 2014/030).</p> <p>As missões 2014/005, 029 e 030 abrangerão unidades da Direção Geral e da Rede de Distribuição. O objetivo é certificar que todas as etapas do processo de crédito estejam sendo cumpridas, e se os controles criados para mitigar os riscos são eficientes e eficazes. Na seleção para a coleta de evidências, será utilizada matriz de risco que compreenderá critérios de materialidade e criticidade.</p> <p>Atualmente, há 34 empregados alocados (1 Secretária Executiva, 4 Coordenadores titulares, Secretária e 28 auditores). A Supervisora não pertence ao</p>	<p>quando o mesmo for formatado (em regra, 31/out a 20/nov do ano em curso), as medidas imediatas são tomadas e justificadas à CGU no RAIN.T.</p>	<p>Auditoria Interna encaminhou à Controladoria Geral da União-CGU, tanto o PAINT/2014 quanto o RAIN.T/2013. Concluído</p>

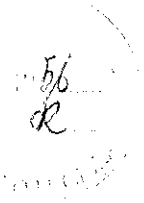
<p>11) Apresente a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência desta deliberação, plano para cumprimento das determinações formuladas acima, contemplando a especificação de medidas, prazos e responsáveis.</p>	<p>quadro de auditores. Há defasagem de 1 auditor, cujo processo de seleção para preenchimento encontra-se na fase final.</p> <p>Para viabilizar as atividades (planejamento, execução, acompanhamento e controle), a Auditoria Interna vem desenvolvendo ferramenta em <i>Access</i>, sem prejuízo do pleito em poder da área de tecnologia para aquisição ou construção de outra ferramenta mais voltada para ABR. Quanto à adoção de indicadores de desempenho para as atividades de auditoria interna, demonstrativos neste sentido são apresentados à CGU no RAINT de cada exercício.</p> <p>No tocante à implementação de metodologia de monitoramento da eficácia e efetividade das recomendações formuladas nas sínteses de auditoria, o <i>follow-up</i> se dá mediante cobrança semestral às áreas responsáveis pelo saneamento das causas/fatores indicados nos relatórios como prováveis ensejadores das falhas em serviço e, por consequência, exposição a níveis de risco para além daqueles definidos pela Alta Administração, assim como verificação "in loco" nas auditorias seguintes.</p> <p>A partir de janeiro/2012, o acompanhamento das ações gerenciais de cumprimento das ações preventivas/corretivas exaradas pela auditoria interna passou a ser realizado via o fórum de auditoria, ferramenta construída no <i>SEAUD</i>, sistema de <i>follow up</i> que utiliza o mesmo modelo de fóruns da <i>web</i>. As recomendações são postadas nos Fóruns das unidades auditadas como Tópicos, nos respectivos subfóruns das gerências executivas relacionadas ao produto/atividade auditado. O acesso às auditorias se dá por grupos de interesse. Cada unidade tem acesso apenas ao que lhe diz respeito, bem como as gerências executivas aos assuntos a ela relacionadas. As respostas são analisadas, até a satisfação completa do assunto, fechando o tópico.</p> <p>Atualmente, as diretrizes sobre acompanhamento de relatórios de auditoria estão expressas na Norma de Procedimentos da Auditoria Interna.</p>	<p>Início: 01.07.2011 Término: 15.08.2011</p> <p>Início: 01.12.2011 Término: 18.12.2011</p>	<p>GPROG</p> <p>GPROG</p>	<p>GPROG</p> <p>GPROG</p>	<p>1. Plano Elaborado. Concluído.</p> <p>2. Plano enviado ao TCU no prazo. Concluído.</p>	<p>1 Supervisora de Secretaria e 28 auditores). A Supervisora não pertence ao quadro de auditores. O quadro se encontra completo.</p> <p>Para viabilizar as atividades (planejamento, execução, acompanhamento e controle), Auditoria Interna articular-se-á com outras instituições com vistas à aquisição ou construção de ferramenta mais voltada para ABR, além do "fórum" já implantado.</p>
--	---	---	---------------------------	---------------------------	---	---

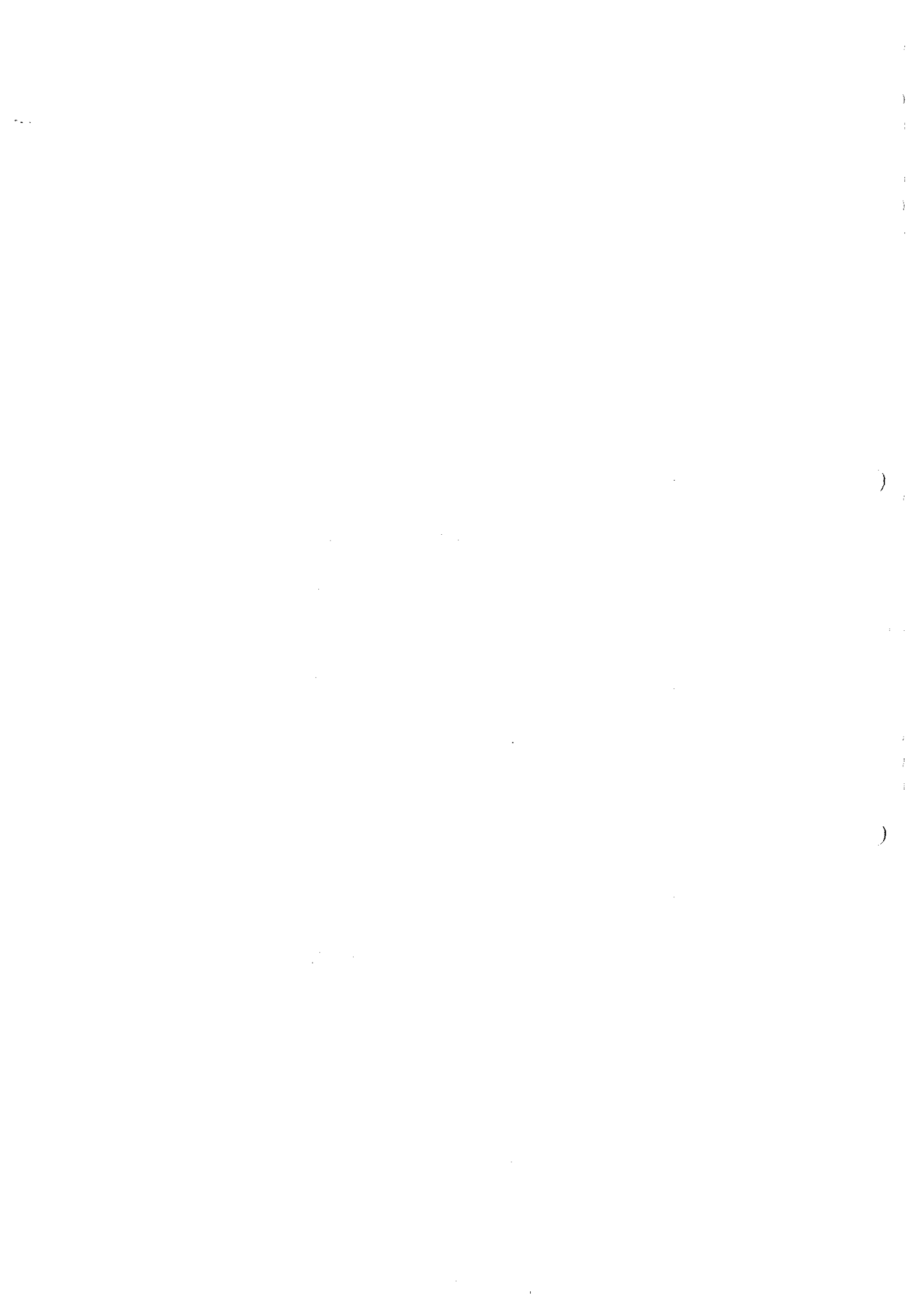
PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO

- As informações a respeito dos saldos dos financiamentos, das renegociações, das ações de execução, dos ressarcimentos, da inadimplência e das operações de renegociação constam do conteúdo do Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos do FNO – Exercício 2013, incluído em item específico, do Processo de Contas Ordinárias do FNO – Exercício de 2013.



**Anexo I – cópia do Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados
Obtidos pelo FNO – Exercício de 2013**







Governo da República Federativa do Brasil

BANCO DA AMAZÔNIA

**Ministério da
Integração Nacional**

**Ministério da
Fazenda**

**GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA**

FNO

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE
(LEIS N.º 7.827/1989, N.º 9.126/1995 e N.º 10.177/2001)

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS E DOS
RESULTADOS OBTIDOS NO
EXERCÍCIO DE 2013**

**Belém-PA
2014**

57
R

DIRETORIA EXECUTIVA

VALMIR PEDRO ROSSI
Presidente

ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES
Diretor de Infraestrutura do Negócio

NILVO REINOLDO FRIES
Diretor de Análise e Reestruturação

CARLOS PEDROSA JÚNIOR
Diretor de Controle e Risco

JOSÉ ROBERTO DE LIMA
Diretor Comercial e de Distribuição

WILSON EVARISTO
Diretor de Gestão de Recursos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	5
2. DESEMPENHO DA ECONOMIA REGIONAL	6
3. ASPECTOS GERAIS DO FNO	8
3.1 NATUREZA	10
3.2 AGENTE FINANCEIRO	10
3.3 BENEFICIÁRIOS	10
3.4 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO	10
3.5 ÁREA DE ATUAÇÃO	11
3.6 POLÍTICA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	12
3.7 INGRESSO DE RECURSOS	12
3.8 DIRETRIZES E PRIORIDADES	13
4. CONTRATAÇÕES DO FNO	14
4.1 CONTRATAÇÕES POR SETOR PRODUTIVO	20
4.2 CONTRATAÇÕES POR ESTADO	20
4.3 CONTRATAÇÕES POR PORTE DO BENEFICIÁRIO	20
4.4 CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO	21
4.5 CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADE ECONÔMICA	22
4.6 CONTRATAÇÕES POR MESORREGIÕES DIFERENCIADAS E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO NORTE	23
4.7 CONTRATAÇÕES POR MUNICÍPIO CONFORME TIPOLOGIA DA PNDR	24
4.8 CONTRATAÇÕES EM APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	25
4.9 CONTRATAÇÕES EM APOIO AO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	25
4.10 CONTRATAÇÕES EM APOIO AO AGRONEGÓCIO REGIONAL	26
4.11 CONTRATAÇÕES EM APOIO AO TURISMO REGIONAL SUSTENTÁVEL	26
4.12 CONTRATAÇÕES EM APOIO À CULTURA AMAZÔNICA	28
4.13 CONTRATAÇÕES EM APOIO À BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA	28
4.14 CONTRATAÇÕES EM APOIO AO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)	28
4.15 CONTRATAÇÕES EM APOIO AO PROGRAMA AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO (PROGRAMA ABC)	28
4.16 CONTRATAÇÕES EM APOIO À COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014	29
4.17 CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE DO CRÉDITO	29
4.18 CONTRATAÇÕES POR FAIXA DE VALORES	29
4.19 CONTRATAÇÕES PELA PRIMEIRA VEZ	30
4.20 CONTRATAÇÕES COM A PARTICIPAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS	30
4.21 SITUAÇÃO DA DEMANDA DO CRÉDITO	30
4.22 PREVISÃO DE LIBERAÇÃO DO CRÉDITO	30
4.23 PREVISÃO DE AMORTIZAÇÃO DO CRÉDITO	30
4.24 DESEMBOLSO DO CRÉDITO	31
4.25 OPERAÇÕES LIQUIDADAS	31
4.26 SALDO DAS CONTRATAÇÕES	32
5. RESULTADOS OBTIDOS PELO FNO	33

5.1 EXPANSÃO DO CRÉDITO	33
5.2 CONSECUÇÃO DE METAS	34
5.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	35
6. INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DO FNO	37
6.1 INADIMPLÊNCIA POR SETOR PRODUTIVO	37
6.2 INADIMPLÊNCIA POR PORTE DO BENEFICIÁRIO	37
6.3 INADIMPLÊNCIA POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO	38
6.4 INADIMPLÊNCIA POR ESTADO	39
6.5 INADIMPLÊNCIA POR MESORREGIÕES DIFERENCIADAS E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO NORTE	39
6.6 INADIMPLÊNCIA POR MUNICÍPIO CONFORME TIPOLOGIA DA PNDR	39
6.7 INADIMPLÊNCIA POR TIPO DE RISCO	40
6.8 SALDO DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	41
6.9 CRÉDITOS CONTABILIZADO COMO PREJUÍZO	41
6.10 CRÉDITOS RESSARCIDOS PELO BANCO DA AMAZÔNIA	42
6.11 COBRANÇAS JUDICIAIS AJUIZADAS	42
7. GESTÃO DOS RECURSOS DO FNO	43
7.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO GESTORA DO FNO	43
7.2 FORMAÇÃO DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS	45
7.3 ATUAÇÃO COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE	45
7.4 ALINHAMENTO COM AS PRIORIDADES DO GOVERNO FEDERAL PARA A AMAZÔNIA	47
7.5 INCREMENTO DOS FINANCIAMENTOS NOS ESTADOS DE MENOR DINAMISMO ECONÔMICO	49
7.6 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS MESORREGIÕES DIFERENCIADAS E DOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO NORTE	50
7.7 ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS MAIS CARENTES	50
7.8 PRIORIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE MENOR PORTE	50
7.9 PRESENÇA DO CRÉDITO EM TODA A REGIÃO NORTE	51
7.10 FISCALIZAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS	51
7.11 CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA	52
7.12 RENEGOCIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM ATRASO	52
7.13 REPASSE DE RECURSOS PARA OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	53
7.14 RESULTADO FINANCEIRO	53
8. BENEFÍCIOS MACROECONÔMICOS GERADOS PELO FNO	54
8.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E SETORIAL DOS RECURSOS	54
8.2 AVALIAÇÃO COM BASE EM MODELOS DE INSUMO-PRODUTO	56
8.3 AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO ATRAVÉS DO MÉTODO PROPENSITY SCORE MATHING	60
8.4 AVALIAÇÃO COM BASE EM MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL	64
8.5 CONCLUSÕES	66
9 RESULTADO ACUMULADO	68
ANEXO A – TABELAS E QUADROS	69
ANEXO B – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	96

APRESENTAÇÃO

Em conformidade com a legislação vigente e as orientações e recomendação do Ministério da Integração Nacional, o Banco da Amazônia apresenta o **Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2013.**

Como Agente Financeiro do FNO, o Banco da Amazônia desenvolveu suas ações creditícias observando as diretrizes e prioridades contidas no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo para 2013, com vistas a reduzir os desequilíbrios intra e interregionais e promover a inclusão social, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e demais políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região.

No exercício de 2013, foram contratadas 44.277 operações de crédito através do FNO, no valor total de R\$ 4,72 bilhões, superior 10% do total financiado em 2012, de R\$ 4,28 bilhões.

O desempenho dos financiamentos do Fundo em 2013 ratifica a importância desse instrumento creditício no processo de desenvolvimento sustentável da Região Norte, contribuindo, entre outros benefícios, para a redução do êxodo rural, a criação de novas oportunidades de trabalho, a mitigação da pobreza, a inclusão social, o fortalecimento da economia de base familiar, o crescimento das micro e pequenas empresas, o desenvolvimento do turismo regional, o incentivo da cultura amazônica, o incremento do valor bruto da produção e do PIB regionais, a elevação da arrecadação tributária dos estados e a diminuição das desigualdades intra e interregionais.

Cabe destacar, também, a atenção especial dispensada aos municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, dinâmicos de menor renda e estagnados de média renda, os quais são comprovadamente carentes de uma melhor infraestrutura econômica e social. Referidas localidades contrataram R\$ 3,13 bilhões em 2013, correspondendo a 66% dos financiamentos contratados no exercício.

Outro registro que merece referência diz respeito ao atendimento de 100% dos municípios da Região Norte com os financiamentos do FNO, fato que representa uma importante conquista para o Banco da Amazônia e, especialmente, para a sociedade regional tendo em vista os benefícios socioeconômicos que são gerados pela ação creditícia do Fundo.

Por fim, ressalta-se que os resultados obtidos através do FNO refletem, em grande parte, o trabalho desenvolvido com comprometimento pelo Banco da Amazônia e de forma compartilhada com os seus parceiros institucionais e colaboradores, aos quais expressamos o nosso agradecimento e, ao mesmo tempo, conclamamos a todos para que juntos possamos continuar realizando o melhor possível para a melhoria da qualidade de vida da população regional e o desenvolvimento da Amazônia em bases mais sustentáveis.

VALMIR PEDRO ROSSI
Presidente do Banco da Amazônia

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

- a) No exercício de 2013, foram contratadas 44.277 operações de crédito com recursos do FNO, sendo financiado o total de R\$ 4,72 bilhões (superior a 10,2% em comparação ao exercício anterior). Os empreendimentos do setor rural absorveram 38% dos financiamentos realizados (R\$ 1,80 bilhão) e os dos demais setores 62% (R\$ 2,92 bilhões).
- b) Em termos de operações contratadas, a maior demanda foi do segmento da agricultura de base familiar, o qual foi responsável pela contratação de 37.290 operações de crédito (84% do total das operações contratadas no exercício de 2013). Quanto aos valores financiados, a demanda mais expressiva foi da atividade de comércio e serviços, absorvendo R\$ 1,52 bilhão (32% do total financiado no exercício).
- c) Os segmentos produtivos de menor porte – mini, pequenos e pequenos-médios produtores rurais; microempresas e empresas de porte pequeno e pequeno-médio; e empreendedores individuais – foram responsáveis pela contratação de 44.058 operações de crédito (99% do total das operações contratadas no exercício), no valor total de R\$ 2,35 bilhões (50% do total financiado em 2013).
- d) O apoio financeiro do Banco da Amazônia ao Plano Safra 2012/2013 alcançou o valor de R\$ 823 milhões, ultrapassando em 55% a meta estabelecida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) de R\$ 530 milhões, sendo realizadas 63.823 operações de crédito voltadas a projetos da agricultura familiar. Além disso, no atual Plano Safra 2013/2014 a contribuição do Banco da Amazônia também se apresenta bastante significativa, tendo sido financiado, no período de julho a dezembro de 2013, o volume de recursos da ordem de R\$ 330 milhões, atendendo 19.942 famílias e atingido 55% da meta pactuada com o MDA, no valor de R\$ 600 milhões.
- e) No exercício de 2013, todos os 450 municípios que integram a base político-institucional da Região Norte foram atendidos com os financiamentos do Fundo se constituindo em um feito histórico na gestão dos recursos do FNO. O atendimento de 100% das localidades da Região com o crédito do Fundo foi possível, sobretudo, pela realização das reuniões do FNO-Itinerante, organizados e coordenados pelo Banco da Amazônia, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, os quais contam com a participação efetiva do SEBRAE, dos governos estaduais e municipais, além de representantes do setor produtivo e das entidades de classe.
- f) Considerando as aplicações do FNO em 2013 por município conforme a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do total dos financiamentos concedidos, 7% (R\$ 350 milhões) foram demandados por municípios tipificados pela como de baixa renda; 41% (R\$ 1,92 bilhão) por município de economia estagnada de média renda; 18% (R\$ 865 milhões) por municípios de economia dinâmica de menor renda; e 37% (R\$ 1,59 bilhão) por municípios de alta renda. Assim, 66% (R\$ 3,13 bilhões) dos financiamentos do FNO no exercício contemplaram localidades com comprovada carência de uma melhor infraestrutura econômica e social.

- g) As áreas prioritárias da Região Norte pela PNDR (mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Xingu e municípios da Faixa de Fronteira) têm recebido atenção especial da política de crédito do Banco da Amazônia. Em 2013, essas áreas receberam recursos do FNO no total R\$ 1,77 bilhão (37% do volume de crédito financiado em 2013), através da contratação de 18.699 operações de crédito (42% do total das contratações realizadas no exercício).
- h) Cumprindo seu papel de principal agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, o Banco da Amazônia vem apoiando, através dos seus financiamentos, as atividades econômicas consideradas prioritárias no âmbito das ações estratégicas governamentais visando o desenvolvimento regional sustentável, a exemplo da agricultura familiar, das micro e pequenas empresas, do turismo e da cultura, que demandaram R\$ 1,58 bilhão em 2013 (33% dos financiamentos realizados no exercício).
- j) 28.369 operações de crédito do FNO foram de clientes que operaram com recursos do Fundo pela primeira vez, totalizando R\$ 2,32 bilhões, correspondentes a 64% do total das operações contratadas e 49% dos recursos alocados em 2013.
- k) No encerramento do exercício de 2013, o índice de inadimplência do Fundo atingiu o patamar de 4,3%, representando uma redução de 10% em comparação a 2012 (4,8%). Importante observar que a queda no nível de inadimplência do FNO ocorreu num contexto em que houve um crescimento nas contratações, equivalente a 10,2% em relação ao exercício anterior.
- l) Estima-se que os financiamentos concedidos através do FNO no exercício de 2013 contribuirão para gerar expressivos resultados socioeconômicos em benefício da população amazônica, como o incremento de R\$ 35,92 bilhões no valor bruto da produção regional, o aumento de R\$ 18,47 bilhões no PIB da Região Norte, a criação de 708.187 novas oportunidades de trabalho, o pagamento de salários da ordem de R\$ 3,99 bilhões e a geração de R\$ 5,59 bilhões em tributos.

2. DESEMPENHO DA ECONOMIA REGIONAL

A economia da Região apresenta uma enorme gama de atividades desenvolvidas dentro de um complexo sistema produtivo. Na indústria de transformação, o destaque é a produção realizada no Pólo Industrial de Manaus, abrigando cerca de 600 indústrias de alta tecnologia, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químicos. Quanto à indústria de exploração, a maior referência é a produção mineral paraense, cuja produção atingiu em 2011 o valor de R\$ 20,7 bilhões. No setor terciário, é possível observar vigorosa expansão de suas atividades em todos os estados da Região.

No setor primário, observa-se que, na Região que ocupa 45,3% do território brasileiro, de modo geral, Pará, Rondônia e Tocantins destacam-se como os principais estados produtores na agropecuária. Desde 2001 a área cultivada por lavouras temporárias em Rondônia ultrapassou a área ocupada por essas culturas no Tocantins. Esse resultado foi muito influenciado pelo avanço da soja. Dentre as lavouras permanentes rondonienses, destacam-se o cultivo de cacau e café, que juntos respondem por 85% das áreas dedicadas a lavouras permanentes no estado.

No Pará, estado com maior área de lavouras temporárias, a maior parte ainda é ocupada com cultivos de mandioca/macaxeira, milho e arroz. A soja ocupou 11% da área com lavouras temporárias, no Pará, em 2010. Já em relação às lavouras permanentes, no estado, o café perde importância (apenas 4% da área plantada), cedendo espaço para cultivos de banana e dendê. Em 2010, as áreas com pimenta-do-reino, no Pará, representaram apenas 7% da área das lavouras permanentes.

Não obstante à pujança do setor agropecuário nortista, em recente pesquisa realizada em parceria com a Universidade Federal de Viçosa, observou-se que desde a criação do FNO houve expressivo avanço do acesso à assistência técnica e às práticas de manejo e conservação do solo, ancorado nas diretrizes da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (nova PNATER), que elegeu a pequena agricultura familiar como público-alvo e a agroecologia como orientação tecnológica privilegiada.

Ainda no âmbito da pesquisa citada anteriormente constatou-se que existe correlação positiva e significativa entre a educação e a Produtividade Total dos Fatores (PTF) da Região Norte, indicando que um aumento no nível médio de escolaridade provoca uma elevação na PTF, mantendo tudo mais constante, o que mostra a importância do investimento em capital humano para promover o crescimento econômico na Amazônia.

Nesse contexto, um exemplo da importância do Fundo para a promoção do desenvolvimento regional foi revelado por pesquisa de campo que envolveu várias universidades da Região, a qual mostrou que os empreendedores beneficiários das operações lastreadas com recursos do FNO estão preocupados com a qualificação de seus colaboradores.

Conforme dados da pesquisa, informados pelos próprios beneficiários, as áreas consideradas prioritárias pelos empreendedores e que mereceram maiores investimentos foram "qualidade e produtividade" e "vendas e marketing" (v. Quadro I).

Quadro 1 Principais Áreas de Realização de Treinamento e Qualificação de Pessoal, Região Norte, 2011

Área da qualificação	Quantidade de Respostas	%
Qualidade e produtividade	100	17,1
Vendas e marketing	89	15,2
Gestão de pessoal	72	12,3
Operação de máquinas e equipamento	66	11,3
Tecnologias de produção e informação	64	11,0
Segurança e Medicina do Trabalho	63	10,8
Gestão empresarial e do meio ambiente	48	8,2
Organização social	11	1,9
Não realiza treinamentos	42	7,2
Outras	29	5,0
Total	584	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Estratégia e Organização (GEREO)

Dessa forma observam-se, ainda, ganhos significativos para os empreendedores e empregados, uma vez que os próprios tomadores do crédito assumem que o financiamento proporcionou aumento no número de empregos, na renda da atividade, nos salários pagos aos colaboradores e na evolução das vendas (v. Quadro 2).

Quadro 2 Influência do FNO NO Desempenho das Atividades Financiadas, Região Norte, 2011

Impacto do FNO	Aumentou	Diminuiu	Igual	Não Sabe
O número de empregos diretos	159 73,3%	3 1,4%	53 24,4%	2 0,9%
A renda bruta da atividade	173 79,7%	4 1,8%	34 15,7%	6 2,8%
A margem de lucro da atividade	119 56,1%	9 4,2%	79 37,3%	5 2,4%
O salário dos empregados	92 44,2%	1 0,5%	112 53,8%	3 1,4%
Evolução das vendas de produtos	166 76,1%	5 2,3%	41 18,8%	6 2,8%

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Estratégia e Organização (GEREO)

Como se nota, 73,3% dos entrevistados declara ter elevado o número de empregos diretos em seus empreendimentos a após a obtenção do financiamento. Na mesma linha, 79,7% afirmam ter aumentado a renda de seus projetos e 76,1% declaram ter percebido ampliação na venda de seus produtos após o crédito do FNO.

B1
D

3. ASPECTOS GERAIS DO FNO

3.1 Natureza

Os Fundos Constitucionais de Financiamento foram criados pela Constituição Federal de 1988, através do artigo 159, inciso I, alínea "c", que prevê a obrigação de a União destinar 3,0% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e imposto sobre produtos industrializados para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Referidos Fundos foram regulamentados pela Lei n.º 7.827/1989, posteriormente alterada pelas Leis n.º 9.126/1995 e n.º 10.177/2001, cabendo ao FNO a parcela correspondente a 20% do valor destinado para aplicação pelos Fundos Constitucionais de Financiamento.

3.2 Agente Financeiro

O FNO é administrado pelo Banco da Amazônia, instituição financeira pública federal de caráter regional, cuja missão precípua é *"contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, através da execução das políticas públicas e da oferta de produtos e serviços financeiros, visando à satisfação dos clientes, acionistas e sociedade"*. O Banco da Amazônia tem desempenhado um papel preponderante na redução das desigualdades sociais no contexto amazônico, contribuindo, por meio de seus financiamentos, para a geração de emprego e renda na Região, a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida das populações locais, a diminuição do êxodo rural e a erradicação da pobreza extrema.

3.3 Beneficiários

São beneficiários dos recursos do FNO:

- a) Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive remanescentes de quilombos e indígenas, enquadrados nas categorias e condições definidas no capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR-10), mediante Declaração de Aptidão ao Programa, contemplando também, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada, pescadores artesanais, extrativistas que se dediquem à exploração extrativista vegetal ecologicamente sustentável, silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e promovam o manejo sustentável daqueles ambientes e aquicultores;
- b) Agricultores familiares enquadrados no PRONAF, produtores rurais e empreendedores afetados pelas enchentes na Região Norte;
- c) Populações tradicionais da Amazônia (povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, entre outros povos da floresta) não contempladas pelo PRONAF;
- d) Pessoas físicas e jurídicas, inclusive Sociedades de Propósito Específico (SPE), que se caracterizem como produtores rurais;

- e) Pessoas jurídicas de direito privado, inclusive empresas individuais, associações e cooperativas, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no país a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas residentes e domiciliadas no país;
- f) Pessoas jurídicas de direito privado, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no país a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas não residentes no país, somente quando pertencerem aos setores de atividades e regiões econômicas de alto interesse nacional;
- g) Pessoas jurídicas de direito privado, inclusive empresas incubadas, empresários individuais, associações e cooperativas, classificadas como micro ou pequenas empresas, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no país a sede de sua administração e cuja maioria de capital pertença a pessoas residentes e domiciliadas no país;
- h) Empreendedores individuais, classificados conforme a Lei Complementar n.º 128, de 19/12/2008, modificada pela Lei Complementar n.º 139, de 10/11/2011; e
- i) Empresas Públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, nos empreendimentos de infraestrutura econômica considerados prioritários para a economia pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

3.4 Programas de Financiamento

No exercício de 2013 o FNO foi operacionalizado através de seis programas de financiamento, a saber:

- a) *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF)*: apóia atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas no MCR-10;
- b) *Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável)*: incentiva atividades desenvolvidas em bases sustentáveis, compreendendo os empreendimentos rurais e não rurais, mediante a concessão de financiamentos adequados às reais necessidades dos setores produtivos;
- c) *Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade)*: financia empreendimentos que privilegiem o uso racional dos recursos naturais, com adoção de boas práticas de manejo, bem como empreendimentos voltados para a regularização e recuperação de áreas de reserva legal degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- d) *Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-MPE)*: estimula o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, em bases sustentáveis, proporcionando financiamentos às micro e pequenas empresas, induzindo e

apoando a inovação, o aumento da competitividade e as melhores práticas produtivas, visando o fortalecimento e a expansão do segmento;

- e) *Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI)*: apóia o desenvolvimento da Região Norte, através da concessão de financiamentos aos empreendedores individuais, para potencializarem as suas atividades econômicas em áreas urbanas, propiciando bem-estar às suas famílias e empregados; e
- f) *Programa Emergencial para Enchentes (FNO-Emergencial)*: criado com o propósito de reduzir as consequências das enchentes na Região Norte, sendo operacionalizado através de linhas especiais de crédito para agricultores familiares enquadrados no PRONAF, produtores rurais e empreendedores.

3.5 Área de Atuação

A área de atuação do FNO contempla os sete estados que integram a base político-institucional da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km², composta por 450 municípios. A população atual da Região Norte é de 15,9 milhões de habitantes, com densidade demográfica de 4,12 hab/ km² e renda per capita de R\$ 16,92 mil, tendo um PIB da ordem de R\$ 163,2 bilhões (v. Quadro 3).

Quadro 3 Área, N.º de Municípios, População, Densidade Demográfica, PIB e Renda Per Capita dos Estados da Região Norte

Estado	Extensão Territorial (km ²)	N.º de Municípios	População	Densidade Demográfica	PIB (R\$ Milhões)	Renda Per Capita (R\$ Mil)
Acre	152.581,4	22	732.793	4,80	7.386	10,69
Amapá	142.814,6	16	668.689	4,68	7.404	11,82
Amazonas	1.570.745,7	62	3.480.937	2,22	49.614	14,62
Pará	1.247.689,5	144	7.588.078	6,08	58.402	7,86
Rondônia	237.576,2	52	1.560.501	6,57	20.236	13,46
Roraima	224.299,0	15	451.227	2,01	5.593	13,27
Tocantins	277.620,9	139	1.383.453	4,98	14.571	11,28
Região Norte	3.853.327,3	450	15.865.678	4,12	163.206	16,92

Fonte: IBGE - Censo 2010; IBGE / PIB - Base 2009

3.6 Política de Alocação de Recursos

Os recursos financeiros do FNO são aplicados pelo Banco da Amazônia em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia como o Plano Plurianual (PPA) – o “Plano Mais Brasil”; o Plano

Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; as políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura; além do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA); e das políticas e prioridades dos estados da Região Norte.

3.7 Ingresso de Recursos

No exercício de 2013 foi repassado ao Banco da Amazônia R\$ 1.861,6 milhões do FNO pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), correspondente a 90,2% do valor de repasse estimado para o exercício, de R\$ 2.063,1 milhões (v. Quadro 4).

Quadro 4 Repasse de Recursos do FNO via STN
Exercício de 2013

MÊS	ESTIMATIVAS (R\$ Mil)	REPASSES (R\$ Mil)
Janeiro	188.269	164.044
Fevereiro	176.640	217.787
Março	167.195	125.429
Abril	175.333	134.583
Maio	193.754	193.377
Junho	157.485	161.333
Julho	159.324	114.890
Agosto	165.947	150.217
Setembro	137.948	124.324
Outubro	160.028	124.326
Novembro	176.645	172.935
Dezembro	204.552	178.370
TOTAL	2.063.120	1.861.614
% dos repasses sobre o estimado		90,2%

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Contadoria (GECON)

O valor do Fundo repassado pela STN em 2013 representa um incremento de 7,8% em relação ao ingresso verificado no exercício de 2012, que foi de R\$ 1.726,8 milhões. O Gráfico 1 apresenta a evolução mensal de ingressos do FNO em 2013 comparativamente aos ingressos realizados em 2012.

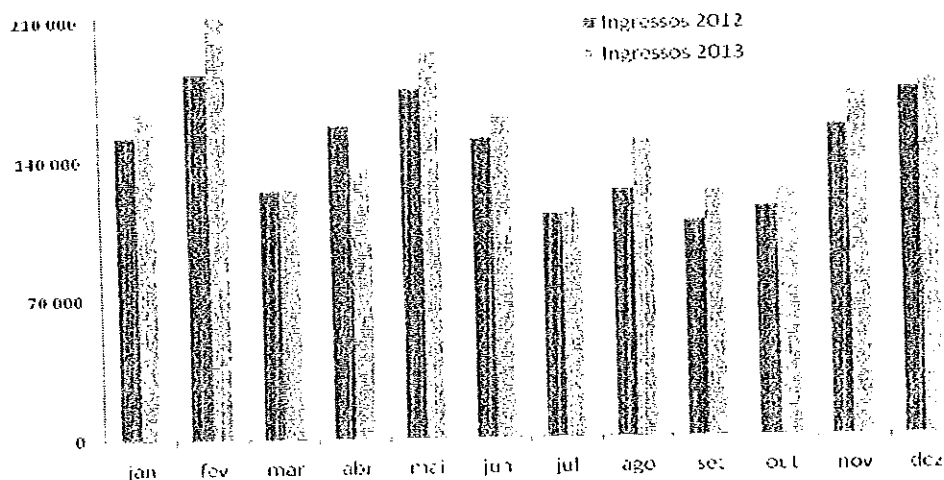


Gráfico 1 Ingresso Mensal de Recursos do FNO via STN
Exercícios de 2012 e 2013

Fonte: Banco da Amazônia / GECON

3.8 Diretrizes e Prioridades

O FNO atua alinhado às diretrizes definidas no artigo 3º da Lei n.º 7.827/89, aos objetivos da PNDR, às orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal e às prioridades estabelecidas pelo CONDEL da SUDAM. Assim, os financiamentos realizados pelo Fundo no exercício de 2013 observaram as seguintes diretrizes:

- a) Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3º da Lei nº 7.827/89, atualizada pela Lei Complementar nº 129 de 2009;
- b) Promover o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo, na área de abrangência do FNO (Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional;
- c) Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais;
- d) Utilizar os recursos do FNO em sintonia com as Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Norte, evidenciando-se os Planos Safra, Brasil Maior e Brasil Sem Miséria;
- e) Elevar a qualificação da mão-de-obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local;
- f) Disseminar a lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO);

- g) Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade;
- h) Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE);
- i) Estimular a competitividade regional em setores e atividades prioritários;
- j) Apoiar Arranjos Produtivos Locais (APL's) previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO;
- k) Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais;
- l) Apoiar a nacionalização da produção de bens;
- m) Apoiar empreendimentos que priorizem o uso sustentável dos recursos naturais, bem como aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- n) Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, bem como, empreendedores individuais.

Quanto à prioridade na concessão dos financiamentos, a ação creditícia do FNO priorizou os projetos setoriais e espaciais considerados de relevante interesse para o desenvolvimento socioeconômico da Região Norte, a saber:

- a) Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica;
- b) Projetos de logística e infraestrutura de transportes para intensificar as transações econômicas e comerciais em caráter intrarregional;
- c) Projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização;
- d) Projetos de fruticultura, apicultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares;
- e) Projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional;
- f) Projetos de infraestrutura econômica com ênfase nos segmentos de energia (principalmente renovável), transporte (em especial ao hidroviário e ligado ao turismo), armazenagem, comunicação, abastecimento e tratamento de água e esgotamento sanitário;
- g) Projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;

- h) Projetos de apoio à cadeia do turismo regional, em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização, no âmbito das ações afetas aos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014;
- i) Projetos de apoio e valorização da cultura regional e de empreendimentos criativos;
- j) Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- k) Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação;
- l) Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional;
- m) Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alteradas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos;
- n) Projetos de reciclagens e resíduos;
- o) Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira;
- p) Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço;
- q) Os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte;
- r) Os municípios integrantes das mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões; Vale do Rio Acre; Bico do Papagaio (excetuando os municípios do Estado do Maranhão, assistidos pelo FNE); Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado de Tocantins); e Xingu; e
- s) Os municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.

Na aplicação dos recursos do FNO em 2013, o Banco da Amazônia atendeu a todas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL da SUDAM para o exercício, através do Ato nº 13, de 15/08/2012, na forma das diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional estabelecidas na Portaria nº 384, de 04/07/2012, e pela recomendação da CGU de aperfeiçoar o acompanhamento quantitativo e qualitativo de cada diretriz e prioridade no atendimento aos recursos do Fundo (v. Quadro 5).

Quadro 5 Cumprimento às Diretrizes e Prioridades do FNO
Exercício de 2013

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado R\$ mil (A)	Realizado (B)		Indicador		Avaliação	Justificativa (necessária para avaliação menor que III)
			Nº Op.	Valor (R\$ mil)	$\frac{B}{A} \times 100,2$	Valor %		
1. Diretrizes a) Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3º, da Lei nº 7.827/89, atualizada pela Lei Complementar nº 129 de 2003. b) Promover o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo, na área de abrangência do FNO (Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional. c) Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais. d) Utilizar os recursos do FNO em sintonia com as Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Norte, criados em se os Planos Safra, Brasil Misor e Brasil Sem Miséria. e) Elaborar a qualificação da mão-de-obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local. f) Disseminar a lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros antes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). g) Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade. h) Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). i) Estimular a competitividade regional em setores e atividades prioritários. j) Apoiar Arranjos Produtivos Locais (APLs) previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO. k) Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais. l) Apoiar a nacionalização da produção de bens	Financiamentos para todos os empreendimentos e setores produtivos privados da Região Norte Financiamentos para os municípios beneficiados pela FNDR como de baixa renda, esgotados de média renda e dinâmicos de menor renda Contribuição do FNO para o incremento do salário e criação de novas oportunidades de trabalho Financiamentos para agricultura familiar, turismo, cultura, micro e pequena empresa, microcrédito produtivo orientado e pesca e aquicultura Quantidade de pessoal qualificado para operacionalização do Pronaf Financiamentos para indústria Financiamentos para reflorestamento, reforestamento e manejo florestal sustentável em áreas de uso alternativo do solo e áreas de reserva legal (FNO-Biodiversidade) Financiamentos para projetos/empreendimentos localizados em áreas de ZEEs Financiamentos para projetos de inovação tecnológica Financiamentos para projetos/empreendimentos localizados no âmbito dos APLs Financiamentos para o agronegócio regional (agricultura, pecuária e agroindústria) Financiamentos para projetos/empreendimentos em apoio à nacionalização da produção de bens	Não há metas para incremento do salário Criação de 582.460 novos postos de trabalho 1.755,87 Não há meta financeira para este item. 283,35 129,89 Não há meta financeira para este item Não há meta financeira para este item. Não há meta financeira para este item 374,68 Não há meta financeira para este item	44.277 41.009 - 38.244 - 291 76 - - 1.807 -	4.650,00 2.902,84 - 1.755,87 - 283,35 129,89 - - 374,68 -	- - - - - - - - - - - - - - -	101,5% 107,9% - - 95,4% - - 204,4% 114,3% - - 293,3% -	- - - - - - - - - - - - - -	A aplicação do FNO contribuiu para incremento de R\$ 3,59 bilhões na massa salarial. A aplicação do FNO contribuiu para incremento de 708.187 novos postos de trabalho (meta superada em 25,5%) Foram capacitados 103 empregados para operacionalização das linhas de financiamento do Pronaf, no que tangiu a concessão de crédito e qualificação dos processos. Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO nos projetos/empreendimentos localizados nas áreas de ZEEs concluídos pelos estados, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações. Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO nos projetos/empreendimentos de inovação tecnológica, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações. Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO nos projetos/empreendimentos no âmbito dos APLs, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações. Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO nos projetos/empreendimentos em apoio à nacionalização da produção de bens, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.

19

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado R\$ mi (A)	Realizado (B)		Indicador ¹		Avaliação ³	Justificativa (necessária para avaliação menor que III)
			Nº Op.	Valor (R\$ mi)	$\frac{B}{A} \times 100,2$	Valor %		
m) Apoiar empreendimentos que priorizam o uso sustentável dos recursos naturais, bem como aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais.	Financiamentos para reflorestamento, reforçamento e manejo florestal sustentável em áreas de uso alternativo do solo e áreas de reserva legal (FNO-Biodiversidade)	129,89	76	148,46	-	114,3%	V	
		1.395,00	43.792	1.944,24	-	139,4%	V	
n) Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, míni e pequenos produtores rurais, míni e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, e bem como, empreendedores individuais.	Financiamentos para os apoiantes familiares, míni e pequenos produtores rurais, míni e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, e empreendedores individuais ⁴	283,35	291	579,18	-	204,4%	V	Ver Anexo A - Quadro 31.
			77	549,12	-	-	-	
2. Prioridades Setoriais	Financiamentos para logística e infraestrutura de transporte	105,13	58	29,79	-	28,3%	-	Alta ineficiência do setor, pouca qualificação das demandas e ausência de documentos exigidos pelo MPA.
			11.818	419,71	-	-	-	
a) Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica.	Financiamentos para projetos de logística e infraestrutura de transporte	1.342,79	39.153	1.640,26	-	122,2%	V	
b) Projetos de logística e infraestrutura de transportes para intensificar as transações econômicas e comerciais em caráter intraregional	Financiamentos para pesca e aquicultura		1	147,20	-	-	-	
c) Projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização.	Financiamentos para pesca e aquicultura		1	147,20	-	-	-	
d) Projetos de fruticultura, apicultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares.	Financiamentos com recursos do FNO-Prontas Mass Alimentos e FNO-Prontas Floresta		188	584,80	-	211,9%	V	Pouca demanda do setor.
e) Projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional.	Financiamentos para agricultura familiar, pesca e aquicultura e agropecuária		48	17,13	-	39,1%	I	Provavelmente devido às taxas definidas pela Resolução do CMN nº 4.181, de 07/01/2013, com vigência para 2013, de 3,53% a.a. no 1º semestre e de 4,12% a.a. no 2º semestre, com bônus de 15% para as parcelas pagas no prazo, serem menores que a taxa definida pelo artigo 1º, inciso IV, da Lei nº 10.177/2001, de 4% a.a.
f) Projetos de infraestrutura econômica, com ênfase nos segmentos de energia (principalmente renovável), transporte (em especial ao hidroviário e ligado ao turismo), armazenagem, comunicação, abastecimento e tratamento de água e esgotamento sanitário.	Financiamentos para todos projetos do PAC		0	0,00	-	-	-	Em sua ação creditícia, o Banco aplica recursos do FNO em projetos/empreendimentos de ciência, tecnologia e inovação, porém, não há ferramentas que possam mensurar tais aplicações.
g) Projetos que se beneficiam e potencializam o efeito das Investidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).	Financiamentos para os projetos do PAC		0	0,00	-	-	-	Idem.
h) Projetos de apoio à cadeia do turismo regional em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização, no âmbito das ações ativas nos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014.	Financiamentos para os empreendimentos turísticos sustentáveis na região, incluindo os empreendimentos afetos à Copa do Mundo		0	0,00	-	-	-	
i) Projetos de apoio e valorização da cultura regional e de empreendimentos criativos.	Financiamentos para projetos culturais		0	0,00	-	-	-	
j) Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais.	Financiamentos para projetos de reflorestamento e reflorestamento em áreas de reserva legal		0	0,00	-	-	-	
k) Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação.	Financiamento de projetos para inovação tecnológica		0	0,00	-	-	-	
l) Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional.	Financiamento de projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional		0	0,00	-	-	-	

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado R\$ mil (A)	Realizado (B)		Indicador		Avaliações	Justificativa (necessária para avaliação menor que III)
			Nº Op.	Valor (R\$ mil)	$\frac{B}{A} \times 100$	Valor %		
m) Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alteradas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos.	Financiamentos para projetos de produção agrícola em áreas de reserva legal	Não há meta financeira para este item	0	0,00	-	-	-	Provavelmente devido às taxas definidas pela Resolução do CMN nº 4.181, de 07/01/2013, com vigência para 2013, de 3,53% a.a. no 1º semestre e de 4,12% a.a. no 2º semestre, com bônus de 15% para as parcelas pagas no prazo, serem menores que a taxa definida pelo artigo 1º, inciso IV, da Lei nº 10.177/2001, de 4% a.a. Ver Anexo A - Quadro 32.
n) Projetos de recriações e resíduos.	Financiamentos para projetos de recriagem e resíduos	Não há meta financeira para este item.	4	0,90	-	-	-	
o) Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira.	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte	1.201,58	11.494	1.027,41	-	85,5%	III	
	Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço.	1.395,00	2.679	1.517,73	-	108,8%	V	
3. Prioridades Espaciais								
a) Projetos nos municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte.	Financiamentos para os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte	1.201,58	11.494	1.027,41	-	85,5%	III	
b) Projetos nos municípios integrantes das microrregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Açu, Eixo do Popocatepec (localizado no município do Estado do Maranhão, assistidos pelo FNE), da Chapada dos Mangabeiras (municípios do Estado do Tocantins) e do Xingu.	Financiamentos para os municípios integrantes das microrregiões diferenciadas da Região Norte pela PNDR	571,92	7.305	738,66	-	129,2%	V	
c) Projetos nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou cíclica.	Financiamentos para os municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnados de média e difíceis de menor renda	2.902,84	41.009	3.132,65	-	107,9%	V	

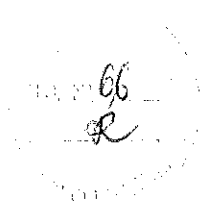
Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO para 2013 / Sistema SIG-Controper

(1) Meta Atingida

(2) Valor dos Financiamentos Realizados dividido pelo Valor dos Financiamentos Programados, vezes 100.

(3) I) Até 50% = meta não atingida; II) a partir de 50% até 80% = meta parcialmente atingida; III) a partir de 80% até 99% = meta satisfatoriamente atingida; IV) 100% = meta atingida; e V) acima de 100% = meta superada.

(4) A meta corresponde ao mínimo de 30% do orçamento do FNO para 2013, de R\$ 4,65 bilhões, para os beneficiários de micro e pequeno porte.



4. CONTRATAÇÕES DO FNO

4.1 Contratações por Setor Produtivo

No exercício de 2013, foram contratadas 44.277 operações de crédito, no valor total de R\$ 4,72 bilhões, sendo 39.331 operações do setor rural, no total de R\$ 1,80 bilhão – 88,8% das operações contratadas e 38,1% do total financiado – e 4.946 operações do setor não rural, no total de R\$ 2,92 bilhões – 11,2% das operações contratadas e 61,9% do total financiado (v. Gráfico 2 e Anexo A – Tabela 1). Este resultado superou a meta do exercício, de R\$ 4,65 bilhões, em 1,5%. Comparado com o exercício de 2012, quando o Banco aplicou R\$ 4,28 bilhões, houve crescimento de 10,3% nas aplicações dos recursos do FNO.

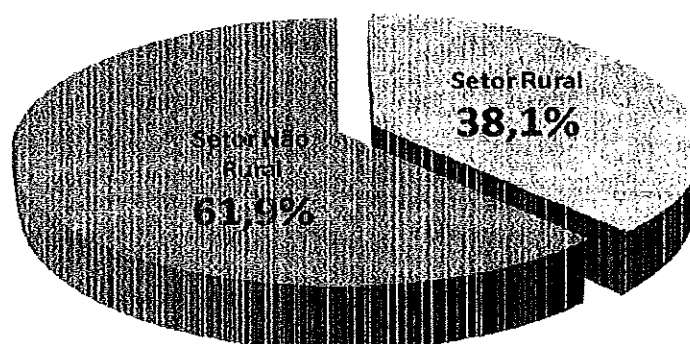


Gráfico 2 Participação dos Setores Produtivos no Valor dos Financiamentos do FNO Exercício de 2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

4.2 Contratações por Estado

Os estados que mais demandaram recursos do FNO em 2013 foram, na ordem: Pará com R\$ 1.575,5 milhões (33,4%); Amazonas com R\$ 1.063,0 milhões (22,5%); Tocantins com R\$ 808,9 milhões (17,2%); e Rondônia com R\$ 764,8 milhões (16,2%), historicamente os estados de maior dinamismo econômico da Região. Juntos, foram responsáveis pela contratação de 89,3% do total dos recursos aplicados no exercício. No setor rural, destaque para o Pará com R\$ 585,5 milhões (32,6%) e Tocantins com R\$ 526,8 milhões (29,3%), dada a produção agrícola e pecuária dos dois estados. Já nos demais setores, destaque para o Pará com R\$ 990,0 milhões (33,9%) e Amazonas com R\$ 951,4 milhões (32,5%), que concentram os maiores parques industriais da Região.

Entre os estados de menor dinamismo econômico, Roraima foi o que apresentou o maior crescimento nas aplicações do FNO em 2013, de 391,0%, com a contratação de R\$ 103,1 milhões contra R\$ 21,0 milhões contratados em 2012, face ao investimento de R\$ 82,7 milhões na construção de um *shopping center* em Boa Vista. O Estado do Acre vem logo a seguir, com crescimento de 12,2%, passando de R\$ 278,6 milhões contratados em 2012 para R\$ 312,5 milhões em 2013. Já Amapá foi o estado que apresentou o menor crescimento nas

aplicações, de 3,5%, passando de R\$ 88,4 milhões em 2012 para R\$ 91,5 milhões em 2013 (v. Gráfico 3 e Anexo A – Tabela 2).

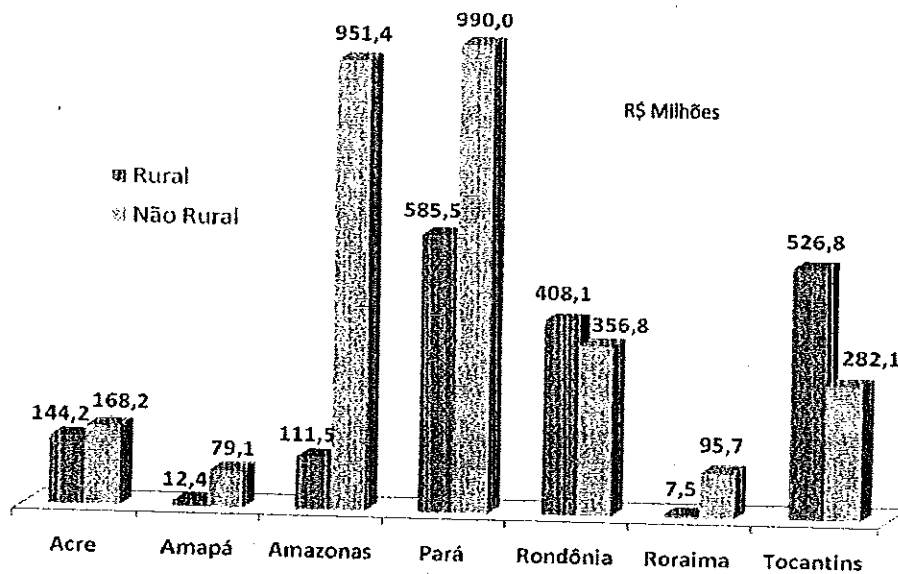


Gráfico 3 Valores Contratados do FNO por Estado
Exercício de 2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

4.3 Contratações por Porte do Beneficiário

Em 2013, os segmentos produtivos de menor porte (agricultores familiares; mini, pequenos e pequenos-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações; empreendedores individuais; microempresas; e empresas de pequeno e pequeno-médio porte) contrataram R\$ 2.352,0 milhões do FNO, correspondendo a cerca de 50% do total dos financiamentos, sendo R\$ 1.944,3 milhões somente para os empreendimentos de mini/micro e pequeno porte, correspondente a 41,2% do total financiado, respeitando, portanto, o limite mínimo de 20% para esses beneficiários (v. Gráfico 4 e Anexo A – Tabelas 3 e 4).

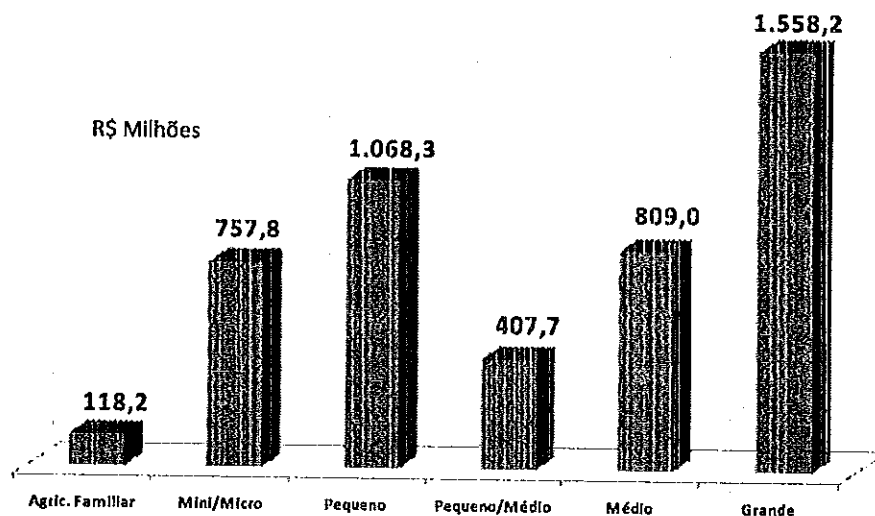


Gráfico 4 Valores Contratados do FNO por Porte do Beneficiário
Exercício de 2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



4.4 Contratações por Programa de Financiamento

Os programas de financiamento que tiveram maior peso nas contratações do FNO em 2013, foram: FNO-Amazônia Sustentável, com 4.427 operações contratadas (10,0%) e R\$ 3.463,6 milhões de recursos alocados (73,4%); e o FNO-PRONAF, com 32.498 operações contratadas (73,4%) e R\$ 612,8 milhões de recursos alocados (13,0%). Observa-se que o FNO-Amazônia Sustentável demanda mais de 70% dos financiamentos concedidos, uma vez que o Programa abrange todos os empreendimentos dos setores rural e não rural. Ao contrário do FNO-PRONAF, que concentra mais de 70% das operações contratadas, dadas as condições diferenciadas de crédito aos agricultores familiares vinculados ao Pronaf (v. Gráfico 5 e Anexo A – Tabela 5).

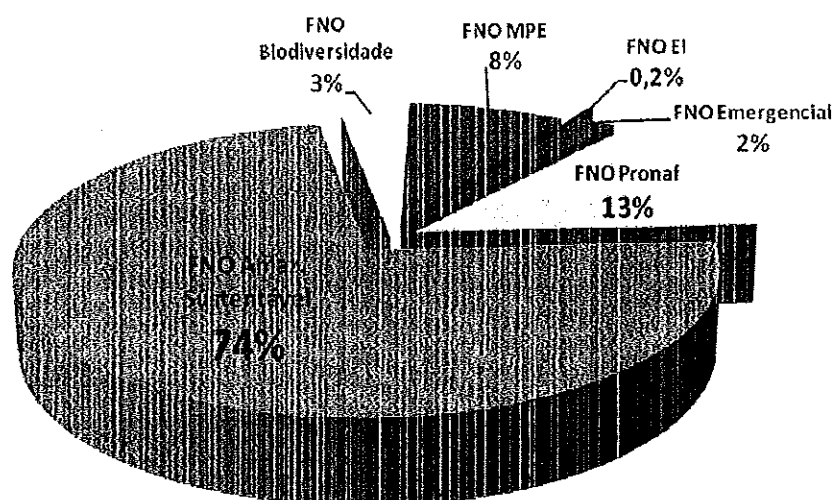


Gráfico 5 Participação dos Programas de Financiamento nas Contratações do FNO Exercício de 2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Dentre os demais programas, destaque para o desempenho dos programas FNO-MPE (Micro e Pequena Empresa) e FNO-EI (Empreendedor Individual), que apresentam crescimento nas contratações em 2013 de 62,6% e 28,7%, respectivamente, graças às ações de fomento desenvolvidas pelo Banco da Amazônia para esses públicos ao longo do exercício, com disponibilidade de linhas de crédito e taxas atrativas, incluindo a realização de reuniões de sensibilização nos estados em parceria com o SEBRAE e governos no âmbito estadual e municipal (v. Anexo A – Tabela 5-A).

O Programa FNO-Emergencial contratou 5.545 operações de crédito em 2013, no valor total de R\$ 97,1 milhões. Durante seu período de vigência, de maio/2012 até maio/2013, foram 31.498 operações contratadas, no valor total de R\$ 376,7 milhões. O Programa foi criado emergencialmente com o propósito de reduzir as consequências das enchentes ocorridas na Região Norte em 2012, para os agricultores familiares vinculados ao Pronaf, demais produtores rurais e empreendedores atingidos pelas cheias.

4.5 Contratações por Atividade Econômica

As atividades econômicas que mais demandaram recursos do FNO no exercício de 2013 foram: comércio e prestação de serviços, com R\$ 1.517,7 milhões (32,2%); agropecuária, com R\$ 956,9 milhões (20,3%); agricultura familiar, com R\$ 653,6 milhões (13,8%); turismo, com R\$ 584,8 milhões (12,4%); e as atividades industriais, com R\$ 579,2 milhões (12,3%). Juntas, essas atividades demandaram 91,0% do volume total dos financiamentos (v. Gráfico 6 e Anexo A – Tabelas 6 e 7).

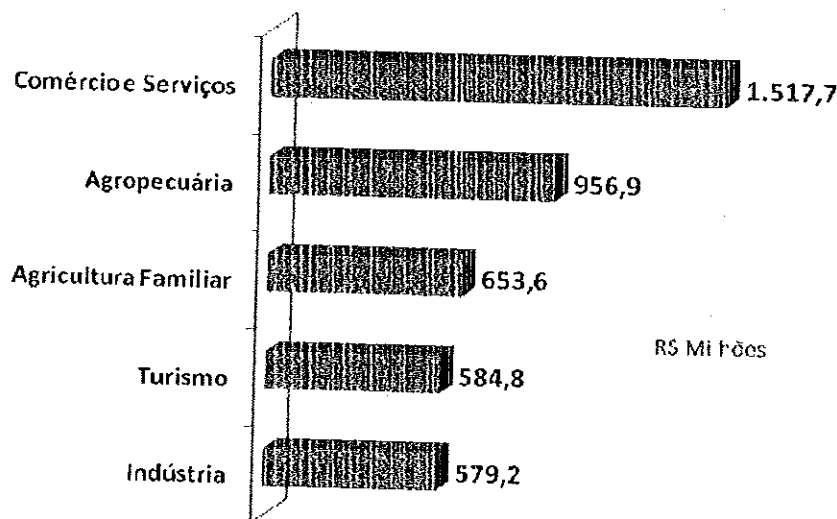


Gráfico 6 Valores Contratados do FNO por Atividade Econômica
Exercício de 2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



4.6 Contratações por Mesorregiões Diferenciadas e Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) estabelece que os municípios integrantes da Faixa de Fronteira e das mesorregiões diferenciadas (Mesorregião do Alto Solimões, da Chapada das Mangabeiras, do Vale do Rio do Acre, do Bico do Papagaio e do Xingu) da Região Norte são considerados prioritários para financiamentos através do FNO. Assim, no exercício de 2013, o Banco da Amazônia aplicou nessas regiões prioritárias o total de R\$ 1.766,1 milhões, através da contratação de 18.699 operações de créditos, correspondentes, respectivamente, a 37,4% do total dos financiamentos e 42,2% do total das operações contratadas, atendendo 175 dos 187 (94%) municípios localizados nessas regiões (v. Anexo A – Tabela 8). Somente nas 5 mesorregiões diferenciadas foram 7.305 operações de crédito, no total de R\$ 738,7 milhões.

Quando comparado com o exercício de 2012, houve crescimento de 12,0% no volume de recursos alocados nas mesorregiões diferenciadas, passando de R\$ 659,7 milhões contratados em 2012 para R\$ 738,7 milhões em 2013. Destaque para as mesorregiões do Bico do Papagaio, do Vale do Rio Acre e do Xingu, que cresceram no volume de recursos alocados, respectivamente, 15,3% (de R\$ 329,4 milhões em 2012 para R\$ 379,7 milhões em 2013), 9,6%

(de R\$ 237,0 milhões para R\$ 259,8 milhões) e 8,2% (de R\$ 63,0 milhões para R\$ 68,2 milhões). A Mesorregião do Alto Solimões teve crescimento de 3,4% nos financiamentos, passando de R\$ 6,5 milhões para R\$ 6,7 milhões em 2013 (v. Anexo A – Tabela 8-A).

Em relação às metas de aplicações do FNO estipuladas para 2013 nas regiões prioritárias da PNDR, o Banco da Amazônia superou em 29,2% a meta do conjunto das mesorregiões, de R\$ 571,9 milhões, e atingiu 85,5% da meta para o conjunto dos municípios da faixa de fronteira, de R\$ 1.201,6 milhões. Cabe ressaltar que a meta de cada mesorregião foi superada e/ou alcançada, com destaque para a Mesorregião do Alto Solimões, que teve a meta de 2013, de R\$ 2,5 milhões, superada em 167,0%. No total, o Banco atingiu 99,6% da meta de 2013 para os financiamentos concedidos às regiões prioritárias da PNDR (v. Anexo A – Tabela 8-B).

4.7 Contratações por Município Conforme Tipologia da PNDR

Ainda pela PNDR, os municípios tipificados como de Baixa Renda (BR), Estagnada de Média Renda (EMR) e Dinâmica de Menor Renda (DMR) devem merecer atendimento prioritário do Banco da Amazônia na alocação dos recursos do FNO. Assim, em observância à PNDR e às prioridades estabelecidas pelo CONDEL da SUDAM, o Banco aplicou em 2013 o total de R\$ 3.132,6 milhões nos municípios da Região Norte com essas tipificações, através da contratação de 41.009 operações de crédito, correspondentes a 66,4% dos financiamentos concedidos e 92,6% das operações contratadas, com destaque para as aplicações nos municípios estagnados, com R\$ 1.917,5 milhões, ou seja, 41% do total dos financiamentos concedidos (v. Gráfico 7 e Anexo A – Tabelas 9 e 34).

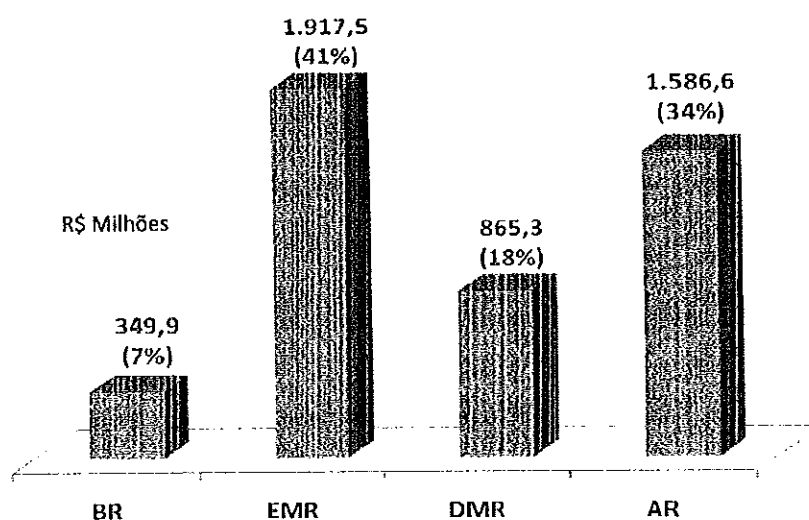


Gráfico 7 Valores Contratados do FNO por Município da Região Norte pela Tipologia da PNDR
Exercício de 2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Este desempenho indica que os financiamentos realizados pelo FNO no exercício contemplaram os municípios com comprovada carência socioeconômica, fato que atesta a preocupação social e desenvolvimentista do Fundo no sentido de contribuir para a geração de renda e de novas oportunidades de ocupação da mão-de-obra na Região.

Comparativamente ao exercício de 2012, houve crescimento nas aplicações para os municípios mais carentes, de 42,4% para os municípios dinâmicos de média renda; de 19,6% para os municípios estagnados de média renda; e de 3,9% para os municípios de baixa renda, ao contrário dos municípios tipificados pela PNDR como de Alta Renda (AR), que apresentou queda de 8,5% (v. Anexo A – Tabela 9-A).

Relativamente às metas para o exercício de 2013, destaque para o conjunto dos municípios estagnados de média renda, que superou à meta de aplicação em 23,2%. Já o conjunto dos municípios dinâmicos de menor renda atingiu 92,8% da meta do exercício e os de baixa renda atingiu 84,5% da meta (v. Anexo A – Tabela 9-B)

4.8 Contratações em Apoio à Agricultura Familiar

No exercício de 2013, os agricultores familiares vinculados ao Pronaf contrataram 37.290 operações de crédito com recursos do FNO, no valor total de R\$ 653,6 milhões, correspondendo a 84,2% das operações contratadas no período e 13,8% dos financiamentos concedidos, propiciando a geração de 150 mil novas oportunidades de trabalho no campo. Dentre as linhas de financiamento do Programa FNO-PRONAF, destaque para o Pronaf-Mais Alimentos e o Pronaf-Grupo A, que demandaram, respectivamente, 59,2% (R\$ 387,1 milhões) e 12,1% (R\$ 79,0 milhões) do total de recursos para esse segmento (v. Anexo A – Tabela 10). Ressalta-se que a linha do Pronaf-Grupo A cresceu 1% nas aplicações em relação a 2012 (R\$ 78,3 milhões).

Importante ressaltar o desempenho do Banco da Amazônia na realização do Plano Safra 2012/2013, com as aplicações alcançando o total de R\$ 823,4 milhões, ultrapassando em 55,4% a meta estabelecida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), de R\$ 530,0 milhões, sendo realizadas 63.823 operações de crédito.

Registra-se ainda que, no atual Plano Safra 2013/2014, o apoio financeiro do Banco da Amazônia também se apresenta bastante significativo, tendo sido financiado, no período de julho a dezembro de 2013, o volume de recursos da ordem de R\$ 330,4 milhões, atendendo 19.942 famílias e atingido 55,1% da meta pactuada com o MDA, no valor de R\$ 600,0 milhões.

4.9 Contratações em Apoio ao Microcrédito Produtivo Orientado

Em adesão ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Governo Federal, o Banco da Amazônia criou o Programa “Amazônia Florescer”, possibilitando o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica tendo por filosofia o relacionamento direto e permanente com os empreendedores no próprio local onde é executada a atividade econômica mediante empréstimos sequenciais, graduais e sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do negócio.

O Programa “Amazônia Florescer” utiliza recursos do FNO somente em operações do setor rural, através da linha de financiamento do Pronaf B. No exercício de 2013, foram realizadas pelo Programa “Amazônia Florescer”, via FNO, 7.562 operações de crédito para agricultores familiares vinculados ao Pronaf, no valor total de R\$ 19,9 milhões, superior 4,7%



em relação à meta do exercício (R\$ 19,0 milhões). Quando comparado com 2012, houve crescimento de 57,1% no número de operações realizadas e de 74,0% no valor financiado (v. Quadro 6). Desde a implantação desta linha de crédito, foram quase 14 mil operações contratadas e R\$ 34 milhões de recursos do FNO alocados.

Quadro 6 Contratações no Âmbito do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (Amazônia Florescer)

Exercícios de 2009 a 2013

Exercício	N.º de Operações	Valor (R\$ Mil)
2009	11	20,0
2010	553	1.048,2
2011	855	1.631,7
2012	4.815	11.447,8
2013	7.562	19.920,9
Total	13.796	34.068,6

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Microfinanças e Agricultura Familiar (GEMAF)

4.10 Contratações em Apoio ao Agronegócio Regional

O apoio ao desenvolvimento do agronegócio regional pelo Banco da Amazônia tem oportunizado a estruturação e a alavancagem de importantes segmentos como o de produtos madeiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletroeletrônico), turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais.

Os investimentos realizados pelo Banco da Amazônia nas atividades da cadeia produtiva do agronegócio regional cobrem um amplo espectro de atores do setor rural amazônico onde se tem apoiado agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empresários agroindustriais de médio e grande portes, permitindo a inserção competitiva nos mercados nacional e internacional, a exemplo do incentivo à produção do biocombustível na Amazônia, envolvendo centenas de famílias que estão diversificando a base produtiva rural da Região mediante o aprimoramento da produção do biodiesel.

No exercício de 2013, os financiamentos concedidos em apoio ao agronegócio regional alcançaram o valor aproximado de R\$ 1,2 bilhão, dos quais R\$ 1,0 bilhão (83,3% do total financiado no agronegócio) foi recurso oriundo do FNO, com 80,0% dos financiamentos contemplando empreendedores de pequeno porte.

4.11 Contratações em Apoio ao Turismo Regional Sustentável

O turismo encontra-se entre as atividades prioritárias para financiamento pelo Banco da Amazônia, tendo em vista que representa uma excelente oportunidade para a realização e estruturação de negócios sustentáveis, além de possuir grande potencial para a geração de emprego e renda. O apoio do Banco da Amazônia à atividade turística se dá em consonância com a Política Nacional de Turismo e com as políticas estaduais voltadas para referida atividade.

Tendo a percepção do potencial turístico da Região Amazônica, bem como dos desafios que podem ser transformados em reais oportunidades de negócios no âmbito do turismo, o Banco da Amazônia elabora anualmente o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, cujo macro objetivo consiste em desenvolver e aperfeiçoar produtos financeiros e serviços bancários adequando-os às especificidades dos empreendimentos e do território, visando alavancar negócios na atividade turística e contribuir para o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, mantendo alinhamento com as políticas, planos, programas e prioridades de governo para a Amazônia.

No exercício de 2013, os financiamentos do FNO em apoio ao turismo regional sustentável, com recursos do FNO-Amazônia Sustentável, atingiu o valor total de R\$ 534,5 milhões, através da contratação de 143 operações de crédito, superando a meta do exercício, de R\$ 275,9 milhões, em 93,7%. Considerando os financiamentos com recursos do FNO-MPE, de R\$ 50,3 milhões em 45 operações de crédito, o total dos recursos do FNO alocados em 2013 para os empreendimentos turísticos na Região atingiu R\$ 584,8 milhões (12,4% do total dos recursos) em 188 operações de crédito (0,4% do total das contratações) (v. Quadro 7 e Anexo A – Tabelas 6 e 7).

Os estados que mais contrataram recursos destinados ao financiamento da atividade turística em 2013 foram: Pará com R\$ 221,4 milhões (37,9%); Amazonas com R\$ 184,0 milhões (31,5%); Roraima com R\$ 83,2 milhões (14,2%); e Amapá com R\$ 55,5 milhões (9,5%). A demanda conjunta desses estados representou 93,1% do total financiado pelo Banco em apoio ao desenvolvimento do turismo regional sustentável (v. Quadro 7).

Entre os empreendimentos turísticos mais relevantes financiados pelo Banco da Amazônia em 2013, com recursos do FNO, destacam-se a construção do *Shopping Center* Metrópole Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém (PA), no valor de R\$ 141,0 milhões; do *Shopping* Manaus Norte, na Cidade de Manaus (AM), no valor de R\$ 132,1 milhões; do *TSC Roraima Shopping*, em Boa Vista (RR), no valor de R\$ 82,8 milhões; do *Amapá Garden Shopping*, em Macapá (AP), no valor de R\$ 55,4 milhões; do *Shopping Center* Modelo, na Cidade de Castanhal (PA), no valor de R\$ 54,9 milhões; e de um empreendimento hoteleiro na Cidade de Manaus (AM), no valor de R\$ 27,6 milhões, os quais deverão gerar mais de 1.030 novos postos de trabalhos.

**Quadro 7 Financiamento do FNO em Apoio ao Turismo Regional Sustentável
Exercício de 2013**

Estado	Valor (R\$ Milhões)	% de Participação
Acre	8,3	1,4
Amapá	55,5	9,5
Amazonas	184,0	31,5
Pará	221,4	37,9
Rondônia	9,0	1,5
Roraima	83,2	14,2
Tocantins	23,4	4,0
Total	584,8	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



4.12 Contratações em Apoio à Cultura Amazônica

O Banco da Amazônia incentiva a cultura regional através do Programa “Amazônia Mais Cultura”, o qual encontra-se devidamente alinhado à agenda social do Governo Federal e às estratégias da Instituição, com vistas à valorização e desenvolvimento das atividades culturais da Amazônia. Utilizando recursos do FNO, o Banco da Amazônia financiou em 2013, em apoio à atividade cultural, 48 projetos no valor total de R\$ 17,1 milhões (v. Anexo A – Tabelas 6 e 7).

4.13 Contratações em Apoio à Biodiversidade Amazônica

O compromisso com a preservação da biodiversidade amazônica tem sido um dos pilares da atuação do Banco da Amazônia. Sob essa perspectiva, utiliza recursos do Programa FNO-Biodiversidade para financiar empreendimentos florestais sustentáveis na Região Norte, como florestamento, reflorestamento e manejo florestal sustentável em áreas de uso alternativo do solo e/ou em áreas de reserva legal. No exercício de 2013, o Banco da Amazônia contratou com recursos do FNO-Biodiversidade 76 operações de crédito, no valor total de R\$ 148,5 milhões (v. Anexo A – Tabelas 5 e 7). Em relação aos empreendimentos amparados no artigo 1º, inciso IV, da Lei nº 10.177/2001, que prevê o emprego da taxa de 4,0% ao ano nas operações florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, não houve contratações no exercício, provavelmente pela utilização das taxas definidas para o FNO pela Resolução do CMN nº 4.181, de 07/01/2013, com vigência para 2013, de 3,53% ao ano no primeiro semestre e de 4,12% ao ano no segundo semestre, com bônus de 15% para as parcelas pagas no prazo.

4.14 Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Desde o lançamento do PAC, em 2007, o Banco da Amazônia tem contribuído com o esforço do Governo Federal no sentido de retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados pelo Banco da Amazônia no âmbito do PAC contemplam, sobretudo, setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e energia. No período de 2007 a 2013, foram realizadas 34 operações do PAC com recursos do FNO, no valor total de R\$ 3.025,7 milhões, tendo sido contratado em 2013 um projeto no valor de R\$ 147,2 milhões, relativo à implantação de uma retro área e píer flutuante, com capacidade simultânea para 4 navios e 4 balsas, em Manaus (AM) (v. Anexo A – Quadro 7-A).

4.15 Contratações em Apoio ao Programa Agricultura de Baixo Carbono

O Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) foi criado em 2010 pelo Governo Federal com a finalidade de incentivar os produtores rurais a adotarem técnicas agrícolas sustentáveis no sentido de reduzir a emissão dos gases de efeito estufa e, conseqüentemente, os impactos do aquecimento global. O Programa conta com o apoio financeiro do Banco da Amazônia através dos Programas de Financiamento do FNO, tendo contratado no exercício 15.164 operações de crédito, no valor total de R\$ 429,9 milhões (v. Anexo A – Tabela 11).

4.16 Contratações em Apoio à Copa do Mundo de Futebol de 2014

O Banco da Amazônia tem contribuído com a preparação do Brasil como sede oficial da Copa do Mundo de Futebol de 2014, mediante o financiamento de projetos em apoio à atividade turística nas cidades-sedes e entornos, utilizando recursos do Programa FNO-Amazônia Sustentável, através da linha FNO-Turismo Procopa. No exercício de 2013, o Banco da Amazônia contratou uma operação de crédito no valor de R\$ 27,6 milhões, para financiamento de empreendimento hoteleiro em Manaus (AM) (v. Anexo A – Quadro 7-B).

4.17 Contratações por Finalidade do Crédito

Dos financiamentos contratados em 2013 com recursos do FNO, 37.384 operações de crédito (84,4%) foram destinadas para investimento, no valor total de R\$ 3.230,5 milhões (68,5% dos financiamentos concedidos); 3.097 operações (7,0%) para capital de giro associado ao investimento e para aquisição de matéria-prima/insumos e aquisição de bens para formação de estoques, no total de R\$ 309,7 milhões (6,6%); 2.803 operações (6,3%) para custeio, no total de R\$ 279,1 milhões (5,9%); e 993 operações (0,2%) para infraestrutura, no total de R\$ 899,9 milhões (19,1%). Do total de recursos financiado para investimento, R\$ 1.516,7 milhões (32,1%) corresponde às contratações do setor rural e R\$ 1.713,8 milhões (67,9%) para os empreendimentos dos demais setores (v. Anexo A – Tabelas 12 e 13).

4.18 Contratações por Faixa de Valores

A maior demanda por financiamentos no setor rural em 2013, em termos de operações contratadas, ocorreu na faixa entre R\$ 1 mil até R\$ 10 mil, no total de 19.196 contratações (48,8%), praticamente todas operações do Pronaf (19.193 operações), enquanto que em termos de valores financiados, a maior demanda ocorreu na faixa de R\$ 200 mil até R\$ 10 milhões, no total de R\$ 868,5 milhões (44,4%), sendo R\$ 773,8 milhões (89,1%) para empreendimentos financiados com recursos do FNO-Amazônia Sustentável. Nos demais setores, a maior demanda de crédito, em termos de operações contratadas, ocorreu na faixa de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil, com 1.844 contratações (37,3%), com destaque para o financiamento de 1.051 (57,0%) operações de comércio e serviços. Já em termos de recursos alocados, a maior demanda nos demais setores ocorreu na faixa acima de R\$ 100 milhões, sendo alocados R\$ 986,9 milhões (33,8%) para contratação de grandes projetos de infraestrutura, turismo e comércio e prestação de serviços (v. Anexo A – Tabela 14).

Registra-se ainda a contratação de 51 operações de crédito em valores acima de R\$ 10 milhões, no total de R\$ 2.127,8 milhões, correspondente a 45,1% do total dos financiamentos concedidos em 2013, os quais deverão contribuir para a geração de 6.936 novos postos de trabalho, quando da maturação dos projetos (v. Anexo A – Tabelas 14 e 15).



4.19 Contratações pela Primeira Vez

No exercício de 2013, houve a contratação de 28.369 novas operações de crédito formalizadas por clientes que operaram pela primeira vez com o FNO, no valor total de R\$ 2.317,0 milhões, correspondentes a 64,1% das operações contratadas no exercício e 49,1% dos financiamentos concedidos, com prevalência para as operações realizadas nos estados do Pará e Amazonas, que juntos demandaram 19.264 operações de crédito (67,9% dos contratos formalizados pela primeira vez), no valor total de R\$ 1.453,9 milhões (62,7% dos recursos alocados) (v. Anexo A – Tabela 16).

4.20 Contratações com a Participação de Recursos Próprios

As contratações do FNO realizadas no exercício de 2013 receberam a contrapartida de recursos próprios dos beneficiários, totalizando R\$ 764,4 milhões, sendo R\$ 54,3 milhões para os empreendimentos do setor rural (7,1%) e R\$ 710,1 milhões para os empreendimentos dos demais setores (92,9%), com maior prevalência para as operações contratadas no Estado do Amazonas, com R\$ 268,5 milhões (35,1%). As maiores contrapartidas de recursos próprios foram registradas nos empreendimentos de grande porte, sobretudo pelo empresariado dos setores não rurais, com R\$ 476,0 milhões, representando 10,1% do total financiado no período (v. Anexo A – Tabelas 17 e 18).

4.21 Situação da Demanda por Crédito

Ao final do exercício de 2013, o Banco da Amazônia apresentou a seguinte demanda por crédito do FNO: 44.277 propostas apresentadas no exercício e contratadas, no valor total de R\$ 4.719,2 milhões; 1.472 propostas aprovadas a contratar, no valor total de R\$ 554,9 milhões; 5.460 propostas em análise, no valor total de R\$ 1.148,0 milhões; e 518 propostas indeferidas, no valor total de R\$ 110,1 milhões. Assim, foram 51.727 propostas de crédito do FNO apresentadas ao Banco da Amazônia em 2013, totalizando R\$ 6.532,3 milhões (v. Anexo A – Tabelas 19 a 21).

4.22 Previsão de Liberação do Crédito

Está prevista, até 31/12/2014, a liberação de parcelas de operações contratadas com recursos do FNO, no valor total de R\$ 1.413,7 milhões, sendo R\$ 175,8 milhões (12,4%) em operações de crédito do setor rural e R\$ 1.237,9 milhões (87,6%) em operações de crédito dos demais setores (v. Anexo A – Tabela 22).

4.23 Previsão de Amortização do Crédito

Até 31/12/2014, a previsão de amortização de parcelas de operações contratadas com recursos do FNO é de R\$ 2.182,8 milhões, dos quais R\$ 1.253,6 milhões (57,4%) são de operações de crédito do setor rural e R\$ 929,2 milhões (42,6%) de operações de crédito dos demais setores (v. Anexo A – Tabela 23).

23/07/2013
 10.06
 4

4.24 Desembolso do Crédito

O total dos desembolsos do FNO no exercício de 2013 foi de R\$ 3.714,1 milhões, sendo R\$ 1.677,7 milhões (45,2%) em operações contratadas do setor rural e R\$ 2.036,4 milhões (54,8%) em operações contratadas dos demais setores. No setor rural, 54,2% dos desembolsos, R\$ 908,5 milhões, ocorreram nos financiamentos concedidos pelo Programa FNO-Amazônia Sustentável, com maior participação dos estados do Tocantins e Pará, com R\$ 331,2 milhões (36,5%) e R\$ 313,3 milhões (34,5%), respectivamente. Ainda no setor rural, os desembolsos das linhas de financiamento do Pronaf atingiram R\$ 650,6 milhões, isto é, 38,8% do total do setor. Já nos demais setores, 57,1% dos desembolsos, R\$ 1.163,3 milhões, são de atividades de comércio e serviços, com maior participação do Estado de Rondônia, onde os desembolsos atingiram R\$ 470,8 milhões (40,5% do setor) (v. Anexo A – Tabela 24).

Considerando os desembolsos por porte dos beneficiários, os empreendimentos do setor rural de menor porte, mini e pequeno, incluindo agricultores familiares, responderam por 74,0% do total das liberações do setor, correspondente a R\$ 1.241,8 milhões. Já nos demais setores, os empreendimentos de médio e grande porte responderam por 70,5% do total da liberações, isto é, R\$ 1.436,1 milhões (v. Anexo A – Tabela 25).

4.25 Operações Liquidadas

Ao final do exercício de 2013, foram liquidadas 7.040 operações de crédito do FNO, no valor total de R\$ 2.539,1 milhões, sendo 6.660 operações (94,6%) do setor rural e 380 operações (5,4%) dos demais setores (v. Quadro 8).

Quadro 8 Operações Liquidadas do FNO
 Posição em 31/12/2013

Setor	Nº Op.	Valor (R\$ Milhões)
Rural	6.660	629,7
Não Rural	380	1.909,4
Total	7.040	2.539,1

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Registra-se ainda a liquidação de 10 operações pelo equivalente financeiro, na forma do artigo 15-D da Lei n.º 7.827, de 27/09/1989, com redação dada pela Lei n.º 11.945, de 04/06/2009, no valor total de R\$ 4,9 milhões.



4.26 Saldo das Contratações

O saldo em 31/12/2013 dos financiamentos realizados pelo FNO é de R\$ 13.947,2 milhões, em 274.929 operações de crédito. Do total das operações, 262.164 (95,4%) são empreendimentos do setor rural, com saldo de R\$ 6.633,1 milhões (47,6%), e 12.765 (4,6%) são empreendimentos dos demais setores, com saldo de R\$ 7.314,1 milhões (52,4%) (v. Quadro 9).

Quadro 9 Saldo das Contratações do FNO
Posição 31/12/2013

Setor	N.º de Operações	%	Valor (R\$ Milhões)	%
Rural	262.164	95,4	6.633,1	47,6
Não Rural	12.765	4,6	7.314,1	52,4
Total	274.929	100,0	13.947,2	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Quanto aos encargos financeiros utilizados nos financiamentos do FNO, não mais existem em estoque operações que vigoravam anteriormente ao estabelecimento da TJLP (BTNF, TRD e TR), com rebate sobre os encargos totais, bem como com encargos da TJLP mais juros de 6,0% a.a, com rebate sobre os encargos totais ou com encargos de IGP-DI mais juros de 8,0% a.a, com rebate sobre a taxa de juros. Portanto, atualmente, os encargos financeiros do Fundo são os definidos na legislação que normatiza os financiamentos, específicos para cada porte de empreendedores dos setores rural e não rural, bem como as decorrentes de renegociações autorizadas por lei (v. Anexo A – Tabela 26).

5. RESULTADOS OBTIDOS PELO FNO

5.1 Expansão do Crédito

No exercício de 2013, a ação creditícia do FNO alcançou a todos os 450 municípios que integram a base político-institucional da Região Norte, fato que representa um feito histórico na gestão dos recursos do Fundo. O atendimento de 100% dos municípios da Região com recursos do FNO só foi possível graças ao esforço do Banco da Amazônia em levar o crédito às localidades de difícil acesso e às diversas ações de fomento desenvolvidas ao longo do exercício, em especial através das reuniões do FNO-Itinerante realizadas pelo Banco, em parceria com o Ministério da Integração Nacional e participação do SEBRAE e dos governos estaduais e municipais, ocorridas nos municípios com elevada carência social e econômica, onde o Banco da Amazônia ainda não havia concedido crédito.

No período de realização do FNO-Itinerante, de 2010 a 2013, foram organizadas e coordenadas pelo Banco da Amazônia 45 reuniões em municípios de todos os estados da Região, em especial os de baixa renda com histórico de poucas ou nenhuma operação de crédito realizada, tendo ocorrido em 2013 14 reuniões ou seminários de sensibilização do FNO-Itinerante, contemplando os seguintes municípios: No Amazonas – Boa Vista do Ramos, Parintins, Santa Izabel do Rio Negro¹, São Gabriel da Cachoeira¹, São Sebastião do Uatumã, e Urucará; no Amapá – Amapá e Calçoene; no Pará – Aurora do Pará e Igarapé-Açu; em Roraima – Iracema, Pacaraima¹ e São João da Baliza; e Tocantins – São Félix do Tocantins. Não houve FNO-Itinerante nos estados do Acre e Rondônia.

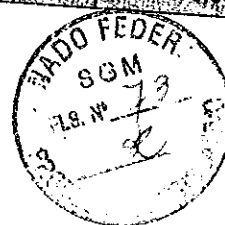
Como resultados dos seminários do FNO-Itinerante realizados em 2013, houve a contratação durante os eventos de 53 operações de crédito, no total de R\$ 366,4 mil, além da prospecção de 60 propostas no total de R\$ 2,0 milhões. Nessas reuniões, houve participação de 591 pessoas, especialmente, mini e pequenos produtores rurais e suas cooperativas e associações, agricultores familiares e micro e pequenos empreendedores (v. Quadro 10).

Quadro 10 Demanda dos Seminários FNO-Itinerante por Estado
Exercício de 2013

Estado	Nº de Municípios Atendidos	Nº de Participantes	Operações Realizadas		Propostas Prospeciadas	
			Nº	Valor (R\$ 1,00)	Nº	Valor (R\$ 1,00)
Amapá	2	112	14	229.156	-	-
Amazonas	6	280	28	92.488	20	*
Pará	2	100	-	-	4	810.000
Roraima	3	39	1	19.800	13	450.000
Tocantins	1	60	10	25.000	23	715.000
Total	14	591	53	366.444	60	1.975.000

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema de Controle de Operações
(*) Propostas sem valor definido

¹ Municípios até então inéditos no atendimento com recursos do FNO.



5.2 Consecução de Metas

No exercício de 2013, o Banco da Amazônia aplicou R\$ 4,72 bilhões do FNO na economia regional, ultrapassando em 1,5% a meta de aplicação estipulada para o exercício, de R\$ 4,65 bilhões. Este resultado é superior 10,3% em relação ao realizado pelo Fundo em 2012, de R\$ 4,28 bilhões. Em relação do número de operações contratadas, foram 44.277 no total, atingindo 85,1% da meta estabelecida para 2013, de 52.057 contratações.

Os estados que superaram as metas de aplicação do FNO em 2013, foram Amazonas, Pará e Tocantins, em 20,2%, 12,5% e 2,4%, respectivamente. Acre e Rondônia também obtiveram excelentes resultados, tendo atingido, respectivamente, 97,6% e 96,8% das metas estabelecidas para o exercício. Roraima, apesar de ter atingido 44,3% da meta de aplicação para 2013, se comparado com o desempenho de 2012, quando atingiu 10,4%, foi o estado que teve o maior crescimento na execução das metas do exercício, quase 40 pontos percentuais, constituindo-se um recorde para o estado. Já Amapá foi o estado que teve o pior desempenho, atingindo somente 39,3% da meta para 2013, tendo um recuo na execução de metas de 4,7 pontos percentuais em relação a 2012, quando atingiu 44,0% (v. Quadro 11).

Quadro 11 Índice de Consecução das Metas do FNO por Estado
Exercício de 2013

Estado	Acre	Amapá	Amazonas	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins	Total
Previsão (R\$ Milhões)	320,0	233,0	884,0	1.400,0	790,0	233,0	790,0	4.650,0
Realizado (R\$ Milhões)	312,48	91,50	1.062,99	1.575,46	764,80	103,12	808,86	4.719,20
Índice de Consec. (%)	97,6%	39,3%	120,2%	112,5%	96,8%	44,3%	102,4%	101,5%

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2013 / Sistema SIG-Contoper

Os programas de financiamento do FNO obtiveram bom desempenho em 2013, com destaque para os programas FNO-Biodiversidade e FNO-Amazônia Sustentável, que ultrapassaram as metas do exercício em 14,3% e 9,0%, respectivamente. O FNO-MPE atingiu 97,2% da meta estabelecida para o programa, também com bom desempenho. O FNO-Emergencial contratou no exercício R\$ 97,1 milhões, atingindo 90,5% da meta para 2013, porém, considerando seu período de vigência, de maio/2012 até/mayo 2013, o total contratado foi de R\$ R\$ 376,7 milhões, superado em 7,6% a meta estabelecida para o Programa, de R\$ 350,0 milhões. Já o FNO-PRONAF e FNO-EI atingiram somente 65,9% e 61,1% das metas dos programas estabelecidas para o exercício.

Em relação às atividades financiadas, destaque no setor rural para o desempenho da Agropecuária, que ultrapassou a meta de 2013 em 211,0%. Nos demais setores financiados com recursos do FNO-Amazônia Sustentável, destaque para o desempenho da Agroindústria, turismo e indústria, que superaram as metas em 111,9%, 93,7% e 76,9%, respectivamente. As atividades de comércio e prestação de serviços financiadas pelo FNO-Amazônia Sustentável atingiram 90,9% da meta estabelecida para o exercício, também com bom desempenho (v. Quadro 12).

Quadro 12 Índice de Consecução das Metas do FNO por Programa e Atividade
 Exercício de 2013

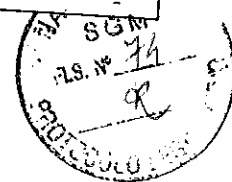
Programas	Atividades	Previsão (R\$ Milhões)	Realizado (R\$ Milhões)	Índice de Consec. (%)
Total Programas		4.650,00	4.719,21	101,5
Total FNO-Pronaf		930,00	612,80	65,9
FNO-Pronaf	Grupo A			17,0
	Grupo B	465,00	79,05	
	Grupo A/C			
	Grupo C			
	Grupo D			
	Grupo E			
	Agroindústria	465,00	533,75	114,8
	Floresta			
	Pesca e Aquicultura			
	Mulher Jovem			
Total FNO-Amazônia Sustentável		3.177,10	3.483,65	109,0
FNO-Amazônia Sustentável	Empreendimentos Rurais	412,79	986,66	239,0
	Agropecuária	307,66	956,87	311,0
	Pesca e Aquicultura	105,13	29,79	28,3
	Empreendimentos Não Rurais	2.764,35	2.476,99	89,6
	Agroindústria	67,02	142,04	211,9
	Indústria	283,35	501,28	176,9
	Turismo	275,94	534,46	193,7
	Cultura	43,83	5,51	12,6
	Infraestrutura	668,98	26,01	3,9
	Exportação	30,23	0,00	0,0
	Comércio e Serviço	1.395,00	1.267,69	90,9
	Total FNO-Micro e Pequena Empresa	400,07	369,90	92,2
	FNO-Micro e Pequena Empresa	Indústria	-	77,90
Turismo		-	50,34	-
Cultura		-	11,61	-
Comércio e Serviços		-	250,04	-
FNO-Biodiversidade	Floresta	120,89	148,46	114,3
FNO-EI	Empreendedor Individual	12,00	7,33	61,1
FNO-Emergencial	Emergencial Total	107,30	97,08	90,5
	Pronaf Emergencial	-	40,80	-
	Rural Emergencial	-	7,23	-
	Não Rural Emergencial	-	49,05	-

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2013 / Sistema SIG-Controper

5.3 Execução Orçamentária

A previsão de ingresso de recursos do FNO para operacionalização pelo Banco da Amazônia no exercício de 2013, considerando as origens (receitas) e aplicação (despesas) dos recursos, foi de R\$ 4,65 bilhões, porém, constatou-se ao final do exercício que a diferença entre as origens (receitas) e aplicações (despesas) totalizaram R\$ 3,40 bilhões, portanto, 26,9% abaixo do previsto, indicativo que as despesas do FNO, ao final de 2013, foram maiores do que as projetadas e as receitas menores.

No que diz respeito às receitas, o executado ao final do exercício de 2013 mostrou-se superior às previsões realizadas em 2012 nos seguintes quesitos: disponibilidades do Fundo ao final do exercício (37,0%); reembolsos (18,6%); remuneração das disponibilidades (6,7%), retornos ao Fundo (30,9%); e recuperação de crédito (171,9%). O único quesito que teve o realizado abaixo do previsto foi transferências da União, com -9,8%.



Relativamente às despesas, os únicos quesitos que tiveram o realizado abaixo do previsto foram: taxa de administração (-10,0%); e despesas com *Del Credere* (-3,3%). As demais despesas tiveram o realizado ao final do exercício bem maiores do que as projetadas em 2012, quais sejam: despesas com auditoria externa (17,3%); bônus de adimplência (25,1%); remuneração do Pronaf (37,3%), desembolsos com operações contratadas em exercícios anteriores (201,0%); e renegociação de créditos baixados (293,0%). (v. Quadro 13).

Quadro 13 Resultado da Programação Orçamentária do FNO
Exercício de 2013

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO (R\$ Milhões)	REALIZADO (R\$ Milhões)	%
A) Origem de Recursos	6.731,44	7.891,24	117,23
Disponibilidade prevista ao final do exercício anterior	2.599,03	3.561,11	137,02
Transferências da União	2.062,86	1.861,61	90,24
Reembolsos de créditos em 2013	1.667,45	1.977,79	118,61
Remuneração das disponibilidades	251,54	268,28	106,65
Retorno ao FNO dos valores relativos aos riscos	132,56	173,50	130,89
Outras receitas (recuperação de crédito)	18,00	48,94	271,89
B) Aplicação de Recursos	2.081,44	4.490,13	215,72
Taxa de administração	412,57	371,23	89,98
Despesas de auditoria externa	0,20	0,23	117,28
Bônus de adimplência	98,42	123,12	125,10
Despesas com del credere	354,93	343,20	96,70
Despesas com rebates	0,00	0,00	-
Remuneração do Banco da Amazônia sobre operações do PRONAF	12,76	17,52	137,32
Desembolsos com operações contratadas em exercícios anteriores	1.185,82	3.569,04	300,98
Outras despesas (renegociação de créditos baixados)	16,74	65,78	392,95
C) DISPONIBILIDADE TOTAL (A - B)	4.650,00	3.401,10	73,14

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2013 / Gerência de Contadoria (GECON)

6. INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DO FNO

6.1 Inadimplência por Setor Produtivo

Ao final do exercício de 2013, havia 117.244 operações do FNO em situação de atraso, totalizando R\$ 605,0 milhões, sendo R\$ 479,0 milhões (79,2%) em operações do setor rural e R\$ 126,0 milhões (20,8%) dos demais setores. A inadimplência das operações do setor rural atingiu 7,2% e dos demais setores 1,7%. A inadimplência de todas as operações em atraso do Fundo ficou em 4,3% (v. Anexo A – Tabela 27). A metodologia utilizada para o cálculo da inadimplência, extraída do Sistema SIG-Controper, considera o somatório somente das parcelas em atraso a qualquer tempo dividido pelo saldo total da carteira, excluindo-se as operações baixadas como prejuízo. O Gráfico 8 mostra a evolução da inadimplência do FNO ao longo do ano, em constante processo de desaceleração e com tendência de queda.

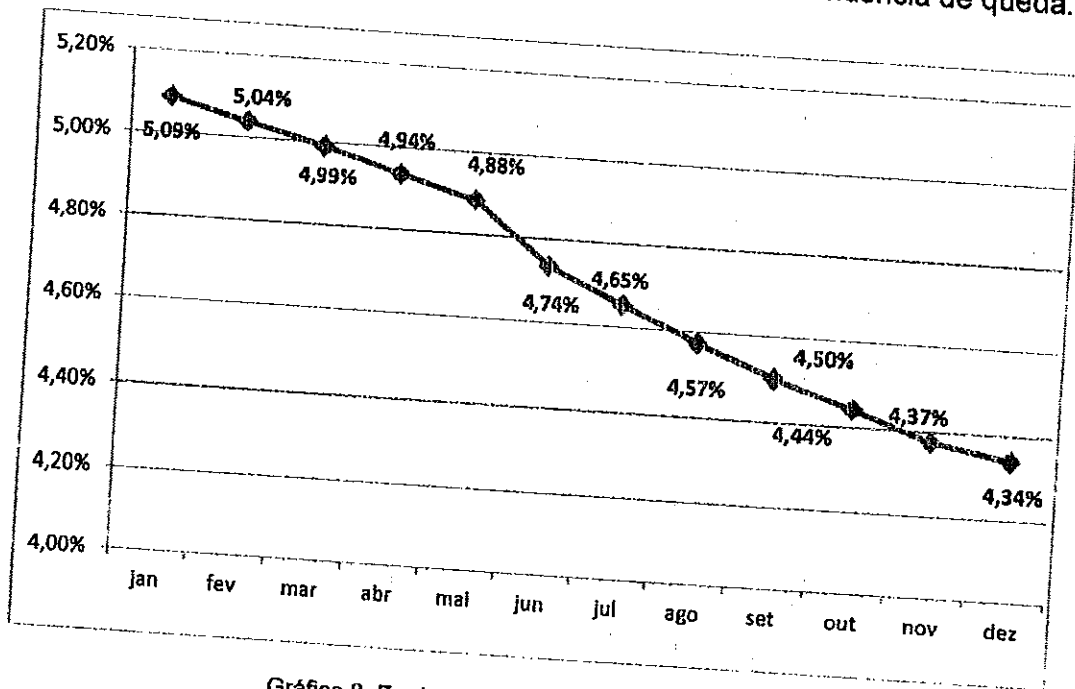
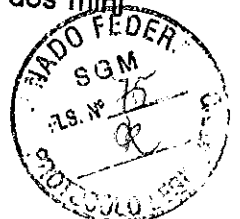


Gráfico 8 Evolução da Inadimplência do FNO
Posição em 31/12/2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

6.2 Inadimplência por Porte do Beneficiário

A inadimplência do FNO considerando o porte do beneficiário, apresentou ao final do exercício de 2013, os seguintes índices: 7,4% para os empreendimentos de mini produtores rurais e microempresas; 3,7% para o pequeno porte; 3,0% para o pequeno-médio porte; 5,3% para o médio porte; e 2,2% para os empreendimentos de grande porte (v. Gráfico 9 e Anexo A – Tabela 28). Verifica-se os maiores índices de inadimplência nos empreendimentos dos mini produtores rurais e das microempresas e nos empreendimentos de porte médio.



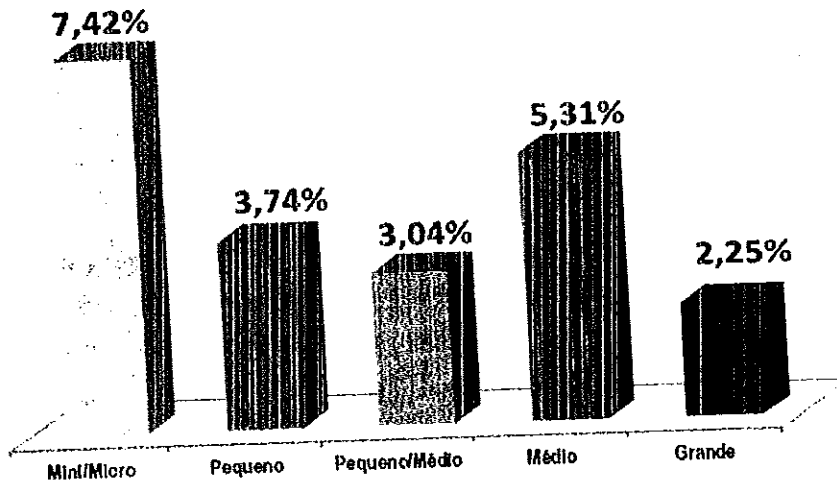


Gráfico 9 Inadimplência do FNO por Porte do Beneficiário
Posição em 31/12/2013
Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

6.3 Inadimplência por Programa de Financiamento

Considerando a inadimplência do FNO por programa de financiamento, as maiores taxas foram do FNO-PRONAF, com 8,2%; FNO-Biodiversidade, com 8,0%; e FNO-EI, com 7,1%. Já o FNO-MPE e FNO-Emergencial apresentaram as menores taxas de inadimplência, com 0,3% e 0,6%, respectivamente (v. Gráfico 10 e Anexo A – Tabela 29). A taxa elevada de inadimplência para os beneficiários de porte mini/micro é justificada pela alta inadimplência das operações do FNO-PRONAF e FNO-EI, que são programas voltados para os agricultores familiares e empreendedores individuais.

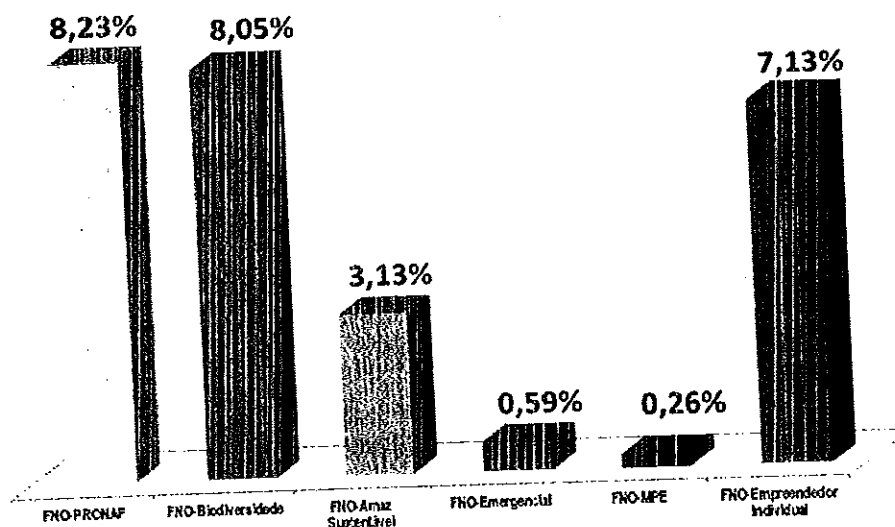


Gráfico 10 Inadimplência do FNO por Programa de Financiamento
Posição em 31/12/2013
Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

6.4 Inadimplência por Estado

Os estados de Roraima e Pará apresentaram as maiores taxas de inadimplência ao final de 2013, com 11,7% e 7,0%, respectivamente. Já Rondônia e Amapá foram os estados que apresentaram as menores taxas, com 1,3% e 2,1%, respectivamente. No setor rural, as maiores taxas ocorreram em Roraima (17,1%) e Amazonas (11,2%), enquanto que Rondônia apresentou a menor taxa (3,0%). E nos demais setores, as maiores taxas foram do Pará (3,6%) e Roraima (3,5%), enquanto que Rondônia (0,6%), Amazonas (0,8%) e Amapá (0,9%) foram os estados que apresentaram as menores taxas (v. Gráfico 11 e Anexo A – Tabela 30).

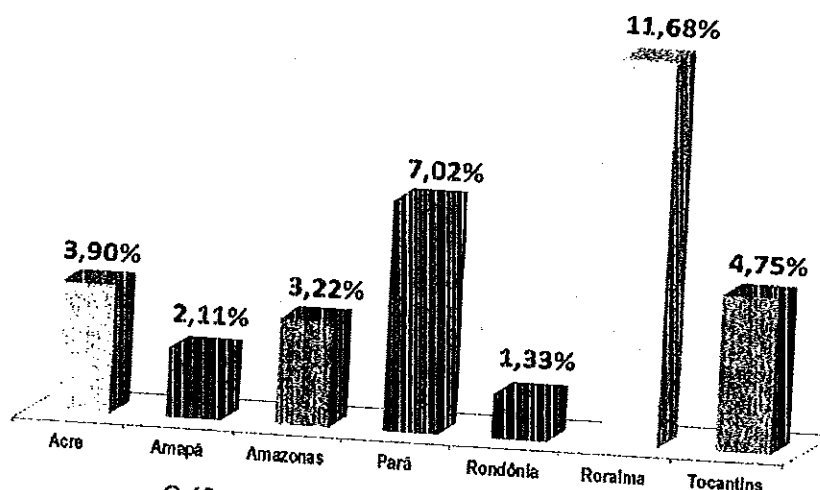


Gráfico 11 Inadimplência do FNO por Estado
Posição em 31/12/2013

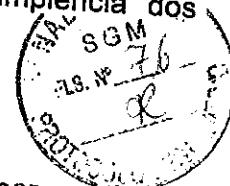
Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

6.5 Inadimplência por Mesorregiões Diferenciadas e Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte

O saldo em atraso das contratações do FNO nas Mesorregiões Diferenciadas e Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte atingiu, ao final do exercício de 2013, o total de R\$ 221,4 milhões, correspondendo a uma taxa de inadimplência de 3,4% em relação ao saldo total das operações (R\$ 6,6 bilhões). Entre as mesorregiões, a que apresentou a maior taxa de inadimplência foi a Mesorregião do Xingu, com 10%, sendo a taxa mais elevada ocorrida entre os municípios dinâmicos de menor renda, de 10,7%. Já a Mesorregião do Vale do Rio Acre apresentou a menor taxa, com 3,27%, tendo também os municípios dinâmicos de menor renda registrado a menor taxa, de 2,8%. A inadimplência das operações em atraso nos municípios que compõem a Faixa de Fronteira da Região Norte apresentou taxa de 2,2%, a menor entre as regiões prioritárias da PNDR, com destaque para a inadimplência dos municípios de alta renda, com 1,2% (v. Anexo A – Tabela 31).

6.6 Inadimplência por Município Conforme Tipologia da PNDR

Considerando a inadimplência das operações de crédito do FNO por município classificado pela tipologia da PNDR, verificou-se ao final do exercício de 2013 que as maiores taxas ocorreram no conjunto dos municípios dinâmicos de menor renda (DMR) e de baixa renda (BR), com 7,5% e 7,3%, respectivamente, enquanto que o conjunto dos municípios de alta renda (AR) apresentou a menor taxa, de 1,4% (v. Gráfico 12 e Anexo A – Tabelas 32 e 33).



6.10 Créditos Ressarcidos pelo Banco da Amazônia

No exercício de 2013, o Banco da Amazônia ressarciu ao FNO, por perdas das operações de crédito que completaram 360 dias de vencidas e não foram pagas, o valor total de R\$ 173,5 milhões, (v. Quadro 17).

Quadro 17 Ressarcimentos Realizados pelo Banco da Amazônia ao FNO
Exercício de 2013

Mês	Principal + Encargos das Operações Vencidas e Não Pagas (R\$ 1,00)	Valor Ressarcido pelo Banco da Amazônia ao FNO (R\$ 1,00)	Correção de Valor por Atraso de Ressarcimento (R\$ 1,00)
Janeiro	467.381.307	27.421.123	0
Fevereiro	467.710.042	9.273.550	0
Março	467.910.928	11.877.473	0
Abril	468.005.955	6.959.028	0
Maio	468.234.849	8.322.645	0
Junho	468.354.412	12.259.897	0
Julho	468.561.333	11.500.544	0
Agosto	468.666.940	13.916.396	0
Setembro	468.666.608	13.379.957	0
Outubro	468.694.073	12.985.289	0
Novembro	468.694.181	23.587.378	0
Dezembro	468.694.181	22.021.337	0
Total	6.619.618.009	173.504.417	0

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Contadoria (GECON)

6.11 Cobranças Judiciais Ajuizadas

O Banco da Amazônia busca, via esfera judicial, a regularização dos débitos existentes com vistas à redução da inadimplência. Assim, ao final de 2013, foram registradas 668 ações de cobranças judiciais ajuizadas, no valor total de R\$ 368,0 milhões, sendo todas as operações com risco compartilhado entre o Banco da Amazônia e o FNO (v. Quadro 18).

Quadro 18 Cobranças Judiciais Ajuizadas
Exercício de 2013

Mês	Risco Compartilhado		Risco Integral FNO		Total Ajuizadas	
	N.º Op.	Valor (R\$ 1,00)	N.º Op.	Valor (R\$ 1,00)	N.º Op.	Valor (R\$ 1,00)
Janeiro	40	13.895.687	-	-	40	13.895.687
Fevereiro	17	19.476.642	-	-	17	19.476.642
Março	43	19.578.022	-	-	43	19.578.022
Abril	65	48.086.427	-	-	65	48.086.427
Maio	43	69.916.122	-	-	43	69.916.122
Junho	88	25.001.951	-	-	88	25.001.951
Julho	117	37.982.527	-	-	117	37.982.527
Agosto	73	64.866.944	-	-	73	64.866.944
Setembro	68	21.024.167	-	-	68	21.024.167
Outubro	67	26.325.421	-	-	67	26.325.421
Novembro	19	4.593.026	-	-	19	4.593.026
Dezembro	28	17.304.007	-	-	28	17.304.007
Total	668	368.050.943			668	368.050.943

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Suporte Jurídico (GSJUR)

7. GESTÃO DOS RECURSOS DO FNO

7.1 Breve Histórico da Instituição Gestora do FNO

Em conformidade com o artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e o artigo 16 da Lei 7.827/89, o Banco da Amazônia, instituição financeira pública federal de caráter regional, é o banco administrador dos recursos do FNO. Fundado em 9 de julho de 1942, com o nome de Banco de Crédito da Borracha (BCB), tinha por objetivo promover o desenvolvimento a partir de incentivos à exploração da borracha natural, em apoio às Forças Aliadas durante a Segunda Guerra Mundial.

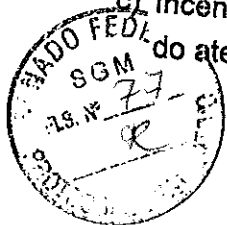
Em 1950, foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (BCA) e passou a participar de forma mais abrangente no processo de desenvolvimento regional, financiando todos os segmentos econômicos da Região. A partir de 1966, assumiu a denominação de Banco da Amazônia, se consolidando como o agente financeiro da política de crédito do Governo Federal para a Região Amazônica.

A atuação do Banco da Amazônia ao longo dos anos tem contribuído, de forma decisiva, para a consolidação do desenvolvimento regional sustentável. Em suas estratégias de ação, o Banco da Amazônia apóia, prioritariamente, iniciativas empreendedoras que visem à utilização racional das matérias-primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da Região sejam aproveitados com sustentabilidade.

Além disso, o Banco da Amazônia busca permanentemente a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente; o incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais; a disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, sobretudo, para o segmento da agricultura de base familiar; o apoio financeiro ao desenvolvimento científico regional, por meio de projetos de pesquisa de diversas Instituições de ensino e pesquisas estabelecidas na Região; e ações de fomento balizadas em políticas integradas com os Governos Federal e estaduais e outras Instituições visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais.

Na condição de agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, o Banco da Amazônia tem pautado sua atuação em alinhamento às seguintes prioridades:

- a) Apoio à Política Nacional de Reforma Agrária financiando atividades produtivas desenvolvidas em áreas de colonização;
- b) Participação no Plano Safra do Governo Federal financiando a produção dos agricultores familiares da Região;
- c) Incentivo às micro e pequenas empresas desenvolvendo ações voltadas à ampliação do atendimento aos empreendedores do segmento e à melhoria do acesso ao crédito;



- d) Apoio aos empreendedores individuais através da concessão de financiamentos para potencializar suas atividades econômicas desenvolvidas em áreas urbanas, propiciando bem-estar às suas famílias e empregados;
- e) Adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, através da implantação do Programa "Amazônia Florescer", possibilitando o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica;
- f) Estímulo ao desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis mediante a criação do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, em consonância com a Política Nacional de Turismo;
- g) Incentivo à cultura amazônica por meio do Programa "Amazônia Mais Cultura";
- h) Contribuição com a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais participando como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL) e apoiando a formação e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em todos os estados da Amazônia;
- i) Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal mediante o financiamento de projetos que contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia;
- j) Contribuição com o Plano "Brasil Maior" do Governo Federal apoiando a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior voltada para a Amazônia visando à alavancagem da competitividade da indústria nos mercados interno e externo;
- k) Contribuição com o Plano "Brasil Sem Miséria" do Governo Federal por meio do apoio financeiro aos setores produtivos, suporte à produção e concessão de patrocínio;
- l) Participação na Operação Arco Verde do Governo Federal inaugurando uma nova fase para conservação e implantação de modelos de produção sustentável de prevenção e combate ao desmatamento e à grilagem de terras na Amazônia;
- m) Participação na Operação Cidadania Xingu, iniciativa do Governo Federal sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República e dos Ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente, objetivando garantir a presença efetiva do poder público nos territórios impactados pela Usina Hidroelétrica Belo Monte com políticas e ações que promovam o desenvolvimento sustentável da região com foco na melhoria da qualidade de vida dos diversos segmentos sociais;
- n) Estímulo ao desenvolvimento de atividades integradas à cadeia produtiva do agronegócio regional, da produção de biodiesel e da pesca e aquicultura;
- o) Incentivo ao incremento da produção pesqueira regional financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aquicultura;

- p) Incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas na Amazônia destinando recursos para instituições regionais de ensino e pesquisa, com o objetivo de convergir conhecimento científico e/ou buscar alternativas e avanços tecnológicos que contribuam para o desenvolvimento regional sustentável; e
- q) Apoio às populações tradicionais da Amazônia como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, que historicamente sempre foram excluídas das políticas governamentais.

7.2 Formação de Parcerias Institucionais

O Banco da Amazônia tem consciência que o processo de desenvolvimento de uma região com as características da Amazônia é extremamente complexo para ser conduzido por meio de ações institucionais isoladas. Dessa forma, torna-se indispensável a integração, de maneira sinérgica e complementar, das iniciativas dos agentes públicos e privados que atuam em prol do desenvolvimento amazônico, de forma a potencializar os resultados a serem alcançados, considerando a expertise, as experiências e o conhecimento de cada instituição.

Imbuído dessa visão, o Banco da Amazônia tem procurado consolidar um amplo e sólido sistema de alianças com os atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada visando a construção de arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias que possibilitem a superação dos desafios inerentes a uma região com as características e complexidades da Amazônia e, dessa forma, transformar as suas imensas potencialidades e oportunidades em negócios sustentáveis.

Entre as ações voltadas para o fortalecimento das parcerias institucionais destaca-se o planejamento participativo adotado pelo Banco da Amazônia referente à aplicação dos recursos financeiros sob sua gestão, entre eles o FNO. Anualmente, o Banco da Amazônia realiza, em todos os estados da Amazônia, encontros com seus parceiros institucionais com a finalidade de discutir o planejamento da aplicação dos recursos financeiros para os exercícios subsequentes.

Além disso, o Banco da Amazônia firmou protocolos de intenções em 2013 com os governos dos estados de Rondônia, Roraima e Tocantins, com o objetivo de construir parcerias e unir esforços para atuação compartilhada no desenvolvimento sustentável dos estados.

7.3 Atuação com Foco na Sustentabilidade

A economia mundial vive um período de transição para um novo modelo, baseado no desenvolvimento em bases sustentáveis, cuja característica principal aponta para uma mudança qualitativa nos padrões de produção e consumo. Esse novo modelo econômico, chamado de economia verde, permite perceber claramente que as dimensões econômicas, ambientais e sociais precisam coexistir em equilíbrio, a fim de gerarem de maneira sustentável o bem-estar da humanidade.



O novo padrão de desenvolvimento da economia impõe ao setor produtivo assumir uma postura de aliado do meio ambiente, a partir da utilização de processos produtivos que incorporem tecnologias ambientalmente limpas objetivando conservar os recursos naturais e preservar a saúde dos consumidores, sem perder de vista a rentabilidade dos negócios como meio de garantir a permanência das empresas no mercado, bem como a conquista de outros.

Ação importante no contexto de transformações que têm marcado a economia internacional foi a realização da Conferência Rio+20, ocorrida no Brasil em junho de 2012, quando foram apresentados os avanços brasileiros durante o período de vinte anos que se sucederam desde a Eco 92. Esses avanços são perceptíveis tanto no aspecto ambiental, com a redução dos índices de desmatamento na Amazônia e a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, quanto na perspectiva política, social e econômica, com a redução do nível de pobreza, a quitação da dívida brasileira junto ao Fundo Monetário Nacional (FMI) e a projeção do Brasil no cenário político internacional.

Nesse processo de construção da chamada economia verde, o papel do crédito bancário, especialmente dos bancos oficiais, tem sido fundamental na priorização de financiamentos de negócios sustentáveis, bem como na pactuação de instrumentos formais, a exemplo do Protocolo Verde de 1995 e seu sucessor, o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental de 2008, como estratégia para influir positivamente na sustentabilidade do país.

O Banco da Amazônia, como um dos signatários do Protocolo Verde e do Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, vem aperfeiçoando, de forma contínua, seus produtos e serviços bancários, revestindo-os de elementos que fomentam a sustentabilidade, além de realizar outras ações que, embora não relacionadas ao negócio bancário, contribuem para o desenvolvimento da Amazônia, como o apoio à ciência e tecnologia e o patrocínio de projetos culturais, esportivos, sociais, entre outros.

Outros fatos relevantes são a instituição da Política Corporativa pela Sustentabilidade do Banco da Amazônia, a implantação de sua Agenda Ambiental com os programas socioambientais Amazônia Recicla (voltados para a coleta seletiva e reciclagem), Amazônia Otimiza (eficiência e racionalização de recursos naturais), Viva Vida (qualidade de vida) e Gincana pela Sustentabilidade (voluntariado de práticas socioambientais nas comunidades), além da publicação do Relatório de Sustentabilidade e da Cartilha "Consumo Sustentável: Nossas Escolhas Fazem a Diferença".

Além disso, na condição de agente financeiro do Governo Federal na Região Amazônica, o Banco da Amazônia atua em consonância com políticas e programas específicos voltados à sustentabilidade em seus múltiplos aspectos, tais como o Plano Brasil sem Miséria; a Operação Cidadania Xingu, realizada nos municípios da área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; a Operação Arco Verde, realizada nos municípios da Amazônia Legal com os maiores índices de desmatamento; e o Programa Crescer, de microcrédito produtivo orientado.

Assim, ao mesmo tempo em que fomenta o desenvolvimento regional, o Banco da Amazônia também evolui enquanto instituição de crédito, contribuindo, por exemplo, para a transformação de matérias-primas da Região em produtos de alta tecnologia, potenciais ecoturísticos em empreendimentos hoteleiros sustentáveis, vocações culturais regionais em negócios internacionais, resultando na geração de emprego e renda na Amazônia e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

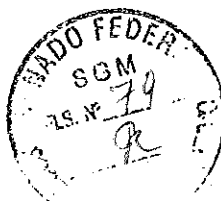
7.4 Alinhamento com as Prioridades do Governo Federal para a Amazônia

O Banco da Amazônia é o principal agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica apoiando, através dos seus financiamentos, as atividades econômicas consideradas prioritárias no âmbito das ações estratégicas governamentais visando o desenvolvimento regional sustentável, a exemplo da agricultura familiar, das micro e pequenas empresas, do turismo e da cultura.

Na esfera da agricultura de base familiar, o Banco da Amazônia tem auxiliado o Governo Federal na execução da Política Nacional de Reforma Agrária, financiando atividades produtivas na Região Norte por meio do Programa FNO-PRONAF, o qual tem contribuído decisivamente para o fortalecimento da agricultura familiar na economia regional, bem como para a geração de expressivos resultados sociais e econômicos para o segmento, a exemplo da fixação do produtor no campo; democratização do crédito, promovendo inclusão social e bancária; melhoria dos padrões de produção e de qualidade de vida no meio rural amazônico; viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e para a utilização da mão-de-obra familiar; e geração de ocupações de mão-de-obra e renda para a população rural da Região.

Entre as ações desenvolvidas pelo Banco da Amazônia visando incrementar os financiamentos do FNO no âmbito da agricultura familiar destacam-se:

- a) Permanente diálogo com as instituições parceiras no sentido de expandir o crédito para os agricultores familiares;
- b) Realização de seminários com a participação de técnicos das prestadoras de assistência técnica e elaboração de projetos, com ampla discussão das questões inerentes aos trabalhos realizados, inclusive treinamento nas planilhas das análises;
- c) Realização, anualmente, de encontros técnicos de planejamento para a aplicação dos recursos financeiros operacionalizados pelo Banco da Amazônia, em todos os estados da Região, com discussões específicas voltadas para os segmentos mais representativos da economia regional, entre os quais o da agricultura de base familiar;
- d) Agilização das análises para concessão de crédito, com as propostas internalizadas no Banco da Amazônia não ultrapassando o prazo de 60 dias para apreciação;
- e) Descentralização das análises de projetos para as Superintendências Regionais e Agências do Banco da Amazônia;

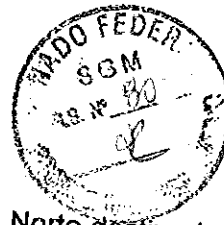


- f) Construção de cronogramas institucionais para a aplicação dos créditos dos PRONAF's A e A/C;
- g) Criação da rede da agricultura familiar, com a participação de técnicos do Banco da Amazônia, cujo objetivo é criar um fluxo de relacionamento e informações sobre a agricultura familiar, com vistas a aprimorar a atuação junto a esse segmento rural;
- h) Organização de fóruns, com a participação de mini e pequenos produtores, onde são apresentadas as condições operacionais do Programa FNO-PRONAF;
- i) Realização de visitas aos assentamentos, para reunião com produtores, associações e cooperativas, levando esclarecimentos e dirimindo dúvidas sobre as linhas de crédito do FNO-PRONAF;
- j) Realização de curso à distância (EAD) sobre agricultura familiar e crédito rural PRONAF com o tema "Agricultura Familiar e o PRONAF: uma abordagem conceitual";
- k) Participação em feiras, dia de campo e outros eventos promovidos por associações de agricultores familiares e órgãos de assistência técnica e extensão rural;
- l) Atuação alinhada ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel com o apoio à produção da palma de dendê através da linha de crédito PRONAF-ECO; e
- m) Apoio às ações do Governo Federal visando à redução das consequências das enchentes na Região Norte, através da operacionalização de linhas especiais de crédito para agricultores familiares que tiveram perdas decorrentes de eventos climáticos adversos.

Importante registrar, também, a contribuição do Banco da Amazônia com o Plano Safra 2012/2013, sendo financiado pela Instituição 55,4% acima da meta estabelecida pelo MDA, e com o atual Plano Safra 2013/2014, tendo sido financiado em apenas seis meses (julho a dezembro de 2013) 55,1% da meta prevista.

No que se refere ao apoio às micro e pequenas empresas, esta tem sido uma das prioridades na atuação do Banco da Amazônia, considerando o imenso potencial do segmento para a geração de emprego e renda. Entre as iniciativas da Instituição voltadas ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas regionais destacam-se:

- a) Participação no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o qual é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);
- b) Fortalecimento da parceria firmada com o SEBRAE Nacional com o fim de desenvolver ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelos micro e pequenos empreendedores regionais;
- c) Interação permanente das Superintendências Regionais do Banco da Amazônia com as associações comerciais e de classe, secretarias estaduais e municipais objetivando divulgar os recursos disponíveis para as micro e pequenas empresas, bem como orientar o acesso ao crédito;



- d) Realização de diversos seminários na Região Norte destinados aos micro e pequenos empreendedores, que contaram com a expressiva participação de representantes do segmento; e
- e) Distribuição de mais de 15 mil cartilhas orientadoras de crédito com informações sobre todos os programas e linhas do FNO disponíveis.

No âmbito do turismo regional, o Banco da Amazônia vem apoiando a atividade mediante o financiamento de negócios sustentáveis, devidamente alinhados às diretrizes da Política Nacional de Turismo e prioridades das políticas estaduais voltadas para referida atividade. Além disso, contribui com o Governo Federal na preparação do Brasil como sede oficial da Copa do Mundo de Futebol de 2014, através do financiamento de empreendimentos turísticos, especialmente para meios de hospedagem.

No campo cultural, o Banco da Amazônia atua em consonância com a agenda social do Governo Federal em apoio à cultura, financiando projetos através do Programa "Amazônia Mais Cultura", cujo resultado tem sido, sobretudo, a maior valorização e o desenvolvimento das atividades culturais da Amazônia.

7.5 Incremento dos Financiamentos nos Estados de Menor Dinamismo Econômico

A busca contínua da redução das desigualdades intra e interregionais tem sido uma das prioridades da atuação do Banco da Amazônia, sendo o FNO uma ferramenta estratégica e indispensável para o alcance desse objetivo, considerando os impactos sociais e econômicos que a ação do Fundo gera no contexto da economia regional, especialmente nos estados de menor dinamismo econômico: Acre, Amapá e Roraima.

Em 2013, os financiamentos do FNO realizados nos estados do Acre e Roraima, apresentaram resultados bastante expressivos. O Acre contratou R\$ 312,5 milhões, atingindo 97,6% da meta estabelecida para o exercício, de R\$ 320,0 milhões, e cresceu 12,2% em relação às contratações de 2012, de R\$ 278,6 milhões. O Estado de Roraima contratou R\$ 103,1 milhões, atingindo 44,3% da meta de 2013, de R\$ 233,0 milhões, porém, apesar de o índice de consecução da meta não ter atingido nem 50% do previsto, este resultado é um recorde para o estado, pois, em relação à consecução de meta para 2012, de 10,4%, houve um crescimento de quase 40 pontos percentuais. Além disso, as contratações em 2013 no estado cresceram 391,0% em relação a 2012, de R\$ 21,0 milhões, sendo o maior crescimento nas aplicações do FNO entre todos os estados na Região. Contribuiu para esse desempenho o investimento de R\$ 82,7 milhões na construção de um *shopping center* em Boa Vista. Já no Amapá o crescimento nas aplicações de 2013 em relação ao exercício anterior foi de apenas 3,6%, passando de R\$ 88,4 milhões contratados em 2012 para R\$ 91,5 milhões em 2013, atingindo 39,3% da meta do exercício, de R\$ 233,0 milhões.

Importante registrar, que a melhor performance dos financiamentos nos estados de menor dinamismo econômico independe de ações unilaterais do Banco da Amazônia,

considerando a existência nesses estados de alguns fatores que dificultam a expansão do crédito, a exemplo da questão fundiária, da carência de uma melhor infraestrutura local, das condições climáticas adversas e das dificuldades de acesso a determinadas localidades estaduais. No entanto, o Banco da Amazônia vem desenvolvendo diversas ações visando mitigar os óbices existentes para a execução de sua política de crédito e, assim, ampliar os financiamentos nos estados mais carentes da Região, sendo os seminários do FNO-Itinerante uma dessas ações estratégicas. Outra ação, diz respeito às negociações em curso com as agências de fomento do Amapá (AFAP) e de Roraima (AFERR) visando a possibilidade de repasses de recursos do FNO àqueles estados.

7.6 Apoio ao Desenvolvimento das Mesorregiões Diferenciadas e dos Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte

As áreas da Região Norte consideradas prioritárias pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) – mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Xingu e municípios da Faixa de Fronteira – têm recebido atenção especial do Banco da Amazônia em sua ação creditícia. Em 2013, referidas áreas foram contempladas com apoio financeiro do FNO mediante a contratação de 18.699 operações de crédito, no valor total de R\$ 1.766,1 milhões. Em relação a 2012, houve crescimento de 12,0% nas aplicações do Fundo no conjunto de todas as mesorregiões, com destaque para o Bico do Papagaio, Vale do Rio Acre e Xingu, com incremento nas aplicações de 15,3%, 9,6% e 8,2%, respectivamente.

7.7 Atendimento aos Municípios mais Carentes

Visando cumprir com a missão precípua do FNO em promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Região Norte, oportunizando a geração de renda e de novas ocupações para a mão-de-obra local e, ao mesmo tempo, a redução das desigualdades intra e interregionais, o Banco da Amazônia realizou operações de crédito com recursos do Fundo nos municípios tipificadas pela PNDR como de baixa renda; dinâmicos de menor renda; e estagnados de média renda, no valor total de R\$ 3.132,6 milhões, correspondente a 66,4% de todo o crédito contratado em 2013, beneficiando, desse modo, as localidades com comprovada carência socioeconômica. Dentre as iniciativas de disseminação do FNO aos municípios mais carentes, destaque para a realização dos seminários do FNO-Itinerante, que tem levado crédito às localidades com pouca ou nenhuma assistência da rede bancária.

7.8 Priorização dos Empreendimentos de Menor Porte

Em observância às diretrizes do FNO, o Banco da Amazônia priorizou nos financiamentos concedidos em 2013 as demandas dos empreendimentos de menor porte (mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas, além dos empreendedores individuais), com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar. Assim, do total dos financiamentos concedidos no exercício, cerca de 50% contemplaram as atividades produtivas dos segmentos de menor porte.

7.9 Presença do Crédito em Toda a Região Norte

Atualmente, todos os 450 municípios que integram a Região Norte são atendidos com os financiamentos do FNO, fato que representa uma importante conquista, não apenas para o Banco da Amazônia, mas para a sociedade regional como um todo, considerando os benefícios socioeconômicos que o crédito, com as características do FNO, geram para a localidade e sua população, especialmente aquelas mais carentes.

É necessário registrar, que o atendimento de 100% dos municípios da Região Norte com os financiamentos do Fundo só foi possível em razão de um conjunto de ações implementadas pelo Banco da Amazônia, entre as quais a realização, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, dos seminários do FNO-Itinerante, que contam com a participação efetiva do SEBRAE, dos governos estaduais e municipais, além de representantes do setor produtivo e das entidades de classe.

7.10 Fiscalização dos Financiamentos

O Banco da Amazônia realizou em 2013 a fiscalização em 2.904 operações de crédito financiadas pelo FNO, representando 95,1% do total de operações programadas para o exercício, de 3.054 operações. O Banco superou as metas de fiscalização das operações do setor rural (exceto Pronaf) e dos demais setores, respectivamente, em 9,6% e 2,0%, porém, realizou menos fiscalizações nas operações do Pronaf em relação ao programado, atingindo 81,5% do total (v. Quadro 19).

Quadro 19 Quantidade de Operações do FNO Fiscalizadas pelo Banco da Amazônia
Exercício de 2013

Setor	Situação		
	Programado (A)	Fiscalizado (B)	% (B/A)
Rural (Pronaf)	1.497	1.220	81,5%
Rural (exceto Pronaf)	1.257	1.378	109,6%
Não Rural	300	306	102,0%
Total	3.054	2.904	95,1%

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Acompanhamento das Operações de Fomento (GEAFO)

Os financiamentos detectados em situação irregular sofreram a imediata intervenção do Banco da Amazônia por meio de medidas corretivas, como:

- Regularização dos contratos através de negociação amigável;
- Exigência de implantação dos projetos na forma aprovada pelo Banco da Amazônia ou, caso a mudança não comprometa a viabilidade do projeto, alteração formal do mesmo; e
- Reposição ou substituição das garantias defraudadas e, em caso de não atendimento pelo cliente, início do processo de cobrança judicial e denúncia por crime de ação pública incondicionada.



7.11 Controle da Inadimplência

Visando manter a inadimplência das operações do Fundo em níveis aceitáveis pelo mercado, o Banco da Amazônia vem adotando uma série de medidas, preventivas e corretivas, compreendendo:

- a) Realização de visitas e fiscalizações regulares a empreendimentos financiados;
- b) Renegociação de operações contratadas com recursos do PRONAF baseada em normativos estabelecidos em legislação federal;
- c) Contratação de escritórios de cobrança terceirizada;
- d) Firmatura de parcerias institucionais com o INCRA, sindicatos, federações, prefeituras municipais para auxiliar na recuperação de ressarcimento de créditos inadimplidos; e
- e) Ajuizamento de cobranças cuja tentativa de negociação amigável se mostrou frustrada, entre outras ações.

Como resultado das medidas adotadas pelo Banco da Amazônia, o índice de inadimplência do FNO, que ao final de 2012 era de 4,8%, caiu ao final de 2013 para 4,3%, queda de mais de 10%, em um cenário onde as contratações tiveram incremento de 1,5% em comparação com o exercício de 2012.

7.12 Renegociação e Recuperação das Operações de Crédito em Atraso

Em 2013, o Banco da Amazônia realizou 3.357 operações de refinanciamento do FNO, incluindo renegociações e recuperações de crédito, no valor total de R\$ 427,6 milhões. Os estados que mais realizaram operações de refinanciamento foram: Pará, com R\$ 129,7 milhões (30,3%) em 1.210 operações (36,0%); Amazonas, com R\$ 113,9 milhões (26,6%) em 582 operações (17,3%); e Tocantins, com R\$ 90,5 milhões (21,2%) em 836 operações (24,9%) (v. Quadro 20).

Quadro 20 Renegociações e Recuperação das Operações de Crédito em Atraso
Exercício de 2013

Estado	Nº Op.	Valor (R\$ Milhões)
Acre	214	12,6
Amapá	25	7,0
Amazonas	582	113,9
Pará	1.210	129,7
Rondônia	365	45,6
Roraima	125	28,3
Tocantins	836	90,5
Total	3.357	427,6

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

7.13 Repasse de Recursos para Outras Instituições Financeiras

O Banco da Amazônia continua evidando esforços para cumprir o disposto no artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989, e artigo 2º da Portaria nº 684/2002, que tratam sobre o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento pelos bancos administradores a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Banco da Amazônia entrou em processo de negociação com o Banco Cooperativo Sicredi, Banco do Amazônia (Banpará), Agência de Fomento do Estado do Tocantins (FomenTO), Agência de Fomento do Estado de Roraima (AFERR) e Agência de Fomento do Estado do Amapá (AFAP), obtendo resposta positiva da AFERR e AFAP, devendo serem concretizadas em 2014.

7.14 Resultado Financeiro

Ao final do exercício de 2013, o Patrimônio Líquido do FNO cresceu 12,1% em relação ao final do exercício anterior, passando de R\$ 14.974,8 milhões em 31/12/2012 para R\$ 16.788,0 milhões em 31/12/2013, enquanto no Ativo Circulante, onde se incluem as disponibilidades e as operações de crédito, o crescimento foi de 1,4%, passando de R\$ 5.957,6 milhões em 31/12/2012 para R\$ 6.041,6 milhões em 31/12/2013. Já nas Disponibilidades do Fundo, houve retração de 4,5%, caindo de R\$ 3.561,1 milhões em 31/12/2012 para R\$ 3.401,4 milhões em 31/12/2013. As demonstrações contábeis do FNO se encontram pormenorizadas no Anexo B deste Relatório.



Quadro 23 Distribuição estadual dos recursos do FNO no primeiro semestre de 2013
Classificação em oito setores produtivos (em R\$ mil de 2013)

Setores	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO
Valores (R\$ mil)							
Agropecuária	106.410,97	8.935,23	71.764,70	496.260,18	290.868,64	2.175,24	388.085,54
Extrat. mineral e fóssil	4.767,00	-	690,70	881,50	332,50	-	8.629,20
Agroindústria	33.067,22	43,00	4.082,33	204.041,54	55.819,22	58,50	149.563,89
Outras indústrias	26.293,78	2.021,36	109.565,61	227.243,98	61.353,77	3.474,62	94.221,39
Infraestrutura	9.678,00	75,74	1.895,78	3.539,92	14.699,14	902,58	1.274,91
Construção civil	9.041,19	330,60	9.750,09	35.355,04	66.735,69	795,46	43.625,89
Comércio e transportes	53.572,15	10.905,83	598.105,97	321.837,57	173.061,42	8.193,53	60.956,36
Serviços	69.649,50	69.187,81	267.134,34	286.296,04	101.931,85	87.521,68	62.499,15
Total	312.479,61	91.499,67	1.062.989,52	1.575.455,77	764.802,23	103.121,61	808.856,33
Percentual (%)							
Agropecuária	34,1	9,8	6,8	31,5	38,0	2,1	48,0
Extrat. mineral e fóssil	1,5	-	0,1	0,1	0,0	-	1,1
Agroindústria	10,6	0,0	0,4	13,0	7,3	0,1	18,5
Outras indústrias	8,4	2,2	10,3	14,4	8,0	3,4	11,6
Infraestrutura	3,1	0,1	0,2	0,2	1,9	0,9	0,2
Construção civil	2,9	0,4	0,9	2,2	8,7	0,8	5,4
Comércio e transportes	17,1	11,9	56,3	20,4	22,6	7,9	7,5
Serviços	22,3	75,6	25,1	18,2	13,3	84,9	7,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper

A maior parte dos recursos investidos no Amapá (75,6%) e em Roraima (84,9%) foi direcionada ao setor de serviços. Já no estado do Amazonas predominaram os financiamentos no setor de comércio e transportes (56,3%). No Pará (31,5%), no Tocantins (48,0%), no Acre (34,1%) e em Rondônia (38,0%) a maior parte dos recursos aplicados foi alocada no setor de agropecuária.

8.2 Avaliação com Base em Modelos de Insumo-Produto

A partir de simulações realizadas com base na metodologia de insumo-produto cujos resultados foram calculados com o auxílio do software AmazonSis, estima-se que as aplicações de crédito de fomento com recursos do FNO no exercício de 2013, possuem potencial para incrementar em R\$ 18,5 bilhões o Produto Interno Bruto (PIB) do país, ou seja, cada R\$ 1,00 corretamente aplicado nos projetos financiados tem potencial para provocar uma expansão de R\$ 3,91 no PIB. Os setores de serviços, outras indústrias, agropecuária e comércio e transportes, foram os que mais contribuíram com esse resultado R\$ 4,3 bilhões, R\$ 3,5 bilhões, R\$ 3,2 bilhões e R\$ 3,0 bilhões, respectivamente (v. Quadro 24).

Quanto ao Valor Bruto da Produção (VBP), o estímulo proporcionado à economia foi da ordem de R\$ 35,921 bilhões, com destaque para as contribuições dos setores de outras indústrias (R\$ 8,2 bilhões), serviços (R\$ 6,4 bilhões), comércio e transportes (R\$ 6,2 bilhões) e agropecuária (R\$ 6,1 bilhões). Estima-se, ainda, que os investimentos realizados com recursos oriundos dos financiamentos contratados proporcionem a geração de 708.187 empregos, uma massa salarial de R\$ 3,9 bilhões e uma arrecadação de tributos da ordem de R\$ 5,6 bilhões o

que implica num retorno líquido esperado de aproximadamente R\$ 871,3 milhões para os cofres públicos, acima do comprometido nos financiamentos.

Quadro 24 Estimativas de Impacto das aplicações no exercício semestre de 2013
Classificação em oito setores (em R\$ mil de, exceto emprego)

Setores	PIB	%	VBP	%	Tributos	%	Salários	%	Empregos ¹	%
Agropecuária	3.312.059,9	17,9	6.131.428,4	17,1	379.387	6,8	309.043,03	7,7	231.225	32,7
Extrat. Min. e Fósfil	561.705,9	3,0	777.332,6	2,2	61.453	1,1	24.058,16	0,6	982	0,1
Agroindústria	2.131.141,0	11,5	5.658.170,8	15,8	1.186.621	20,9	375.765,41	9,4	46.845	6,6
Outras. indústrias	3.520.645,8	19,1	8.152.363,7	22,7	1.734.666	31,0	465.092,12	11,6	17.307	2,4
Infraestrutura	1.210.514,5	6,6	2.030.527,7	5,7	568.013	10,2	201.127,71	5,0	3.432	0,5
Construção Civil	265.221,6	1,4	497.403,4	1,4	45.334	0,8	23.989,93	0,6	4.650	0,7
Comércio e Transp.	3.044.372,7	16,5	6.225.025,1	17,3	811.017	14,5	1.195.191,52	29,9	194.209	27,4
Serviços	4.429.058,0	24,0	6.449.592,2	18,0	824.012	14,7	1.403.029,01	35,1	209.537	29,6
Total	18.474.719,5	100	35.921.043,9	100	5.590.592	100	3.997.296,89	100	708.187	100

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper
Nota: 1 - Número de empregos criados ou mantidos

Considerando o número total de projetos beneficiados com os créditos de fomento ofertados pelo Banco, estima-se que cada empreendimento financiado potencialize a geração ou manutenção de mais de quinze postos de trabalho.

Os Gráficos 15 a 19 mostram, em percentuais, a distribuição dos impactos macroeconômicos em termos interregionais, destacando aqueles que são internalizados na Região Norte daqueles apropriados pelo resto do Brasil.

No que tange as variáveis PIB e VBP mostram que quase mais da metade do incremento foi internalizado na Região 59% e 54%, respectivamente. Os setores que mais contribuem para este resultado são o da construção civil e comércio e transportes (v. Gráficos 15 e 16).

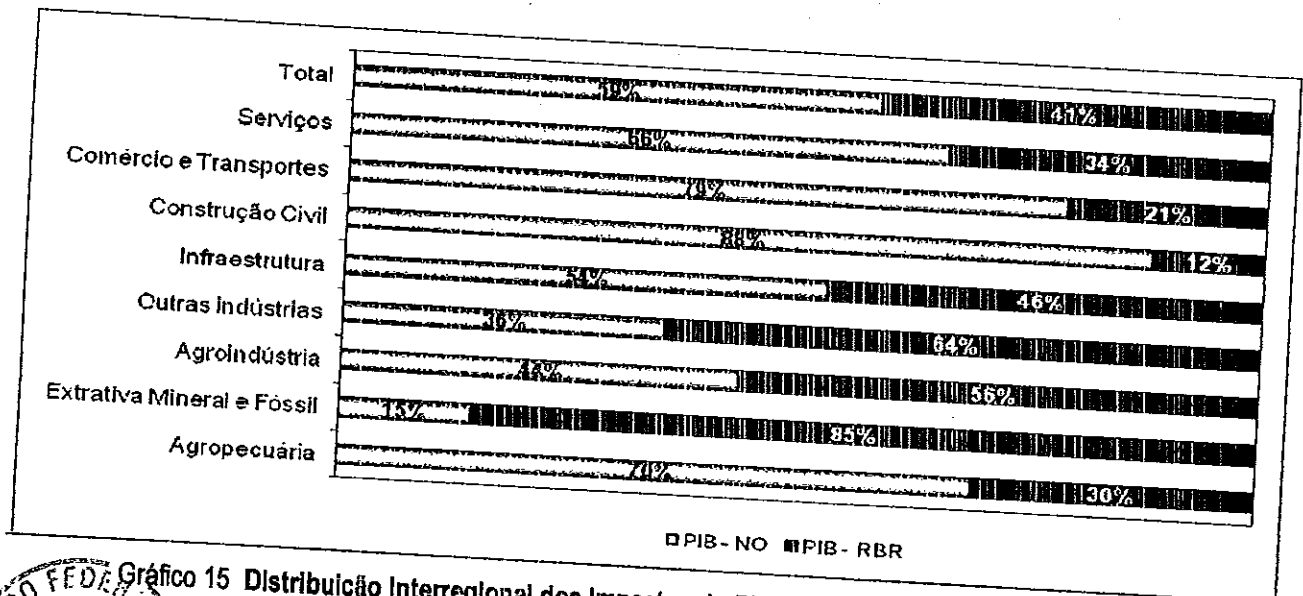


Gráfico 15 Distribuição Interregional dos Impactos do PIB das Aplicações de FNO em 2013

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper



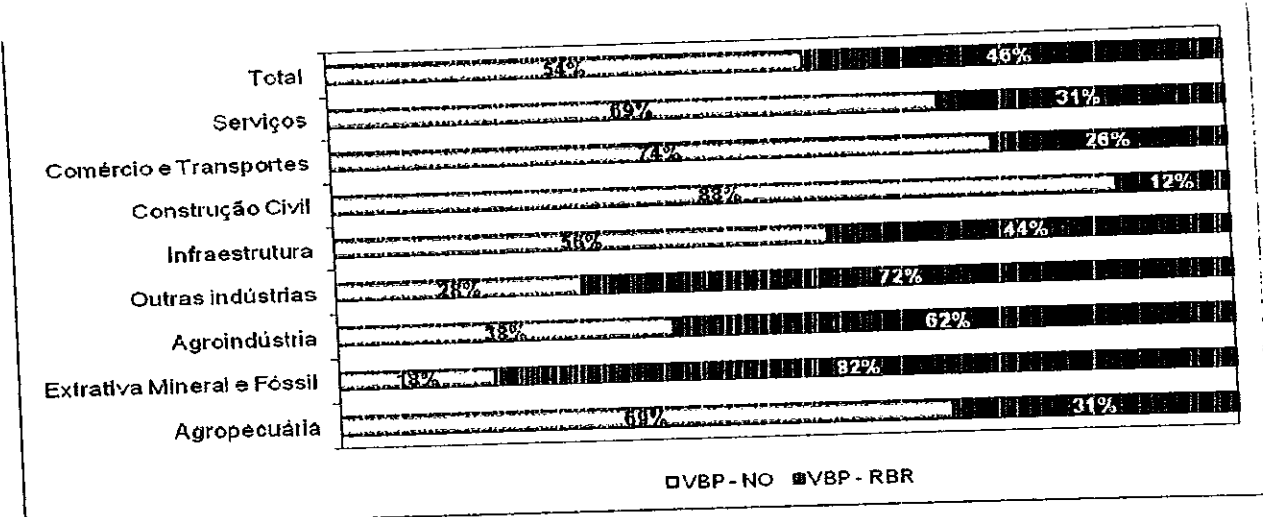


Gráfico 16 Distribuição Interregional dos Impactos no VBP das Aplicações de FNO em 2013

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper

Com relação à variável tributo, os maiores impactos internos são atribuídos à construção civil (87%) e comércio e transportes (76%). Em termos de evasão, ou seja, tributo pago ao resto do Brasil os setores com maior magnitude foram extrativa mineral e fóssil, 80%, outras indústrias (68%) e agroindústria (61%). Isto se deve, principalmente, a dependência com relação a máquinas e equipamentos de outras regiões do país e que são faturadas nos estados em que estão situadas as empresas fornecedoras (v. Gráfico 17).

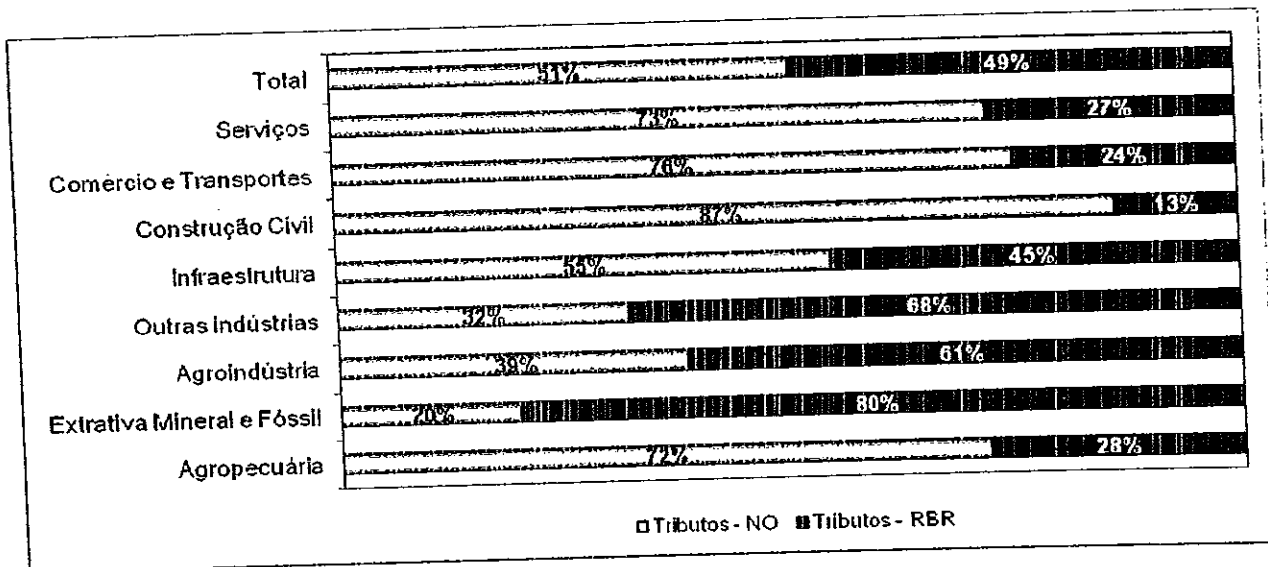


Gráfico 17 Distribuição Interregional dos Impactos Gerados pelos Tributos, 2013

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper

A massa salarial estimada, no valor de R\$ 3,997 bilhões, é fortemente influenciada pelos setores de serviços (R\$ 1,403 bilhão) e comércio e transportes (R\$ 1,195 bilhão). Esses dois setores, que são extremamente intensivos em mão de obra respondem por 65% do impacto salarial projetado (Quadro 24). Desse montante de salários, é previsto que 69% sejam internalizados na Região, com grande contribuição dos setores de construção civil (85%), e serviços com 82% para esse resultado (v. Gráfico 18).

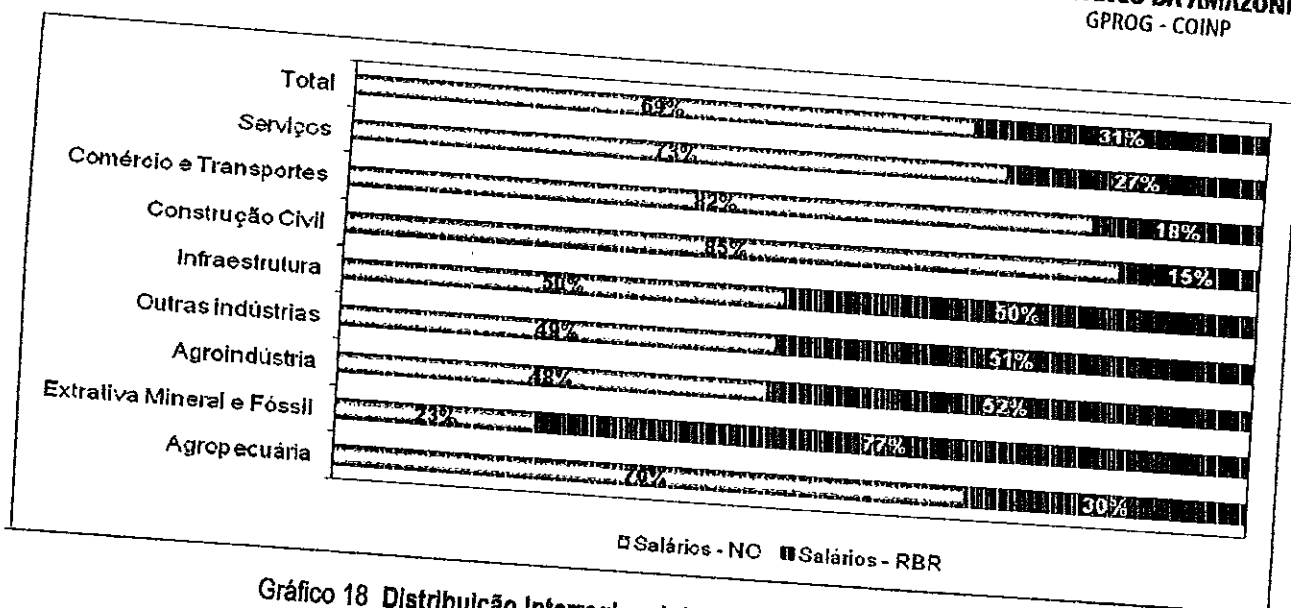


Gráfico 18 Distribuição Interregional da Geração de Salários, 2013
Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper

No que diz respeito à variável emprego, estima-se a geração de um total de 708.187 ocupações. Os maiores destaques foram para agropecuária (32,7%), serviços (29,6%) e comércio e transportes com 27,4% (Quadro 24). O maior impacto em termos de internalização é atribuído à construção civil (86%), seguido pelo setor de comércio e transportes (84%) e serviços (82%). Em termos globais, de cada 100 ocupações viabilizadas pelos financiamentos do FNO, 77 são geradas na própria Região Norte (v. Gráfico 19).

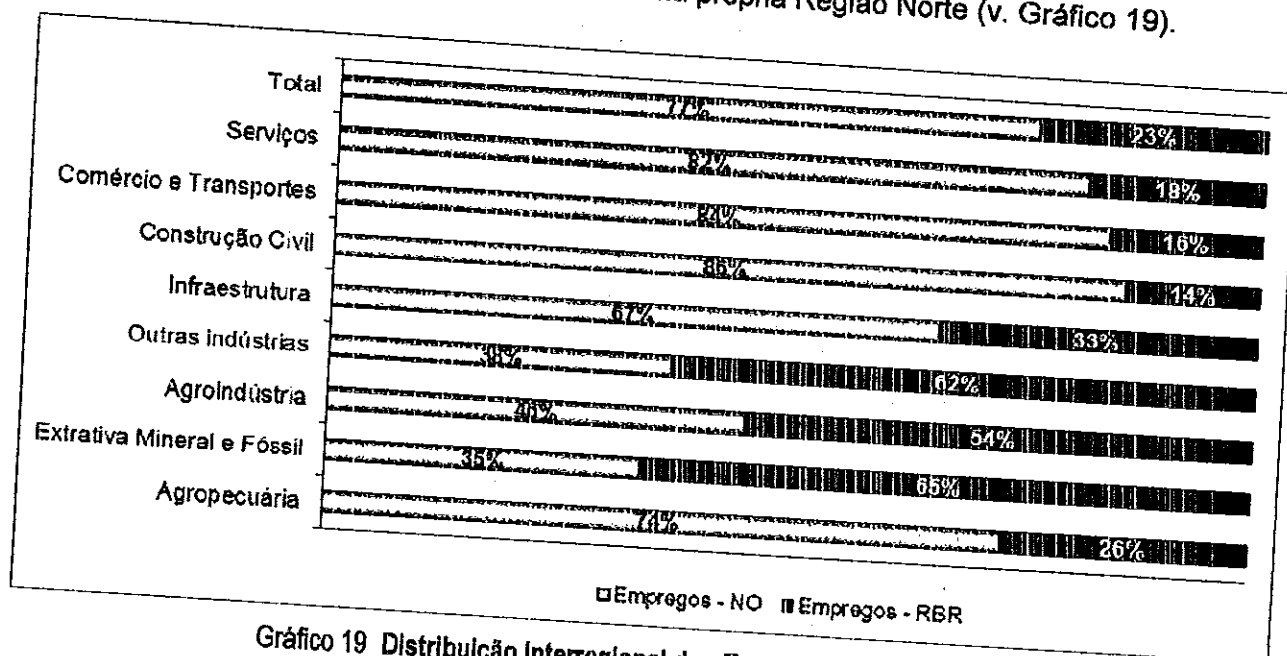


Gráfico 19 Distribuição Interregional dos Empregos Gerados, 2013
Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper



8.3 Avaliação da Evolução do Emprego Através do Método *Propensity Score Matching*

Nesta seção, inicialmente, será apresentada uma comparação preliminar, por meio de análise descritiva, entre as empresas beneficiadas e não beneficiadas. Primeiramente serão descritas diferenças quantitativas observadas entre as empresas beneficiárias e não beneficiárias de créditos lastreados pelo FNO.

Em relação à qualificação dos trabalhadores, observa-se no Quadro 25, que já no início da série (2000) o percentual de trabalhadores analfabetos nas empresas beneficiárias do FNO (2,31%) era menor que nas empresas não beneficiárias (4,28%). Decorridos dez anos, observa-se que houve uma redução mais acentuada na participação de analfabetos na força de trabalho das empresas beneficiárias (0,98%) do que nas não beneficiárias do crédito (3,31%).

Quadro 25 Grau de Instrução dos trabalhadores (%)

Percentual de Trabalhadores	2000		2010	
	FNO	RAIS	FNO	RAIS
Analfabetos	2,31	4,28	0,98	3,13
Até a 4ª série	25,96	35,38	8,25	23,94
Até a 9ª série	52,16	44,59	55,36	44,73
Ensino médio	18,61	14,2	17,53	16,03
Ensino superior	0,96	1,53	11,8	8,98

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

No outro extremo do nível de qualificação, nota-se que houve um aumento significativo na participação de profissionais com nível superior entre os trabalhadores das empresas beneficiadas com financiamento do FNO, passando de 0,96% em 2000 para 11,8% em 2010. A título de comparação, no mesmo período a participação de trabalhadores graduados nas empresas não apoiadas pelo Fundo passou de 1,53% para 8,98% (Quadro 25).

No tocante à geração de empregos, as empresas financiadas pelo FNO possuem poder de geração de empregos maior que o das empresas não financiadas. Em todos os anos observados, nas empresas não financiadas percebe-se que à medida que o tempo passa essas empresas tendem a aumentar o seu número de empregados em escala exponencial (efeito escala). Entretanto, conforme se observa no Gráfico 20, esse efeito escala nas empresas financiadas pelo FNO ocorre de forma antecipada e concentrado até o quarto e sexto anos de financiamento, ou seja, nas empresas beneficiadas com crédito o processo de geração de emprego ocorre mais rapidamente que nas empresas não contempladas com recursos do Fundo.

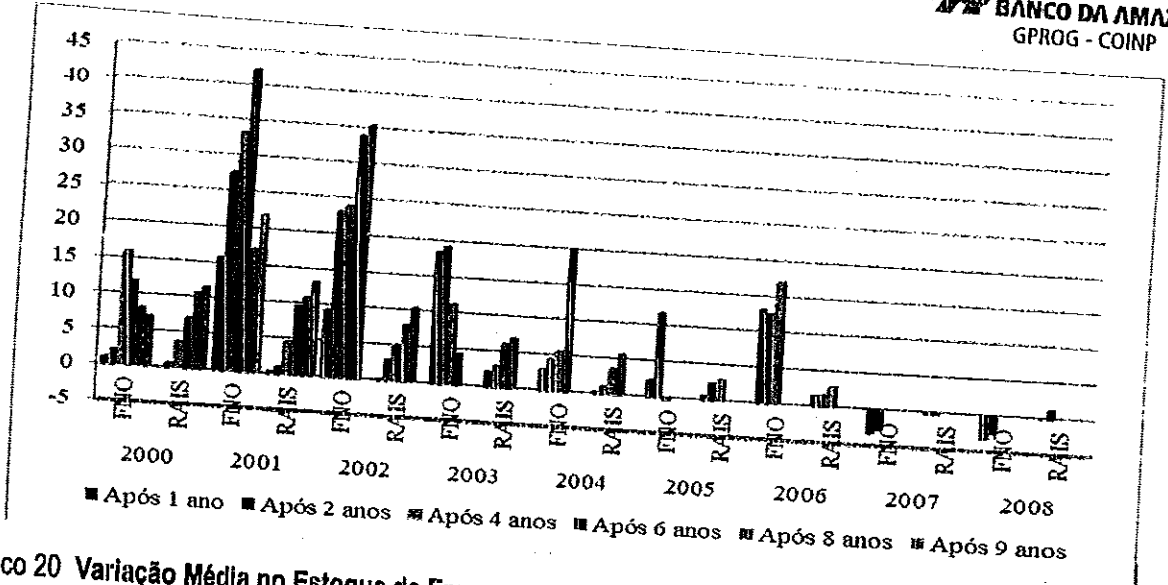


Gráfico 20 Variação Média no Estoque de Emprego para as Empresas Financiadas (FNO) e Não Financiadas (RAIS), por Ano-Base e Período de Tempo (2000-2008)

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

Pode-se notar, portanto, que o efeito do financiamento do FNO possui maior intensidade no médio prazo. Um destaque importante são os anos-base de 2001 e 2002. Foi a partir desses anos que se observou o maior impacto de geração de empregos das empresas beneficiadas pelo FNO.

No ano de 2001, quatro anos após, foram gerados mais de 30 empregos, chegando a mais de 40 para seis anos depois. Em 2002, após seis e oito anos, a média de empregos gerados foi próxima a 35 trabalhadores por empresa. Para as empresas não beneficiadas no mesmo período, a média de empregados aumentou em 10 trabalhadores, ou seja, foi entre três e quatro vezes menor se comparada à das empresas beneficiadas pelo FNO.

Outra importante análise a ser observada é o comportamento do padrão de crescimento da média da massa salarial ao longo dos anos, o qual pode ser visto no Gráfico 21, onde se observa aumento de escala na variação média da massa salarial.

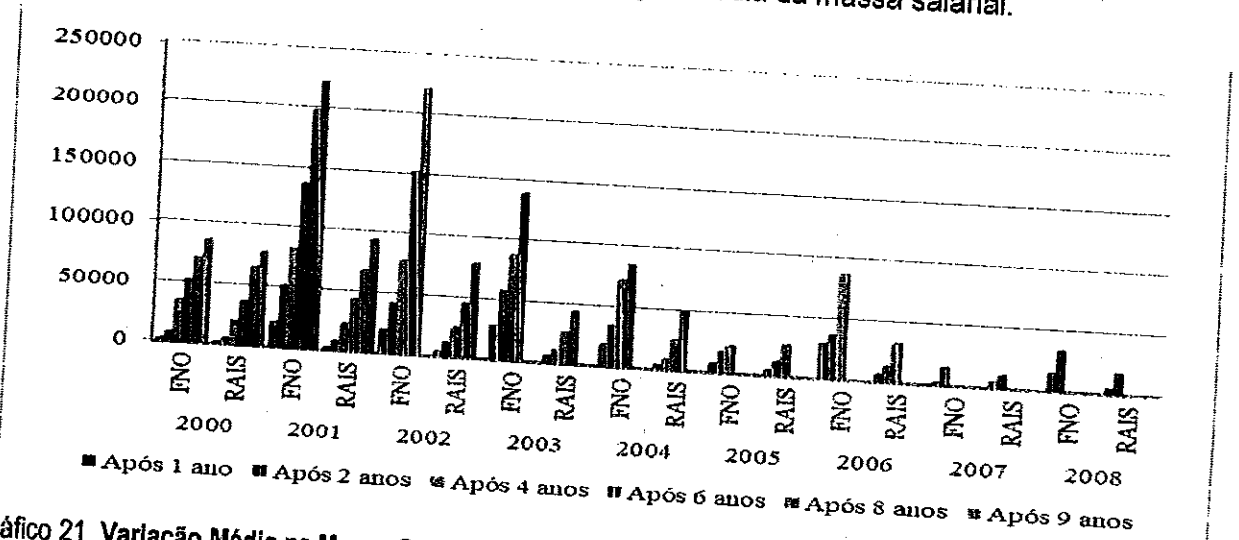


Gráfico 21 Variação Média na Massa Salarial para as Empresas Financiadas (FNO) e Não Financiadas (RAIS), por Ano-Base e Período de Tempo - 2000-2008 (R\$ 1,00)

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5



Assim como para a variável emprego, os anos-base de 2001 e 2002 foram os que apresentaram melhor desempenho em aumento do total de salários das empresas. Para as empresas que receberam financiamento em 2001 o aumento da massa salarial foi de quase 10 vezes, em nove anos, chegando ao volume médio de R\$ 200 mil por empresa. Já nas empresas que não receberam o FNO, a média da massa salarial ficou abaixo dos R\$ 100 mil. Assim como ocorrido para o estoque de emprego, a massa salarial paga pelas empresas beneficiárias do FNO foi superior em todos os anos-base, àquelas pagas pelas empresas não beneficiárias do crédito.

Analisado os dados de todos os anos-base, de forma agregada, observa-se que para todos os intervalos de tempo as empresas beneficiárias do crédito do FNO aumentaram de forma mais significativa seu estoque de empregos que às empresas que não conseguiram financiamento com o Fundo. Pode-se destacar o desempenho observado após oito anos da obtenção do financiamento, período em que as empresas contempladas contrataram, em média, mais que o dobro de profissionais contratados pelas empresas que não realizaram operações com recursos do FNO (v. Gráfico 22).

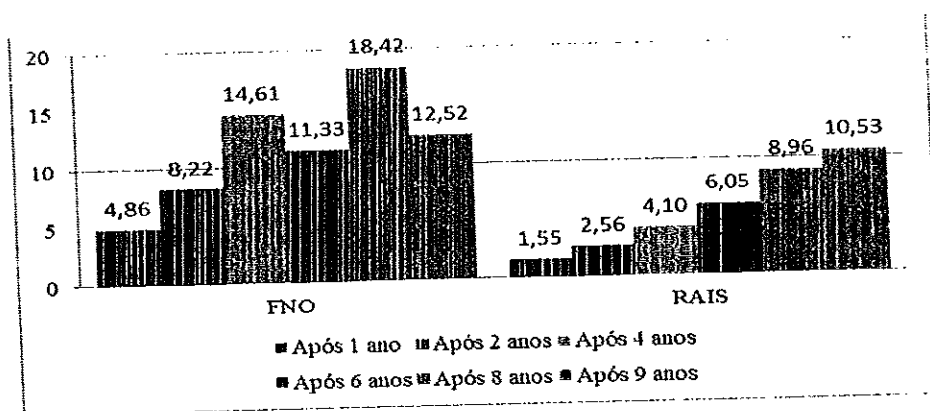


Gráfico 22 Variação Média do Estoque de Emprego para Empresas Financiadas (FNO) e Não Financiadas (RAIS), por Anos-Base Agregados (N.º de Empregados)

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

Pode-se observar, também, diferencial expressivo de desempenho quando comparados o crescimento médio da massa salarial das empresas financiadas com o das empresas não financiadas com recursos do FNO nos dados agregados (v. Gráfico 23).

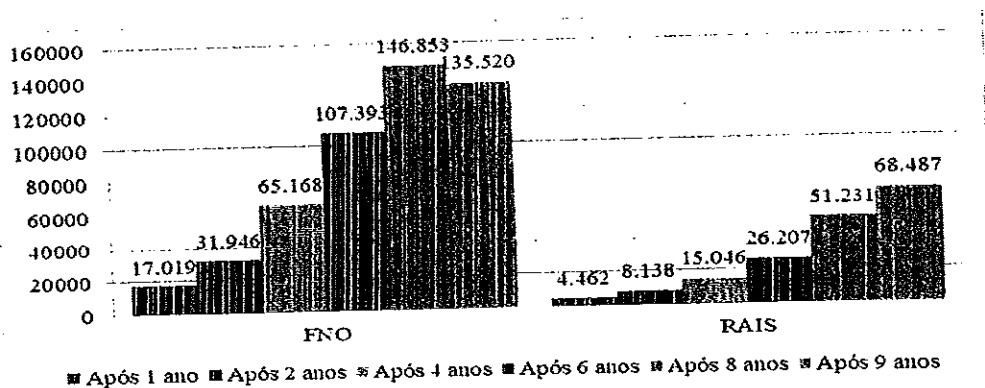
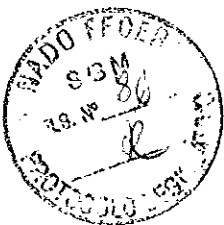


Gráfico 23 Variação Média na Massa Salarial para Empresas Financiadas (FNO) e Não Financiadas (RAIS), por Anos-Base Agregados (R\$ 1,00)

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5



Após nove anos, observa-se que as empresas financiadas pelo FNO conseguem aumentar sua massa salarial média em R\$ 135,5 mil, enquanto as não financiadas aumentaram em R\$ 68,5 mil. Considerando-se o período de oito anos após a contratação da operação a diferença chega a ser favorável às empresas financiadas na ordem de R\$ 146,9 mil contra R\$ 51,2 mil.

A partir das informações observadas nas análises descritivas, onde ficou nítida a maior capacidade de geração de empregos e renda das empresas financiadas, faz-se necessário saber se essas evidências de diferenciais de desempenho são estatisticamente significantes quando se consideram as diferentes características das empresas financiadas e não financiadas, ou seja, é necessário analisar o impacto do financiamento nos desempenhos a partir do modelo de *matching* com *propensity scores*.

O Quadro 26 apresenta os impactos médios do FNO no crescimento do estoque de empregos para um, dois, quatro, seis, oito e nove anos após a obtenção de financiamento com recursos do Fundo. As primeiras quatro linhas apresentam o número de observações e a média do número de empregados, tanto para a RAIS, quanto para o FNO. A linha "sem controle" mostra a diferença simples entre as médias do número de empregos entre as empresas beneficiadas (FNO) e não beneficiadas (RAIS), sem considerar a aplicação do *propensity score*. Já as linhas seguintes apresentam essas diferenças empregando-se o *propensity score* com estratificação e Kernel.

Quadro 26 Impacto do FNO no crescimento do estoque de emprego agregado no (N.º de Empregados/Empresa)

Tipo de empresa	Média da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Empresa (Pós-FNO)					
	1 ano	2 anos	4 anos	6 anos	8 anos	9 anos
Média Financiadas	4,87	8,22	14,61	11,33	18,41	12,52
Média Não Financiadas	1,55	2,56	4,09	6,04	8,96	10,53
Impacto no Crescimento do Estoque de Emprego						
Sem controle	3,31**	5,66*	10,52***	5,29	9,46	1,99
Propensity Scores (Estratificação)	2,54	4,42*	6,97	1,57	6,01	-2,06
Propensity Scores (Kernel)	2,04	3,67	5,43	0,63	3,89	-5,58

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5
***Significativo a 1%; **significativo a 5%; *significativo a 10%

De maneira geral, observa-se que durante quase todo o intervalo temporal de análise, as empresas financiadas aumentaram de forma mais intensiva seu número de empregados contratados. Entretanto, esses resultados apresentaram pouca significância estatística, com exceção do impacto no curto prazo, onde as empresas beneficiadas contrataram, em média, 4,42 trabalhadores a mais que aquelas não beneficiadas, após o segundo ano de recebimento do financiamento.

Em contrapartida, a esse fato, constata-se que os resultados referentes entre a diferença da variação na massa salarial paga pelas empresas beneficiárias e não beneficiária do FNO são estatisticamente significativos quase na totalidade dos casos. Observa-se que as empresas contempladas pelo FNO reajustaram de forma mais intensiva suas folhas salariais (v. Quadro 27).

Quadro 27 Impacto do FNO na Massa Salarial Agregada (R\$/Empresa)

	Nº de Observações e Média da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Empresa (Pós-FNO)					
	1 ano	2 anos	4 anos	5 anos	8 anos	9 anos
Média FNO	17.018,62	31.945,54	65.167,88	10.7393,2	146.852,6	135.519,8
Média RAIS	4.462,393	8.137,906	15.046,16	26.207,25	51.230,85	68.486,68
Impacto no Crescimento do Estoque de Emprego						
Sem controle	12.556,11***	23.807,6**	50.121,72***	81.185,97***	95.621,79***	67.033,09
Propensity Scores (Estratificação)	10.662,37***	20.830,62***	41.743,76***	69.595,88***	79.886,03***	48.055,62
Propensity Scores (Kernel)	9.444,73***	19.323,43***	37.927,01***	66.444,62	71.959,36**	34.119,1

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5
***Significativo a 1%; **significativo a 5%; *significativo a 10%

Já no primeiro ano após a contratação do crédito, as empresas financiadas pelo FNO ampliam, em média, sua folha de pagamentos em R\$ 10 mil a mais que as empresas não beneficiárias de recursos do Fundo. Ao longo do tempo, essa diferença vai aumentando exponencialmente, chegando a quase R\$ 80 mil após oito anos.

Esse efeito evidencia que apesar de não ficar estatisticamente comprovado, nos anos-base agregados, o aumento do estoque de emprego, observa-se de forma muito clara aumento nos salários dos trabalhadores. Os impactos no crescimento da massa salarial são importantes, pois representam diretamente o acréscimo da renda das famílias da Região gerado pelo financiamento².

8.4 Avaliação com Base em Modelo de Equilíbrio Geral

Os setores contemplados com recursos do FNO necessitam contratar recursos produtivos (mão-de-obra e serviços de capital) e adquirir insumos para ampliar o valor da produção em igual montante ao dos recursos recebidos. Isso significa um aumento na demanda por insumos intermediários de outros setores da economia, que tendem a reagir ampliando sua produção para atender a esse aumento da demanda, bem como por fatores primários de produção, como capital e trabalho. O maior emprego de mão-de-obra e capital determina um incremento na procura por esses recursos, que devem observar aumentos em suas remunerações e reduções no seu desemprego.

Por outro lado, o aumento no valor da produção, advindo do emprego dos recursos do FNO, possibilita o aumento na oferta daqueles setores contemplados pelo Fundo. Dessa forma, espera-se queda no preço desses bens para os setores demandantes de insumos e consumidores finais e aumento nos fluxos de vendas estaduais, interregionais e externas.

O Quadro 28 apresenta os impactos do FNO sobre o valor da produção setorial nos diferentes estados, em termos percentuais, a partir da aplicação dos recursos do FNO no período entre 2001 e 2013.

² Para maiores detalhes sobre os impactos do FNO sobre os empregos e salários, ver o livro 5 da série Impactos do FNO.



Quadro 28 Impactos do FNO sobre o Valor da Produção Setorial em 2013 (%)

Setor	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	RBR
Soja	0,6	-	-	-	-	-	-	-
Milho	7,2	8	-	27,1	22,1	-	55,2	-0,1
Fruticultura	20,8	28,7	0,6	1,1	0,2	0,7	5,5	0
Outros agropecuários	8,8	2,3	39,1	2,8	3,7	0,3	5,3	-0,2
Bovinocultura	11	4,8	0,2	0,8	0,8	0,6	2,3	0
Florestal	13,8	0,1	1,1	8,6	4,1	0,7	7,5	-0,2
Energia	2,3	0,7	0,8	1,1	4,4	-	19,5	-0,2
Mecânica e elétrica	3,6	0,1	1,2	0,8	56,3	0,5	-	0
Madeira e mobiliário	1,1	0	6,9	4,8	3,3	1,6	19,4	0
Celulose, papel e gráfica	1,8	1,1	1,1	0,2	0,5	1,7	11,6	0
Agroindústria vegetal	2,5	0,6	1,8	1,3	6	1	28,7	0
Agroindústria animal	1,5	1,8	1,1	0,5	0,1	0,8	0,6	0
Abate de bovinos	-	1,7	-	8,5	0	0,8	0,1	0
Outras manufaturas	23	0,7	3,5	1	17,1	6,4	4,1	-0,1
Comércio	0,3	0,8	0,6	0,5	5,3	0	10,1	0
Transporte	1	0,2	0,9	0,8	0	0,5	0,7	0
Outros serviços	1	0,6	0,8	1,2	0,9	0,6	0,8	0

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

Conforme descrito, observa-se que, no exercício de 2013, o crédito do Fundo promoveu a expansão da produção em todos os setores e estados da Região Norte. Em alguns setores houve expansão muito pronunciada na produção, como soja no Tocantins (55,2%), fruticultura no Amapá (39,1%) e no Amazonas (28,7%) e energia em Rondônia (56,6%). No resto do Brasil o modelo revelou mudanças setoriais modestas em termos relativos, com ligeira queda na produção em alguns dos setores mais estimulados pelo FNO na Região Norte, como os da soja, fruticultura, bovinocultura, energia e abate de bovinos.

Os resultados negativos sobre a produção do resto do Brasil indicam que os aumentos nas ofertas da Região Norte, proporcionados pelos investimentos mais elevados do FNO, competem com o restante da produção do país, sendo capaz de substituir a compra desses bens com origem no resto do Brasil e destinados ao Norte, deslocando o eixo de produção para a Região. O comportamento dos preços dos bens e serviços na Região reflete essa alteração na estrutura de produção dos diversos setores.

O Quadro 29 demonstra que o preço dos produtos da maioria dos setores analisados sofreu redução percentual, em função do aumento na oferta dos bens e serviços, evidenciando o potencial do Fundo como instrumento acessório de controle de preços via elevação da oferta. Isso pode ser verificado para os setores de fruticultura, bovinocultura, abate de bovinos e outras manufaturas em todos os estados.

Nota-se, também, a queda de preço nas agroindústrias que processam produtos de origem vegetal (Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins) e animal (Amapá e Roraima), induzido tanto pela expansão da oferta de matéria-prima, quanto pelos investimentos diretos do FNO, dado que esses investimentos estimulam a ampliação da produção nesses setores e a oferta de matéria prima, em função do aumento na atividade produtiva do setor primário.

Quadro 29 Impactos do FNO sobre os Preços dos Bens e Serviços

Setor	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	RBR
Soja	0	-2,9	0	-18	-7,3	0	-5,9	0
Milho	-0,4	-0,5	0	0	-1,8	0	-0,4	0
Fruticultura	-3,5	-2,7	-4,5	-1,2	-3,1	-0,6	-1,3	0
Outros agropecuários	-0,9	-0,2	0	-0,1	-2,2	-0,1	-0,3	0
Bovinocultura	-3,4	-1,3	-0,3	-2,8	-3,6	-0,8	-2	0
Florestal	-1,5	-0,3	0	-0,3	-2,4	-0,2	-6,9	0
Energia	0	-0,1	0	0,1	-10,9	0	0,1	0
Mecânica e elétrica	-0,3	0	0	-0,4	-2,3	-0,1	-1,6	0
Madeira e mobiliário	0	0	-0,5	0	-2	-0,1	-0,8	0
Celulose, papel e gráfica	0	0	0	0,1	-2,7	0	-2,4	0
Agroindústria vegetal	-0,1	0	-0,1	0	-2,6	0	-0,1	0
Agroindústria animal	-0,1	-0,1	0	0	-2,2	-0,1	0	0
Abate de bovinos	-0,4	-0,6	-0,2	-1,5	-2,7	-0,4	-1	-0,1
Outras manufaturas	-2,4	0	-0,5	0	-3,4	-0,6	-0,5	0
Comércio	0,1	-0,1	0	0	-3,7	0	0	0
Transporte	0,2	0	0	0,1	-2,8	0	0,1	0
Outros serviços	0,2	0	0	0,1	4,4	0	0,2	0

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREEO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

Em quase todos os casos em que houve aumento de preços na Região, os desembolsos do Fundo contribuíram pouco para isso, geralmente em nível inferior a 0,5% em um ano. A exceção ficou por conta do setor de serviços, que por suas características tende a apresentar expansão sempre que há elevação na renda da população, além do fato de serem pouco sensíveis a substituições. As razões para o aumento dos preços desses produtos estão relacionadas com o aumento da demanda por mão de obra utilizada para atender o aumento da produção. As mudanças em preços no resto do Brasil por conta das aplicações do FNO na Região Norte são inexpressivas, apesar de positivas majoritariamente.

8.5 Conclusões


Conforme se observa, os investimentos financiados com recursos do FNO impactaram de forma muito positiva a economia nacional. A concessão de crédito de fomento promove elevação do produto, renda, salários e arrecadação de tributos, nas regiões onde se efetivam os investimentos, assim como, em outras regiões com as quais são estabelecidos fluxos econômicos, através do efeito transbordamento.

Durante o exercício de 2013, o Banco aplicou R\$ 4,72 bilhões de recursos do FNO, que através de seus efeitos multiplicadores possuem potencial para incrementar em R\$ 35,92 bilhões o Valor Bruto da Produção brasileira e promover a expansão de R\$ 18,47 bilhões no PIB. O crédito de fomento, também traz retornos significativos para as contas públicas, uma vez que o montante estimado de tributos oriundos dos negócios (compra/venda/contratações) necessários para implementar os projetos financiados (R\$ 5,59 bilhões) superou o valor aplicado pelo Fundo, de R\$ 4,72 bilhões.

A qualidade de vida dos trabalhadores, também, foi positivamente afetada pelos financiamentos concedidos pelo Banco, uma vez que a massa salarial, renda que remunera o trabalho, teve um incremento de R\$ 3,99 bilhões. Estima-se, ainda, que os projetos possibilitaram a geração de aproximadamente 708.187 postos de trabalho diretos, indiretos ou induzidos, o que significa que cada posto de trabalho foi derivado de aproximadamente R\$ 6,4 mil financiado.

Os valores a seguir sintetizam as estimativas de impactos gerados com a aplicação dos recursos de fomento do FNO, na Região Norte, no exercício de 2013.

Efeitos sobre toda a economia

Valor contratado (FNO) R\$ 4.719,2		↑ PIB	R\$ 18.474,7	milhões
		↑ VBP	R\$ 35.921,8	milhões
		↑ Tributos	R\$ 5.590,5	milhões
		↑ Salários	R\$ 3.997,3	milhões
		↑ Postos de trabalho	708.187	empregos

Os números acima evidenciam que o Banco da Amazônia atua em sintonia com as políticas e programas do Governo Federal voltados para a Amazônia de maneira que a congregação dos esforços isolados promova o crescimento e desenvolvimento regional e, paralelamente, possibilite a Instituição oportunizar negócios.

Ressalta-se que o resultado obtido pelo FNO em 2013, de R\$ 4,72 bilhões, pode ter sido reflexo das taxas de juros do Fundo praticadas no exercício, de 3,53% ao ano no primeiro semestre e de 4,12% ao ano no segundo semestre, com bônus de 15% para as parcelas pagas no prazo, para todos os portes de beneficiários, definidas pela Resolução do CMN nº 4.181, de 07/01/2013, as quais, provavelmente, contribuíram para o aumento da demanda por crédito.

Outro fator que pode ter contribuído para o aumento da demanda do FNO em 2013, foi a estratégia definida pelo Banco da Amazônia para maior contratação e liberação dos recursos, denominada de "Programa Supera Mais", envolvendo toda rede, com o propósito de melhorar a gestão do Fundo, no que tange ao acompanhamento da aplicação do FNO e o cumprimento de metas, o qual demonstra o compromisso efetivo do Banco em aplicar a totalidade dos recursos disponíveis.



Tabela 4 Contratações por Estado, Porte e Setor
Exercício de 2013

ESTADO	AGRIC. FAMILIAR			MINI			PEQUENO			PEQUENO/MÉDIO			MÉDIO			GRANDE			TOTAL		
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)		Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)		Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)		Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)		Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)		Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)		Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	
		Valor	Nº Op.		Valor	Nº Op.		Valor	Nº Op.		Valor	Nº Op.		Valor	Nº Op.		Valor	Nº Op.		Valor	Nº Op.
Acre	2.322	21.966.701	1.543	69.605.206	45	35.272.795	8	17.388.254	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.918	144.232.956	
Amapá	915	4.496.405	272	4.877.289	4	3.011.309	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.191	12.385.003	
Amazonas	2.386	6.454.931	6.480	92.042.355	14	13.052.670	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.860	111.549.956	
Pará	10.468	56.433.638	5.905	238.113.539	213	135.893.211	29	109.589.161	6	45.423.177	6	45.423.177	0	0	0	0	0	0	16.621	565.452.726	
Rondônia	1.676	9.272.459	3.040	182.812.681	166	111.814.053	18	27.833.438	9	76.318.666	0	0	0	0	0	0	0	0	4.909	408.051.297	
Roraima	45	777.063	46	1.819.795	8	4.873.840	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	99	7.470.698	
Tocantins	1.328	18.825.086	1.952	132.735.143	363	199.991.423	66	109.026.740	3	20.773.429	1	45.446.117	1	45.446.117	3.713	526.797.938					
TOTAL	19.140	118.226.283	19.238	722.006.008	813	503.909.301	121	263.837.593	18	142.515.272	1	45.446.117	39.351	1.795.940.574							
Demais Setores																					
ESTADO	EMPR. INDIVIDUAL		MICRO		PEQUENO		PEQUENO/MÉDIO		MÉDIO		GRANDE		TOTAL								
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)							
Acre	64	295.760	23	2.152.720	240	51.662.902	21	17.071.037	11	58.508.892	5	36.555.520	364	168.246.831							
Amapá	70	240.104	1	24.300	103	10.892.801	4	10.599.224	3	57.358.136	0	0	181	79.114.565							
Amazonas	342	2.914.024	141	7.420.456	539	77.381.095	15	32.647.183	35	264.855.245	11	566.221.562	1.083	951.439.565							
Pará	266	1.466.606	83	2.187.322	1.194	182.561.067	46	28.017.407	35	90.054.949	25	685.715.672	1.649	990.003.023							
Rondônia	129	858.651	79	8.091.542	566	156.741.591	39	35.265.587	31	95.491.830	23	60.301.732	867	356.750.933							
Roraima	10	105.000	7	117.900	32	6.809.721	3	5.845.448	1	82.772.833	0	0	53	95.650.902							
Tocantins	200	1.453.369	93	8.423.401	419	78.298.007	17	14.436.817	13	17.479.959	7	161.966.856	749	282.058.409							
TOTAL	1.081	7.333.514	427	28.417.641	3.093	564.347.185	145	143.882.703	129	666.521.844	71	1.512.761.342	4.946	2.923.264.228							
Total																					
ESTADO	AG FAM / EMP INDIV		MINIMICRO		PEQUENO		PEQUENO/MÉDIO		MÉDIO		GRANDE		TOTAL								
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)							
Acre	2.386	22.262.461	1.566	71.757.926	285	86.935.697	29	34.459.291	11	58.508.892	5	38.555.520	4.282	312.479.787							
Amapá	985	4.736.509	273	4.901.589	107	13.904.110	4	10.599.224	3	57.358.136	0	0	1.372	91.499.568							
Amazonas	2.728	9.368.955	6.621	99.462.811	553	90.433.765	15	32.647.183	35	264.855.245	11	566.221.562	9.963	1.062.989.521							
Pará	10.734	57.900.244	5.988	240.300.861	1.407	318.454.278	75	137.606.568	41	135.478.126	25	685.715.672	18.270	1.575.455.749							
Rondônia	1.805	10.131.110	3.119	190.904.223	732	268.555.644	57	63.099.025	40	171.810.496	23	60.301.732	5.776	764.802.230							
Roraima	55	882.063	53	1.937.695	40	11.683.561	3	5.845.448	1	82.772.833	0	0	152	103.121.600							
Tocantins	1.528	20.278.455	2.045	141.158.544	782	278.299.430	83	123.463.557	16	38.253.388	8	207.412.973	4.462	808.856.347							
TOTAL	20.221	125.559.797	19.665	750.423.649	3.906	1.068.256.485	266	407.720.296	147	809.037.116	72	1.558.207.459	44.277	4.719.204.802							

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 5 Contratações por Programa de Financiamento
Exercício de 2013

PROGRAMA	Nº OP.	%	VALOR (R\$ 1,00)	%
FNO-PRONAF	32.498	73,4	612.797.522	13,0
FNO-Amazônia Sustentável	4.427	10,0	3.463.650.793	73,4
FNO-Biodiversidade	76	0,2	148.455.120	3,1
FNO-MPE	660	1,5	389.888.638	8,3
FNO-EI	1.071	2,4	7.333.513	0,2
FNO-Emergencial	5.545	12,5	97.079.216	2,1
TOTAL	44.277	100,0	4.719.204.802	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 5-A Evolução das Contratações por Programa de Financiamento
Exercício de 2013

PROGRAMA	R\$ milhões		
	2012	2013	VARIÇÃO (%)
FNO-PRONAF	646,6	612,8	-5,2
FNO-Amazônia Sustentável	2.948,2	3.463,7	17,5
FNO-Biodiversidade	162,7	148,5	-8,8
FNO-MPE	239,8	389,9	62,6
FNO-EI	5,7	7,3	28,7
FNO-Emergencial	279,6	97,1	-65,3
TOTAL	4.282,6	4.719,2	10,2

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 6 Contratações por Atividade Econômica
Exercício de 2013

ATIVIDADE	Nº OP.	%	VALOR (R\$ 1,00)	%
Agricultura Familiar*	37.290	84,2	653.598.010	13,8
Agropecuária	1.805	4,1	956.871.960	20,3
Pesca e Aquicultura	58	0,1	29.789.890	0,6
Floresta	76	0,2	148.455.120	3,1
Agroindústria	2	0,005	142.039.595	3,0
Indústria	291	0,7	579.177.809	12,3
Cultura	48	0,1	17.126.845	0,4
Turismo	188	0,4	584.800.025	12,4
Comércio e Serviços	2.679	6,1	1.517.726.836	32,2
Infraestrutura	16	0,04	26.006.471	0,6
Empreendedor Individual	1.071	2,4	7.333.513	0,2
Emergencial**	753	1,7	56.278.728	1,2
TOTAL	44.277	100,0	4.719.204.802	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

(*) Inclui Emergencial Pronaf

(**) Produtor Rural exceto Pronaf + Empreendedores dos Setores Não Rurais

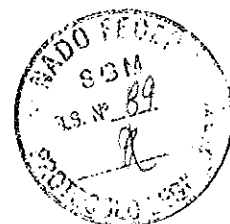


Tabela 7 Contratações por Estado, Programa de Financiamento, Atividade Econômica e Setor Produtivo
Exercício de 2013

SETOR/PROGRAMA/ATIVIDADE	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL	
	Qtd.	R\$ 1,00	Qtd.	R\$ 1,00	Qtd.	R\$ 1,00	Qtd.	R\$ 1,00	Qtd.	R\$ 1,00	Qtd.	R\$ 1,00	Qtd.	R\$ 1,00	Qtd.	R\$ 1,00
RURAL	3.918	144.232.956	1.191	12.385.003	8.880	111.549.956	16.621	585.452.726	4.909	408.051.297	99	7.470.698	3.713	526.797.938	39.331	1.795.940.574
1. FNO-PRONAF	3.377	76.240.302	1.185	9.197.255	4.674	57.412.201	15.958	258.495.092	4.379	128.088.832	89	2.168.858	2.836	81.214.980	32.456	612.797.522
PRONAF A	1.070	18.818.303	111	2.315.301	53	679.864	1.610	33.333.836	288	5.807.790	34	723.597	879	17.370.029	4.045	79.048.719
PRONAF A/C	74	320.236	-	-	-	-	47	222.295	10	36.141	11	53.466	151	711.111	293	1.343.250
PRONAF Agr Familiar	4	10.320.000	-	-	-	-	-	-	2	909.025	-	-	1	7.740	3	916.765
PRONAF Agroindústria	-	-	-	-	-	737.477	3.491	8.693.166	1.372	3.413.536	-	-	298	743.947	6.655	16.446.626
PRONAF B	1.155	2.771.000	35	87.500	304	737.477	5.000	13.326.825	5	12.493	-	-	-	-	6.832	18.079.166
PRONAF B - MPO	-	-	734	2.000.854	1.093	2.738.995	5.000	13.326.825	2	5.000	-	-	-	-	18	45.000
PRONAF B - MPR	-	-	-	-	16	40.000	2	5.000	-	-	-	-	-	-	-	24.346.731
PRONAF Custeio	57	9.745.924	10	94.217	363	2.667.894	530	7.094.995	188	3.471.679	1	29.366	64	1.022.717	1.213	33.427.516
PRONAF Ecologia	1	26.488	-	-	-	-	444	32.635.155	2	112.505	-	-	27	653.367	474	32.567.486
PRONAF Floresta	-	-	-	-	-	638.260	1.433	25.836.787	63	2.092.246	-	-	-	-	1.726	256.734
PRONAF Jovem	-	-	205	4.000.193	25	-	-	-	16	227.245	-	-	1	11.313	19	387.139.572
PRONAF Mais Alimentos	1.004	34.208.350	15	493.306	2.590	48.525.303	2.777	132.049.609	2.278	110.585.232	43	1.362.430	1.385	59.915.342	10.092	6.716.569
PRONAF MPO	12	30.000	73	187.710	230	1.164.410	566	3.523.689	107	1.048.800	-	-	29	761.980	1.017	2.143.368
PRONAF Mulher	-	-	-	-	-	-	58	1.773.795	48	352.141	-	-	1	17.433	107	986.661.849
2.FNO-AMAZ SUSTENTÁVEL	80	58.572.917	6	3.187.748	58	14.045.306	381	256.828.886	480	271.169.354	10	5.301.640	348	377.555.798	1.863	956.871.980
Agropecuária	75	53.256.690	5	2.569.748	55	10.675.341	379	256.637.395	439	253.393.779	8	3.572.367	844	376.766.639	1.805	29.789.890
Pesca e Aquicultura	5	5.316.227	1	617.999	3	3.369.965	2	191.491	41	17.775.575	2	1.729.474	4	789.159	58	148.455.120
3. FNO BIODIVERSIDADE	4	2.530.798	-	-	3	2.203.319	23	67.302.306	17	8.391.538	-	-	29	68.027.160	76	148.455.120
Floresta	4	2.530.798	-	-	3	2.203.319	23	67.302.306	17	8.391.538	-	-	29	68.027.160	76	148.455.120
4.FNO-EMERGENCIAL	457	6.888.939	-	-	4.145	37.889.129	259	2.826.442	33	421.573	-	-	-	-	4.894	48.026.083
PRONAF Emergencial - Grupo AF	410	4.786.225	-	-	3.174	31.240.373	193	2.030.475	30	337.084	-	-	-	-	3.807	38.394.156
PRONAF Emergencial - Grupo B	23	57.161	-	-	901	2.180.130	58	145.000	1	2.500	-	-	-	-	983	2.384.790
PRONAF Emerg Mais Alimentos	1	9.822	-	-	-	-	1	11.720	-	-	-	-	-	-	2	21.542
Emergencial Rural	23	2.035.732	-	-	70	4.468.627	7	639.247	2	81.989	-	-	-	-	102	7.225.595

SETOR/PROGRAMA/ATIVIDADE	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL	
	Qde.	R\$ 1,00	Qde.	R\$ 1,00	Qde.	R\$ 1,00	Qde.	R\$ 1,00	Qde.	R\$ 1,00	Qde.	R\$ 1,00	Qde.	R\$ 1,00	Qde.	R\$ 1,00
NÃO RURAL	364	168.246.831	181	79.114.565	1.083	951.439.565	1.649	990.003.023	867	356.750.933	53	95.650.902	749	282.058.409	4.946	2.923.264.228
1.FNO-AMAZ SUSTENTÁVEL	153	122.106.287	101	73.290.574	257	873.600.709	1.128	883.945.443	466	215.718.444	37	90.185.381	422	218.142.106	2.564	2.476.988.944
Agroindústria	-	-	-	-	-	-	1	36.719	-	-	-	-	1	142.002.876	2	142.039.595
Indústria	17	10.828.025	2	51.300	29	111.883.531	108	363.785.179	45	11.055.331	3	94.500	41	13.581.947	245	501.279.813
Cultura	-	-	1	298.664	-	-	9	3.673.013	8	1.046.000	-	-	8	494.478	26	5.512.155
Turismo	4	299.700	2	55.451.136	18	182.234.222	48	209.424.179	29	2.210.500	-	-	8	83.192.433	143	534.459.979
Comércio e Serviço	131	110.588.562	96	17.489.474	205	577.837.956	959	310.054.883	378	185.906.614	26	6.898.448	337	58.914.995	2.132	1.267.690.931
Infraestrutura	1	390.000	-	-	5	1.645.000	3	6.971.471	6	15.500.000	-	-	1	1.500.000	16	26.006.471
2. FNO-MPE	65	38.238.757	10	5.583.887	30	41.604.464	169	98.171.876	253	138.466.197	6	5.360.521	127	62.462.935	660	389.888.638
Indústria	9	11.357.956	-	-	8	29.049.875	8	5.182.684	15	29.424.244	-	-	6	2.883.237	46	77.897.996
Cultura	1	70.000	-	-	1	78.150	9	5.314.340	6	1.946.971	-	-	4	255.062	22	11.614.690
Turismo	6	7.986.159	-	-	2	1.807.362	11	11.975.530	15	6.796.787	1	3.950.167	11	21.774.208	45	50.340.046
Comércio e Serviço	49	18.824.642	10	5.583.887	19	10.669.077	141	75.699.322	217	100.298.195	5	1.410.354	106	37.550.428	547	250.035.905
3. FNO-EI	54	295.750	70	240.103	342	2.914.024	266	1.466.606	129	859.651	10	105.000	200	1.453.369	1.071	7.333.513
Empreendedor Individual	54	295.750	70	240.103	342	2.914.024	266	1.466.606	129	859.651	10	105.000	200	1.453.369	1.071	7.333.513
4.FNO-EMERGENCIAL	92	7.606.027	-	-	454	33.320.367	86	6.419.098	19	1.707.641	-	-	-	-	651	49.053.133
Emergencial Não Rural	92	7.606.027	-	-	454	33.320.367	86	6.419.098	19	1.707.641	-	-	-	-	651	49.053.133
TOTAL	4.282	312.479.787	1.372	91.499.568	9.953	1.062.989.521	18.270	1.575.455.749	5.776	764.802.230	152	103.121.600	4.462	808.856.347	44.277	4.719.204.802

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



Tabela 8 (a) Contratações por Mesorregiões Diferenciadas da Região Norte
Exercício de 2013

ESTADO	ALTO SOLIMÕES				CHAPADA DAS MANGABEIRAS				VALE DO RIO ACRE			
	Nº Municípios	Nº Municípios Atendidos	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Municípios	Nº Municípios Atendidos	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Municípios	Nº Municípios Atendidos	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	11	11	1.332	230.224.425
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	9	9	762	6.700.477	0	0	0	0	2	2	1.123	29.527.117
Pará	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rondônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	0	0	0	0	8	7	246	24.386.448	0	0	0	0
Total	9	9	762	6.700.477	8	7	246	24.386.448	13	13	2.455	259.751.542
% Consecução		100%				88%				100%		
ESTADO	BICO DO PAPAGAIO				XINGU				TOTAL			
	Nº Municípios	Nº Municípios Atendidos	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Municípios	Nº Municípios Atendidos	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Municípios	Nº Municípios Atendidos	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	11	11	1.332	230.224.425
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	0	0	0	0	0	0	0	0	11	11	1.885	36.227.594
Pará	25	24	2.116	315.595.391	10	10	770	68.168.631	35	34	2.886	383.764.022
Rondônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	25	25	956	64.059.040	0	0	0	0	33	32	1.202	88.445.488
Total	50	49	3.072	379.654.431	10	10	770	68.168.631	90	88	7.305	738.661.529
% Consecução		98%				100%		100%		98%		

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 8 (b) Contratações por Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte
Exercício de 2013

ESTADO	FAIXA DE FRONTEIRA			
	Nº Municípios	Nº Municípios Atendidos	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	22	22	4.282	312.479.788
Amapá	8	7	565	77.835.622
Amazonas	21	17	2.234	49.274.808
Pará	5	5	838	27.145.892
Rondônia	26	26	3.323	457.553.533
Roraima	15	10	152	103.121.601
Tocantins	0	0	0	0
Total	97	87	11.394	1.027.411.244
% Consecução		90%		

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 8-A Evolução das Contratações nas Regiões Prioritárias da Região Norte pela PNDR

REGIÃO PRIORITÁRIA	R\$ milhões		
	2012	2013	EVOLUÇÃO %
Mesorregiões	659,7	738,7	112,0
Alto Solimões	6,5	6,7	103,4
Chapada das Mangabeiras	23,8	24,4	102,5
Vale do Rio Acre	237,0	259,8	109,6
Bico do Papagaio	329,4	379,7	115,3
Xingu	63,0	68,2	108,2
Faixa de Fronteira	1.539,5	1.027,4	66,7
TOTAL	2.199,2	1.766,1	80,3

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 8-B Consecução das Metas nas Regiões Prioritárias da Região Norte pela PNDR em 2013

REGIÃO PRIORITÁRIA	R\$ milhões		
	PREVISÃO	REALIZADO	EVOLUÇÃO %
Mesorregiões	571,9	738,7	129,2
Alto Solimões	2,5	6,7	267,0
Chapada das Mangabeiras	1,4	24,4	1.688,8
Vale do Rio Acre	260,5	259,8	99,7
Bico do Papagaio	250,9	379,7	151,3
Xingu	56,7	68,2	120,3
Faixa de Fronteira	1.201,8	1.027,4	85,5
TOTAL	1.773,5	1.766,1	99,6

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 9 Contratações por Município da Região Norte pela Tipologia da PNDR Exercício de 2013

TIPOLOGIA	Nº MUNICÍPIOS	Nº OP.	%	VALOR (R\$ 1,00)	%
BR	114	11.802	26,7%	349.865.269	7,4%
EMR	157	13.599	30,7%	1.917.457.594	40,6%
DMR	145	15.608	35,3%	865.326.147	18,3%
AR	25	3.268	7,4%	1.586.555.793	33,6%
TOTAIS	441	44.277	100,0%	4.719.204.803	100,0%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

BR = Baixa Renda; EMR = Estagnada de Média Renda; DMR = Dinâmica de Menor Renda; e AR = Alta Renda

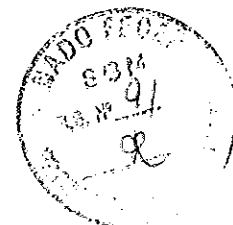


Tabela 14 Contratações por Faixa de Valores
Exercício de 2013

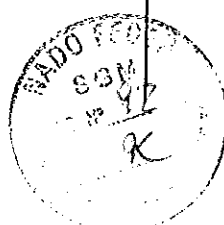
FAIXA DE VALORES	SETOR RURAL												TOTAL		
	Pronaf A		Pronaf B		Pronaf Demais		Biodiversidade		Amz Sustentável		TOTAL		TOTAL		
	Nº Op	R\$ 1,00	Nº Op	R\$ 1,00	Nº Op	R\$ 1,00	Nº Op	R\$ 1,00	Nº Op	R\$ 1,00	Nº Op	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%
Até R\$ 500,00	0	0	1	500	2	1.000	0	0	0	0	0	0	3	1.500	0,0%
Acima de R\$ 500,00 Até R\$ 1.000,00	0	0	5	3.890	12	10.492	0	0	0	0	0	0	17	14.382	0,0%
Acima de R\$ 1.000,00 Até R\$ 15.000,00	207	1.346.346	6.962	17.189.396	12.024	46.350.987	0	0	3	23.374	18.196	64.910.105	13.361	255.742.087	14,2%
Acima de R\$ 15.000,00 Até R\$ 35.000,00	3.838	77.702.373	0	0	9.364	173.825.659	3	80.188	156	4.033.878	4.993	308.107.977	18.196	64.910.105	3,6%
Acima de R\$ 35.000,00 Até R\$ 100.000,00	0	0	0	0	4.482	270.016.216	8	611.734	503	37.480.027	694	93.794.523	4.993	308.107.977	17,2%
Acima de R\$ 100.000,00 Até R\$ 200.000,00	0	0	0	0	386	47.090.425	10	1.597.313	298	45.108.785	863	438.147.292	694	93.794.523	5,2%
Acima de R\$ 200.000,00 Até R\$ 1.000.000,00	0	0	0	0	5	2.980.724	37	21.438.769	821	413.747.799	194	430.312.486	863	438.147.292	24,4%
Acima de R\$ 1.000.000,00 Até R\$ 10.000.000,00	0	0	0	0	2	17.000.000	16	53.298.057	176	380.014.429	7	109.155.052	194	430.312.486	24,0%
Acima de R\$ 10.000.000,00 Até R\$ 20.000.000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	7	109.155.052	3	95.755.160	7	109.155.052	6,1%
Acima de R\$ 20.000.000,00 Até R\$ 100.000.000,00	0	0	0	0	0	0	2	71.429.061	1	24.328.099	0	0	3	95.755.160	5,3%
Acima de R\$ 100.000.000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
TOTAL	4.045	79.048.719	6.968	17.193.788	26.277	567.355.503	76	148.455.120	1.995	993.887.444	39.331	1.795.940.574	39.331	1.795.940.574	100,0%

FAIXA DE VALORES	DEMAIS SETORES												TOTAL				
	Agroindústria		Indústria		Turismo		Exportação		Infraestrutura		Com/Serviços		EI		TOTAL		
	Nº Op	R\$ 1,00	Nº Op	R\$ 1,00	Nº Op	R\$ 1,00	Nº Op	R\$ 1,00	Nº Op	R\$ 1,00	Nº Op	R\$ 1,00	Nº Op	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%
Até R\$ 500,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
Acima de R\$ 500,00 Até R\$ 1.000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
Acima de R\$ 1.000,00 Até R\$ 10.000,00	12	91.223	4	28.700	6	55.455	0	0	2	48.365	33	281.130	962	5.735.779	20,6%	690	37,5%
Acima de R\$ 10.000,00 Até R\$ 35.000,00	80	2.030.633	51	1.245.200	58	1.382.550	0	0	12	1.039.504	1.051	71.115.940	108	1.597.044	19,8%	1.844	37,5%
Acima de R\$ 35.000,00 Até R\$ 100.000,00	564	47.162.252	125	8.800.230	92	6.231.601	0	0	9	1.546.912	271	40.816.769	0	0	0,0%	134.349.528	22,6%
Acima de R\$ 100.000,00 Até R\$ 200.000,00	1	110.000	23	3.980.000	16	2.243.393	0	0	0	40.844.129	418	186.912.564	0	0	0,0%	48.277.074	1,1%
Acima de R\$ 200.000,00 Até R\$ 1.000.000,00	28	15.655.270	18	8.418.278	36	16.363.364	0	0	33	101.986.860	112	371.862.223	0	0	0,0%	268.193.606	9,9%
Acima de R\$ 1.000.000,00 Até R\$ 10.000.000,00	3	3.494.860	1	1.919.843	19	41.579.423	0	0	2	32.365.633	9	117.801.951	0	0	0,0%	520.543.209	17,7%
Acima de R\$ 10.000.000,00 Até R\$ 20.000.000,00	0	0	0	0	4	220.681.652	0	0	4	163.284.159	11	344.037.994	0	0	0,0%	207.941.607	7,7%
Acima de R\$ 20.000.000,00 Até R\$ 100.000.000,00	0	0	0	0	2	273.119.093	0	0	3	401.566.493	2	312.258.711	0	0	0,0%	728.003.805	24,4%
Acima de R\$ 100.000.000,00	0	0	0	0	236	601.926.870	0	0	143	742.682.076	2.565	1.461.601.595	1.071	7.333.513	0,1%	986.944.297	33,3%
TOTAL	666	68.544.239	223	41.175.936	236	601.926.870	0	0	143	742.682.076	2.565	1.461.601.595	1.071	7.333.513	100,0%	2.923.264.228	100

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 15 Financiamentos Contratados em Valores Acima de R\$ 10 Milhões
Exercício de 2013

EMPREENDIMENTO	UF	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PND/R	FINALIDADE	PROGRAMA / ATIVIDADE	VALOR DO PROJETO (R\$ 1,00)	VALOR FINANCIADO (R\$ 1,00)	POSTOS DE TRABALHO
Com Var Mer Ger C/Prep Prod Alim	AC	Rio Branco	AR	Comércio	Comércio e Serviços	17.986.636	15.500.206	110
Educação Superior	AC	Rio Branco	AR	Serviço	Comércio e Serviços	40.633.762	38.602.074	76
Prep Pescado e Fab Conservas	AC	Senador Guiomard	DMR	Indústria	Comércio e Serviços	11.894.104	10.937.389	670
Transporte Por Navegação Interior Carga	AM	Iranduba	EMR	Serviço	Comércio e Serviços	44.132.519	34.038.741	14
Fab Artef Concreto/Cimento/Fibrocimento	AM	Iranduba	EMR	Indústria	Extrativa	22.358.583	17.503.685	82
Transporte Por Navegação Interior Carga	AM	Itacoatiara	EMR	Indústria	Comércio e Serviços	206.323.174	165.058.539	242
Ativ Atendimento Hospitalar	AM	Manaus	AR	Serviço	Turismo	55.153.160	44.033.623	436
Est Hotelero Com Restaurante	AM	Manaus	AR	Serviço	Comércio e Serviços	32.414.349	27.636.251	670
Fab Bicletas e Triciclos não Motor	AM	Manaus	AR	Serviço	Transformação	50.244.529	38.180.420	232
Const/Repar. Embarcação e Estrutura	AM	Manaus	AR	Indústria	Transformação	83.738.635	61.105.399	127
Com Atac Mercadorias em Geral	AM	Manaus	AR	Indústria	Comércio e Serviços	22.310.122	22.310.122	193
Educação Superior	AM	Manaus	AR	Comércio	Comércio e Serviços	17.968.281	13.848.721	101
Com Var Moveis, Artigo Iluminação	AM	Manaus	AR	Serviço	Comércio e Serviços	36.702.488	28.445.825	177
Transporte Aéreo, Regular	AM	Manaus	AR	Comércio	Comércio e Serviços	40.937.486	35.870.000	113
Transporte Marítimo Cabotagem	AM	Manaus	AR	Serviço	Comércio e Serviços	32.737.730	28.303.532	14
Est Hotelero Sem Restaurante	AM	Manaus	AR	Serviço	Turismo	25.475.567	19.581.163	34
Outras Ativ Relacionadas ao Lazer	AM	Manaus	AR	Indústria	Turismo	214.799.384	132.150.369	27
Carga e Descarga	AM	Manaus	AR	Serviço	Comércio e Serviços	188.849.364	147.200.172	150
Outras Ativ Relacionadas ao Lazer	AP	Macapá	AR	Serviço	Turismo	109.447.286	55.358.136	60
Outras Ativ Relacionadas ao Lazer	PA	Ananindeua	EMR	Indústria	Turismo	190.390.707	140.968.724	200
Transp Rod Cargas em Geral	PA	Ananindeua	EMR	Serviço	Comércio e Serviços	30.353.773	28.321.781	152
Com Atac Outros Prod Alimentícios	PA	Ananindeua	EMR	Serviço	Comércio e Serviços	13.204.314	10.564.824	54
Fab Fios,Cabos e Condutores Elétr Isolad	PA	Barcarena	DMR	Comércio	Transformação	48.279.017	39.145.171	114
Fab Fios,Cabos e Condutores Elétr Isolad	PA	Belém	AR	Indústria	Transformação	163.048.587	122.603.626	114
Com Var Mer Ger C/Prep Prod Alim	PA	Belém	AR	Indústria	Comércio e Serviços	40.514.959	31.892.791	35
Transp Rod Cargas em Geral	PA	Canaã dos Carajás	EMR	Serviço	Comércio e Serviços	18.862.044	15.089.635	6
Fab Biscoitos e Bolachas	PA	Castanhal	EMR	Indústria	Transformação	14.830.788	14.478.627	87
Outras Ativ Relacionadas ao Lazer	PA	Castanhal	EMR	Serviço	Turismo	68.659.257	54.914.432	9
Bovinos-Prod.Carne-Matriz P/Povoamento	PA	Cumaru do Norte	EMR	Serviço	Agropecuária	17.578.927	16.699.981	39
Bovinos-Prod.Carne-Matriz P/Povoamento	PA	Curionópolis	DMR	Pecuária	Agropecuária	26.575.306	24.326.099	160
Com Var Mer Ger C/Prep Prod Alim	PA	Marabá	EMR	Comércio	Comércio e Serviços	34.996.580	32.120.509	471
Abate Reses Prep.Prod Carne	PA	Paragominas	EMR	Indústria	Transformação	29.762.187	24.853.170	210



EMPREENHIMENTO	UF	MUNICÍPIO	TIP. PNDR	FINALIDADE	PROGRAMA / ATIVIDADE	VALOR DO PROJETO (R\$ 1,00)	VALOR FINANCIADO (R\$ 1,00)	POSTOS DE TRABALHO
	PA	Paragominas	EMR	Indústria	Transformação	158.540.149	136.959.991	367
Fab Mad Lamini/Chapas Mad Comp	PA	Parauapebas	EMR	Serviço	Turismo	11.367.867	10.252.828	20
Est Hotelero com Restaurante	PA	Santa Izabel do Pará	EMR	Comércio	Comércio e Serviços	16.632.317	13.305.853	321
Com Atac Outros Prod Alimentícios	PA	Santa Mª das Barreiras	DMR	Agricultura	Floresta	28.869.938	25.982.944	105
Madeira-Teca	PA	Xinguara	DMR	Pecuária	Agropecuária	15.966.337	15.558.339	8
Bovinos-Prod.Carne-Engorda	PA	Ariquemes	EMR	Indústria	Transformação	17.887.005	17.887.005	120
Prep Pescado e Fab Conservas	RO	Corumbiara	DMR	Pecuária	Agropecuária	18.270.000	17.356.500	10
Bovinos-Prod.Carne-Engorda	RO	Ji-Parana	EMR	Comércio	Comércio e Serviços	13.740.944	12.371.854	54
Com Var Mer Ger C/Prep Prod Alim	RO	Pimenta Bueno	EMR	Pecuária	Agropecuária	11.026.950	10.475.602	60
Bovinos-Prod.Carne-Estocagem Boi em Pé	RO	Porto Velho	AR	Comércio	Comércio e Serviços	22.740.129	20.098.995	85
Com Var Mat Const E Ferro	RO	Porto Velho	AR	Serviço	Comércio e Serviços	16.271.466	14.156.175	22
Educação Superior	RO	Porto Velho	AR	Pecuária	Agropecuária	16.598.409	16.059.775	40
Instal Const./Reforma e Aparelhagem	RO	Santa Luzia d'Oeste	EMR	Agricultura	Agropecuária	18.959.184	15.657.745	11
Canas-de-Açúcar	RR	Boa Vista	AR	Serviço	Turismo	91.969.814	82.772.833	70
Outras Ativ Relacionadas ao Lazer	TO	Cassara	EMR	Agricultura	Agropecuária	18.809.516	17.347.110	150
Adubação Intensiva do Solo	TO	Goiatins	BR	Agricultura	Floresta	61.413.672	45.446.117	20
Eucalipto	TO	Palmas	AR	Serviço	Turismo	10.436.347	10.436.347	18
Est Hotelero com Restaurante	TO	Porto Nacional	AR	Agroindústria	Agroindústria	285.334.691	142.002.876	246
Prod Oleo Vegetal em Bruto	TO	Silvanópolis	AR	Comércio	Comércio e Serviços	16.794.885	12.027.294	30
Com Atac Cereais Benef Farinhas Amidos	TO					2.802.787.223	2.127.799.922	6.936
TOTAL								

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 16 Financiamentos Contratados pela Primeira Vez
Exercício de 2013

ESTADO	MINI/MICRO		PEQUENO		PEQUENO/MÉDIO		MÉDIO		GRANDE		TOTAL	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	2.188	43.715.442	126	35.394.003	8	13.095.545	5	15.015.091	1	17.220.862	2.328	124.440.943
Amapá	1.082	8.486.918	55	6.607.244	4	10.599.224	1	55.358.136	0	0	1.142	81.051.523
Amazonas	7.438	81.932.278	378	70.257.788	10	31.474.690	18	234.681.922	5	294.373.453	7.849	712.720.131
Pará	10.758	200.426.712	605	136.131.339	22	22.853.980	19	104.636.303	11	277.108.583	11.415	741.156.918
Rondônia	2.845	110.893.410	327	120.592.516	15	33.461.394	7	34.995.588	4	7.483.497	3.198	307.426.405
Roraima	69	1.601.782	22	6.285.721	3	5.845.448	1	82.772.833	0	0	95	96.505.784
Tocantins	2.092	88.958.950	227	87.940.076	13	28.301.071	8	31.169.587	2	17.335.545	2.342	253.705.230
TOTAL	26.472	536.015.492	1.740	463.208.687	75	145.631.353	59	558.629.460	23	613.521.940	28.369	2.317.006.933

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 17 Participação de Recursos Próprios nas Contratações por Setor e Porte
Exercício de 2013

Setor Rural						
PORTE DO BENEFICIÁRIO	RECURSOS DO FNO		RECURSOS PRÓPRIOS		TOTAL	
	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Mini	840.232.291	46,79%	1.368.248	2,52%	841.600.539	45,49%
Pequeno	503.909.301	28,06%	12.993.218	23,93%	516.902.519	27,94%
Pequeno/Médio	263.837.593	14,69%	11.447.971	21,08%	275.285.564	14,88%
Médio	142.515.272	7,94%	12.519.295	23,06%	155.034.567	8,38%
Grande	45.446.117	2,53%	15.967.555	29,41%	61.413.672	3,32%
TOTAL	1.795.940.574	100,00%	54.296.288	100,00%	1.850.236.862	100,00%

Demais Setores						
PORTE DO BENEFICIÁRIO	RECURSOS DO FNO		RECURSOS PRÓPRIOS		TOTAL	
	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Micro	35.751.155	1,22%	507.037	0,07%	36.258.192	1,00%
Pequeno	564.347.184	19,31%	20.580.137	2,90%	584.927.321	16,10%
Pequeno/Médio	143.882.703	4,92%	12.631.319	1,78%	156.514.022	4,31%
Médio	666.521.844	22,80%	200.412.380	28,22%	866.934.224	23,86%
Grande	1.512.761.342	51,75%	475.994.994	67,03%	1.988.756.336	54,74%
TOTAL	2.923.264.228	100,00%	710.125.865	100,00%	3.633.390.093	100,00%

Totais						
PORTE DO BENEFICIÁRIO	RECURSOS DO FNO		RECURSOS PRÓPRIOS		TOTAL	
	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Mini/Micro	875.983.446	18,56%	1.875.285	0,25%	877.858.731	16,01%
Pequeno	1.068.256.485	22,64%	33.573.355	4,39%	1.101.829.840	20,09%
Pequeno/Médio	407.720.296	8,64%	24.079.290	3,15%	431.799.586	7,87%
Médio	809.037.116	17,14%	212.931.675	27,86%	1.021.968.791	18,64%
Grande	1.558.207.459	33,02%	491.962.549	64,36%	2.050.170.008	37,39%
TOTAL	4.719.204.802	100,00%	764.422.153	100,00%	5.483.626.955	100,00%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 18 Participação de Recursos Próprios nas Contratações por Estado
Exercício de 2013

ESTADO	RECURSOS DO FNO		RECURSOS PRÓPRIOS		TOTAL	
	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Acre	312.479.787	6,62%	16.100.039	2,11%	328.579.826	5,99%
Amazonas	1.062.989.521	22,52%	268.464.579	35,12%	1.331.454.099	24,28%
Amapá	91.499.568	1,94%	55.785.475	7,30%	147.285.042	2,69%
Pará	1.575.455.748	33,38%	194.760.500	25,48%	1.770.216.249	32,28%
Rondônia	764.802.230	16,21%	27.398.710	3,58%	792.200.940	14,45%
Roraima	103.121.602	2,19%	9.830.495	1,29%	112.952.097	2,06%
Tocantins	808.856.347	17,14%	192.082.356	25,13%	1.000.938.703	18,25%
TOTAL	4.719.204.802	100,00%	764.422.153	100,00%	5.483.626.955	100,00%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



**Tabela 19 Propostas em Carteira - Situação da Demanda por Programa e Setor
Exercício de 2013**

PROGRAMA	Propostas Apresentadas em 2013 e Contratadas		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
SETOR RURAL	39.331	1.795.940.574	1.261	114.998.231	5.047	360.223.595	485	24.783.942	46.124	2.295.946.342
FNO-Pronaf A	4.045	79.048.719	258	5.337.202	576	11.406.895	4	109.263	4.885	95.902.079
FNO-Pronaf B	6.655	16.446.626	254	727.194	1.313	3.349.091	11	25.500	8.233	20.548.411
FNO-Pronaf - Demais	21.798	517.302.177	652	21.168.925	2.744	96.985.091	398	12.743.145	25.592	648.199.338
FNO-Biodiversidade	76	148.455.120	0	0	3	3.372.374	1	201.010	80	152.028.504
FNO-Amazônia Sustentável	1.863	986.661.849	97	87.764.911	409	245.110.143	71	11.705.024	2.440	1.331.241.927
FNO-Emergencial	4.894	48.026.083	-	-	-	-	-	-	4.894	48.026.083
SETOR NÃO RURAL	4.946	2.923.264.228	211	439.923.615	413	787.808.243	33	85.359.954	5.605	4.236.356.040
FNO-Amazônia Sustentável	2.564	2.476.988.944	210	439.921.115	411	787.720.043	33	85.359.954	3.218	3.789.990.056
Agroindústria	2	142.039.595	0	0	2	2.057.319	0	0	4	144.096.914
Indústria	245	501.279.813	10	83.569.157	48	275.423.838	8	65.731.021	311	926.003.829
Turismo e Cultura	169	539.972.134	1	4.927.524	24	25.805.869	2	8.653.946	196	579.359.493
Infraestrutura	16	26.006.471	63	165.710.313	0	0	0	0	79	191.716.784
Comércio e Serviço	2.132	1.267.690.931	136	185.714.121	337	484.432.997	23	10.974.988	2.628	1.948.813.037
FNO-MPE	660	389.888.638	1	2.500	2	88.200	0	0	663	389.979.338
FNO-Empreendedor Individual	1.071	7.333.513	-	-	-	-	-	-	1.071	7.333.513
FNO-Emergencial	651	49.053.133	-	-	-	-	-	-	651	49.053.133
TOTAL	44.277	4.719.204.802	1.472	554.921.846	5.460	1.146.031.838	516	110.143.896	51.727	6.532.302.382

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Controladoria (GECOR)

Tabela 20 Propostas em Carteira - Situação da Demanda por Estado
Exercício de 2013

ESTADO	Propostas Apresentadas em 2013 e Contratadas		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	4.282	312.479.787	22	89.048.022	78	48.213.371	4	395.933	4.386	450.137.113
Amapá	1.372	91.499.568	0	0	47	7.634.980	1	184.000	1.420	99.318.548
Amazonas	9.963	1.062.989.521	57	313.743.298	632	341.332.588	3	61.571.118	10.655	1.779.636.525
Pará	18.270	1.575.455.749	1.223	76.087.273	3.747	509.546.143	285	18.463.566	23.525	2.179.552.731
Rondônia	5.776	764.802.230	16	17.632.321	123	67.665.238	15	3.770.944	5.930	853.870.733
Roraima	152	103.121.600	8	5.877.284	20	10.094.828	0	0	180	119.893.712
Tocantins	4.462	808.856.347	146	52.533.648	813	163.544.690	210	25.758.335	5.631	1.050.693.029
TOTAL	44.277	4.719.204.802	1.472	554.921.846	5.460	1.148.031.838	518	110.143.896	51.727	6.532.302.382

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Controladoria (GECOR)

Tabela 21 Propostas em Carteira - Situação da Demanda por Setor e Porte
Exercício de 2013

SETOR / PORTE	Propostas Apresentadas em 2013 e Contratadas		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
SETOR RURAL	39.331	1.795.940.574	1.261	114.998.231	5.047	360.223.595	485	24.763.942	46.124	2.295.946.342
Agricultor Familiar	19.140	118.226.285	1.164	27.233.321	4.635	111.741.078	413	12.877.907	25.352	270.078.591
Mirri	19.238	722.096.005	37	9.902.395	148	33.599.917	49	4.174.470	19.472	769.682.787
Pequeno	813	503.909.301	51	44.509.393	216	168.140.946	23	7.731.565	1.103	724.291.206
Pequeno/Médio	121	263.837.594	0	0	0	0	0	0	121	263.837.594
Médio	18	142.515.272	8	32.509.618	34	25.930.563	0	0	60	200.955.453
Grande	1	45.446.117	1	843.504	14	20.811.091	0	0	16	67.100.712
SETOR NÃO RURAL	4.946	2.923.264.228	211	439.923.515	413	787.808.243	33	85.359.954	5.603	4.236.356.040
Empreendedor individual	1.081	7.333.514	1	6.750	4	25.000	0	0	1.086	7.365.264
Micro	427	28.417.641	13	806.289	53	9.167.386	5	325.249	498	38.716.565
Pequeno	3.093	564.347.185	83	51.571.241	307	128.334.271	26	23.495.937	3.509	767.748.634
Pequeno/Médio	145	143.882.702	0	0	0	0	0	0	145	143.882.702
Médio	129	666.521.844	44	57.404.578	34	219.290.606	1	43.802.609	208	987.019.637
Grande	71	1.512.761.342	70	330.134.755	15	430.990.980	1	17.736.160	157	2.291.623.237
TOTAL	44.277	4.719.204.802	1.472	554.921.846	5.460	1.148.031.838	518	110.143.896	51.727	6.532.302.382

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Controladoria (GECOR)



**Tabela 22 Previsão de Liberações de Crédito por Estado e Setor
Exercício de 2013**

R\$ 1,00

Setor Rural								
Mês/Ano	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins	Total
jan/2014	6.882.256	3.216.594	135.915	21.381.731	26.819.672	92.881	10.657.013	69.186.062
fev/2014	772.667	828.801	52.782	7.700.320	5.725.726	4.320	5.570.830	20.655.446
mar/2014	284.213	627.658	308.374	3.061.242	1.093.879	280	2.203.122	7.578.768
abr/2014	326.716	263.630	236.118	1.705.779	2.640.034	0	741.639	5.913.916
mai/2014	566.152	1.344.574	913.751	2.215.738	354.076	168	1.263.755	6.658.214
jun/2014	2.529.709	474.816	314.305	11.034.618	1.519.105	20.457	1.405.813	17.298.823
jul/2014	43.177	193.029	90.280	5.018.656	346.223	0	2.008.796	7.700.161
ago/2014	69.289	551.127	195.805	4.290.398	908.795	168	7.277.376	13.292.958
set/2014	1.925.852	405.310	272.560	4.208.662	921.691	168	1.303.828	9.038.071
out/2014	280.843	238.291	153.543	7.448.874	423.435	0	1.120.868	9.665.854
nov/2014	66.048	378.128	373.595	1.727.086	146.298	4.542	325.772	3.021.469
dez/2014	190.941	61.145	400.693	4.337.301	130.237	13.931	664.181	5.798.429
TOTAL	13.937.863	8.583.103	3.447.721	74.130.405	41.029.171	136.915	34.542.993	175.808.171

R\$ 1,00

Demais Setores								
Mês/Ano	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins	Total
jan/2014	9.839.166	152.659.605	261.316	38.111.340	38.136.400	149.158	10.931.459	250.088.444
fev/2014	4.109.509	71.029.138	195.953	10.022.918	8.866.780	1.587.734	28.602.718	124.414.750
mar/2014	3.178.040	21.217.949	213.030	57.192.699	14.493.370	0	914.533	97.209.621
abr/2014	0	32.647.675	178.963	34.591.524	70.228.546	30.879.773	1.097.949	169.624.430
mai/2014	1.723.265	1.873.895	0	14.301.767	11.478.847	0	0	29.377.774
jun/2014	0	22.056.206	0	110.337.954	17.281.667	0	23.022.745	172.698.572
jul/2014	0	28.614.033	0	0	1.532.892	0	0	30.146.925
ago/2014	0	15.848.365	0	26.429.246	3.799.011	23.049.670	0	69.126.292
set/2014	0	84.062.390	0	15.643.423	427.091	0	0	100.132.904
out/2014	0	254.741	0	2.750.503	30.225.469	0	38.561.226	71.791.939
nov/2014	0	0	0	0	0	0	0	0
dez/2014	0	61.892.986	0	60.353.040	1.028.305	0	0	123.274.331
TOTAL	18.849.980	492.156.983	849.262	369.734.414	197.498.378	55.666.335	103.130.630	1.237.885.982

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 23 Previsão de Amortizações de Crédito por Estado e Setor
Exercício de 2013

Setor Rural								
Mês/Ano	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins	Total
								R\$ 1,00
jan/2014	2.800.268	9.862.725	624.615	20.635.260	5.342.634	983.836	6.076.822	46.326.160
fev/2014	3.930.458	11.798.784	978.965	57.714.557	11.422.108	3.943.653	10.116.713	99.905.238
mar/2014	3.210.782	10.103.379	486.301	17.029.161	7.944.586	938.805	8.152.467	47.865.481
abr/2014	3.454.022	8.357.604	778.741	16.641.170	6.385.234	1.091.506	12.369.009	49.077.286
mai/2014	6.428.077	6.655.939	333.554	21.133.008	7.824.019	1.213.718	21.637.102	65.225.417
jun/2014	4.502.835	7.346.087	546.502	32.115.261	17.053.812	1.431.323	50.503.265	113.499.085
jul/2014	3.040.881	7.205.474	881.723	24.000.878	17.940.345	1.457.087	98.861.965	153.388.353
ago/2014	4.561.149	12.759.162	707.246	34.813.688	16.517.623	1.775.412	30.199.220	101.333.500
set/2014	5.324.612	10.750.197	989.962	29.594.000	16.381.252	529.387	30.883.224	94.452.634
out/2014	4.323.160	16.713.884	1.404.444	51.574.199	35.160.899	359.039	43.054.457	152.590.082
nov/2014	12.305.197	18.035.516	703.028	61.295.353	21.933.729	1.227.039	33.135.784	148.635.646
dez/2014	9.488.539	30.678.389	2.775.137	81.664.182	21.888.491	3.597.628	31.252.037	181.344.403
TOTAL	63.369.980	150.267.140	11.210.218	448.210.717	185.794.732	16.548.433	376.242.065	1.253.643.285
Demais Setores								
Mês/Ano	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins	Total
								R\$ 1,00
jan/2014	5.597.518	23.501.751	1.893.404	25.376.676	17.116.807	4.162.212	8.086.349	85.734.717
fev/2014	4.353.585	17.462.806	1.343.093	20.190.248	12.589.173	609.087	6.705.290	63.253.282
mar/2014	4.409.386	18.393.310	40.995.699	62.600.977	15.744.314	602.795	6.889.033	149.635.514
abr/2014	4.482.318	18.815.770	2.010.515	21.715.213	14.705.228	711.966	6.900.999	69.342.009
mai/2014	4.656.293	18.735.263	2.004.555	22.163.129	16.610.047	704.134	6.825.200	71.698.621
jun/2014	4.699.934	18.666.639	1.974.521	22.529.544	17.068.271	703.012	6.748.810	72.390.731
ago/2014	4.514.877	18.806.619	1.966.749	22.542.390	16.813.371	705.369	6.490.403	71.857.078
set/2014	4.458.767	18.103.652	2.061.470	21.745.822	15.512.832	690.427	6.269.742	71.030.038
out/2014	4.433.233	18.135.699	2.046.614	21.536.789	15.873.584	684.767	6.181.446	69.109.508
nov/2014	4.338.388	18.198.859	2.004.707	21.192.310	15.672.570	694.707	6.177.368	68.763.177
dez/2014	4.323.823	18.113.219	1.995.124	20.858.345	16.112.326	691.384	6.054.275	68.237.263
TOTAL	54.780.566	225.759.939	62.262.654	304.720.781	190.557.290	11.658.545	79.460.659	929.200.434

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



**Tabela 24 Valores Desembolsados por Estado, Programa e Setor
Exercício de 2013**

R\$ 1,00

ESTADOS	PROGRAMAS					TOTAL
	Pronaf A	Pronaf B	Pronaf Demais	Biodiversidade	Amaz Sustentável	
Acre	20.927.666	2.754.500	63.684.040	1.542.080	45.718.044	134.626.330
Amazonas	1.467.047	3.116.563	108.821.229	1.786.428	13.554.342	128.745.609
Amapá	2.372.509	950.715	3.634.759	99.881	3.606.895	10.664.759
Pará	47.464.605	19.989.586	180.875.955	45.462.322	313.298.947	607.091.415
Rondônia	3.935.291	3.136.925	113.360.932	9.470.821	196.068.469	325.972.438
Roraima	724.761	-	978.543	-	5.054.906	6.758.210
Tocantins	17.125.410	696.356	54.569.615	60.253.382	331.234.071	463.878.834
TOTAL	94.017.290	30.644.645	525.925.074	118.614.913	908.535.674	1.677.737.594

R\$ 1,00

Demais Setores

ESTADOS	PROGRAMAS							TOTAL
	Agroindústria	Indústria	Turismo	Infraestrutura	Cultura	Com e Serviços	Demais Programas	
Acre	-	11.772.775	23.936.215	390.000	70.000	78.218.815	8.812.299	123.200.104
Amazonas	5.808.390	86.437.670	76.080.965	1.395.000	7.125.010	181.049.033	39.964.010	397.860.078
Amapá	-	920.271	55.451.136	-	264.992	56.385.388	240.103	113.261.890
Pará	157.425	81.017.811	165.488.655	14.371.471	4.179.125	280.652.329	7.994.767	553.861.582
Rondônia	-	31.121.993	108.335.020	81.619.281	2.066.987	470.766.849	3.008.004	696.918.134
Roraima	-	94.500	1.024.459	-	1.948.896	7.796.922	117.500	10.982.277
Tocantins	28.438.884	7.462.389	8.556.247	5.075.448	873.815	88.399.538	1.450.525	140.256.846
TOTAL	34.404.700	218.827.408	438.872.696	102.851.200	16.528.823	1.163.268.875	61.587.209	2.036.340.9...

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 25 Valores Desembolsados por Estado, Programa e Porte do Beneficiário
Exercício de 2013

Setor Rural

ESTADOS	PORTE DO BENEFICIÁRIO						TOTAL
	Agricultor Familiar	Mini	Pequeno	Pequeno-Médio	Médio	Grande	
Acre	22.865.196	76.102.318	22.204.625	11.895.701	-	1.558.490	134.626.330
Amazonas	7.877.432	113.242.379	7.625.798	-	-	-	128.745.609
Amapá	3.243.526	3.888.201	3.309.981	-	123.170	99.881	10.664.759
Pará	68.541.564	212.284.655	116.279.014	130.230.562	71.583.718	8.171.902	607.091.415
Rondônia	7.124.535	175.063.342	75.969.573	14.504.574	52.918.825	391.588	325.972.437
Roraima	768.950	1.444.850	2.827.510	1.716.900	-	-	6.758.210
Tocantins	18.290.720	119.544.622	183.295.457	86.536.576	17.190.192	-	463.878.833
TOTAL	128.711.923	701.570.367	411.511.958	244.884.314	141.815.904	49.243.128	1.677.737.594

Demais Setores

ESTADOS	PORTE DO BENEFICIÁRIO					TOTAL
	Micro	Pequeno	Pequeno-Médio	Médio	Grande	
Acre	2.454.246	40.924.380	23.400.635	40.177.996	16.242.845	123.200.104
Amazonas	13.286.398	69.448.631	16.454.403	134.795.528	163.875.118	397.860.078
Amapá	264.403	12.550.884	10.702.826	60.059.371	29.684.406	113.261.890
Pará	3.354.677	154.480.766	36.417.243	85.233.444	274.375.453	553.861.582
Rondônia	8.581.245	102.930.291	19.981.990	257.969.804	307.454.804	696.918.134
Roraima	438.041	8.330.259	970.842	1.243.135	-	10.982.277
Tocantins	7.690.478	59.921.799	7.629.776	13.154.200	51.860.593	140.256.846
TOTAL	36.089.488	448.587.010	115.557.715	592.633.478	843.493.220	2.036.340.911

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



Tabela 29 Inadimplência por Programa de Financiamento
Posição em 31/12/2013

PROGRAMA	R\$ 1,00		
	SALDO TOTAL (A)	SALDO EM ATRASO (B)	INAD % (B/A)
FNO-PRONAF	3.026.072.655	249.083.355	8,23%
FNO-Biodiversidade	600.081.545	48.277.570	8,05%
FNO-Amaz Sustentável - Rural	2.983.364.755	181.503.659	6,00%
FNO-Amaz Sustentável - Não Rural	6.764.478.097	123.562.527	1,83%
FNO-Emergencial - Rural	23.535.857	110.102	0,47%
FNO-Emergencial - Não Rural	134.213.033	818.289	0,61%
FNO-MPE	398.937.852	1.028.585	0,26%
FNO-Empreendedor Individual	9.273.416	661.267	7,13%
TOTAL	13.939.957.260	605.045.357	4,34%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 30 Inadimplência por Estado e Setor
Posição em 31/12/2013

Setor Rural				R\$ 1,00
ESTADO	SALDO TOTAL (A)	SALDO EM ATRASO (B)	INAD % (B/A)	
Acre	358.370.958	17.391.790	4,85%	
Amapá	99.180.779	6.354.288	6,41%	
Amazonas	527.571.953	58.855.394	11,16%	
Pará	2.671.247.433	249.941.093	9,36%	
Rondônia	987.093.923	29.999.136	3,04%	
Roraima	86.209.892	14.785.289	17,15%	
Tocantins	1.903.379.874	101.647.696	5,34%	
TOTAL	6.633.054.812	478.974.686	7,22%	
Demais Setores				R\$ 1,00
ESTADO	SALDO TOTAL (A)	SALDO EM ATRASO (B)	INAD % (B/A)	
Acre	405.006.864	12.400.035	3,06%	
Amapá	355.717.136	3.260.334	0,92%	
Amazonas	1.769.720.054	15.147.297	0,86%	
Pará	1.850.152.748	67.320.609	3,64%	
Rondônia	2.401.862.723	15.111.707	0,63%	
Roraima	57.488.936	2.001.107	3,48%	
Tocantins	466.953.987	10.829.582	2,32%	
TOTAL	7.306.902.448	126.070.671	1,73%	
Total				R\$ 1,00
ESTADO	SALDO TOTAL (A)	SALDO EM ATRASO (B)	INAD % (B/A)	
Acre	763.377.822	29.791.825	3,90%	
Amapá	454.897.915	9.614.622	2,11%	
Amazonas	2.297.292.007	74.002.691	3,22%	
Pará	4.521.400.181	317.261.702	7,02%	
Rondônia	3.388.956.646	45.110.843	1,33%	
Roraima	143.698.828	16.786.396	11,68%	
Tocantins	2.370.333.861	112.477.278	4,75%	
TOTAL	13.939.957.260	605.045.357	4,34%	

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 31 Inadimplência por Mesorregiões Diferenciadas e Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte Conforme a PNDR
Posição em 31/12/2013

Mesorregião	Tipologia da PNDR	Saldo Total (R\$ 1,00)	Saldo Normal (R\$ 1,00)	Saldo Atraso (R\$ 1,00)	Inad %
Alto Solimões	BR	9.831.763	9.346.512	485.250	4,94%
	EMR	-	-	-	0,00%
	DMR	2.878.103	2.661.257	216.846	7,53%
	AR	-	-	-	0,00%
	TOTAL	12.709.866	12.007.769	702.097	5,52%
Xingu	BR	-	-	-	0,00%
	EMR	83.068.887	75.812.800	7.256.088	8,74%
	DMR	215.304.430	192.273.753	23.030.677	10,70%
	AR	77.443.443	70.150.113	7.293.330	9,42%
	TOTAL	375.816.759	338.236.665	37.580.094	10,00%
Chapada das Mangabeiras	BR	63.381.745	60.370.129	3.011.616	4,75%
	EMR	-	-	-	0,00%
	DMR	-	-	-	0,00%
	AR	-	-	-	0,00%
	TOTAL	63.381.745	60.370.129	3.011.616	4,75%
Vale do Rio Acre	BR	5.967.852	5.722.011	245.842	4,12%
	EMR	171.483.674	165.850.220	5.633.454	3,29%
	DMR	115.375.238	112.183.001	3.192.238	2,77%
	AR	388.305.195	375.109.137	13.196.058	3,40%
	TOTAL	681.131.959	658.864.368	22.267.591	3,27%
Bico do Papagaio	BR	273.628.393	263.034.264	10.594.129	3,87%
	EMR	518.092.514	486.080.060	32.004.454	6,18%
	DMR	440.999.717	416.434.494	24.565.224	5,57%
	AR	-	-	-	0,00%
	TOTAL	1.232.720.624	1.165.558.818	67.163.807	5,45%
Faixa de Fronteira	BR	128.216.385	120.632.042	7.584.343	5,92%
	EMR	892.768.957	872.346.201	20.422.756	2,29%
	DMR	557.263.571	525.797.430	31.466.141	5,65%
	AR	2.613.129.809	2.581.926.380	31.203.428	1,19%
	TOTAL	4.191.378.721	4.100.702.053	90.676.668	2,16%
TOTAL GERAL	6.557.139.674	6.335.737.802	221.401.873	3,38%	

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

BR = Baixa Renda; EMR = Estagnada de Média Renda; DMR = Dinâmica de Média Renda; AR = Alta Renda



Tabela 33 Inadimplência por Estado e Município Conforme Tipologia da PNDR
Posição em 31/12/2013

Estado	Tipologia da PNDR	Saldo Total (R\$ 1,00)	Saldo Normal (R\$ 1,00)	Saldo Atraso (R\$ 1,00)	Inad %
Acre	BR	-	-	-	0,0%
	EMR	151.859.246	146.696.250	5.162.996	3,4%
	DMR	246.495.511	234.083.127	12.412.384	5,0%
	AR	365.023.065	352.806.620	12.216.445	3,3%
	TOTAL	763.377.822	733.585.997	29.791.825	3,9%
Amazonas	BR	252.424.276	232.767.810	19.656.466	7,8%
	EMR	236.493.237	208.585.737	27.907.500	11,8%
	DMR	187.485.543	175.152.671	12.332.872	6,6%
	AR	1.620.888.951	1.606.783.098	14.105.853	0,9%
	TOTAL	2.297.292.007	2.223.289.316	74.002.691	3,2%
Amapá	BR	17.534.060	16.531.544	1.002.516	5,7%
	EMR	9.294.364	8.328.498	965.866	10,4%
	DMR	51.172.077	-	3.720.558	7,3%
	AR	376.897.414	372.971.732	3.925.682	1,0%
	TOTAL	454.897.915	445.283.293	9.614.622	2,1%
Pará	BR	493.542.529	441.753.968	51.788.561	10,5%
	EMR	1.691.724.353	1.567.258.462	124.465.891	7,4%
	DMR	1.490.260.601	-	127.526.439	8,6%
	AR	845.872.698	832.391.887	13.480.811	1,6%
	TOTAL	4.521.400.181	4.204.138.479	317.261.702	7,0%
Rondônia	BR	-	-	-	0,0%
	EMR	1.364.941.360	1.338.328.971	26.612.389	1,9%
	DMR	183.308.138	177.044.173	6.263.965	3,4%
	AR	1.840.707.148	1.828.472.659	12.234.489	0,7%
	TOTAL	3.388.956.646	3.343.845.803	45.110.843	1,3%
Roraima	BR	9.996.884	8.585.852	1.411.032	14,1%
	EMR	16.262	16.262	-	0,0%
	DMR	51.064.755	41.081.487	9.983.268	19,6%
	AR	82.620.927	77.228.831	5.392.096	6,5%
	TOTAL	143.698.828	126.912.432	16.786.396	11,7%
Tocantins	BR	474.660.723	457.826.261	16.834.462	3,5%
	EMR	1.304.142.049	1.239.905.434	64.236.615	4,9%
	DMR	258.284.134	244.356.775	13.927.359	5,4%
	AR	333.246.955	315.768.113	17.478.842	5,2%
	TOTAL	2.370.333.861	2.257.856.583	112.477.278	4,7%
TOTAL GERAL		13.939.957.260	13.334.911.903	605.045.357	4,3%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

BR = Baixa Renda; EMR = Estagnada de Média Renda; DMR = Dinâmica de Média Renda; AR = Alta Renda

Tabela 33 Inadimplência por Município Conforme tipologia da PNDR - Resumo
Posição em 31/12/2013

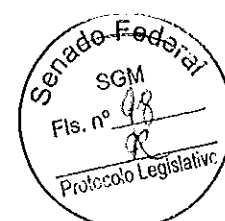
Tipologia da PNDR	Saldo Total (R\$ 1,00) (A)	Saldo Atraso (R\$ 1,00) (B)	Inad % (B/A)
BR	1.248.158.472	90.693.037	7,27%
EMR	4.758.470.871	249.351.257	5,24%
DMR	2.468.070.759	186.166.845	7,54%
AR	5.465.257.158	78.834.218	1,44%
TOTAL	13.939.957.260	605.045.357	4,34%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 34 Comparativo das Aplicações de Acordo com a Tipologia da PNDR
Exercício de 2013

Tipologia	Aplicações Previstas		Aplicações Realizadas		Diferença entre as participações Previstas e Realizadas (%)
	Valor (R\$ milhões)	Participação (%)	Valor (R\$ milhões)	Participação (%)	
1. Alta Renda	1.747,2	37,6%	1.586,6	33,6%	4,0%
2. Tipologias Prioritárias	2.902,8	62,4%	3.132,6	66,4%	-4,0%
Baixa	414,1	8,9%	349,9	7,4%	1,5%
Dinâmica	932,0	20,0%	865,3	18,3%	1,7%
Estagnada	1.556,7	33,5%	1.917,5	40,6%	-7,2%
Total (1 + 2)	4.650,0	100,0%	4.719,2	100,0%	0,0%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



Quadro 7-A Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
Exercício de 2013

UF	Código do Município	Município	Beneficiário	Descrição	Data da Contratação	Prazo de Implantação do Projeto (em meses)	Prazo do Financiamento (em meses)
AM	1302603	Manaus	Moss Serviços Portuários e Transportes	Implantação de uma retro-área e pier flutuante, com capacidade simultânea para 4 navios e 4 balsas	31/07/2013	24	204
			Valor da Contrapartida (R\$ 1,00)	Valor Desembolso (R\$ 1,00)			
Porte			21.436.596	0			
Grande	188.849.364	147.200.172					

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Acompanhamento de Fomento (GEAFO) / Sistema SIG-Contrapre

Quadro 7-B Contratações em Apoio à Copa do Mundo de Futebol de 2014
Exercício de 2013

UF	Código do Município	Município	N.º de Operações	Beneficiário	CNPJ do Beneficiário	Descrição	Data da Contratação	Prazo de Implantação do Projeto (em meses)	Prazo do Financiamento (em meses)
AM	1302603	Manaus	33130038	D D Incorporações Imobiliárias	92.129.630/0001-23	Est Hotelero Com Restaurante	23/08/2013	244	20
				Valor Desembolso (R\$ 1,00)		Termos Aditivos ao Contrato - Número	Termos Aditivos ao Contrato - Valor (R\$ 1,00)	Termos Aditivos ao Contrato - Descrição	Termos Aditivos ao Contrato - Vigência
Porte	32.414.349	27.636.251	4.778.098	7.794.460					
Pequeno-Médio									

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Suporte Operacional (GESOP-COASC) / Sistema SIG-Contrapre

Quadro 31 Contratações para Reciclagem e Tratamento de Resíduos
Exercício de 2013

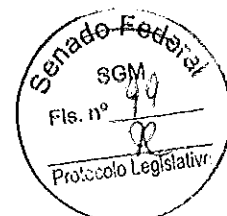
Estado	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Acre	1	25,0%	98.463	10,9%
Roraima	1	25,0%	18.000	2,0%
Rondônia	1	25,0%	780.274	86,3%
Tocantins	1	25,0%	7.487	0,8%
Total	4	100,0%	904.224	100,0%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Quadro 32 Contratações para Transporte
Exercício de 2013

Estado	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Acre	5	6,5%	905.969	0,2%
Amapá	3	3,9%	389.240	0,1%
Amazonas	18	23,4%	472.310.190	86,0%
Pará	27	35,1%	69.284.744	12,6%
Rondônia	11	14,3%	3.366.561	0,6%
Tocantins	13	16,9%	2.858.886	0,5%
Total	77	100,0%	549.115.590	100,0%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



SENADO FEDERAL
189

III - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Senado Federal
SGM
Fls. nº 100
Protocolo Legislativo

	31.12.2013	31.12.2012
ATIVO		
CIRCULANTE		
DISPONIBILIDADES		
Recursos a Alocar	6.911.434	6.937.617
Recursos Alocados	3.401.407	3.681.108
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	1.397.027	2.388.029
PROAGRO A RECEBER - CRÉDITO RURAL	2.004.380	1.173.092
DEVEDORES POR REPASSES	38.224	27.870
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO	329	-
Financiamentos Pronal	784	762
Financiamentos Rurais	310.342	328.776
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	197.130	159.707
Provisão Operações de Crédito	219.646	232.385
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO	11.115	9.344
Financiamentos Pronal	(67.639)	(72.660)
Financiamentos Rurais	2.728.681	2.104.734
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	419.696	359.203
Financiamentos - Comércio e Serviços	1.042.828	369.928
Provisão Operações de Crédito	402.713	391.932
PROVISÃO BÔNUS DE ADIPLÊNCIA REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	541.895	(64.984)
DEVEDORES POR REPASSES	(78.921)	(66.433)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO	(19.363)	-
Financiamentos Pronal	10.782.019	9.081.806
Financiamentos Rurais	9.227	6.702
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	888.082	1.097.689
Provisão Operações de Crédito	510.417	361.827
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO	495.070	859.723
Financiamentos Pronal	2.729	5.549
Financiamentos Rurais	(20.134)	(20.230)
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	10.040.649	8.338.212
Financiamentos - Comércio e Serviços	1.294.284	1.492.663
Provisão Operações de Crédito	2.433.264	1.778.460
PROVISÃO BÔNUS DE ADIPLÊNCIA	2.858.802	2.396.348
TOTAL	3.469.679	2.674.759
	(5.500)	(8.238)
	(106.916)	(201.974)
PASSIVO	16.823.653	15.009.422
CIRCULANTE		
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Taxa de Administração	35.674	34.683
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.474	34.683
REPASSES DO TESOUREIRO NO EXERCÍCIO	35.674	34.563
Primeiro Semestre	16.787.979	14.974.839
Segundo Semestre	1.881.614	1.728.829
REPASSES DO TESOUREIRO NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	996.553	641.289
LUCROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	655.061	785.539
(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO	14.283.261	12.466.423
Primeiro Semestre	691.648	580.818
Segundo Semestre	(46.474)	19.748
TOTAL	(103.536)	(43.558)
	65.084	64.227
TOTAL	16.823.653	15.009.422

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (Pa), 22 de Janeiro de 2014

Conselho de Administração

João Pinto Rebelo Junior
 Presidente

Vaim Pedro Rossi
 Conselheiro

Priscila Maria Santana
 Conselheira

Antonio Carlos Paiva Futuro
 Conselheiro

Antonio Ximenes Barros
 Conselheiro

José Helder Silveira de Almeida
 Conselheiro

Diretoria Executiva

Vaim Pedro Rossi
 Presidente

Antonio Carlos de Lima Borges
 Diretor

Carlos Pedrosa Júnior
 Diretor

José Roberto de Lima
 Diretor

Névo Roberto Fries
 Diretor

Vilson Evaristo
 Diretor

Maria de Belém Silva Costa
 Contadora
 CRC-PA 0072.17/0
 CPF-039.842.812-34



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	31.12.2013	31.12.2012
RECEITAS:		
Operações de crédito	867.240	822.214
Remuneração das disponibilidades	484.076	501.162
Recuperação de créditos baixados	268.276	259.771
	114.888	64.281
DESPESAS:		
De administração	(915.714)	(811.445)
De remuneração agente - Pronaf	(372.323)	(345.365)
De auditoria externa	(17.522)	(12.603)
De renegociações e descontos	(235)	(211)
De bônus de adimplência	(48.448)	(5.681)
De provisão operações de crédito	(147.002)	(165.741)
	(330.184)	(281.944)
(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO	(48.474)	10.769

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (Pa), 22 de janeiro de 2014

Conselho de Administração

João Pinto Robalo Júnior
Presidente

Valmir Pedro Rossi
Conselheiro

Pricilla Maria Santana
Conselheiro

Antonio Carlos Paiva Fúlgo
Conselheiro

Antonio Ximenes Barros
Conselheiro

José Helder Silveira de Almeida
Conselheiro

Diretoria Executiva

Valmir Pedro Rossi
Presidente

Antonio Carlos de Lima Borges
Diretor

Carlos Pedrosa Júnior
Diretor

José Roberto de Lima
Diretor

Nívio Reinoldo Fries
Diretor

Wilson Evanildo
Diretor

Maria de Belém Silva Coita
Contador
CRC-PA 007217/O
CPF-039.842.812-34





BANCO DA AMAZÔNIA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente 3.369/00001 - CNPJ. 04.902.979/0001-44

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE-FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

E V E N T O S	
SALDO EM 31.12.2011	13.237.242
Recursos repassados no exercício	1.726.828
Resultado no exercício	10.769
SALDO EM 31.12.2012	14.974.839
Recursos repassados no exercício	1.861.614
Resultado no exercício	(48.474)
SALDO FINAL EM 31.12.2013	16.787.979

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (Pa), 22 de janeiro de 2014.

Conselho de Administração

João Pinto Rabelo Junior
Presidente

Valmir Pedro Rossi
Conselheiro

Priscila Maria Santana
Conselheiro

Antonio Carlos Paiva Futato
Conselheiro

Antonio Ximenes Barros
Conselheiro

José Helder Silveira de Almeida
Conselheiro

Diretoria Executiva

Valmir Pedro Rossi
Presidente

Antonio Carlos de Lima Borges
Diretor

Carlos Pedrosa Júnior
Diretor

José Roberto de Lima
Diretor

Nilvo Reinoldo Fries
Diretor

Wilson Evaristo
Diretor

Maria de Belém Silva Côlta
Contador
CRC-PA 007217/O
CPF-039.842.812-34



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO
 Lei N° 7.827, de 27.09.1989

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de Reais)

	31.12.2013	31.12.2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro no exercício	(48.474)	10.769
Despesa de provisão para operações de crédito	330.184	281.944
Despesa de provisão para bônus de adimplência	147.002	165.741
Lucro líquido ajustado	428.712	458.454
Aumento em títulos e créditos a receber e Proaço a receber	(7.883)	(4.050)
Redução de devedores por repasses	444	755
Aumento em operações de crédito	(2.443.679)	(1.513.321)
Aumento em outras obrigações	1.091	1.356
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(2.450.027)	(1.515.260)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	1.861.614	1.726.828
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.861.614	1.726.828
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(159.701)	670.022
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.561.108	2.891.086
No fim do exercício	3.401.407	3.561.108
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(159.701)	670.022

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (Pa), 22 de janeiro de 2014.

Conselho de Administração

João Pinto Rebelo Junior
 Presidente

Valmir Pedro Rossi
 Conselheiro

Précilia Maria Santana
 Conselheiro

Antonio Carlos Paiva Futuro
 Conselheiro

Antonio Lúmenes Barros
 Conselheiro

José Helder Siveira de Almeida
 Conselheiro

Diretoria Executiva

Valmir Pedro Rossi
 Presidente

Antonio Carlos de Lima Borges
 Diretor

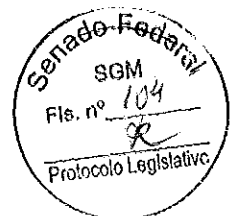
Carlos Pedrosa Júnior
 Diretor

José Roberto de Lima
 Diretor

Nivaldo Renato Fries
 Diretor

Wilson Evaristo
 Diretor

Maná de Belém Silva Colla
 Contador
 CRC-PA 007217/O
 CPF-039.842.812-34



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contextualização

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO") foi criado pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.827/1989, com alterações através das Leis Ordinárias n.ºs 9.126/1995, 10.177/2001, 11.775/2008 e 12.716/2012, Medidas Provisórias n.ºs 2.196/2001 e 581/2012 e é administrado pelo Banco da Amazônia S.A. que tem sede administrativa na Avenida Presidente Vargas, 800, Belém - PA.

O FNO tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Norte, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

a) Área de atuação

A área de atuação do FNO contempla os sete estados que integram a base político-institucional da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km², composta por 450 municípios.

b) Política de alocação de recursos

Os recursos financeiros do FNO são aplicados pelo Banco da Amazônia em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia, como o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 – o "Plano Mais Brasil"; o Plano Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; o Plano Amazônia Sustentável (PAS); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; e às políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e agricultura, além das políticas e prioridades dos estados da Região Norte e das orientações e programas contidos no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).

O detalhamento das diretrizes e prioridades para concessão do crédito através dos recursos do FNO se encontra no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo para 2013, aprovado pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

c) Programas de financiamento

Os recursos financeiros do FNO foram aplicados através de seis programas de financiamento, a saber: a) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF); b) Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); c) Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade); d) Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI); e) Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-MPE); e f) Programa Emergencial para Enchentes (FNO-Emergencial).



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Fiscalização

O art.19 da Lei nº 7.827/1989, define a obrigatoriedade da publicação, semestral, dos balanços devidamente auditados. Para tanto, o Banco da Amazônia mantém contrato com auditoria independente para o cumprimento deste dispositivo regulamentar.

Além disso, o Fundo é fiscalizado, também, pela Corregedoria Geral da União (CGU)/Tribunal de Contas da União (TCU).

2. Base para a preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais, sobretudo a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 e Portaria Interministerial MIN/MF nº 11 de 28 de dezembro de 2005.

A emissão das demonstrações financeiras do FNO foi autorizada pelo Banco Administrador em 11 de fevereiro 2014.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional do FNO. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto administrador do FNO, são:

a) Apropriação de receitas e despesas

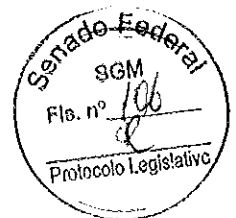
As receitas são oriundas de:

- encargos financeiros das operações de crédito;
- recuperações de créditos baixados; e
- remuneração dos recursos disponíveis paga pelo Banco da Amazônia S.A.

As despesas são decorrentes de:

- taxa de administração;
- remuneração do agente financeiro PRONAF;
- serviços de auditoria externa;
- descontos e/ou expurgo de encargos financeiros, concedidos por ocasião das renegociações de créditos, quando autorizados por normativos dos órgãos reguladores;
- provisões de bônus de adimplência; e
- provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os encargos financeiros das operações de crédito são calculados de acordo com as regras definidas pela Lei nº 10.177/2001 e suas alterações, enquanto que nos financiamentos vinculados ao PRONAF e PROCERA os encargos variam de acordo com a legislação e regulamento constante no Manual de Crédito Rural, nos capítulos 10 e 18, do Banco Central do Brasil.

b) Taxa de administração

A taxa de administração devida ao Banco da Amazônia S.A. é calculada mensalmente, aplicando 0,25% sobre o patrimônio líquido reduzido pelos saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta, ou 20% dos recursos ingressados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos dois métodos o de menor valor, na forma do art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

c) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa são representados pelos saldos dos recursos do FNO depositados no Banco da Amazônia S.A., enquanto não liberados aos tomadores, formado pelas transferências oriundas do Tesouro Nacional e dos retornos dos financiamentos, remunerações pela taxa extra-mercado do BACEN, deduzindo as liberações de crédito, o del credere, as remunerações do agente financeiro PRONAF, as renegociações de operações já honradas pelo Banco da Amazônia S.A. e fundos garantidores e as despesas de taxa de administração e serviços de auditoria externa.

d) Devedores por repasses

Os devedores por repasses estão demonstrados pelo valor do principal da operação de crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

e) Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos de inandimplência incidentes sobre cada parcela vencida são registrados em contas retificadoras de rendas a apropriar.

As operações de crédito vencíveis nos próximos 12 meses do fechamento de balanço são classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima deste período são classificadas no ativo realizável a longo prazo.

De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

1. Risco integral do Fundo - operações vigentes contratadas até 30 de novembro de 1998, financiamentos vinculados aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C, Floresta, linha de crédito emergencial e operações de repasses a outras instituições financeiras;
2. Risco compartilhado (50% para o Banco e 50% para o Fundo) - operações vigentes contratadas a partir de 1 de dezembro de 1998.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão das operações de crédito consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, conforme disposto na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 244/2008, as operações de crédito renegociadas com base na Lei nº 11.775/2008 retornaram à carteira com o seu respectivo registro de provisão, assim constituído:

- montante das parcelas que já haviam sido baixadas como prejuízo; e/ou
- valor da provisão existente antes da referida renegociação.

Essa provisão está registrada totalmente no realizável a longo prazo.

As renegociações das operações de crédito ocorridas através de normas internas do Banco operador revertem provisão, se existente, em função do retorno do crédito à normalidade.

g) Provisão para bônus de adimplência

Em conformidade com os normativos legais para os Fundos Constitucionais são concedidos bônus de adimplência aos tomadores de crédito, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do vencimento.

A Provisão para bônus de adimplência é constituída somente para as operações em situação de normalidade, considerando todo o bônus a ser concedido até o vencimento final da operação.

h) Patrimônio líquido

Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco da Amazônia S.A., acrescidos dos resultados operacionais.

i) Demonstrativos financeiros

As demonstrações contábeis do FNO foram elaboradas na forma da Lei das Sociedades por Ações, sendo observada a legislação específica para os Fundos Constitucionais de Financiamento.

Os saldos do FNO estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), por força da Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

j) Isenção tributária

Conforme o artigo 8º da Lei nº 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição

Recursos a alocar
Recursos alocados

31/12/2013	31/12/2012
1.397.027	2.388.026
2.004.380	1.173.082
<u>3.401.407</u>	<u>3.561.108</u>

b) Rendas sobre valores disponíveis

31/12/2013	31/12/2012
------------	------------



Handwritten signature and date: 2013

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Remuneração das disponibilidades

268.276

256.771

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira

	Risco do Fundo					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Normal	Vencidos	Total	Normal	Vencidos	Total
Indústria, comércio e serviço	9.916	3.928	13.844	11.203	4.690	15.893
Pronaf	653.306	54.241	707.547	559.265	52.646	611.911
Rurais	636.834	78.182	715.016	716.050	85.681	801.731
Provisão para operações de crédito	(20.134)	(67.839)	(87.973)	(20.230)	(72.660)	(92.890)
Devedores por repasses	10.021	-	10.021	10.464	-	10.464
	<u>1.289.943</u>	<u>68.512</u>	<u>1.358.455</u>	<u>1.276.752</u>	<u>70.357</u>	<u>1.347.109</u>

	Risco do Compartilhado					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Normal	Vencidos	Total	Normal	Vencidos	Total
Indústria, comércio e serviço	7.170.916	122.143	7.293.059	5.726.700	106.267	5.832.967
Pronaf	1.591.366	122.914	1.714.280	1.739.452	97.396	1.836.848
Rurais	3.274.995	221.217	3.496.212	2.611.872	230.481	2.842.353
Provisão para operações de crédito	(5.500)	(78.521)	(84.021)	(6.238)	(64.984)	(71.222)
	<u>12.031.777</u>	<u>387.753</u>	<u>12.419.530</u>	<u>10.071.786</u>	<u>369.160</u>	<u>10.440.946</u>

Circulante	-	-	2.690.027	-	-	2.434.272
Não circulante	-	-	11.087.958	-	-	9.353.783

b) Movimentação da provisão das operações de crédito

Nas provisões dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram registradas as baixas das parcelas de principal e de encargos vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstradas:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial		
Risco Integral FNO	(164.112)	(205.983)
Risco Compartilhado	(92.890)	(118.339)
Provisões constituídas	(71.222)	(87.644)
Risco Integral FNO	<u>(330.184)</u>	<u>(281.944)</u>
Risco Compartilhado	(136.128)	(126.267)
Valores baixados	(194.056)	(155.677)
Risco Integral FNO	<u>322.302</u>	<u>323.815</u>
Risco Compartilhado	141.045	151.716
Saldos no fim do exercício	181.257	172.099
Risco Integral FNO	<u>(171.994)</u>	<u>(164.112)</u>
Risco Compartilhado	(87.973)	(92.890)
	(84.021)	(71.222)



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Créditos baixados

As parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias foram baixadas como prejuízo, cujo montante no exercício foi de R\$503.559 (R\$495.914 em 2012), sendo que R\$181.257 (R\$172.099 em 2012) foi assumido pelo Banco.

d) Renegociações

As operações de crédito renegociadas no exercício totalizaram R\$44.670 (R\$111.219 em 2012) sendo que 226 (684 em 2012) operações, no valor de R\$25.058 (R\$88.704 em 2012) foram regularizadas por ação administrativa do agente financeiro e 483 (2.701 em 2012) operações, correspondente a R\$19.612 (R\$22.515 em 2012) tiveram por base medidas emanadas pelo Governo, especialmente a Resolução CMN nº 4028/2011.

e) Recuperação de créditos baixados

O Fundo foi ressarcido pelo valor de R\$114.888 (R\$64.281 em 2012) e o Banco da Amazônia com R\$57.464 (R\$42.595 em 2012), referentes às recuperações de créditos baixados como prejuízo, entre renegociações e pagamentos pelos financiados.

f) Outras despesas

Foi ressarcido ao Banco da Amazônia o valor de R\$29.662, referente ao diferencial entre o valor pago pelo mutuário e o honrado integralmente pelo Banco ao Fundo, em função de sentença judicial transitado em julgado a favor do financiado.

g) Rendas de operações de crédito

	31/12/2013	31/12/2012
Indústria, comércio e serviço	360.820	339.688
Rural e pronaf	123.256	161.374
	<u>484.076</u>	<u>501.062</u>

6. Provisão para bônus de adimplência

a) Movimentação

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	(367.411)	(319.775)
Constituição/(reversão)	(147.002)	(165.741)
Concessão	123.121	118.105
Saldo final	<u>(391.292)</u>	<u>(367.411)</u>

b) Despesas

	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com bônus no exercício	<u>(147.002)</u>	<u>(165.741)</u>

7. Taxa de Administração



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Taxa de Administração é calculada mensalmente, aplicando-se o percentual de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências de que trata a alínea o art. 3º do Decreto nº 5.461/2005, efetuadas pelo Tesouro Nacional.

a) Obrigações

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Taxa de administração a pagar	<u>35.674</u>	<u>34.583</u>

Refere-se ao valor apropriado no mês de dezembro, cujo desembolso ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

b) Despesas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Taxa de administração no exercício	<u>372.323</u>	<u>345.365</u>

A taxa de administração no exercício foi constituída atentando-se para o limitador de 20% dos repasses do Tesouro, conforme determina o art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

8. Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do Tesouro Nacional e do superávit ou déficit do exercício. De acordo com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, os repasses do Tesouro Nacional aos Fundos Constitucionais de Financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FNO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado.

Os saldos das transferências do Tesouro Nacional e do (Prejuízo)/Lucro do exercício em 31/12/2013 e 31/12/2012 são os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Repasses do Tesouro no exercício	1.861.614	1.726.828
Repasses do Tesouro nos exercícios anteriores	14.383.251	12.656.423
Lucros de exercícios anteriores	591.588	580.819
(Prejuízo) Lucro do exercício	(48.474)	10.769
	<u>16.787.979</u>	<u>14.974.839</u>

9. Contingências

Até o final do exercício de 2013 e 2012, o Administrador não teve conhecimento da existência de quaisquer obrigações contingentes imputadas ao Fundo e que devam ser objeto de registro contábil. Estas avaliações são efetuadas com o apoio da consultoria jurídica do Administrador Banco da Amazônia S.A.

10. Partes relacionadas



Handwritten signature and initials.



BANCO DA AMAZÔNIA
DECLARAÇÃO

BANCO DA AMAZÔNIA
134
PROCO

Para cumprimento das disposições emanadas à Instrução Normativa nº 47, de 27/10/2004 e Decisão Normativa nº 81, de 06/12/2006, do Tribunal de Contas da União, **DECLARAMOS** que os Senhores Membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal deste Banco apresentaram a Declaração de Bens e Rendas referente ao exercício 2013, ano calendário 2012.

Belém (PA), 28 de julho de 2014

Edwiges Irene Bentes Lemanski Rodrigues

Gerente Executiva

Gerência de Gestão de Pessoas - GEPES

Cynthia Cláuzia Lourenço Soares

Coordenadora

Coordenadoria de Registros e Apoio à
Movimentação de Pessoas - COREM
Gerência de Gestão de Pessoas - GEPES

BANCO DA AMAZÔNIA S.A
Gerência de Recursos Humanos
Avenida Presidente Vargas, 800 – 1º andar
Fax(91)40083436/te(91)40083133
Edwiges.rodrigues@bancoamazonia.com.br
CEP: 66.017-000



135
135

V - RELATÓRIOS E PARECERES DE INSTÂNCIAS QUE DEVAM
SE PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS




CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

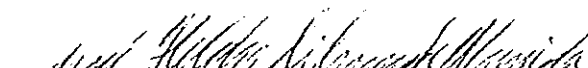
PARECER CA Nº 2014/001

De acordo com o disposto no artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A., em reunião ordinária realizada nesta data, após analisar o Parecer dos Auditores Independentes, de 11.02.2014, e por considerar que os documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Instituição referentes ao segundo semestre e ao exercício de 2013, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir das ressalvas e limitações apontadas no Parecer dos Auditores Independentes, tomou conhecimento do Relatório da Administração da Instituição e examinou as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, manifesta-se favorável à sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária de acionistas da Sociedade.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2014



JOÃO PINTO RABELO JUNIOR
Presidente


PRICILLA MARIA SANTANA
Conselheira

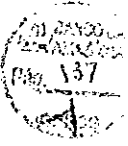

JOSÉ HELDER SILVEIRA DE ALMEIDA
Conselheiro


VALMIR PEDRO ROSSI
Conselheiro


ANTÔNIO CARLOS PAIVA FUTURO
Conselheiro


ANTÔNIO XIMENES BARROS
Conselheiro





VI - DOCUMENTOS DE AUDITORIA

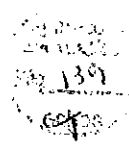


138

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

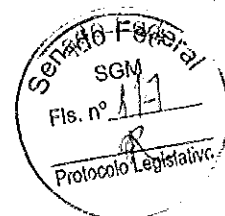
**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013**





Conteúdo

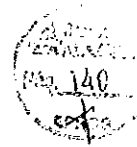
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9





KPMG Auditores Independentes
SBS Quadra 2 - Bloco Q - Lote 3
Salas 708 a 711 - Ed. João Carlos Saad
70070-120 Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO
(Administrado pelo Banco da Amazônia S.A.)
Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das evoluções do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração com base nas práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 3 e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras do Fundo para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, que descreve a sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

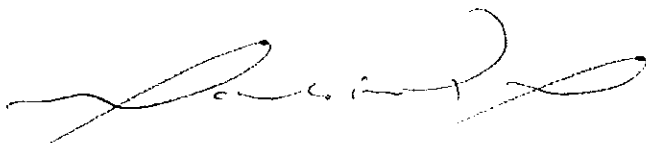
Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, sem modificação, datado de 31 de janeiro de 2013, o qual conteve parágrafo de ênfase relacionado ao mesmo assunto mencionado por nós no parágrafo de ênfase acima.

Brasília, 11 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
ATIVO			
CIRCULANTE		6.041.634	5.957.617
DISPONIBILIDADES	4	3.401.407	3.561.108
Recursos a Alocar		1.397.027	2.388.026
Recursos Alocados		2.004.380	1.173.082
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		35.224	27.670
PROAGRO A RECEBER- CRÉDITO RURAL		329	-
DEVEDORES POR REPASSES	5	794	762
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO	5	380.352	328.776
Financiamentos Pronaf		197.130	159.707
Financiamentos Rurais		219.946	232.385
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		11.115	9.344
Provisão Operações de Crédito		(67.839)	(72.660)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO	5	2.328.881	2.104.734
Financiamentos Pronaf		419.998	359.203
Financiamentos Rurais		1.042.828	1.048.655
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		402.713	389.928
Financiamentos - Comércio e Serviços		541.865	391.932
Provisão Operações de Crédito		(78.521)	(64.984)
PROVISÃO BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA	6	(86.353)	(65.433)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		10.782.019	9.051.805
DEVEDORES POR REPASSES	5	9.227	9.702
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO	5	988.082	1.007.869
Financiamentos Pronaf		510.417	381.827
Financiamentos Rurais		495.070	659.723
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		2.729	6.549
Provisão Operações de Crédito		(20.134)	(20.230)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO	5	10.090.649	8.336.212
Financiamentos Pronaf		1.294.284	1.492.863
Financiamentos Rurais		2.453.384	1.778.480
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		2.858.802	2.396.348
Financiamentos - Comércio e Serviços		3.489.679	2.674.759
Provisão Operações de Crédito		(5.500)	(6.238)
PROVISÃO BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA	6	(306.939)	(301.978)
TOTAL DO ATIVO		16.823.653	15.009.422
PASSIVO			
CIRCULANTE		35.674	34.583
OUTRAS OBRIGAÇÕES		35.674	34.583
Taxa de Administração	7	35.674	34.583
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	16.787.979	14.974.839
REPASSES DO TESOIRO NO EXERCÍCIO		1.861.614	1.726.828
Primeiro Semestre		996.553	941.289
Segundo Semestre		865.061	785.539
REPASSES DO TESOIRO NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES		14.383.251	12.656.423
LUCROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		591.588	580.819
(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO		(48.474)	10.769
Primeiro Semestre		(103.538)	(43.558)
Segundo Semestre		55.064	54.327
TOTAL		16.823.653	15.009.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

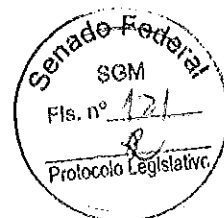
Demonstração do Resultado

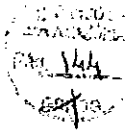
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas		867.240	822.214
Operações de crédito	5.g	484.076	501.162
Remuneração das disponibilidades	4	268.276	256.771
Recuperação de créditos baixados	5.e	114.888	64.281
Despesas		(916.714)	(811.445)
De administração	7.b	(372.323)	(345.365)
De remuneração agente - Pronaf		(17.522)	(12.603)
De auditoria externa		(235)	(211)
De renegociações e descontos		(48.448)	(5.581)
De bônus de adimplência	6.b	(147.002)	(165.741)
De provisão operações de crédito	5.b	(330.184)	(281.944)
(Prejuízo) Lucro do exercício		(48.474)	10.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2011	<u>13.237.242</u>
Recursos repassados no exercício	1.726.828
Resultado no exercício	10.769
Saldo em 31/12/2012	<u>14.974.839</u>
Recursos repassados no exercício	1.861.614
Resultado no exercício	(48.474)
Saldo final em 31/12/2013	<u><u>16.787.979</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>		
(Prejuízo) Lucro no exercício	(48.474)	10.769
Despesa de provisão para operações de crédito	330.184	281.944
Despesa de provisão para bônus de adimplência	147.002	165.741
Lucro líquido ajustado	<u>428.712</u>	<u>458.454</u>
Aumento em títulos e créditos a receber e Proagro a receber	(7.883)	(4.050)
Redução de devedores por repasses	444	755
Aumento em operações de crédito	(2.443.679)	(1.513.321)
Aumento em outras obrigações	1.091	1.356
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	<u>(2.460.027)</u>	<u>(1.515.280)</u>
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</u>		
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	1.861.614	1.726.828
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>1.861.614</u>	<u>1.726.828</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(159.701)</u>	<u>670.022</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.561.108	2.891.086
No fim do exercício	3.401.407	3.561.108
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(159.701)</u>	<u>670.022</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contextualização

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO") foi criado pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.827/1989, com alterações através das Leis Ordinárias n.ºs 9.126/1995, 10.177/2001, 11.775/2008 e 12.716/2012, Medidas Provisórias n.ºs 2.196/2001 e 581/2012 e é administrado pelo Banco da Amazônia S.A. que tem sede administrativa na Avenida Presidente Vargas, 800, Belém - PA.

O FNO tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Norte, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

a) Área de atuação

A área de atuação do FNO contempla os sete estados que integram a base político-institucional da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km², composta por 450 municípios.

b) Política de alocação de recursos

Os recursos financeiros do FNO são aplicados pelo Banco da Amazônia em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia, como o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 – o "Plano Mais Brasil"; o Plano Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; o Plano Amazônia Sustentável (PAS); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; e às políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e agricultura, além das políticas e prioridades dos estados da Região Norte e das orientações e programas contidos no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).

O detalhamento das diretrizes e prioridades para concessão do crédito através dos recursos do FNO se encontra no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo para 2013, aprovado pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

c) Programas de financiamento

Os recursos financeiros do FNO foram aplicados através de seis programas de financiamento, a saber: a) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF); b) Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); c) Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade); d) Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI); e) Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-MPE); e f) Programa Emergencial para Enchentes (FNO-Emergencial).



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Fiscalização

O art.19 da Lei nº 7.827/1989, define a obrigatoriedade da publicação, semestral, dos balanços devidamente auditados. Para tanto, o Banco da Amazônia mantém contrato com auditoria independente para o cumprimento deste dispositivo regulamentar.

Além disso, o Fundo é fiscalizado, também, pela Corregedoria Geral da União (CGU)/Tribunal de Contas da União (TCU).

2. Base para a preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais, sobretudo a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 e Portaria Interministerial MIN/MF nº 11 de 28 de dezembro de 2005.

A emissão das demonstrações financeiras do FNO foi autorizada pelo Banco Administrador em 11 de fevereiro 2014.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional do FNO. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto administrador do FNO, são:

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas são oriundas de:

- encargos financeiros das operações de crédito;
- recuperações de créditos baixados; e
- remuneração dos recursos disponíveis paga pelo Banco da Amazônia S.A.

As despesas são decorrentes de:

- taxa de administração;
- remuneração do agente financeiro PRONAF;
- serviços de auditoria externa;
- descontos e/ou expurgo de encargos financeiros, concedidos por ocasião das renegociações de créditos, quando autorizados por normativos dos órgãos reguladores;
- provisões de bônus de adimplência; e
- provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os encargos financeiros das operações de crédito são calculados de acordo com as regras definidas pela Lei nº 10.177/2001 e suas alterações, enquanto que nos financiamentos vinculados ao PRONAF e PROCERA os encargos variam de acordo com a legislação e regulamento constante no Manual de Crédito Rural, nos capítulos 10 e 18, do Banco Central do Brasil.

b) Taxa de administração

A taxa de administração devida ao Banco da Amazônia S.A. é calculada mensalmente, aplicando 0,25% sobre o patrimônio líquido reduzido pelos saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta, ou 20% dos recursos ingressados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos dois métodos o de menor valor, na forma do art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

c) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa são representados pelos saldos dos recursos do FNO depositados no Banco da Amazônia S.A., enquanto não liberados aos tomadores, formado pelas transferências oriundas do Tesouro Nacional e dos retornos dos financiamentos, remunerações pela taxa extra-mercado do BACEN, deduzindo as liberações de crédito, o del credere, as remunerações do agente financeiro PRONAF, as renegociações de operações já honradas pelo Banco da Amazônia S.A. e fundos garantidores e as despesas de taxa de administração e serviços de auditoria externa.

d) Devedores por repasses

Os devedores por repasses estão demonstrados pelo valor do principal da operação de crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

e) Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos de inandimplência incidentes sobre cada parcela vencida são registrados em contas retificadoras de rendas a apropriar.

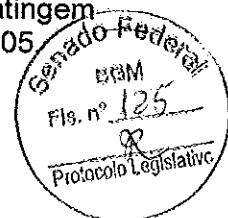
As operações de crédito vencíveis nos próximos 12 meses do fechamento de balanço são classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima deste período são classificadas no ativo realizável a longo prazo.

De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

1. Risco integral do Fundo - operações vigentes contratadas até 30 de novembro de 1998, financiamentos vinculados aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C, Floresta, linha de crédito emergencial e operações de repasses a outras instituições financeiras;
2. Risco compartilhado (50% para o Banco e 50% para o Fundo) - operações vigentes contratadas a partir de 1 de dezembro de 1998.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão das operações de crédito consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, conforme disposto na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 244/2008, as operações de crédito renegociadas com base na Lei nº 11.775/2008 retornaram à carteira com o seu respectivo registro de provisão, assim constituído:

- montante das parcelas que já haviam sido baixadas como prejuízo; e/ou
- valor da provisão existente antes da referida renegociação.

Essa provisão está registrada totalmente no realizável a longo prazo.

As renegociações das operações de crédito ocorridas através de normas internas do Banco operador revertem provisão, se existente, em função do retorno do crédito à normalidade.

g) Provisão para bônus de adimplência

Em conformidade com os normativos legais para os Fundos Constitucionais são concedidos bônus de adimplência aos tomadores de crédito, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do vencimento.

A Provisão para bônus de adimplência é constituída somente para as operações em situação de normalidade, considerando todo o bônus a ser concedido até o vencimento final da operação.

h) Patrimônio líquido

Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco da Amazônia S.A., acrescidos dos resultados operacionais.

i) Demonstrativos financeiros

As demonstrações contábeis do FNO foram elaboradas na forma da Lei das Sociedades por Ações, sendo observada a legislação específica para os Fundos Constitucionais de Financiamento.

Os saldos do FNO estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), por força da Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

j) Isenção tributária

Conforme o artigo 8º da Lei nº 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Recursos a alocar	1.397.027	2.388.026
Recursos alocados	<u>2.004.380</u>	<u>1.173.082</u>
	3.401.407	3.561.108

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Rendas sobre valores disponíveis

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Remuneração das disponibilidades	268.276	256.771

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira

	Risco do Fundo					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Normal	Vencidos	Total	Normal	Vencidos	Total
Indústria, comércio e serviço	9.916	3.928	13.844	11.203	4.690	15.893
Pronaf	653.306	54.241	707.547	559.265	52.646	611.911
Rurais	636.834	78.182	715.016	716.050	85.681	801.731
Provisão para operações de crédito	(20.134)	(67.839)	(87.973)	(20.230)	(72.660)	(92.890)
Devedores por repasses	10.021	-	10.021	10.464	-	10.464
	<u>1.289.943</u>	<u>68.512</u>	<u>1.358.455</u>	<u>1.276.752</u>	<u>70.357</u>	<u>1.347.109</u>
	Risco do Compartilhado					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Normal	Vencidos	Total	Normal	Vencidos	Total
Indústria, comércio e serviço	7.170.916	122.143	7.293.059	5.726.700	106.267	5.832.967
Pronaf	1.591.366	122.914	1.714.280	1.739.452	97.396	1.836.848
Rurais	3.274.995	221.217	3.496.212	2.611.872	230.481	2.842.353
Provisão para operações de crédito	(5.500)	(78.521)	(84.021)	(6.238)	(64.984)	(71.222)
	<u>12.031.777</u>	<u>387.753</u>	<u>12.419.530</u>	<u>10.071.786</u>	<u>389.160</u>	<u>10.440.946</u>
Circulante	-	-	2.690.027	-	-	2.434.272
Não circulante	-	-	<u>11.087.958</u>	-	-	<u>9.353.783</u>

b) Movimentação da provisão das operações de crédito

Nas provisões dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram registradas as baixas das parcelas de principal e de encargos vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstradas:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo Inicial	(164.112)	(205.983)
Risco Integral FNO	(92.890)	(118.339)
Risco Compartilhado	(71.222)	(87.644)
Provisões constituídas	<u>(330.184)</u>	<u>(281.944)</u>
Risco Integral FNO	(136.128)	(126.267)
Risco Compartilhado	(194.056)	(155.677)



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valores baixados	322.302	323.815
Risco Integral FNO	141.045	151.716
Risco Compartilhado	181.257	172.099
Saldos no fim do exercício	(171.994)	(164.112)
Risco Integral FNO	(87.973)	(92.890)
Risco Compartilhado	(84.021)	(71.222)

c) Créditos baixados

As parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias foram baixadas como prejuízo, cujo montante no exercício foi de R\$503.559 (R\$495.914 em 2012), sendo que R\$181.257 (R\$172.099 em 2012) foi assumido pelo Banco.

d) Renegociações

As operações de crédito renegociadas no exercício totalizaram R\$44.670 (R\$111.219 em 2012) sendo que 226 (684 em 2012) operações, no valor de R\$25.058 (R\$88.704 em 2012) foram regularizadas por ação administrativa do agente financeiro e 483 (2.701 em 2012) operações, correspondente a R\$19.612 (R\$22.515 em 2012) tiveram por base medidas emanadas pelo Governo, especialmente a Resolução CMN nº 4028/2011.

e) Recuperação de créditos baixados

O Fundo foi ressarcido pelo valor de R\$114.888 (R\$64.281 em 2012) e o Banco da Amazônia com R\$57.464 (R\$42.595 em 2012), referentes às recuperações de créditos baixados como prejuízo, entre renegociações e pagamentos pelos financiados.

f) Outras despesas

Foi ressarcido ao Banco da Amazônia o valor de R\$29.662, referente ao diferencial entre o valor pago pelo mutuário e o honrado integralmente pelo Banco ao Fundo, em função de sentença judicial transitado em julgado a favor do financiado.

g) Rendas de operações de crédito

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Indústria, comércio e serviço	360.820	339.688
Rural e pronaf	123.256	161.474
	<u>484.076</u>	<u>501.162</u>

6. Provisão para bônus de adimplência

a) Movimentação

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	(367.411)	(319.775)
Constituição/(reversão)	(147.002)	(165.741)
Concessão	123.121	118.105
Saldo final	(391.292)	(367.411)

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Despesas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Despesas com bônus no exercício	<u>(147.002)</u>	<u>(165.741)</u>

7. Taxa de Administração

Taxa de Administração é calculada mensalmente, aplicando-se o percentual de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências de que trata a alínea o art. 3º do Decreto nº 5.461/2005, efetuadas pelo Tesouro Nacional.

a) Obrigações

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Taxa de administração a pagar	<u>35.674</u>	<u>34.583</u>

Refere-se ao valor apropriado no mês de dezembro, cujo desembolso ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

b) Despesas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Taxa de administração no exercício	<u>372.323</u>	<u>345.365</u>

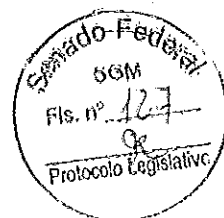
A taxa de administração no exercício foi constituída atentando-se para o limitador de 20% dos repasses do Tesouro, conforme determina o art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

8. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do Tesouro Nacional e do Superávit ou Déficit do exercício. De acordo com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, os repasses do Tesouro Nacional aos Fundos Constitucionais de Financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FNO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado.

Os saldos das transferências do Tesouro Nacional e do (Prejuízo)/Lucro do exercício em 31/12/2013 e 31/12/2012 são os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Repasses do Tesouro no exercício	1.861.614	1.726.828
Repasses do Tesouro nos exercícios anteriores	14.383.251	12.656.423
Lucros de exercícios anteriores	591.588	580.819
(Prejuízo) Lucro do exercício	(48.474)	10.769
	<u>16.787.979</u>	<u>14.974.839</u>



- b) O Proagro a Receber é constituído pelos valores das parcelas de financiamentos rurais e das despesas de comprovação de perdas imputáveis ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), aguardando ressarcimento pelo Banco Central do Brasil.



SENADO FEDERAL
Presidência

Brasília, 04 de agosto de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhor Secretário-Geral,

Cumprimentando-o, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Ofício nº 2014/173	Banco da Amazônia	Encaminha cópia do processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, alusivo ao exercício de 2013.
Of. GSPDR.1/310/2014	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional	Encaminha cópia dos contratos e anexos, bem como a Nota Técnica contendo os estudos, informações e demonstrativos relativos à Lei 11.079/2004.
Of. GSPDR.1/311/2014	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional	Encaminha cópia dos contratos e anexos, bem como a Nota Técnica contendo os estudos, informações e demonstrativos relativos à Lei 11.079/2004.

Atenciosamente,


EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI
Chefe de Gabinete

Senado Federal
Protocolo Legislativo
OFN nº 28 / 2014
Fls. 128

Sued Ferret Fagundes
Matr. 252668 Secretária - Geral de Mesa

Recebido em _____
Hora: _____

Recebido em 04/08/2014
Hora: 15h 22min

Sued F. F.
Sued Ferret Fagundes
Matr. 252668 Secretária - Geral de Mesa

